SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS DE ABAETETUBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIDADES TERRITÓRIOS E IDENTIDADES (PPGCITI)

MEMÓRIA SOCIAL E RESISTÊNCIA: a construção do Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da Região a jusante da Usina Hidrelétrica de Tucuruí-(PPDS-Jus)

Abaetetuba-PA
2019

GERLANE DA SILVA FERREIRA

MEMÓRIA SOCIAL E RESISTÊNCIA: a construção do Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da Região a jusante da Usina Hidrelétrica de Tucuruí-(PPDS-Jus)

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades da Universidade Federal do Pará. Sob orientação do Prof.º Drº. Aquiles Simões e Co-orientação da Prof.ª Drª. Sônia Magalhães.

Abaetetuba
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará

Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F383m FERREIRA, GERLANE DA SILVA

MEMÓRIA SOCIAL E RESISTÊNCIA : a construção do Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da Região a jusante da Usina Hidrelétrica de Tucuruí-(PPDS-jus) / GERLANE DA SILVA FERREIRA. — 2019.

182 f. : il.

Orientador(a): Prof. Dr. Aquiles Simões
Coorientação: Profª. Dra. Sonia MagalhÃes

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades, Campus Universitário de Abaetetuba, Universidade Federal do Pará, Abaetetuba, 2019.

1. usina hidrelétrica de tucuruí. 2. PPDS-Jus. 3. impacto. 4. jusante. I. Título.

CDD 300.981

GERLANE DA SILVA FERREIRA

MEMÓRIA SOCIAL E RESISTÊNCIA: a construção do Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da Região a jusante da UHT de Tucuruí- (PPDJUS).

Banca Examinadora:

Profº. Drº. Aquiles Simões-PPGCITI/UFPA
(Presidente)

Profª. Drª. Sonia Magalhães-PPGSA/UFPA
(Co-orientadora)

Profª. Drª. Eliana Teles
Membro-Examinadora interna

Profº. Drº. Henri Acserald-UFRJ
(Membro-Examinador Externo)

Abaetetuba-PA
2019

Dedicatória

À Maryellen Pereira (In memorian)

"Cuja vida foi um exemplo de resistência perante as imprevisibilidades, mostrou que o impossível é apenas uma porta a caminho da superação e da mudança, competindo a cada um vencer seus próprios desafios. Tendo como ancora aqueles que nos amam. A sua partida representa o recomeço. Mary, a estrela da esperança".

Agradecimentos

À CAPES pela concessão de bolsa no âmbito do Projeto **"MEMÓRIAS BRASILEIRAS: CONFLITOS SOCIAIS"** que tornou exequível a realização e conclusão deste estudo.

Aos meus pais adotivos Albeniza e Francisco Nestor (in memorian) pelos ensinamentos em vida.

A minha mãe pelas orações e por compreender minha ausência durante estes 24 meses, a você, minha eterna gratidão pela vida.

A meu tio Evaldo Magalhães por todo subsidio durante este processo.

Ao meu irmão Evandro pela disponibilidade, subsidio e atenção sempre que precisei, obrigada por me incentivar a estudar mesmo de forma indireta, um dia eu admirei a sua inteligência e busquei seguir seus passos.

A minha amiga Regina por ter aberto as portas de sua casa quando eu mais precisei, sou pela grata hospitalidade, conforto, incentivo, companheirismo e pela nova família.

A minha amiga Antônia que tão gentilmente me hospedou e foi uma grande companheira, sou grata por todo seu apoio.

A minha amiga Ana Carla, companheira de sonhos e de luta, seus conselhos e incentivos foram primordiais, sempre esteve ao meu lado, desde o ingresso ao PPGCITI à finalização desta pesquisa, foi uma honra compartilhar experiências com você durante estes dois anos de curso.

A minha amiga Marília pelas lutas compartilhadas, parceria acadêmica e militância, sempre imbuída pelo espírito de justiça.

A meu amigo Valdinei pela hospitalidade e descontração nos momentos exaustivos e de desânimo.

Aos meus amigos Maykon, Diego, Arthur e Pablo, pela parceria e apoio principalmente durante o período da qualificação, obrigada por estarem ao meu lado.

Aos meus grandes amigos da academia e da vida, Juatan Pereira e Grazy Nogueira pelas contribuições e apoio na realização da pesquisa de campo, são um grande exemplo de reciprocidade.

Ao pequeno príncipe Jose Wilker pela amizade, carinho, companheirismo, amor e principalmente, por acalmar minha alma nos períodos conturbados, seu apoio foi fundamental durante a minha trajetória, por mais que percorramos caminhos diferentes, os bons momentos

prevalecerão em minhas memórias, obrigada pelo seu apoio emocional, és excepcionalmente incrível.

Às minhas amigas do trabalho, em especial Ana Cristina, pelo apoio, sensibilidade, incentivo e por possibilitar a conclusão deste sonho, se propondo a fazer as atividades para eu poder me dedicar à pesquisa.

A minha amiga Sara pela hospitalidade durante a pesquisa de campo em Baião, graças ao mundo acadêmico, pude conhecer um ser iluminado, sou grata pela gentileza e espontaneidade.

Ao meu orientador Aquiles Simões por ter aceitado o desafio de me orientar, confiabilidade e pela paciência no que tange a desconstrução das pré-noções.

A minha Co-orientadora Prof.ª. Sonia Magalhães pelo apoio demonstrado e orientação que motivou a continuidade do trabalho. Tornou-se a maior referência no que concerne a visibilidade das lutas dos atingidos pelas barragens, seus estudos permitiram uma compreensão holística acerca da temática em órbita, a você os meus mais sinceros agradecimentos, gratidão!

Ao profº. Henri Acselrad pela leitura atenta, pelas contribuições pertinentes durante a minha banca de qualificação e por conduzir de forma profícua o projeto memória brasileiras e conflitos camponeses, gratidão, mestre!.

À querida prof.ª Eliana Teles, um exemplo de profissional, obrigada pelas contribuições, credibilidade e os incentivos nos momentos mais conturbados.

Aos interlocutores que abriram as portas de suas casas e me permitiram conhecer seu universo de resistências mediante as histórias de lutas.

Às companheiras do PPGCIT, Ígora, Rosane, Dalia, Jesus e Auristela, pelo encorajamento, pelos debates acadêmicos, apoio e descontração, na qual o riso atenuava todo o momento de tensão e medo.

Ao técnico Hosana pelos esclarecimentos e apoio.

Ao profº. Augusto Sarmento pela boa condução do PPGCITI enquanto esteve na coordenação e pelas contribuições durantes as aulas.

Ao PPGCITI pela perspectiva inovadora.

E por fim, minha gratidão à banca examinadora pelas valiosas contribuições que possibilitaram o aprimoramento desta pesquisa.

“Considero isso como um dever que tinha, não apenas com meu povo, mas também com minha profissão, praticar a lei e a justiça para toda a humanidade, gritar contra essa discriminação que é essencialmente injusto e oposto a toda base de atitude através da justiça que integra a tradição do treinamento legal neste país. Eu acreditei que ao me opor contra as injustiças eu deteria a dignidade do que seria uma profissão honrada”.
Nelson Mandela

RESUMO

A pesquisa demonstrou a organização dos movimentos sociais à jusante na condição de atingidos pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí, cuja mobilização e resistência constituídas ao longo dos anos no território do Baixo Tocantins, desembocaram no Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da Região a jusante da UHT (PPDS-Jus) que emergiu enquanto demanda e instrumento de luta dos atores sociais que buscam reconhecimento político e compensação enquanto impactados após a construção da barragem, entretanto, tal plano é permeado de controvérsias. Objetivou-se traçar a memória a partir da trajetória das lideranças no âmbito dos movimentos sociais após a ruptura do regime de exceção, que vêm resistindo e demandando reconhecimento em detrimento à violação de seus direitos. Somente a partir de um recorte analítico, linear e temporal de reconstituição do processo histórico que se encontra divido em dois períodos, primeiramente pelo regime ditatorial e posteriormente pela redemocratização que o país perpassou é que se tornou possível verificar a situcionalidade de vulnerabilidade na qual a população foi submetida em decorrência das alterações no curso hidrológico do rio Tocantins que implicou diretamente nas condições econômicas, sociais e ambientais dos camponeses e como as pautas sociais foram acatadas após a reabertura democrática. Fizemos uso da abordagem de cunho qualitativo, apoiada nas contribuições dos autores que possibilitaram uma compreensão epistemológica e holística do objeto investigado, além disso, o estudo permitiu ainda, desvendar como se deram as reivindicações na esfera pública reconstruída após o fim do regime autoritário, bem como as demandas societárias da população atingida em decorrência do projeto desenvolvimentista, revelando que a democratização não foi panaceia para solucionar os problemas defrontados pelos movimentos, posto que, mesmo após a reabertura democrática, o drama, as reivindicações e pautas das lideranças continuam marginalizados, fazendo-se presente apenas pela resistência que introduz novos dispositivos de luta em busca de ações políticas face às mudanças socioambientais. Não obstante, as proposições do PPDS-Jus não foram cumpridas conforme as formulações, haja vista que dentre os noves municípios incluso no plano, apenas cinco foram contemplados com ações compensatórias frente às alterações drásticas nas condições de sobrevivência e não atendeu de fato os interesses dos camponeses.

Palavras Chaves: Usina Hidrelétrica de Tucuruí, PPDS-Jus, jusante, impacto.

ABSTRACT

The research demonstrates the organization of downstream social movements in the condition reached by the Tucuruí Hydroelectric Power Plant, whose mobilization and resistance constituted over the years in the territory of Baixo Tocantins, resulted in the Popular Plan for Sustainable Development of the Region downstream of UHT (PPDS -Jus) that emerged as a demand and instrument of struggle of social actors who seek political recognition and compensation while impacted after the construction of the dam, however, such a plan is permeated by controversies. The objective was to draw the memory from the trajectory of the leaderships in the scope of the social movements after the rupture of the regime of exception, that have been resisting and demanding recognition in detriment to the violation of their rights. It is only from an analytical, linear and temporal cut of a reconstitution of the historical process that is divided in two periods, first by the dictatorial regime and later by the redemocratization that the country went through, that it became possible to verify the situationality of vulnerability in which the population was submitted as a result of the changes in the hydrological course of the Tocantins river that directly affected the economic, social and environmental conditions of the peasants and how the social guidelines were followed after the reopening of democracy. We used the qualitative approach, based on the contributions of the authors that made possible an epistemological and holistic understanding of the object investigated. In addition, the study allowed us to uncover how the claims were made in the reconstructed public sphere after the end of the authoritarian regime, as well as the societal demands of the population affected as a result of the developmentalist project, revealing that democratization was not a panacea to solve the problems faced by the movements, since, even after democratic reopening, the drama, demands and leadership patterns remain marginalized, making is only present by the resistance that introduces new devices of struggle in search of political actions in the face of socio-environmental changes. Nevertheless, the PPDS-Jus proposals were not fulfilled according to the formulations, since among the nine municipalities included in the plan, only five were compensatory actions in the face of drastic changes in survival conditions and did not actually meet the interests of peasants.
Keywords: Tucuruí Hydroelectric Power Plant, PPDS-Jus, downstream, impact.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Frente do panfleto elaborado pela Eletronorte, Tucuruí Urgente. 29
Figura 2 - Verso do panfleto elaborado pela Eletronorte, Tucuruí Urgente. 30
Figura 3 - Caminhada das delegações no município de Tucuruí anunciando suas reivindicações oriundas de diversas localidades da área do reservatório. 57
Figura 4 - Ofício referente à elevação da cota do reservatório 68
Figura 5 -Parecer técnico da SECTAM. 69
Figura 6 - Oficio referente apresentação do relatório de avaliação ambiental. 73
Figura 7 - Parecer técnico emitido pela SECTAM. 74
Figura 8 - Oficio do COMPART ratificando apoio a elevação da cota. 78
Figura 9 - Situando os municípios que ficam a montante e a jusante da UHT. 81
Figura 10 - PDJUS- análise retrospectiva e diagnóstica da situação atual do contexto socioeconômico microrregional. 95
Figura 11 - PDJUS. 100
Figura 12 - Esquema simplificado de trabalho. 102
Figura 13 - Esquema de interação dos eixos estratégicos. 104
Figura 14 - Plano popular de desenvolvimento sustentável. 109
Figura 15 - Eixos de abrangências da versão final do PPDS-Jus. 114
Figura 16 - Oficio encaminhando a Semas. 123
Figura 17 - Esquema utilizado para análise de impactos. 124
Figura 18 - Resultado da avaliação de impactos por município. 127
Figura 19: Seminário Tucurí: memórias de uma luta em curso. 137

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Índice de população rural e urbana dos cinco municípios a jusante e inclusos inicialmente no PPDS-Jus 35
Tabela 2 - Projetos a implantação da UHT 42
Tabela 3 - Tabela de produção pesqueira na área a jusante da UHT. 97
Tabela 4 - Estrutura do PDJUS. 102
Tabela 5 - Eixos estruturantes do PPDS-Jus. 113
Tabela 6 - 1º gestão do Conselho Gestor do Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável a Jusante da UHE Tucuruí. 119
Tabela 7 - 2º composição do Conselho Gestor do Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável a Jusante da UHE Tucuruí. 120
Tabela 8 - Investimentos no Município de Baião. 140
Tabela 9 - Aporte de Recursos. 143
Tabela 10 - Recursos em Cametá. 146
Tabela 11 - Aportes de recursos em Igarapé-Miri. 149
Tabela 12 - Aportes de recursos Limoeiro do Ajuru. 149

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Trecho do Rio Tocantins. 44
Foto 2 - Frente da cidade de Baião. 44
Foto 3 - Rio Tocantins, frente da cidade de Igarapé-Miri. 45
Foto 4 - Trecho do rio Tocantins, Cametá. 46
Foto 5 - Rio Tocantins. 46
Foto 6 - Trapiche na margem do rio Tocantins, município de Baião. 47
Foto 7 - Orla do Município de Baião em frente ao Rio Tocantins. 47
Foto 8 - Comunidade Ilha do Capim, Abaetetuba. 48
Foto 9 - Registro do entardecer na margem do rio Tocantins, Baião. 48
Foto 10 - Orla do Município de Mojú. 49
Foto 11 - Encontro de Agronegócios realizado na cidade de Mocajuba. 94
Foto 12 - IV Encontro Regional de Planejamento do PPDS-Jus que foi realizado em Cametá. 106
Foto 13 - Escola construída na Vila Calados. 138
Foto 14 - Escola construída na Vila Angelinópolis. 138
Foto 15 - Implantação de Estação de Saneamento. 139
Foto 16 - Escola de Polo Bom Futuro. 141
Foto 17 - Escola Polo Nova Aliança. 141
Foto 18 - Algumas das ações implementadas no município de Cametá. 144
Foto 19 - Aquisição de maquinário para facilitar o escoamento da produção através de serviços de revitalização de estradas e vicinais. 145
Foto 20 - Escola Pólo na comunidade de Santa Maria do Icatú e Escola Pólo na comunidade de Vila Maiauatá. 147
Foto 21 - Complexo administrativo de Igarapé Miri. 147
Foto 22 - : Construção das Rampas de concreto e aquisição dos instrumentos da escola de música.. 148

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Municípios a jusante inclusos no PPDS-Jus. 33
Mapa 2 - Municípios que compõem a Região de Integração do Baixo Tocantins. 37

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADA	Agência de Desenvolvimento da Amazônia
AMBAT	Associação dos Municípios do Baixo Tocantins
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBM	Comissão Mundial de Barragens
CNBB	Conferência nacional dos Bispos do Brasil
CODESEI	Consórcio de Desenvolvimento Econômico e Social Intermunicipal.
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONJUS	Conselho da Jusante
CODESEI	Consórcio de Desenvolvimento Sócio-Econômico Intermunicipal
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CV	Câmara de Vereadores
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
ELETROBRÁS	Centrais Elétricas Brasileiras
ELETRONORTE	Centrais Elétricas da Região Norte do Brasil S.A
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará
IEPs	Instituições de ensino e pesquisa
IPPUR	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
LO	Licença de Operação
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MODERT	Movimento pelo Desenvolvimento da Região Tocantina
MOPEPA	Movimento dos Pescadores do Estado do Pará
MT	Movimento Tocantins
MW	Megawatt
ONG's	Organizações Não Governamentais
PC	Prelazia de Cametá
PDRS	Planos de Desenvolvimento Regional Sustentável
PDST	Plano de Desenvolvimento Sustentável da Microrregião do Entorno da UHE Tucuruí
PGC	PROGRAMA GRANDE CARAJÁS
PIRJUS	Plano de Inserção Regional à jusante da UHE-Tucuruí
PPDS-Jus	Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da Região a jusante da Usina Hidrelétrica de Tucuruí

PPGCITI	Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades
PT	Partido dos Trabalhadores
RIMA	Relatório de Impacto de Meio Ambiente
SECTAM	Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente
SEIR	Secretaria de Integração Regional
SEMA	Secretaria de Estado de Meio Ambiente
SEMAS	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
STTR	Sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais
SUDAM	Superintendência da Amazônia
UFPA	Universidade Federal do Pará
UHE	Usina Hidroelétrica
UHT	Usina Hidrelétrica de Tucuruí

Sumário

INTRODUÇÃO.....16
1.1. ITINERÁRIO METODOLÓGICO. 24
1.2 ABORDAGEM QUALITATIVA. 25

1.3 INSTRUMENTOS DE PESQUISA. 25
1.3.1 Pré-campo *27*
***1.3.2* Imersão no campo de pesquisa.** *27*
1.4 A HISTÓRIA NARRADA PELA VOZ DOS ATORES: AFINAL, QUEM SÃO ELES? 29
1.5 CENÁRIO DA PESQUISA: O TERRITÓRIO DO BAIXO TOCANTINS E AS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA CONTRA O CAPITAL. 33

II CAPÍTULO

RE (EXISTÊNCIA) EM TEMPOS NEFASTOS: MARCOS HISTÓRICO DA LUTA CAMPONESA JUNTO A CENTRAIS ELÉTRICA DO NORTE S.A, ELETRONORTE. 50

2.1. CONTEXTO POLÍTICO DA IMPLANTAÇÃO DA UHT: ESTADO DE EXCEÇÃO. 51
2.2. DAS PRIMEIRAS MOBILIZAÇÕES AOS MOVIMENTOS OFICIALIZADOS. 54
2.3. A REGULAMENTAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL DA UHT E AS MEDIDAS MITIGADORAS COMO CONDICIONANTES. 67
2.4. A TRAGÉDIA A JUSANTE: ENTRE O RECONHECIMENTO E A NEGAÇÃO. 81

III CAPÍTULO

A RECOMPOSIÇÃO DAS VERSÕES DO PLANO POPULAR DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO A JUSANTE DA USINA HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ: ATUALIZANDO A HISTÓRIA NA ARENA PÚBLICA 92

3.1 VERSÃO PRELIMINAR DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA MICRORREGIÃO A JUSANTE DA UHE TUCURUÍ (ANÁLISE RETROSPECTIVA DA SITUAÇÃO ATUAL DO CONTEXTO SOCIOECONÔMICO MICRORREGIONAL) 93
3.2 VERSÃO TÉCNICA DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA MICRORREGIÃO A JUSANTE DA UHE TUCURUÍ. 100
3.3 PLANO POPULAR DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO A JUSANTE DA USINA DA UHE DE TUCURUÍ (PPDS-JUS) 106
3.3.1. Síntese metodológica de elaboração do PPDS-Jus *110*
3.3.2. Organização dos eixos estratégicos *112*
3.4. O PPDS-JUS NA ARENA PÚBLICA. 114
3.5 INSTITUIÇÃO DO CONSELHO GESTOR DO PPDS-JUS. 116
3.6 O CASO PARTICULAR DOS MUNICÍPIOS DE ABAETETUBA, MOJU, OEIRAS DO PARÁ E BARCARENA: AS CONTROVÉRSIAS DEMOCRÁTICAS. 122
3.7 PROJETOS EXECUTADOS NO ÂMBITO DO PPDS-JUS. 135
3.7.1 Ações no município de Baião. **137**
3.7.2. Ações no município de Mocajuba. **140**
3.7.3. Ações implemetadas no municipío de Cametá. **144**
3.7.4. Ações implementadas no município de Igarapé-Miri. ***146***
3.7.5. Ações no Município Limoeiro do Ajuru. ***149***

IV CAPÍTULO

A MEMÓRIA COMO REPRESENTAÇÃO DO VIVIDO: A LUTA DO LEMBRAR CONTRA O ESQUECIMENTO DA BARBÁRIE 151

4.1 MEMÓRIAS DE LAMENTO DOS CAMPONESES. 152

4.2 DESLOCAMENTO *IN SITU* E OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS. 157

CONSIDERAÇÕES EM MOVIMENTO 164

REFERÊNCIAS 169

ANEXOS 177

INTRODUÇÃO

> Toca Tocantins/Tuas águas para o mar/Os meios não são o fim/Porque vão te matar/Quiseram te afogar em águas assassinas/ E nelas afogar a vida. (CHAVES e DAMOUS, 1991).

Em meados do século XX, o território amazônico é marcado pela *chegada do estranho,* que hasteou na Amazônia a bandeira do "progresso" mediante a neocolonização que se ancorava nos discursos desenvolvimentistas, entretanto, o desenvolvimento pautado a partir dos grandes projetos está intrínseco a retirada dos direitos da população camponesa e dos elementos vitais de sobrevivência, trata-se, sobretudo, de medidas expropriatórias, no qual não há introdução de nada na vida dessas populações, haja vista que são subtraídos de seus territórios, cultura e economia, ficando alheios às condições de produção, existência material, social e política (MARTINS, 1993).

Dentre os grandes projetos inseridos na Amazônia, têm-se a implantação da Usina hidroelétrica no município de Tucuruí/UHT cuja construção teve inicio em meados dos anos de 1970 e alterou os modos de vida da população, violando os princípios básicos de produção, reprodução e sobrevivência. É a partir dos impactos que atingiram os âmbitos social, ambiental e econômico que se originou as primeiras comissões de negociação dos representantes dos municípios a montante em articulação com os representantes dos movimentos sociais do Baixo Tocantins que ficam a jusante da barragem.

O território do Baixo Tocantins se constitui historicamente mediante os primeiros povoamentos na região que remontam o século XVII e, por conseguinte, tem-se o surgimento das cidades de: Cametá (1620), Oeiras do Pará (1653) e Baião (1694). Nos séculos que sucedeu surgiram as cidades de Barcarena (1709), Abaetetuba (1745), Mocajuba (1953), Limoeiro do Ajuru (1956), Igarapé–Miri (1710) e Moju (1754). Estes municípios estão situados na Região Tocantina e são influenciados de forma direta e indireta pelo rio Tocantins, em seu baixo curso.

Quando a Eletronorte iniciou o desvio do curso do rio Tocantins em meados de 1975, as mudanças já eram perceptíveis pela população, na fase de pré-fechamento tinha-se um aumento populacional próximo à obra. Os municípios de Baião, Mocajuba e Cametá eram as faixas mais povoadas, possuíam uma densidade urbana e na área rural estimava-se cerca de 6 a 30 habitantes por Km², mas existia uma tendência à diminuição desta densidade populacional rural à medida que se subia o rio. Além disso, o rio era geomorfologicamente heterogêneo, antes do fechamento da barragem a região do Baixo Tocantins, ao todo, era densamente habitada e se tinha uma interação forte entre o homem e o meio ambiente

aquático (SANTOS et al, 2010). A estrutura econômica e social da região foi abalada, haja vista que "a zona jusante que contribuía, em 1981, por 85% da produção total passou a ser a menos produtiva" (p.114) o meio de sobrevivência foi subtraído da população mediante as transformações das dinâmicas do rio.

Foram as primeiras reclamações e as mudanças socioambientais que levaram as primeiras mobilizações que constitui o Movimento dos Expropriados de Tucuruí que se derivou da primeira comissão de negociação, constituída em 1982 (Comissão Representativa dos Expropriados de Tucuruí) tendo sido o termo expropriado utilizado inicialmente pela ELETRONORTE para formalizar os processos de desapropriação. Somente em 1991, o movimento foi oficializado (MAGALHÃES, 2007).

As discussões iniciais acerca dos impactos pairou em torno dos municípios a montante em decorrência do deslocamento compulsório, nos quais os grupos sociais não têm poder de deliberação e são obrigados a deixar ou transferir-se de suas terras (MAGALHÃES, 2007), atualmente o deslocamento pode ser pensados a partir da "territorialização e a desterritorialização como processos concomitantes" [1]. Os impactos concernentes a jusante não foram discutidos inicialmente, visto que a população não sabia de fato o que ocorreria na região abaixo da barragem, no território do Baixo Tocantins. A ausência de estudos ambientais impossibilitou mensurar a dimensão dos problemas que incidiriam em ambas as regiões, entretanto, pelo fato de não ocorrer o deslocamento no sentido propriamente dito, a região a jusante foi literalmente negligenciada durante décadas pela Eletronorte, ficando em segundo plano. O que restou à população foi à articulação política e social dos movimentos que consolidou ao longo dos anos um processo de resistência em busca de reverberar os anseios da sociedade local.

O panorama econômico e social é drasticamente alterado após a construção da barragem, os estudos desenvolvidos por Santos et al (2010) evidenciam que a heterogeneidade da pesca a jusante no Baixo rio Tocantins, a elevação da densidade populacional e a relação entre os atores sociais e o rio se entrelaçavam e estreitavam por meio da pesca mediante aos métodos tradicionais de captura e com o consumo importante de produtos aquáticos. O modo de vida a jusante divergia economicamente da montante das corredeiras, visto que na região a cima do rio a pesca não era a atividade mais preponderante, apesar do peixe ser abundante, o

[1]HAESBAERT & BRUCE. **A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. Trabalho** desenvolvido no âmbito das pesquisas do NUREG (Núcleo de Estudos sobre Regionalização e Globalização), coordenado por Rogério Haesbaert.

mercado não era tão amplo, não se tinha um estímulo para o desenvolvimento da pesca intensiva.

A inclusão da região a jusante enquanto área atingida é uma discussão recente no âmbito das pesquisas e das discussões acerca das políticas de reconhecimento, conforme as informações dos representantes dos movimentos sociais, o caso do Baixo Tocantins é um dos primeiros casos que foi reconhecido mundialmente, mas infelizmente, são raros os estudos que enfoque tal problemática. O reconhecimento a jusante é resultado de uma política que *aclopou* um conjunto de denúncias do Movimento dos Expropriados de Tucuruí e movimentos sociais a jusante, principalmente do Sindicato dos trabalhadores rurais e colônia de pescadores dos municípios de Baião e Cametá, essas denúncias foram objetos da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída em 1991.

Outro documento que oficializou, sinalizou e ratificou as questões a jusante foi a primeira versão do relatório final da fase de escopo, publicado em agosto de 1999, o qual realizou um estudo de caso acerca da usina Hidrelétrica de Tucuruí, posteriormente, em novembro de 2000, fora publicada a versão final e atualizada do estudo de caso da Comissão Mundial de Barragem, que enfatiza o declínio da agricultura de subsistência e da atividade pesqueira, sendo que a "própria barreira física imposta pelo barramento intervém diretamente na migração de peixes, ou a regularização das vazões contribui para esse declínio, já que para muitos organismos o início das cheias serve de estímulo para o começo do período de procriação" (CMB, 2000, p.60).

Somente em 2002, sob pressão dos representantes dos movimentos sociais e representantes municipais, a Eletronorte contratou uma empresa para realizar um estudo realizar um diagnosticar e analisar impactos salientados pela população na região a jusante, todavia, apenas cinco municípios que constituem a microrregião de Cametá: Baião, Mocajuba, Cametá, Limoeiro do Ajuru e Igarapé Miri foram incluídos na primeira versão do plano. Entretanto, os representantes dos movimentos passaram a reivindicar a inclusão de mais quatro municípios, sendo eles: Abaetetuba, Moju, Oeiras e Barcarena na realização das análises de impactos.

A elaboração do PPDS-Jus seguiu os moldes do PDST que foi desenvolvido para contemplar a região a montante de acordo com as exigências solicitadas pela SECTAM enquanto medida condicionante para implementação da segunda etapa da UHT, entretanto, diferente do plano a montante, o PPDS-Jus emerge enquanto demandam oriunda e instaurada no âmbito dos movimentos sociais e, posteriormente, a SECTAM condicionou que a Eletronorte desenvolvesse ações compensatórias, como a criação de programas que trouxesse

contrapartidas para a população afetada a partir da elevação da cota de água do reservatório de 72m para 74m.

Em 2003, após um evento realizado na cidade de Cametá e a partir das mudanças macropolíticas em contexto nacional, foi publicizada a versão final do PPDS-Jus, tendo sido inclusos para os estudos de impactos os quatro municípios que haviam ficado alheios nas primeiras versões do plano. As medidas compensatórias foram implementadas nos cinco municípios reconhecidos inicialmente, somente em 2006 foram concluídos os estudos socioambientais da região a jusante, os quais considerou que não houve impactos em Abaetetuba, Oeiras do Pará, Moju e Barcarena, assim, até o momento, não são reconhecidos como impactados, mesmo diante do lamento dos atores sociais que reiteram insistentemente que sofrem transformações em suas dinâmicas e modo de produção pós-fechamento da barragem.

Os estudos de RICHTER (2010) acerca dos atingidos a jusante pontuam que estimadamente é de 6 a 12 vezes maior que a população deslocada compulsoriamente das áreas inundadas pelo reservatório, tais ações afetam as dinâmicas e o modo de vida da população em decorrência das implicações da barragem. As narrativas dos atores sociais que residem a jusante elucidam precisamente o "desviou" do curso de vida a partir da implantação da UHT, sendo esta, fruto das ações deliberativas de um Estado autoritário sob a égide de um governo autocrático que primava pelo desenvolvimento e viabilização das grandes obras de infraestruturas na Amazônia.

Desta forma, discutir as questões atinentes às experiências da população camponesa que desembocou no PPDS-Jus é considerar a dinâmica que vai contra a lógica autoritária convencional da memória técnica elaborada e publicada pela Eletronorte que desconsiderou a "existência" da população local. É importante ressaltar que, de modo geral, as pesquisas acerca dos impactos de barragens pairam em torno das regiões atingidas a montante, entretanto, no âmbito científico, são raras as literaturas que abordem os diversos problemas defrontados pela população que fica situada abaixo do curso do rio. Para tanto, compreendemos a relevância desta pesquisa pelo fato de buscar dar visibilidade para os atores que ficam situados a jusante e que sofrem com os transtornos ocasionados por tal obra de infraestrutura.

No caso especifico deste estudo, damos enfoque para essas transformações e rupturas socioespaciais que incidiram no território e cotidiano dos atores situados no Baixo Tocantins, sendo que tais mudanças remontam o século XX e reverberam efeitos no contexto atual, cujos transtornos deram origem ao processo de resistência pelos atores sociais que se envidaram em

prol de reconhecimento político e social enquanto atingidos e que possuem, como objeto e material de luta, a elaboração e execução de um instrumento intitulado de Plano Popular do Desenvolvimento Sustentável da Região a Jusante (PPDS-Jus) que é resultado de um longo processo de luta da população camponesa que se encontra na arena do lamento e dor[2].

ancorar no campo de discussão acerca dos municípios a jusante, visto que existe uma gama de pesquisas que retratam as questões a montante da UHT, porém, são poucos os estudos que abordam a luta social a jusante no Baixo Tocantins. Assim, trazer à tona a trajetória de luta do movimento que está relativamente esquecido faz-se necessário, visto que se considera primordial, plausível e relevante discutir os transtornos que ocorrem a jusante da hidrelétrica e que não são tratados no âmbito cientifico com mesma voracidade que a montante, uma vez que as literaturas que retratam a luta dos movimentos e as transformações respeito desta região são vastas.

Em tempos de mudanças bruscas no cenário político, social e ambiental, precisa-se recorrer ao tempo da memória, e a tendência é dar sentido às experiências vividas, pois estas assumem um caráter preponderante nas pesquisas cientificas, corroborando assim, para o referido estudo em ação, logo, o foco desta pesquisa não se pautou apenas em análises passíveis de serem publicizadas cientificamente, mas de narrativas densas, ricas e oriundas das diversas vivências cotidianas e que carregam as marcas de um tempo que pode transluzir-se em calmaria e abundância, como também, possibilita trazer à tona a dor, o sofrimento, a transformação e transtorno desencadeado na vida dos atores sociais a jusante da Usina Hidrelétrica de Tucuruí que tiveram sua estrutura social e econômica bruscamente rompida .

É no âmbito das experiências sociais que a memória se mostra em ação, por isso, Eigler (2002) salienta que os "memories texts" incluem narrativas orais, escritas, textos autobiográficos e literários enquanto fontes e formas de abordar e elaborar o passado mediante uma retrospectiva temporal, para tanto, o lembrar aqui não constitui o pano de fundo da narrativa, mas se torna objeto constitutivo dela.

[2] Os estudos de Magalhães (2007) apontam que "a retórica construída pelos camponeses sobre a construção da barragem está ancorada na construção de um passado evocado como tempo de terra livre, no descumprimento das promessas de bem-estar social e desenvolvimento feito pela Eletronorte e na violação dos direitos de acesso a terra. Reiterava estes fundamentos, tentando evidenciar o conteúdo de sofrimento social que parece ser intrínseco à desestruturação das relações e das condições socioespaciais provocadas pela construção da barragem. Tal desestruturação, por sua vez, exacerbada pelos procedimentos operacionais da empresa" (p.244). Tal situação também foi vivenciada pela população camponesa do Baixo Tocantins, de uma forma diferenciada, mas que não deixou de ser dolorosa, não vivenciaram o deslocamento compulsório propriamente dito, entretanto, sofreram deslocamento *in situ* (visto que sofreram expropriação econômica e sua relação com o território foi modificada) como bem afirmam as narrativas dos atores sociais situados a jusantes e que será evidenciada no decorrer desta pesquisa, mostrando assim, a negligencia da dor vivenciada por desses atores.(grifo nosso).

Assim, neste estudo, consideramos os testemunhos dos atores acerca de suas experiências e os ajustes que estas sofrem ao longo do tempo, frente a outras narrativas e em outras situações (MAGALHÃES, 2007).

É neste campo dos transtornos e barbárie que a obra *Experiência e pobreza* de Walter Benjamim permitem trazer algumas contribuições à cerca do declínio do ato de narrar, pois retrata a realidade das guerras e das consequências destas na vida das pessoas que após as experiências dos campos de batalha, os soldados voltavam dos combates mais pobres e silenciosos, uma vez que as desmoralizantes estratégias de guerra e os demais terrores não era salutável de serem narrados. Claro que a abordagem realizada por Benjamin faz parte de outro contexto, no entanto, no caso desta pesquisa, as narrativas também são carregadas de dor e lamento.

Nessa perspectiva, os camponeses experienciaram muitas transformações que não se configuram em registro narrativo saudável, entretanto, tais fatos ainda são narráveis por serem uma ferramenta de resistência e luta por justiça social da população atingida, a qual continua sendo estigmatizada pelo sofrimento, crueldade, desumanização, barbárie e a dor, uma vez que a situação a jusante emerge entre a cronologia abstrata que inaugura a tragédia deliberada pelo Estado marginalizador.

Desta forma, as experiências saudáveis são subtraídas e dão lugar às narrativas de resistências, por isso, os "testemunhos das vítimas são necessários para a instalação de regimes democráticos e o enraizamento de um princípio de reparação e justiça" (SARLO, 2007, p.45). Assim, ancoramo-nos nos estudos de Magalhães (2007) acerca da temática, pois traz um diferencial conceitual e teórico, contrário dos outros trabalhos que contornam a questão do sofrimento, a autora o submete a análise, considerando o sofrimento e a dor como elementos constitutivos do processo social.

O advento do "progresso" a partir da implantação da UHT transformou as condições de existência dos grupos sociais, ao invés de mudanças conforme propagava os diversos documentos e discurso elaborados pelo setor energético, trouxe para a população inúmera atrocidade,Thompson (1998) elucida que "não existe desenvolvimento econômico que não seja ao mesmo desenvolvimento ou mudança social da cultura" (p.304) mudanças que alteram as relações culturais, ambientais e sociais, o que resta a população é resistir, instaura-se uma arena, um quadro conflitivo e uma constituição coletiva como forma de insurgir. São nos eventos públicos que as dores dos atores são atualizadas partir da luta cotidiana, e neste caso, as experiências são constituídas de angústias e traumas que foram inaugurados a partir do

trágico tempo do desenvolvimento na vida daqueles que vêm sofrendo as consequências socioambientais irreversíveis.

Partimos do pressuposto de que as discussões acerca de desenvolvimento pensado para Amazônia não consideram as nuances que envolvem os atores e a sociedade. Neste âmbito, delineamos com questionamento de pesquisa: como se deu a luta das lideranças no âmbito dos movimentos sociais na construção do PPDS-Jus a partir de suas reivindicações que demandam reconhecimento e reparação social em detrimento à violação de seus direitos?

Adotou-se, portanto, como objetivo central, traçar a memória a partir da trajetória das lideranças no âmbito dos movimentos sociais após a ruptura do regime de exceção, no qual esses atores vêm fazendo parte da discussão do plano, resistindo e demandando reconhecimento pela violação de seus direitos humanos em tempos democráticos. E como objetivo específico definiu-se: 1) reconstruir a memória a partir da trajetória de luta dos atores no âmbito dos movimentos sociais que protagonizam a luta por medidas compensatórias para a região do Baixo Tocantins; 2) analisar como se deram as discussões dos atores na arena pública durante o planejamento e elaboração do PPDS-Jus; 3) caracterizar a percepção dos atores dos movimentos sobre as condições comparadas da discussão de medidas compensatórias do PPDS-Jus antes e depois da redemocratização do país.

A fim de contemplar as proposições definidas pelos objetivos, a dissertação está delineada em quatro seções que a corporificam. Na primeira empreendemos uma abordagem introdutória acerca do objeto investigado e, por conseguinte, discutimos a proposição metodológica para realização da pesquisa, sendo que o enfoque metodológico foi qualitativo. A abordagem de pesquisa qualitativa se deu pelo fato de possibilitar uma visão holística e, além disso, pauta-se na flexibilidade de investigar o objeto de estudo e levar em consideração que, no momento oportuno, pode haver a necessidade de modificar alguns elementos da pesquisa, como por exemplo, mudanças de categorias e de outros elementos que porventura podem ser suscitados.

A II seção faz uma abordagem acerca dos marcos da luta de resistência camponesa junto a Centrais Elétrica do Norte S.A, Eletronorte, discutiu-se a partir de uma retrospectiva histórica os passos da luta dos municípios atingidos a jusante do Baixo Tocantins em frente à construção da barragem no município de Tucuruí e o extenso percurso de resistência que foram desencadeadas no limiar dos anos 80, que inicialmente ganhou maior visibilidade na região a montante, entretanto, ambas as populações das regiões supracitadas foram obrigadas a romper as práticas territoriais, ambientais, econômica e afetiva construídas socialmente ao longo de suas vidas.

Na III seção, fazemos à recomposição das versões do Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da Região a Jusante da Usina Hidrelétrica de Tucuruí e atualização da história na arena pública, haja vista que os documentos históricos que constituem a memória técnica do setor elétrico, não trazem elucidações precisas acerca da luta dos atingidos a jusante, logo, o PPDS-Jus emerge no bojo dos movimentos sociais enquanto mecanismo de resistência cuja finalidade é buscar compensar as injustiças.

Por fim, na IV seção, abordamos a memória como representação do vivido: a luta do lembrar contra o esquecimento da "barbárie", na qual as lembranças são recortes de experiências vividas e imbuídas das marcas de um tempo que se foi, mas que não se enclausura no passado, pois têm continuidade no presente, sendo, portanto, dois tempos intrínsecos, logo, evidenciamos as narrativas de resistência daqueles que foram silenciados.

Assim, é imprescindível enfatizar esse processo de ruptura com as relações e os modos tradicionais de se relacionar com o território, mostrando a importância de se traçar a memória social desses atores, pautando as ações coletivas instauradas pela população enquanto experiências que nascem a partir de outra perspectiva, emergidas no bojo dos movimentos mediante o ato de resistência que consiste em ir contra a força que os controla e aprisiona.

Portanto, é imprescindível enfatizar esse processo de ruptura com as relações e os modos tradicionais de se relacionar com o território, mostrando a importância de se traçar a memória social desses atores, pautando as ações coletivas instauradas pela população enquanto experiências que nascem a partir de outra perspectiva, emergidas no bojo dos movimentos mediante o ato de resistência que consiste em ir contra a força que os controla e aprisiona.

A dissertação conclui-se pela relevância teórica, política, social, pelo fato de ressaltar que "pode um subalterno falar" [3], dando visibilidade aos representantes dos movimentos e às lutas desencadeadas pelos atores sociais e principalmente pelo esforço de considerar a região a jusante enquanto impactado, sendo esta uma experiência no caso mundial de barragem. São poucos os estudos voltados para a questão a jusante que demanda por justiça social, ambiental e reconhecimento enquanto impactados. Logo, a discussão sobre o PP**DS-Jus e efeitos da barragem na região, configura-se em um objeto de pesquisa** privilegiado no qual é possível analisar as relações constituídas em torno das reclamações e reivindicações por justiça.

[3] Ver mais em SPIVAK (1942). "Pode um subalterno falar"?

Esta pesquisa foi desenvolvida com subsídio financeiro da CAPES, através da concessão de bolsa de mestrado vinculada ao projeto interinstitucional "Memórias Brasileiras: Conflitos Sociais" coordenados pelo IPPUR - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, aprovado pelo CAPES, cuja finalidade pautou-se em abordar as lutas dos atingidos pela usina hidrelétrica de Tucuruí – das primeiras mobilizações em contexto autoritário às condições de mobilização subsequentes à redemocratização do país. As contribuições do projeto foram imprescindíveis para a realização dos trabalhos de campo e demais etapas que sucederam a concretização do estudo.

1.1. Itinerário metodológico.

As pesquisas voltadas para os fatos sociais, definição do problema bem com o recorte temporal e a construção da memória social a partir da trajetória das lideranças no âmbito movimento social que incorporaram a luta de resistência frente à Eletronorte na região do Baixo Tocantins e contribuíram na construção de um plano popular de desenvolvimento territorial da região a jusante da UHT, exige um aparato metodológico capaz de contemplar o problema em suas múltiplas facetas, possibilitando assim, chegar aos objetivos traçados, para tanto, fora necessário seguir alguns requisitos propostos por Lakatos:

> Viabilidade: pode ser eficazmente resolvido através da pesquisa; b) relevância: deve ser capaz de trazer conhecimentos novos; c) novidade: estar adequado ao estágio atual da evolução científica; d) exequibilidade: Pode chegar a uma conclusão válida; e) oportunidade: atender a interesses particulares e gerais (LAKATOS, 2010, p. 144).

A partir dos pré-requisitos demandados por Lakatos (2010), surge a necessidade de uma postura sistemática perante os fatos. A passividade empirista, apenas reafirma as pré-noções do senso comum, conforme elucida Bourdieu (1989).

> O que conta, na realidade, é a construção do objeto, e a eficácia de um método de pensar nunca se manifestam tão bem como na sua capacidade de constituir objetos socialmente insignificantes em objetos científicos ou, o que é o mesmo, na sua capacidade de reconstruir cientificamente os grandes objetos socialmente importantes, apreendendo-os de um ângulo imprevisto". (BOURDIEU, 1989, p. 55)

Surge então à necessidade de método capaz de contemplar as complexidades que envolvem o objeto investigado e assim construir o conhecimento epistemológico, nessa perspectiva, a interdisciplinaridade assume um caráter relevante neste estudo, pois além de ser

uma nova postura de fazer ciência, também é uma característica constitutiva do Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades (PPGCITI), logo, a pesquisa tem um cunho interdisciplinar, pois as situações da contemporaneidade são complexas e exigem uma abordagem metodológica e epistemológica capaz de compreender a sociedade a partir da unidade e "tudo nos leva a engajar-nos cada vez mais na pesquisa das aproximações, das interações e dos métodos comuns às diversas especialidades". Eis o que chamaremos de "pesquisa interdisciplinar" (JAPIASSU, 1976, p. 40).

E de acordo com Bourdieu (2007, p. 27) o pesquisador precisa pensar a partir da integração, é imprescindível que não tenha um pensamento setorial e isolado ao relação método, a teoria, "o objeto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial das suas propriedades". Desta forma, as deve se considerar as relações nas quais o objeto se encontra intrínseco as relações sociais.

1.2 Abordagem qualitativa.

Para além descrever e compreender os fatos sociais a partir de um retrato da realidade precisa-se dar consistência, autenticidade e rigor à pesquisa, para tanto, fizemos uso da abordagem qualitativa pelo fato de defender uma visão ampla e ao mesmo tempo integrada do objeto investigado. Qualitativa porque envolve elementos que interferem nos fenômenos estudados tal conforme elucida Ludke e André (1986):

> Qualitativa porque se contrapõe ao esquema quantitativo de pesquisa (que divide a realidade em unidades possíveis de mensuração, estudando-as isoladamente), defendendo uma visão holística dos fenômenos, isto é, que leve em conta todos os componentes de uma situação em suas interações e influências recíprocas (LUDKE e ANDRÉ, 1986, p.17).

A opção pela pesquisa qualitativa se deu pelo falo de possibilitar uma visão holística e, além disso, se pauta na flexibilidade de investigar o objeto de estudo e levar em consideração que, no momento oportuno, pode haver a necessidade de modificar alguns elementos da pesquisa, como por exemplo, mudanças de categorias, e outros elementos que porventura podem surgir. Para Alves-Mazzotti e Gewandsznnajder, (2002, p. 147) "as investigações qualitativas, por sua diversidade e flexibilidade, não admitem regras precisas, aplicáveis a uma ampla gama de casos".

1.3 Instrumentos de pesquisa.

Quando nos reportarmos às técnicas ou método escolhido pelo investigador, sempre precisamos nos atentar e compreender que haverá limitações, pois, ao escolhermos o objeto de estudo já estamos fazendo um recorte da realidade a ser investigada e trabalhamos com uma

amostra ou sujeito incluído. O importante é que as escolhas estejam cada vez mais respaldadas e pautadas em concepções evidentes ao pesquisador sobre a natureza do objeto envolvido no estudo, tendo em vista também o nível de análise e de descrição pretendidas no decorrer do estudo.

Inicialmente a pesquisa se deu a partir de um levantamento bibliográfico, nessa etapa foi realizada uma leitura exploratória do material que subsidiou um conhecimento acerca do foco de investigado, para podermos dar continuidade às demais etapas, logo, o levantamento bibliográfico é o processo ou etapa inicial da pesquisa que nos forneceu informações significativas a respeito do tema abordado, pois o embasamento dos estudiosos acerca do problema investigado possibilita adquirir conhecimentos prévios, desta forma, à bibliografia é a utilização mecânica de matérias como: jornais, revistas escritas, gravações, sites, e etc. os métodos e as técnicas devem adequar-se ao problema, questões que são elencadas e queremos confirmar a partir dos colaboradores (MARCONI e LAKATOS, 1991).

A pesquisa consistiu em análise de diversas fontes documentais pelo fato do estudo tratar-se de um período histórico do país que remonta ao século XX, no qual se iniciam as deliberações acerca da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, num momento em que o Estado configurava-se em um regime ditatorial, ancorado na exceção e autoritarismo, desta forma, a veiculação de informações eram cerceadas, não havendo assim, esclarecimentos acerca dos danos que a UHT acarretaria para a população. E visando conhecer a história a partir das vozes dos interlocutores, utilizaremos como instrumento a entrevista semiestruturada, sendo que esta é responsável pela extração de um número elevado de dados que proporcionarão densidade ao trabalho.

É importante salientar que:

> O termo entrevista é construído a partir de duas palavras, entre-vista. Vista refere-se ao ato de ver, ter preocupação com algo. Entre indica a relação de lugar ou estado no espaço que separa duas pessoas ou coisas. Portanto, o termo entrevista refere-se ao ato de perceber realizado entre duas pessoas. (RICHARDSON, 1999, p. 207)

Nesse sentido, a entrevista será utilizada como técnica qualitativa para compreensão da vivência pessoal dos atores, além de ser uma forma que privilegia a fala do indivíduo e possibilita a validação da voz do interlocutor, propicia momentos de interação entre o locutor e interlocutor permitindo uma obtenção de dados precisos. Desse modo, para além de um processo de interpelação é uma conversação com intento definido.

Ribeiro (2008, p.141) considera entrevista como:

> A técnica mais pertinente quando o pesquisador quer obter informações a respeito do seu objeto, que permitam conhecer sobre atitudes, sentimentos e valores subjacentes ao comportamento, o que significa que se pode ir além das descrições das ações, incorporando novas fontes para a interpretação dos resultados pelos próprios entrevistadores.

Neste sentido, o pesquisador tem a tarefa de debruçar-se nesta fase e estar atento a todas as questões exposta pelo entrevistado, além de mediador durante as entrevistas a/o entrevistadora/o também deve considerar-se como um instrumento desse processo, sendo assim, lhe é atribuído estar preparado durante o processo de investigação, além de se policiar quanto aos imprevistos que podem vir a ocorrer, devendo ser também um animador, possibilitando e contribuindo para a promoção e interação do diálogo mais desanuviado.

1.3.1 Pré-campo

A minha primeira imersão em Campo se deu em dezembro de 2017, quando iniciei o levantamento e contactação com as lideranças que protagonizam a luta a jusante em defesa da vida, da cultura, de equidade social, justiça ambiental e de medidas mitigadoras. Inicialmente as atividades de levantamento ocorreram em Abaetetuba, onde obtive informações que direcionaram a incursão nos demais municípios, posteriormente fui à Igarapé-Miri e estabeleci diálogo com um dos interlocutores que estiveram à frente das reivindicações do PPDS-Jus, sendo um dos precursores do MODERT, esse movimento colaborou com a consolidação das lutas a jusante, de início, tivemos uma conversa informal, mas repleta de pontos interessantes acerca do PPDS-Jus que direcionou com precisão a ida a campo.

1.3.2 Imersão no campo de pesquisa.

A incursão na pesquisa de campo iniciou em janeiro de 2018, retornei aos municípios com pretensões mais definidas, para além de um diálogo, busquei observar, viajar nas histórias que estavam sendo narradas mediante ao ato de rememoração e das experiências, fiz alguns questionamentos, anotações e gravações com o consentimento do entrevistado, tal comunicação possibilitou esclarecimentos referentes a algumas dúvidas e lacunas que se apresentavam de forma ofuscada, principalmente em decorrência da memória técnica que a Eletronorte apresenta e veicula em todos os meios de comunicação, com a retórica de gestão democrática e promoção do desenvolvimento territorial da região.

Realizei visitas no Sindicato dos trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRA), Colônia dos Pescadores (Z-14) e com um representante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) do município de Abaetetuba. Assim, estabeleci contato com os atores do referido município, sendo relatado que só a partir de Julho de 2003 foram inclusos para a

realização dos estudos socioambientais e passaram oficialmente a fazer parte da discussão em prol de reconhecimento da população enquanto impactada.

Posteriormente, fiz imersão no município de Cametá, mais precisamente em março e Julho de 2018, quando visitei a colônia dos pescadores, STTR e a diocese, sendo este último um dos movimentos que possui grande relevância pelo fato de ter grande atuação na luta em prol da população camponesa impactada no Baixo Tocantins. Por conseguinte, fui ao município de Baião, visto que este sofreu impactos mais proeminentes, conforme ressaltam algumas pesquisas e relatos dos atores sociais. Banhado pelo rio Tocantins, o município fica localizado geograficamente mais próximo de Tucuruí que os demais, logo, os impactos incididos na região mudou o ritmo da população, principalmente dos camponeses residentes nas ilhas.

Foram realizadas visitas também ao STTR, colônia dos pescadores dos municípios de Barcarena e Mojú. Em relação ao município de Oeiras do Pará e Limoeiro do Ajurú não foi possível fazer visitas, o contato com as lideranças se deu mediante os meios de comunicação: correio eletrônico e telefonemas. Além da visitação aos segmentos sociais, fizemos visitas à Eletronorte, Secretaria de Estado Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), à Conferência nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), ao Consórcio de Desenvolvimento Socioeconômico Intermunicipal (CODESEI) e Prelazia de Cametá, nestas instituições realizou-se levantamento documental acerca do PPDS-Jus. Após a contactação, foram realizadas entrevistas com dez atores, sendo que alguns são ex-representantes e outros atuais representantes dos movimentos sociais.

1.4 A história narrada pela voz dos atores: afinal, quem são eles?

TUCURUÍ, URGENTE.

TUDO O QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE A HIDRELÉTRICA E SUAS CONSEQÜÊNCIAS.

LEIA COM ATENÇÃO, E COMENTE COM OS SEUS FAMILIARES, AMIGOS, VIZINHOS E COLEGAS.

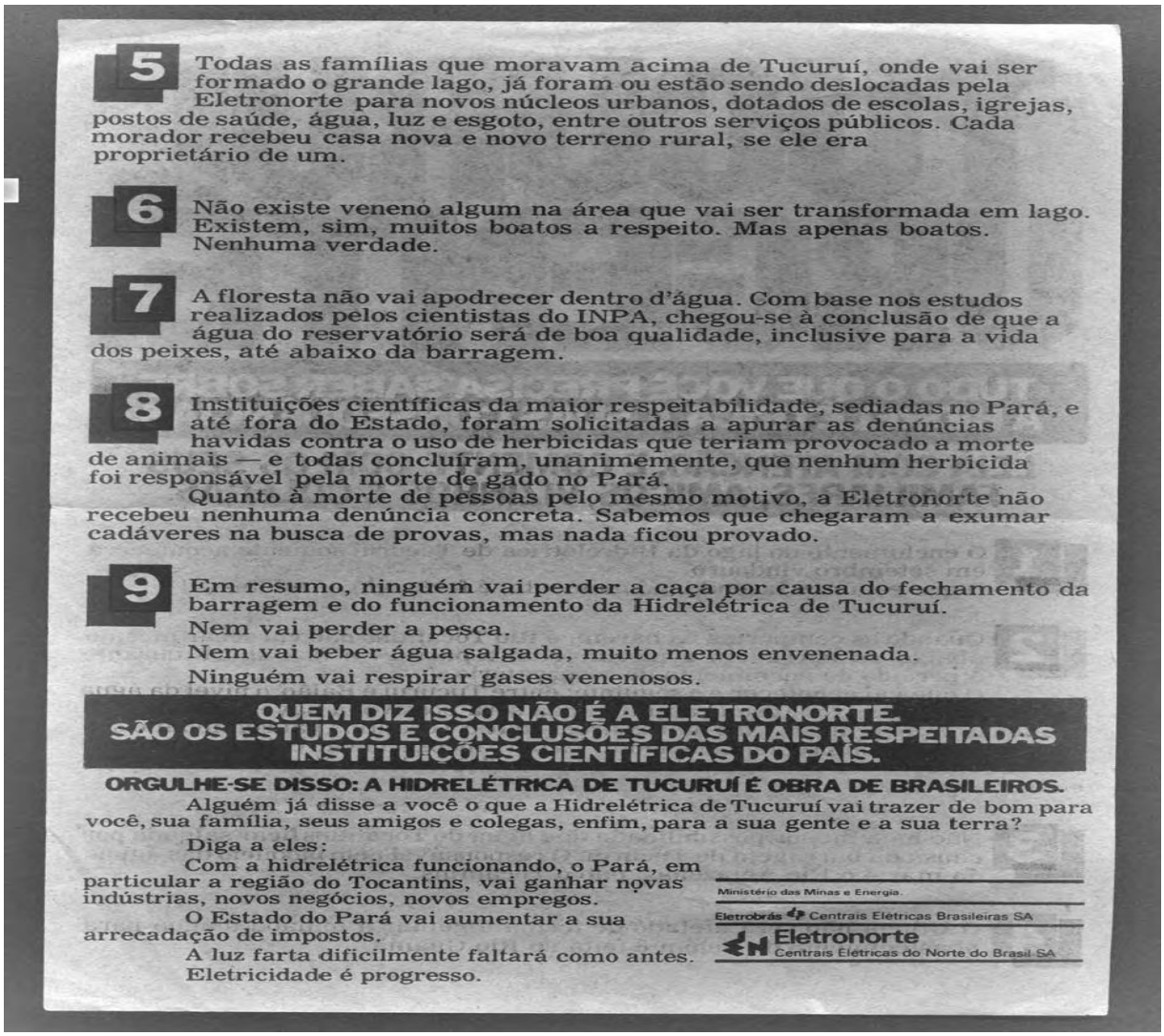
1 O enchimento do lago da Hidrelétrica de Tucuruí somente acontecerá em setembro vindouro.
O que estamos fazendo, no momento, é fechando as adufas.

2 Quando as comportas fecharem, o Rio Tocantins não vai secar mesmo abaixo da barragem e mesmo sem a passagem das águas durante o período de enchimento do reservatório.
O que vai acontecer é o seguinte: entre Tucuruí e Baião, o nível da água vai ficar mais baixo. Mesmo assim, ainda será possível a navegação de pequenas embarcações. Nas outras áreas, o Rio Tocantins vai continuar o seu curso normal, sem problema nenhum. Os barrancos não vão cair, e os peixes não vão morrer. Os peixes terão todas as condições de viver no reservatório e abaixo dele.

3 Não há a menor possibilidade de a água do Tocantins ficar salgada por causa da barragem de Tucuruí. O responsável pelo bloqueio das águas do mar é o Rio Amazonas, não o Tocantins.

4 O Utinga não será afetado de forma alguma: a tomada d'água para abastecimento de Belém é feita no Rio Guamá.

Figura 1 - Frente do panfleto elaborado pela Eletronorte, Tucuruí Urgente.
Fonte: Data provável do panfleto é de setembro de 1894, Eletronorte.



5 Todas as famílias que moravam acima de Tucuruí, onde vai ser formado o grande lago, já foram ou estão sendo deslocadas pela Eletronorte para novos núcleos urbanos, dotados de escolas, igrejas, postos de saúde, água, luz e esgoto, entre outros serviços públicos. Cada morador recebeu casa nova e novo terreno rural, se ele era proprietário de um.

6 Não existe veneno algum na área que vai ser transformada em lago. Existem, sim, muitos boatos a respeito. Mas apenas boatos. Nenhuma verdade.

7 A floresta não vai apodrecer dentro d'água. Com base nos estudos realizados pelos cientistas do INPA, chegou-se à conclusão de que a água do reservatório será de boa qualidade, inclusive para a vida dos peixes, até abaixo da barragem.

8 Instituições científicas da maior respeitabilidade, sediadas no Pará, e até fora do Estado, foram solicitadas a apurar as denúncias havidas contra o uso de herbicidas que teriam provocado a morte de animais — e todas concluíram, unanimemente, que nenhum herbicida foi responsável pela morte de gado no Pará.

Quanto à morte de pessoas pelo mesmo motivo, a Eletronorte não recebeu nenhuma denúncia concreta. Sabemos que chegaram a exumar cadáveres na busca de provas, mas nada ficou provado.

9 Em resumo, ninguém vai perder a caça por causa do fechamento da barragem e do funcionamento da Hidrelétrica de Tucuruí.

Nem vai perder a pesca.

Nem vai beber água salgada, muito menos envenenada.

Ninguém vai respirar gases venenosos.

QUEM DIZ ISSO NÃO É A ELETRONORTE.
SÃO OS ESTUDOS E CONCLUSÕES DAS MAIS RESPEITADAS INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS DO PAÍS.

ORGULHE-SE DISSO: A HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ É OBRA DE BRASILEIROS.

Alguém já disse a você o que a Hidrelétrica de Tucuruí vai trazer de bom para você, sua família, seus amigos e colegas, enfim, para a sua gente e a sua terra?

Diga a eles:

Com a hidrelétrica funcionando, o Pará, em particular a região do Tocantins, vai ganhar novas indústrias, novos negócios, novos empregos.

O Estado do Pará vai aumentar a sua arrecadação de impostos.

A luz farta dificilmente faltará como antes.

Eletricidade é progresso.

Ministério das Minas e Energia.
Eletrobrás Centrais Elétricas Brasileiras SA
Eletronorte Centrais Elétricas do Norte do Brasil SA

Figura 2 - Verso do panfleto elaborado pela Eletronorte, Tucuruí Urgente.
Fonte: Data provável do panfleto é de setembro de 1984, Eletronorte.

A história acerca da UHT foi publicizada mediante a memória técnica produzida pela pelas Centrais elétricas do Norte/ Eletronorte. Os registros oficializados pela estatal enfatizam o desenvolvimento e crescimento econômico a partir da construção da barragem em Tucuruí, mediante uma linguagem que reitera o orgulho em construir tal empreendimento e que o advento do progresso chegaria até a população, conforme ressalta tal documento.

O panfleto acima foi elaborado pela estatal subsidiária, no qual são elencados vários pontos que ratificam a viabilidade e plausibilidade da hidrelétrica, inclusive, intitula-se "Tucuruí Urgente: quem diz não é a Eletronrte, são os estudos e conclusões das mais respeitadas intituiçoes cientificas do país", é um texto sintético e enfático acerca da chegada do desenvolvimento evidenciando "tudo que você precisa saber sobre a hidrelétrica e suas consequências". O item 2 é visou chamar atenção dos pescadores, no qual a Eletronorte afirma que os peixes terão todas as condições necessárias para se desenvolver tanto no

reservatório quanto abaixo dele, entretanto, essa afirmação não se sustentou, sendo seguida de controvérsias, haja vista que existe a produção e constituição de outra memória, a dos grupos sociais, no qual os pescadores, sendo os principais atingidos com a construção da barragem, reclamam e denunciam as alterações geomorfológicas do rio e, principalmente, do declínio da produção pesqueira e do desaparecimento das espécies de peixes. C vfAlém disso, inúmeras pesquisas apontam que não houve realização de estudos ambientais, sendo ressaltado apenas que o rio não secaria, que todas as famílias acima de Tucuruí estavam sendo devidamente realocada, que a floresta não apodreceria em baixo da água, e que os peixes teriam todas as condições de viver no reservatório, a única coisa que mudaria seria o nível do rio entre Tucuruí e Baião que diminuiria, mas não impediria as pequenas embarcações de navegarem. Tem-se a Inauguração de uma nova era: eletricidade dificilmente faltará, a região Tocantina vai ganhar novos empregos e novos negócios.

> Ao construir a barragem de Tucuruí, foram radicalmente alterados os ambientes aquáticos tanto acima como abaixo da barragem. Antes de fechar a barragem, o rio Tocantins sustentava uma alta diversidade de peixes. O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) identificou mais de 350 espécies de peixes em Tucuruí; esta alta diversidade posa? Problemas diferentes que os problemas em outros locais tropicais onde represas grandes têm sido construídas, tais como em represas africanas onde tipicamente apenas 80 espécies, aproximadamente, estão presentes. A diversidade de espécies de peixes na represa diminuiu drasticamente, com as comunidades sendo dominadas por algumas espécies (LEITE & BITTENCOURT, 1991 apud FEARNSIDE, 2002, p.12).

As pesquisas publicadas pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Fearnside (1991, 1995, 1999, 1980, 1989), Magalhães (1983, 1987, 1990, 2003, 2007) e entre outros, fazem discussão acerca dos impactos a partir da implantação da barragem, uma vez que os estudos científico-acadêmicos e principalmente os relatos da população local e adjacente divergem completamente das elucidações propagadas pela Eletronorte, visto que as pesquisas retratam os desastres decorrentes do empreendimento.

É por meio de outro viés que neste estudo selecionamos aqueles cuja voz sempre foi invisibilizada pelo Estado, desta forma, tiramos o foco dos discursos veiculados pela estatal, a exemplo, o documento mencionado acima e damos ênfase aos discursos contra hegemônicos a partir da memória das lideranças dos movimentos sociais que vivenciaram a luta contra as medidas nefastas que interferiram diretamente na vida de cada ator, nos quais as lembranças do evento se coletivizam e coadunam na construção do PPDS-Jus. Desta forma, evidenciamos o outro lado da história que foi silenciada, uma história que está ancorada nos dispositivos de resistência dos atores sociais produzidas no Baixo Tocantins.

Na tentativa de visibilizar a população atingida, recorremos à fonte testemunhal, pois o "testemunho é único e insubstituível" (SELIGMAN, 2008, p. 72) possibilitando os grupos sociais testemunharem suas experiências referentes ao processo de resistência, ressalto que o foco foi precisamente a trajetória de luta das lideranças no âmbito dos movimentos sociais, no entanto, transitamos entre o extraordinário que são representantes e/ou representaram o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais– STTR, a Colônia dos pescadores, o Movimento de Defesa da Região Tocantina (MODERT), a Prelazia de Cametá, o Consórcio de Desenvolvimento Sócio-Econômico Intermunicipal – CODESEI e o Movimento dos Pescadores do Estado do Pará– MOPEPA, além disso, fora lançado um olhar para aqueles que se apresentam enquanto ordinário, pois se tratam dos moradores que não estiveram diretamente a frente aos movimentos, mas cotidianamente vivenciam os efeitos desastrosos nas relações com o meio.

Nessa perspectiva, nos ancoramos na figura do narrador[4] que é personificado neste estudo pelos atores sociais que são os narradores fidedignos da história. Uma das principais preocupações apontadas por Walter Benjamim concerne ao declínio das narrativas, e por mais que as colocações do autor sejam alusivas a uma determinada situação que não se tangencia diretamente com a narração trabalhada neste estudo, consideramos relevante salientar que o ato de narrar realmente vem declinando em diferentes contextos, pois no caso especifico deste estudo, foram encontradas dificuldades e resistência por parte dos atores, visto que fora perceptível o desejo de não contar suas histórias, alguns se recusaram até a iniciar uma conversa informal e, assim, "a arte de narrar está definhando porque a sabedoria - o lado épico da verdade - está em extinção", visto que à comunicação oral é uma fonte privilegiada e comunicável de transmitir informação (Benjamin, 1994, p.05).

> A narrativa, que durante tanto tempo floresceu num meio de artesão - no campo, no mar e na cidade -, é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o "puro em si" da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso. (p.09)

Cabe ressaltar que "a experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos

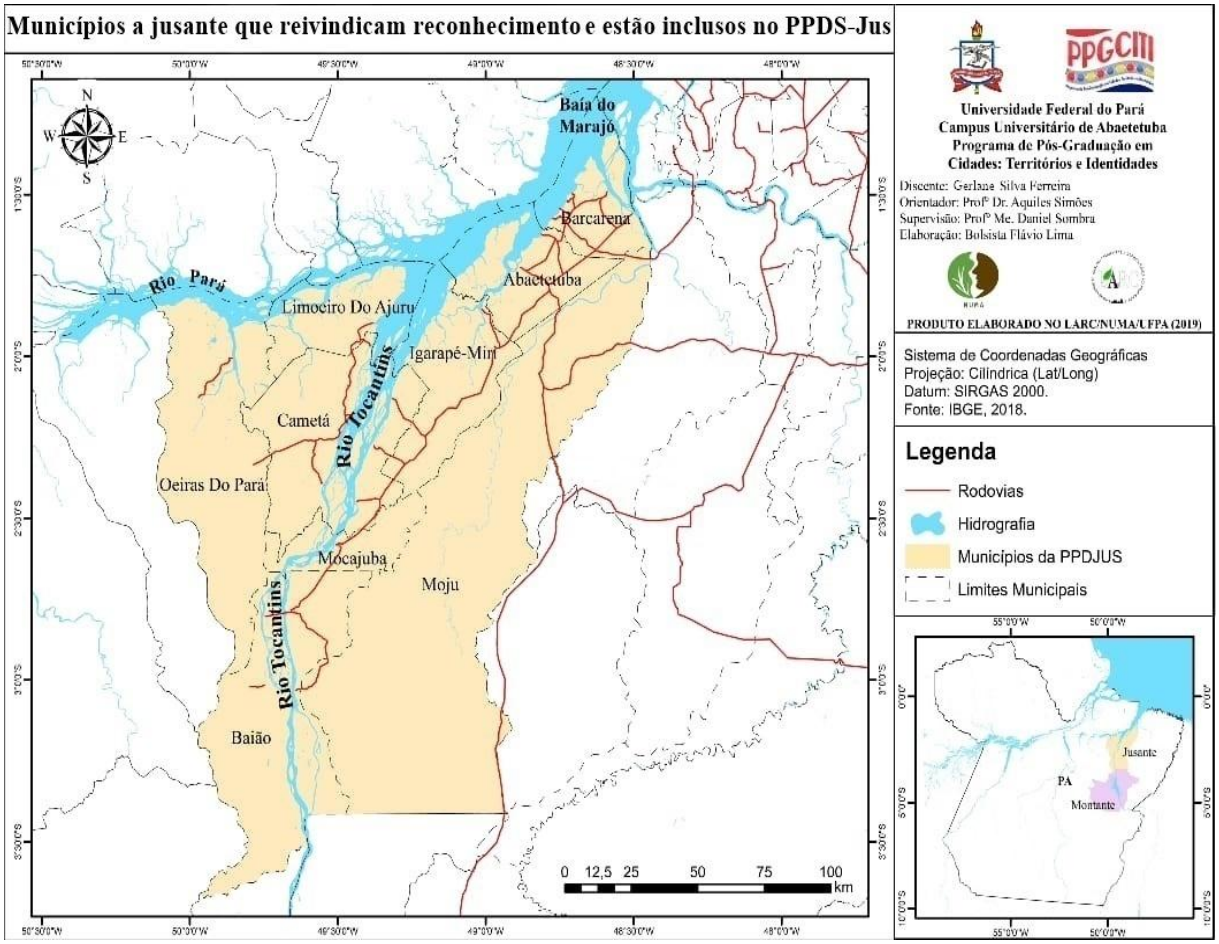
[4] O narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes [...] O narrador mantém sua fidelidade a essa época, e seu olhar não se desvia do relógio diante do qual desfila a procissão das criaturas [...] (BENJAMIN, p. 05-13)

se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos" (BENJAMIM, p.02).

Nesse sentido, a narrativa representa a existência e a subjetividade dos atores sociais a partir da memória, as lembranças de outrora se reportam a um tempo marcado pelas boas experiências, alguns acham necessário narrar para que suas vozes sejam ouvidas, outros têm suas esperanças abaladas diante dos desafios e negligencias por parte do Estado e se recusam a falar sobre os acontecimentos após a construção da barragem, e no caso dos que se recusaram a falar, pode-se remeter a preservação da memória.

pode remeter a uma preservação da memória

1.5 Cenário da pesquisa: o território do Baixo Tocantins e as estratégias de resistência contra o capital.



Mapa 1 - Municípios a jusante inclusos no PPDS-Jus.
Fonte: pesquisa de campo, 2019.

O território do Baixo Tocantins constituiu-se enquanto tecido sociopolítico permeado pelos jogos de interesses, disputas, conflitos, justiça ambiental e, sobretudo, pela organização

política que levou os representantes dos movimentos amadurecerem na luta a favor da vida e equidade social emergente no âmbito das arenas públicas, o mapa apresentado, enfatiza os municípios que fazem parte da região e que reivindicam medidas compensatórias decorrente dos transtornos causados à população a jusante da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, principalmente no que concerne à economia e aos modos de produção, reprodução e apropriação do meio ambiente e territórios.

Desta forma, a pesquisa de campo teve como área de abrangência o Baixo Tocantins; que foi a referência física para realização deste estudo. O referido território é constituído por onze municípios, entretanto, damos enfoque apenas para os noves que fazem parte do pleito e reivindicam medidas compensatórias e reconhecimento enquanto impactados, para tanto, são enfatizadas apenas as narrativas das lideranças situadas em nove desses municípios que fazem frente ao movimento de resistência junto à Eletronorte em busca de medidas que reparem e minimizem os danos sociais e ambientais causados pela construção da UHT. Sendo que a Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHE) está situada no Rio Tocantins, Estado do Pará, sendo considerada a maior em potência 100% brasileira (8.370KW), seu funcionamento exigiu a formação de um lago artificial que inundou uma área de 2.830km² (ELETRONORTE, 1989).

A referida região foi selecionada pelo fato de ser um território que alberga os municípios a jusante que reivindicam reconhecimento sendo que cinco já fazem parte do Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da Região a Jusante – PPDS-Jus, o qual será elucidado mais precisamente na III seção.

A constituição Histórica dos primeiros povoamentos na região do Baixo Tocantins remonta o século XVII, com o surgimento das cidades de: Cametá (1620), Oeiras do Pará (1653) e Baião (1694). Nos séculos que sucedeu surgiram as cidades de Barcarena (1709), Abaetetuba (1745), Mocajuba (1953), Limoeiro do Ajuru (1956), Igarapé–Miri (1710) e Moju (1754)[5] . Estes municípios estão situados na Região Tocantina e são influenciados de forma direta e indireta pelo rio Tocantins, em seu baixo curso. "O Território do Baixo Tocantins encontra-se numa zona de fronteira, está localizado entre a Amazônia Central e Amazônia Oriental, no nordeste do Pará" (BRASIL, p.12)[6]. Antes da construção da barragem, os municípios situados a jusante tinham um ordenamento territorial completamente divergente do cenário que constitui pós-operacionalização da UHT.

[5]Http:// região do Baixo Tocantins/Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável PTDRS Território da Cidadania Baixo Tocantins. Acessado em: 03/04/2017.
[6] BRASIL. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável PTDRS.

Tabela 1 - Índice de população rural e urbana dos cinco municípios a jusante e inclusos inicialmente no PPDS-Jus

MUNICÍPIO	DÉCADA DE 1970		DÉCADA DE 1980		DÉCADA DE 1990	
	URB.	RUR.	URB.	RUR.	URB.	RUR.
CAMETÁ	10291	9275	9002	-3135	10141	2296
IGARAPÉ MIRI	6947	1095	5592	-3019	5186	5575
MOCAJUBA	3087	5535	6235	1765	2805	1841
BAIÃO	1295	2829	3791	23	2989	-1942
LIMOEIRO DO AJURÚ	677	-1903	954	-540	1248	-759
TOTAL MICRORREGIÃO	22294	14864	25582	-4914	22376	7004

Fonte: PPDJUS, 2003.

Os dados demonstram o declínio acentuado da população na área rural, a que vem reduzindo, entre 1970 e 2000, a densidade urbana cresce cerca de 288%, sendo que a população rural cresce apenas 17%, o forte êxodo rural em direção aos núcleos urbanos, a perda no dinamismo da agricultura é um dos fatores que tem contribuído com a saída da população camponesa, nos estoques de população, com destaque para Limoeiro do Ajurú, que perdeu população rural em todas as décadas; e, na década de noventa, além de Limoeiro, Baião também teve a sua população reduzida, se tem uma forte migração da população rural para os núcleos urbanos(PDJUS, 2003a).

> Alto índice de emigração, com registro de decréscimo absoluto de população nos municípios de Limoeiro do Ajuru e de Baião (pg. 21/24); forte êxodo rural (pg.24); estagnação econômica, com redução das atividades agropecuárias (pg. 25); declínio da produtividade média da agricultura (pg.32). Diminuição do PIB em termos absolutos em todos os municípios, especialmente nos dois municípios mais importantes da microrregião – Cametá e Igarapé-Miri (ELETRONORTE, 2002, p. 21-32, *apud* pg. MAGALHÃES, 248).

Um dos campos que sofreu interferência maior interferência foi o econômico. A microrregião a jusante da UHE de Tucuruí apresentou, nos últimos anos, estagnação econômica, registrando um acréscimo apenas 0,32% ao ano, entre 1980 e 1996, reflexos da redução da maioria das atividades agropecuárias. Esta retração econômica se evidencia, particularmente, na década de oitenta, com a diminuição do PIB em termos absolutos em todos os municípios. Os índices apontam que os dois municípios com maior base econômica (72% do produto regional em 1980 - registraram desempenhos insatisfatórios) ocasionando o

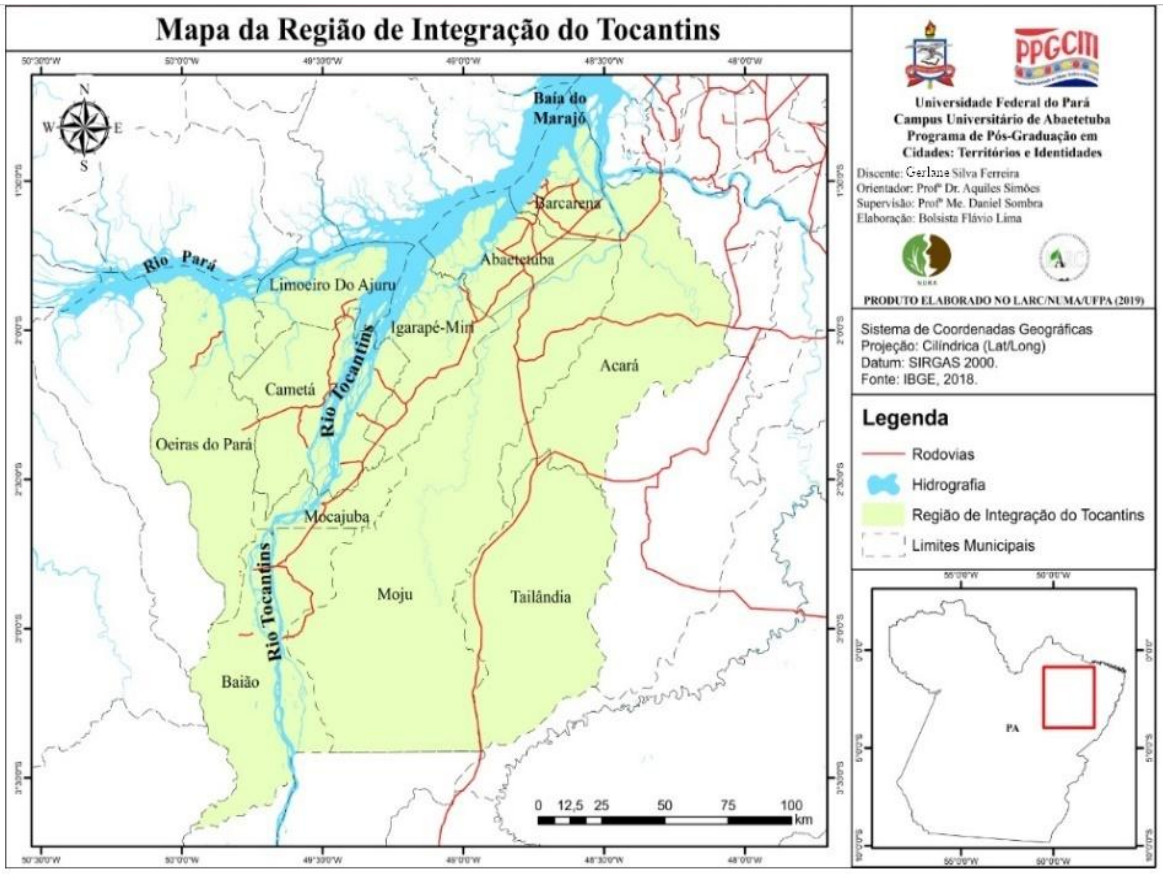
recuo da economia regional. O município de Cametá apresentava uma economia regional com de 39,0% em 1980, teve um crescimento de 0,4% ao ano, no mesmo período que compreendeu de 1980-1996. Igarapé Miri, responsável por cerca de 36,5% do PIB em 1980, foi o mais afetado pela crise regional, apresentando uma taxa negativa de crescimento, de 0,8% ao ano, no mesmo período(PPDS-Jus,2003). O que se constata ao longo das últimas cinco décadas a respeito do Baixo Tocantins são as mudanças que o território vem sofrendo de forma veemente no que concerne a desestruturação nas dinâmicas territorial, os estudos de Magalhães et al (2012) ratifica tais transformações:

> O território do Baixo Tocantins, estado do Pará, reflete esse processo de mudança. De fato, os municípios podem ser agrupados de acordo com as diversas ações e políticas públicas implantadas ao longo do tempo. Neste caso, temos: os municípios de Baião, Mocajuba, Cametá e Igarapé-Miri – que sofreram transformações ambientais decorrentes das mudanças na vazão do rio Tocantins; Moju e Tailândia – alvo de indústrias madeireiras, com importante cenário de desmatamento; Tailândia, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Acará, e Baião – alvo da implantação de um polo de biocombustível; e Barcarena – o complexo industrial mineral (p.06).

Diversas políticas foram implementadas na região implementadas e com isso o território foi perpassando por divisões e/ou denominação, no qual a designação de Baixo Tocantins surge a partir da década de 1970, sendo orientado pelas tais divisibilidades em alto, médio e baixo, tendo como referência a montante e jusante que reorganiza e articula os municípios nas vertentes políticas e econômicas.

> A denominação tradicional Baixo Tocantins, seguindo a forma de referir os lugares a partir da situação destes em relação aos rios, normalmente divididos em alto, quando a montante, médio e baixo quando à jusante, próximo da foz, foi assumida nos anos de 1970 e 1980 pelo movimento sindical rural e outros atores coletivos, entre eles o dos profissionais da educação (ARAÚJO & TEISSERENC, 2016, p.9)

A dinâmica territorial do Baixo Tocantins vai ganhando novas denominações ao longo dos anos. Em 2007 a Secretaria de Integração Regional/SEIR divide o Estado em regiões de Integrações, a justificativa para tais mudanças era que as antigas divisões estabelecidas pelo IBGE já não condiziam com a nova realidade do território. A Região de integração do Baixo Tocantins passou a contemplar além dos municípios da Microrregião de Cametá e também os municípios Barcarena, Moju, Tailândia e Acará, atualmente o território é constituído pelos municípios representados no mapa doravante.



Mapa 2 - Municípios que compõem a Região de Integração do Baixo Tocantins.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Para tanto, diversas estratégias foram elaboradas como forma de desenvolvimento regional, posterior ao PPDS-Jus, durante a gestão da governadora Ana Julia Carepa (que na época estava vinculada ao Partido dos Trabalhadores/PT) e no âmbito da Secretaria de Integração Regional/SEIR em parceria com o Núcleo de altos estudos da Amazônia (NAEA) foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável/PDRS, conforme as elucidações do ex-secretário da SEIR, o Estado buscou desenvolver uma política de integração nas doze regiões administrativas que organizaram naquele contexto e tinha como instrumento o "Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável Tocantins (PDRS Tocantins) se constitui em um instrumento de planejamento e operacionalização que visa integrar as ações do Governo Federal, Estadual e Municipal, bem como orientar ações de iniciativas privadas na Região "(PDRS, 2009, p.04)

O plano visava fazer uma articulação entre o Governo do Estado, por meio da SEIR e o Governo Federal, por meio das Centrais Elétricas do Norte (Eletronorte) e tinha como finalidade objetivo incorporar as diretrizes do PPDS-Jus que surgiram mediante as mobilizações dos movimentos sociais, entidades de pesquisa da região e das prefeituras de nove dos onze municípios que constituem a Região de Integração (PDRS, 2009).

> O PPDS-Jus, ele faz parte de uma manifestação dos movimentos sociais, o PIRTUC foi feito também por pressão, mas com consentimento da ELETRONORTE, o PPDS-Jus foi feito porque a Eletronorte não reconhecia os impactos a jusante, mas o PPDS-Jus é o que tem mais participação, mais luta social, pra ele ser reconhecido, quando nós assumimos então, nós organizamos essa política estadual e fomos buscar subsídios de planos regionais que já existiam, e daí que no caso do Tocantins, buscamos incorporar na análise, no diagnóstico e na formulação das políticas o PPDS-Jus (Ex-Secretário da SEIR, Fevereiro de 2019)

Desta forma, a elaboração do PDRS Tocantins está ancorada nas diretrizes estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região a Jusante da Usina Hidrelétrica de Tucuruí como mecanismo de desenvolvimento e articulado com outros planos, entretanto, há uma distinção entre ambos, o PPDS-Jus é uma iniciativa social vinculada a um empreendimento que é a UHT, como mecanismo de compensação para os municípios atingidos, sendo uma demanda articulada pelo movimento social em parceria com a estatal Eletronorte, já o PDRS foi organizado a partir do Estado em parceria com a esfera federativa e municipal, para o qual foram definidos os eixos:

a) Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental;

b) Infraestrutura para o Desenvolvimento;

c) Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis;

d) Inclusão Social e Cidadania;

e) Modelo de Gestão (Desenvolvimento Político Institucional)

.

Os eixos definidos no plano Tocantins estão consoantes com os quatro eixos definidos no PDJUS[7] (2003): (1) reestruturação e diversificação da base produtiva; (2) conservação e recuperação do meio ambiente; (3) desenvolvimento humano e qualificação e (4) organização da sociedade e dos governos locais - gestão participativa e responsabilidade partilhada (PDRS, 2009). O plano Tocantins teve como referência os planos que tinham sido elaborados anteriormente, ou seja, sua constituição é formada pela *união* de outros planos, entre eles o PPDS-Jus, a gestão estratégica traçada pelo plano Tocantins também foi ancorada no modelo de gestão desenvolvida pelo PPDS-Jus e uma das finalidades do PDRS era a descentralização das políticas públicas e uma aproximação com a sociedade, através do diálogo e participação popular, conforme ratifica o relato:

> O PDRS Tocantins, ele não é um plano isolado, porque pode parecer um plano isolado, porque o governo depois que ele entrou no PSDB Jatene, ele

[7] O PDRS foi elaborado a partir da versão retificada do PDJUS, inclusive alterou-se a sigla do plano, entretanto, os eixos não sofreram modificações de uma versão do plano para outro.

> extingue a SEIR, ele praticamente deixou em letra morta os planos, então, não se tem no Estado uma política estadual de integração, uma política intra-regional de desenvolvimento, porque os planos se perderam, a atuação do governo do Estado desses dois governos do PSDB do Jatene, agora que está se desenhando pontual por municípios, não tem uma visão regional, são efeitos muito ruins, descontinuidades das políticas públicas (Ex-Secretário da SEIR, 15 de fevereiro de 2019).

A mudança na gestão política do Estado e com a extinção da Secretaria de Integração Regional desestruturou e estagnou as atividades de integração que estavam em curso e as ações planejadas não foram executadas, poder-se-ia observar que a estrutura política contribuiria para a viabilização dos planos, mas tanto o PPDS-Jus, quanto o PDRS emergiram durante as ascensões dos governos de esquerda, durante a gestão do partido dos trabalhadores, entretanto, não significa que as iniciativas foram exitosas, no caso do plano compensação, existem muitas nuances, e no que concerne ao plano Tocantins, após Simão Jatene, vinculado ao PDSB, assumir a gestão a partir de 2011, decidiram adotar outra perspectiva no que diz respeito à Integração Regional e desconsiderou o PDRS, desta forma:

> Os planos foram instrumentos muito bons de planejamento, de participação, mas que infelizmente se tornaram letra morta, a ideia dos planos também era ter uma descentralização da gestão pública, fazendo com que as secretarias, as políticas públicas[1] chegassem a todos os municípios e a todas as comunidades de política estadual, levando subsedes das secretarias para chegar de um lado descentralização e outra era a integração federativa, integrando os investimentos federal, estadual e municipal, mas foi um grande dilema, nós não conseguimos fazer, por vários motivos, o plano foi criado, foi formulado, mas não chegou a ser implementado, porque no momento que ia ser implementado sai do governo, saímos do governo e desestruturou tudo, mas foi uma experiência exitosa no quesito participação, havia certa desconfiança, porque o PPDS-Jus não se implementava, como não se implementa até hoje, porque a Eletronorte segura os recursos e o comitê gestor, acaba sendo maioria entidade de governo, governo federal, estadual , municipal e a própria representação do movimentos acaba sendo diminuta, era minoria, o movimentos pode pressionar, mas esses outros atores monopolizam as decisões(Ex-Secretário de Integração Regional, 15 de fevereiro de 2018).

Conforme relata o ex-secretário da SEIR a mudança na gestão governamental inviabilizou a implementação das ações que constam no PDRS, além disso, apesar das mobilizações sociais e participação popular na elaboração dos planos, pode se inferir que a execução não se consolida como deveria, visto que o poder público não viabiliza as demandas sociais e as políticas públicas em consonância com os anseios sociais, somente a elaboração de documento não torna exequíveis as ações se as políticas públicas e os orçamentos não forem aplicados, segundo Secchi (2012, p.1) as "políticas públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação

dessas decisões" em suma, as políticas devem se devem emergir a partir das ações coletivas imbricadas com as ações governamentais para de fato se constituir enquanto um constructo social a fim de contemplar o anseio populacional.

Surel (2010) salienta acerca da existência da política pública afirmando que:

> É preciso que as diferentes declarações e/ou decisões sejam reunidas por um quadro geral de ação que funcione como uma *estrutura de sentido*, ou seja, que mobilize elementos de valor e de conhecimento, assim como instrumentos de ação particulares, com o fim de realizar objetivos construídos pelas trocas entre os atores públicos e privados. Uma tal proposição, que pode parecer trivial, levanta na realidade enormes dificuldades" (SUREL 2010, p. 16).

Diante do exposto, um ponto de referência que marca a região são os conflitos, as disputas, as mobilizações e movimentos que vêm se constituindo e intensificando-se a partir dos anos 80, formando, assim, um tecido social e político que se consolida ao longo da história e o Estado com as políticas de desenvolvimento são disparas em relação as demandas sociais, pois não privilegia e consolida a dimensão participativa como elemento fundamental para implementação de ações que viabiliza melhores condições de permanência e sobrevivência no território.

> A formação histórica do Baixo Tocantins, situado no Estado do Pará, tem-se configurado – em termos de tecido sociopolítico – por um conjunto de mobilizações e/ou movimentos produzidos por atores sociais em um processo de territorialização. Trata-se de uma dinâmica que desde os anos de 1980, se expressa, entre outros, pela criação de organizações e empreendimentos econômicos de natureza associativa relacionada a essas mobilizações. (ARAÚJO & TEISSERENC, 2016, p.07)

O território vem se constituindo ao longo das últimas décadas enquanto um espaço que consolida um conjunto de mobilizações desencadeado pelos atores que integram uma luta na região, sendo que "antes da construção desse grande complexo da barragem que secou nosso rio Tocantins, ela era apenas uma região, a região Tocantina, depois da construção da barragem dividiu-se e duas micros regiões, ai criaram a mocooca[8] no nosso rio Tocantins". (Ex-representante do STTR, Julho de 2018). O território tratado possui uma relação de poder, tanto no sentido mais concreto de dominação, quanto no sentido representativo e simbólico de apropriação.

Destarte, Haesbaert (2004) faz uma distinção entre apropriação e dominação (possessão e propriedade) o território apresenta-se por meio de uma dicotomia, trazendo essas elucidações para o contexto de pesquisa, compreendemos que para o povo camponês o território é o "processo muito mais simbólico", carregado das marcas do "vivido", já para os

[8] Termo utilizado pelos camponeses para referir à barragem construída no rio Tocantins.

grupos hegemônicos, representa a propriedade no sentido "mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca" (Haesbaert, 2004, p. 02) o autor ratifica ainda que em "[...] decorrência deste raciocínio, é interessante observar que, enquanto "espaço-tempo vivido", o território é sempre múltiplo, "diverso e complexo", ao contrário do território "unifuncional" proposto pela lógica capitalista hegemônica" (p. 02).

> A noção de território aqui é entendida num sentido muito amplo[...] os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio da qual um sujeito se sente "em casa". O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos (GUATTARI e ROLNIK, 1986:323).

As medidas exógenas implementadas no território desencadeiam um conjunto de conflitos, pois a inserção dos objetos técnicos não perpassou por uma análise que contemplasse todas as vertentes de âmbito social, de um lado inaugurou-se um palco de disputa políticas de grupos hegemônicos em busca de acumulação do capital, do outro, os camponeses, que resistem contra a expropriação, espoliação econômica, ambiental e territorial.

Neste sentido, Frota advoga que:

> Viabilizar um empreendimento qualquer significa torná-lo exequível sob todos os pontos de vista: técnico, econômico, financeiro, mas, sobretudo, sob a ótica dos impactos ambientais e dos conflitos decorrentes. Por estarem revestidas de alto grau de subjetividade, as questões relativas aos aspectos sociais requerem soluções não lineares, não-únicas, onde a variável da subjetividade, da incerteza e da não-solução única deve estar no cerne de todas as discussões. (...) O desafio que se impunha ao setor elétrico era a falta de prática e a dificuldade de se trabalhar em um novo ambiente institucional. Todo um conjunto de normas e regulamentos ambientais e de participação social emergia naquele momento, sem que o setor tivesse preparado para lidar com o não-linear. (FROTA, 2001, p. 150 – 154)

Portanto, a região continua sendo um palco de lutas, conflito socioambiental e territorial, logo, insurgiu para a realização desse trabalho o referido espaço geográfico, pelo fato de ser referência concreta permeada por um jogo de interesse, de disputa e de discursos contraditórios que se personifica em um tecido social que alberga diferentes grupos sociais que fazem parte dos municípios localizados a jusante da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Para Santos (1994) no contexto atual a temporalidade apagou o espaço, "[...] nas mesmas condições, a expansão da presença do capital hegemônico em todo o espaço teria eliminado as diferenciações regionais e, até mesmo, proibido de prosseguir pensando que a região existe"

(p.48). Para o autor, a globalização aniquila as diferenças regionais e busca homogeneização das regiões, inserindo-os na lógica global. Desta forma, o Baixo Tocantins, região a jusante vem albergando um aglomerado de projetos desde a implantação da UHT, conforme demonstra a tabela a seguir:

	1998	2003 (etapa ainda em implantação)
	2001 (montagem das vigas espelho)	2002
l (500 kv)		1981
2 (500 kv)		2002
kv)		1987
kv)		1989
m direção kv)		1998
	1983	1985
	1987	1991
o Conde	2001	2002
		1995
	1970	1972 (1º trecho: Estreito / Itaituba)
	2001	2002
	1978	1981 (exploração da mina) 1985 (1º trem de minério)

Tabela 2 - Projetos implantados no território do Baixo Tocantins.
Fonte: Estudos socioambientais de jusante, volume 1, 2006.

Desta forma, as ações coletivas do Baixo Tocantins passam a produzir a partir do território, uma territorialidade**,** Haesbaert (2004) elucida que as concepções de território em três vertentes: política (refere-se às relações de espaço-poder); cultural (prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva) e econômica (enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território e visualizado como fonte de recurso).

Os grupos sociais constroem territorialidades que estão para além das dimensões econômicas, visto que para o Estado, o território e o meio ambiente são visualizados apenas

como fonte de recurso, no entanto, para os camponeses, este é uma produção simbólica e subjetiva emergente das relações construídas socialmente pelos grupos sociais. Para além de um território com reformulações em suas dinâmicas em decorrência das políticas que vêm sendo implementadas, a região passa a ser um invólucro econômico pautado necessariamente na exploração dos recursos naturais.

Para se reportar ao universo empírico trazemos para o bojo da pesquisa alguns registros de campo que retratam o elemento que apesar de sua singularidade se coletiviza nas narrativas dos camponeses situados na região do Baixo Tocantins, a jusante da UHT que é o *Rio*, visto que este banha e interliga cidades, compreendemos como *cidades* todo aglomerado dentro de suas formulações que podem ser urbanas ou rurais, ora pluralizado e ora singulares.

A formação dessas cidades se dá na margem do rio como eixo de centralidade que sublinha as relações dos atores sociais. Ítalo Calvino em sua obra as *Cidades Invisíveis* retrata as diversas designações de cidades, ressaltando que "a cidade não conta seu passado como elemento que interliga as cidades, ela o contém como suas linhas da mão" (CALVINO, p.07). Assim, as cidades do Baixo Tocantins contêm essas linhas arraigadas nas transformações de suas dinâmicas. Antes da construção da barragem, o rio representava outra dimensão para os grupos sociais.

Para enfatizar a relação do rio com os atores sociais, optou-se por fazer uma "fotoetnografia" que mostra o universo empírico da pesquisa, o Baixo Tocantins, além disso, mostrar o Rio e sua conexão com a construção social da população que se materializa enquanto elemento simbólico, cultural e identitário. Ressaltamos o rio pela representatividade que possui, pelo fato de aproximar, alimentar, ser o espaço do lazer e a redoma das lendas poéticas que encanta gerações.

Fotoetnografia do Rio: o rio como via de ir e vir, de produção, sobrevivência e acima de tudo, representa a vida e a morte dos modos tradicionais da população.

Foto 1 - Trecho do Rio Tocantins.
Fonte: pesquisa de campo, 2018.

"Criaram a mocooca no nosso rio Tocantins, ai criaram aquele projeto que foi de cima pra baixo" (Ex-vereador e representante do STTR do município de Baião, julho de 2018).

Foto 2 - Frente da cidade de Baião.
Fonte: pesquisa de campo, 2018.

"Esse grande projeto de hidrelétrica secou nosso rio Tocantins" (Ex-represetante do MODERT do Município de Igarapé-Miri).

Foto 3 - Rio Tocantins, frente da cidade de Igarapé-Miri.
Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

O rio é o múltiplo comum em todas as falas que ressaltam a mecanização e transformação para ser condutor de corrente elétrica pela Eletronorte e perde sua dinamicidade e autonomia, passando a ser controlado pela Eletronorte e tendo sua "sua inclusão na categoria de recurso hídrico (valor econômico) e de recurso estratégico por causa de sua importância para [...] geração de energia, via de transporte" (FONSECA, 2011, p. 149).

Os rios representam um patrimônio cultura e se encontra amparado dentro do Direito ambiental. "O rio é um reservatório que desperta no homem inspira, no homem, aspirações, inspirações e solução de quase todos os seus problemas" (ARAÚJO, 2003, p. 39).

O rio representa para a população para além do meu de sobrevivência e de tráfego, uma representação cultural, afetiva e simbólica que entrelaça e coletiviza a memória do povo amazônida.

Foto 4 - Trecho do rio Tocantins, Cametá.
Fonte: pesquisa de campo, 2018.

"Agora você quer ver o que é impacto, vá no município de Baião, vá em Mocajuba, eu conheço tudo, o rio secando, o rio onde a gente não via o fundo do rio, secando" (Ex-represetante do MOPEPA do Município de Abaetetuba)

Foto 5 - Rio Tocantins
Fonte: pesquisa de campo, 2018.

"Á água do nosso rio já não é mais a mesma, a gente percebe que ela tá barrenta, tudo não é mais como antigamente, o que sobrou foi um rio sem rumo, assim, né, destruído" (Moradora do Município de Baião, 2018).

Foto 6 - Trapiche na margem do rio Tocantins, município de Baião.
Fonte: pesquisa de campo, 2018.

Foto 7 - Orla do Município de Baião em frente ao Rio Tocantins.
Fonte: pesquisa de Campo, 2018.

"Essa hidrelétrica foi criada não pro povo, ela dá energia para o Complexo de Barcarena que vem acabando a nossa água, depois da barragem, nossos peixes desapareceram". (Representante da associação comunitária da Ilha do Capim, município de Abaetetuba, Julho de 2018).

Foto 8 - Comunidade Ilha do Capim, Abaetetuba.
Fonte: pesquisa de campo, 2018.

No momento em que eu estava fazendo esse registro, uma moradora me disse: “Esse é o nosso rio Tocantins, Baião é meu pedacinho de céu na terra, assim é conhecida a nossa cidade” (Moradora do Município de Baião, Julho de 2018)

Foto 9 - Registro do entardecer na margem do rio Tocantins, Baião.
Fonte: pesquisa de Campo, 2018.

“Nós já temos mais de 10 espécies extintas, não dá pra lembrar agora” (ex-pescador e representante do STTR, Cametá, 2018).

Foto 10 - Orla do Município de Mojú.
Fonte: pesquisa de Campo, 2018.

O rio especificamente na Amazônia foi ganhando uma nova conotação, perde sua liberdade e prende-se aos concretos, suas correntezas que em outrora dinamizavam os fluxos de água que era provedora de vida, agora são condutoras de eletricidade, as memórias singularizadas de abundância no tempo pretérito, hoje são coletivizadas pelas transformações ambientais, territoriais, econômicas e sociais. O progresso traz rscassez, submetendo a população à situação de vulnerabilidade.

> Está todo mundo voltando os olhos pra dentro da Amazônia, vocês sabem muito bem disso, mas eles não estão preocupados com água, eles estão preocupados com o lucro que eles têm, nós temos a energia aqui no estado do Pará, a energia mais cara de todos os outros estados do Brasil (Ex-representante do MOPEPA, Julho de 2018).

A "água" conforme relata o interlocutor, passou a ser um atrativo para o desenvolvimento econômico que espolia a população do seu meio de sobrevivência, o Baixo Tocantins é tangenciado pelo rio Mojú, rio Pará e rio Tocantins, desta forma, sofrem com os impactos, principalmente no que concerne a redução e desaparecimento do pescado.

II SEÇÃO

RE (EXISTÊNCIA) EM TEMPOS NEFASTOS: marcos históricos da luta camponesa junto a Centrais Elétrica do Norte S.A, Eletronorte.

> Projeto que foi de cima pra baixo, nem foi discutido com a sociedade, então com a *resistência* dos movimentos sociais, ai nós conseguimos fazer com que a Eletronorte, mesmo depois de já construída a barragem, olhasse pra gente. Os movimentos sociais que debateram muito contra a construção dessa barragem, mas eles nem fizeram uma discussão com a sociedade, mesmo assim, naquele momento era o momento da ditadura. (Ex-presidente da Colônia dos pescadores do município de Cametá, Agosto de 2018)

"É possível observar um sujeito resistente a determinadas situações, princípios, formulações etc., enfim, assentada sobre valores que geram sofrimentos" (SARMENTO-PANTOJA, 2014, p.155). De acordo com as colocações da autora, pode-se observar que a resistência surge em determinados contextos nos quais o indivíduo rebela-se contra os valores que geram sofrimento. Desta forma, a narrativa se configura como uma forma de resistência conforme ressalta Walter Benjamim, que "a narração em seu aspecto sensível, não é de modo algum produto exclusivo da voz. Na verdadeira narração a mão intervém decisivamente com seus gestos, apreendido na experiência do trabalho, que sustentam de cem maneiras o fluxo do que é dito" (BENJAMIN, 1989, p. 220-221). Assim, o ato de resistir apresenta-se de diversas formas e uma delas se dá pelas experiências, manifestações, ocupação e gestos que não se enclausura somente na voz.

Na ausência de liberdade, a resistência se faz necessária, para tanto, recorrem ao mecanismo que lhes resta, que é o ato de resistir. A narrativa do interlocutor supracitado representa as formas de resistências frente a Centrais Elétricas do Norte, no qual o ato é expresso pelas ações que se coletivizam, entretanto, existem diversas formas de se opor e estas emergem das mais variadas formas possíveis, podendo ser velada, explicita ou manifestada cotidianamente mediante gestos e falas, mas acima de tudo, se caracteriza pelo fato de "opor força própria à força alheia" (BOSI, 1996, p. 11), nessa perspectiva de opor-se contra o sistema opressor, considera-se imprescindível trazer nesta seção, trazer os marcos históricos de resistência que têm origem no início dos anos 80 e perduram até os dias atuais.

Para se chegar à compreensão do processo de implantação da UTH é necessário fazer uma retrospectiva histórica para se construir as imagens e os passos da luta dos municípios atingidos a jusante do Baixo Tocantins pela construção da barragem no município de Tucuruí e o extenso percurso de resistência que foi desencadeado no limiar dos anos 80, que

inicialmente ganhou maior visibilidade na região a montante pelo fato da população ter sido submetida às desigualdades e injustiças socioambientais mais preponderantes em decorrência do deslocamento compulsório, entretanto, ambas as populações das regiões supracitadas foram obrigadas a romper as práticas territoriais, ambientais, econômica e afetiva construída socialmente ao longo de suas vidas. Portanto, a presente seção possui como perspectiva fazer o itinerário, partindo do âmbito da linearidade cronológica e das múltiplas temporalidades que compõe a história.

2.1. Contexto político da implantação da UHT: estado de exceção.

As mudanças desencadeadas durante o século XX, período este marcado por inúmeros desastres, tanto a nível nacional quanto internacional implicaram diretamente no processo político e econômico do país, sendo assim, o governo militar buscou fortalecer a soberania nacional e a fronteira contra possíveis ameaças do território Amazônico. Logo, o século XXI foi marcado por estigmas provenientes do século passado. Desse modo, entramos no século atual em um ritmo diferente, o mundo passou a ser inserido em uma economia globalizada, com mudanças impositivas pelo paradigma do desenvolvimento, além disso, a sociedade local não foi comunicada acerca do processo de construção da barragem e das implicações, conforme evidencia o relato da ex- representante da Comissão Pastoral da Terra.

> É interessante ressaltar que naquela época é como agora, nós estávamos vivendo um período autoritário, o autoritarismo imposto pelos militares, o censo comum das pessoas porque eram militares, era como se eles tivessem acima do bem e do mal, eles achavam que o que estava acontecendo ali, os militares lá em Brasília não sabiam, era safadeza da Eletronorte, então eles tinham muita carta pessoal para o governo, era tanta, pelos nossos relatos, "as pessoas se dão conta da barragem, se dão conta porque um belo dia chegam e tinham colocado placas nas áreas de terras e pegavam as propriedades delas dizendo, áreas proibidas de trabalho, não pode ficar não pode derrubar, não pode dizer nada, essa é quando a comunicação chega para as famílias e começa a dúvida, esse terreno é meu, como é que não posso mais entrar aqui, porque que é da Eletronorte, o governo não tinha me dado, então essa é a primeira comunicação(Testemunho da ex-representantte da CPT durante o seminário Tucuruí: uma luta em curso, 24 de abril de 2018).

A população não foi informada acerca do que de fato ocorreria mediante a construção da UHT, simplesmente foram ignorados e retirados de seus territórios sem esclarecimento, em suma, são proibidos de adentrarem em seus lugares que antes lhes pertenciam, os títulos de terra são negligenciadas, a falta de respeito do Estado é a questão mais enfática entorno de todo esse processo, a terra perde sua função social de produção para sobrevivência dos grupos sociais e passa a ser incorporada a lógica de geração de lucros para o grande capital. Em 1976,

a Eletronorte inicia o processo de subtração das propriedades, no qual a estatal começa a demarcação por meio das placas informando que tal local seria área do lago e que estava proibida a entrada da população nos territórios que até então lhe pertencia, pois a partir daquele momento, o território era do governo federal. A partir de então a inicia o conflito e a tensão passa a fazer parte do cotidiano da população mesmo após a reabertura democrática do país.

A usina implantada em Tucuruí foi construída com intuito de atender os grandes projetos de mineração, assim, a hidrelétrica passou a ser elemento constitutivo do programa Grande Carajás, entretanto, os estudos já evidenciavam a dubiedade e incerteza concernente ao futuro do Brasil e da Amazônia frente ao grande projeto de exploração de minas.

Para que o projeto fosse executado com êxito esperado, era necessária toda uma logística, o governo em parcerias do capital internacional se responsabilizou em disponibilizar um capital econômico para que pudesse compreender a estrutura básica necessária que incluía desde a construção de ferrovias, rodovias, como as reformas de aeroportos, portos hidroviários até a construção de hidrelétricas. Hall (1991) que considera que o estado brasileiro viabilizou a instalação das empresas estatais que foram criadas com capital privado nacional e transnacional.

> Os regimes civil-militares foram os grandes cumpridores da função de colocar o Brasil como' fornecedor de matérias primas do sistema internacional. O regime civil-militar, que por muitos é conhecido como desenvolvimentismo autoritário, ao mesmo tempo em que apostou no processo de industrialização do país, lançou as bases para a especialização minério-exportadora. A especialização na produção de matérias-primas recebeu um imenso aporte através dos grandes projetos instalados durante fins da década de 1970 e início dos anos 1980. Entre eles estava o Programa Grande Carajás, além da construção da Usina Hidroelétrica de Tucuruí (UHT), a Mineração Rio do Norte (MRN), a Albrás e a Alunorte. Seus investimentos eram de quase US$ 230[9] bilhões, quantia que na época era comparável a todas as riquezas produzidas pelos brasileiros durante um ano.

Nesse sentido, a usina hidrelétrica de Tucuruí-UHE é um grande empreendimento estatal, cuja finalidade é a produção de energia, constituindo assim, como um dos requisitos para o exequível andamento do PGC[10], que se ancorava nas vertentes da pecuária, do reflorestamento, da agricultura e do minero-metalúrgico, no qual a hidrelétrica seria um

[9] Ver Coelho (2014, p. 14).

[10] O Programa Grande Carajás era o principal no ramo mínero-metalúrgico. O regime civil-militar definiu o Projeto Grande Carajás como prioridade dos investimentos da CVRD, que antes disso buscava diversificar seus investimentos na produção de outros minerais (Coelho, 2014, p.15)

projeto logístico com grande infraestrutura e com base primordial de sustentação de diversas atividades, nessa perspectiva:

> Os principais clientes industriais para a energia gerada por Tucuruí foram: ALUMAR, localizada em São Luís, MA com demanda média de 662 MW para a produção de lingotes de alumínio; ALBRAS, em Barcarena, PA com demanda média de 625 MW para a produção de lingotes de alumínio; ALUNORTE, em Barcarena, demanda média de 160 MW para beneficiamento de bauxita; Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), em Carajás, PA com demanda média de 31 MW para extração de minério de ferro e manganês; Camargo Correa Metais (CCM), localizada em Breu Branco, PA com demanda média de 16 MW para produção de silício metálico (Comissão Mundial de Barragem, 1999, p. 15).

A UHT é fruto de políticas deliberativas que visavam à modernização abrupta da Amazônia e se ancorou na lógica conservadora, autoritária e excludente que marginaliza e subalterniza os camponeses que historicamente são excluídos do sistema e do monopólio do poder. O período de implantação dos grandes projetos e o processo de "neocolonização" do território amazônico visava atender a implantação dos grandes objetos econômicos[11] que teve início no regime ditatorial, sendo este, que se traduziu no próprio estado de exceção[12]. Desta forma, "os movimentos sociais debateram muito contra a construção dessa barragem, não fizeram uma discussão com a sociedade, mesmo assim, naquele momento era o momento da ditadura, era o momento que o movimento social não era ouvido na sociedade," (Ex-representante do MOPEPA, Setembro de 2018).

A implantação do projeto hidrelétrico causou impactos sociais imensuráveis, oriundos da ação humana, os efeitos colaterais desse projeto no sul do Estado do Pará, na Amazônia Oriental, foram gigantescos. De acordo com Magalhães (2007) a data oficial que marca o início da construção da barragem de Tucuruí se dá a partir da década 1975 e a primeira etapa foi concluída em 1978/1979, tendo os impactos socioambientais afetado não só a população residente a montante, mas, também, alterou as condições de vida dos atores sociais, que são os povos camponeses e demais comunidades tradicionais residentes a jusante, além disso, o desenvolvimento regional ficou só no enclausurado somente nos discursos.

[11]Ver: Trindade Jr. Saint-Clair. Cidades na floresta: os "grandes objetos" como expressões do meio técnico - cientifico informacional no espaço amazônico. Revista: ieb, n51, março/set, 2010, p.113-137.
[12]Conforme elucida (AGAMBEN, 2012, p.12) "o estado de exceção apresenta-se como a forma legal daquilo que não pode ter forma legal".

> [...] a experiência de Tucuruí demonstra a pouca consistência desse tipo de argumento. A fragrante injustiça contra quanto à prioridade de uso da energia produzida (e hoje fortemente excedente) demonstra claramente ser este um motivo pouco adequado e confiável. O divórcio do projeto de Tucuruí com o desenvolvimento regional fica patente pela existência de centenas e milhares de cidadãos não atendidos, ou mal supridos, num pequeno raio a partir da hidroelétrica. (ZYLBERSZTAJN, 1996, p. 28)

Nessa perspectiva, "a implantação de grandes projetos é parte da construção de uma economia planetária por corporações transnacionais, mas é também, [...] uma forma contemporânea de afirmação do Estado nacional: a multinacionalização de empresas estatais." (BECKER, 1990, p. 62). "As disputas territoriais que vemos pipocar na Amazônia, têm sua origem nesse processo de "colonização" (GRZYBOWSKY, 2014, p. 05), a diferença é que agora temos neocolonização nos moldes da modernidade a partir de um aparato técnico cientifico".

> O meio técnico-científico-informacional é a nova cara do espaço e do tempo. É aí que se instalam as atividades hegemônicas, aquelas que têm relações mais longínquas e participam do comércio internacional, fazendo com que determinados lugares se tornem mundiais (SANTOS, 1994, p.21)

É a transformação do espaço sendo mediatizado pelas atividades hegemônicas que buscam maximizar as relações econômicas, transformando assim, os territórios nacionais em globalizados espaços econômicos.

2.2. Das primeiras mobilizações aos movimentos oficializados.

Buscou-se por meio da visitação aos documentos tanto antigos, quanto atuais, entre eles: artigos, dissertações, teses, livros e processos, fazer uma sistematização dos primeiros passos que originaram o efervescente movimento dos atingidos de Tucuruí que foi se consolidando ao longo da implantação da UHT. Tendo com marcos principal um recorte temporal que demarcam esses períodos, sendo que os estudos desenvolvidos por Magalhães retratam muitas temporalidades que são de grande relevância para se conhecer a historicidade daqueles que foram silenciados pelo sistema em decorrência das vozes oficiais da história hegemônica que sempre busca salientar os discursos "autênticos"' e em contrapartida, silencia e subalterniza aqueles que estão alheios aos pilares do poder, neste sentido, Magalhães (2002, p. 236) pontua que:

> É reconhecido por todos os camponeses que a "construção da barragem" inaugura outro período em suas vidas. Os camponeses contam suas histórias. [...] "os camponeses contam as suas histórias dividindo-as em dois períodos: "antigamente" e "hoje"". O hoje diz respeito à situação atual vivenciada, e tem como marco inicial a "construção".

A reconstrução do passado dos camponeses é marcada por dois marcos temporais que se vincula entre o antes e após a construção da barragem, sendo que para Magalhães (2002, p. 236) "a construção da barragem de Tucuruí teve início no final de 1975 e foi concluída em 1984", no entanto, para os camponeses o início da "construção da barragem" data em 1978/1979, pois foi somente no final de 1978 que obtiveram as primeiras notícias que teriam que deixar suas residências e suas terras, tais notícias foram veiculadas pelos técnicos designados pela Eletronorte para fazer o "levantamento" e, por conseguinte, a indenização, e foi em 1979 que ocorreram os primeiros deslocamentos compulsórios.

O antigamente, que se contrapõe ao hoje, diz respeito ao período que precede o tempo do levantamento que termina com a barragem e a partir de então, inicia a constituição do hoje (MAGALHÃES, 2002) que desencadeia diversos movimentos, logo:

> "As tensões afloradas pelo processo de desalojamento de seus sítios, em boa parte herdados pela linhagem familiar, estiveram na base do início da resistência contra o processo expropriatório. Os pequenos produtores se organizaram politicamente, com o intuito de garantir seus direitos ameaçados (DIEGUES, 1999, p. 56).

A luta pelos direitos em pauta inicia com o hoje que retrata a partir da construção da barragem um momento de dor, de perdas irreparáveis em diversos âmbitos, não só no campo material, mas no simbólico, de fato, o século XX não poderia deixar de carregar os estigmas catastróficos, como foi muito bem caracterizado em a "Era dos Extremos", conforme elucida Hobsbawm (1991)[13], em que esses fatos são correlacionados diretamente com o trágico tempo histórico da barbárie que não ficou enclausurada apenas no referido século, mas desemboca e continua reincidente no cotidiano da população com outras roupagens, mas com as velhas práticas de crueldades e atrocidades que degradam e acometem diretamente o homem do campo. É importante ressaltar que a inserção dos objetos técnicos no território amazônico resultou em fatalidades imensuráveis:

> Essa fatalidade valeu ao Pará momentos trágicos de ocupação latifundiária, de devastação, pilhagem de recursos naturais e de conflitos sociais". Por outro lado, este processo fez a população local "amadurecer no sofrimento e na luta, nasceram e se desenvolveram movimentos populares, organizações de trabalhadores, grupos de pressão pela defesa dos direitos humanos e pela preservação do meio ambiente" (HÉBETTE, 2004, p. 43).

Nesse sentido, nos anos 80, iniciavam as movimentações. Em janeiro de 1980, cinco anos após o início da construção da usina, ocorreu a primeira manifestação da população camponesa em relação ao processo de expropriação, quando população do município de

[13] Ver mais em: A era dos extremos**.** Companhia das letras, 1991.

Itupiranga elaborou e publicizou na imprensa um documento no qual faziam alguns questionamentos: “quando vamos ser indenizados?”, “quanto vamos ganhar?”, “onde estão os outros lotes?”, “quem vai ser e quem não vai ser indenizado?”, no entanto, o documento parece não ter gerado repercussão na sociedade e não obtiveram nenhuma resposta por parte da Eletronorte (MAGALHÃES, 1991).

Em julho de 1980, os desapropriados da Vila Novo Repartimento (KM 157 da Transamazônica) fizeram um segundo documento sob a forma de um abaixo assinado e enviam à Eletronorte, ao Governo do Estado do Pará e à prefeitura municipal de Tucuruí, exigindo a construção da nova Vila de Repartimento, reivindicando manutenção ou melhoramento do padrão das casas que seriam construídas; este documento, também não obteve resposta da estatal (MAGALHÃES, 1991).

A Eletronorte se manifestou pela primeira vez em outubro de 1981, respondendo a uma carta que havia sido enviada em agosto do mesmo ano pela prelazia de Cametá, insistiu no não reconhecimento dos camponeses e de suas pautas de reivindicações.

Nesse mesmo ano, foram enviados dois documentos à Eletronorte, “no dia 12 de dezembro de 1981, a população de Repartimento e adjacência e os vazanteiros de Itupiranga se reúnem em uma assembleia na Vila de Repartimento e aprovam o documento I” exigindo lotes de 21 alqueiras próximos ao Novo Repartimento, casa por casa; indenização justa e recuperação dos prejuízos e dos anos proibidos de plantar “os vazanteiros, por sua vez, diziam não aceitar as indenizações, porque não contemplaram as especificidades da agricultura de vazante” (MAGALHÃES, 1991, p. 188).

Seis meses após terem enviado o documento e não obtido resposta, foi lançado o documento II que também foi assinado pela população de Repartimento e adjacências, cobrando reconhecimento, junto com as delegacias sindicais de Breu Branco e Novo Repartimento, que constituíram uma oposição ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tucuruí, que até aquele momento estava silencioso. Nessa época, ocorreu o Encontro de Barragens, no qual foram levantadas as pautas de reivindicações por representantes da Prelazia de Cametá. A CONTAG também havia enviado uma carta ao presidente da Eletronorte. No final de 1982, a estatal respondeu ao presidente da CONTAG que havia enviado uma carta em dezembro de 1981, no mesmo padrão das respostas dadas a Prelazia de Cametá (MAGALHÃES, 1991).

Foi enviado também um documento dos relocados para a Colônia do Mojú, que eram antigos integrantes do Plano Integração de Colonização Marabá, na Transamazônica e denunciavam as péssimas condições que enfrentavam na primeira realocação, isso deixava

claro para os camponeses ainda não reterritorializados que a relocação promovida de acordo com os interesses da Eletronorte não resolveria os problemas de miséria que a população já estava vivenciando. O que ficava evidenciado eram as promessas de desenvolvimento e melhores condições de vidas que não estavam sendo cumpridas, mesmo após o processo de relocação (MAGALHÃES, 1991).

Mesmo diante de todos os documentos elaborados, das objeções dos movimentos, o descaso e o silêncio da Eletronorte permanecia, frente a isso, camponeses continuaram a se organizar, aliados à conjuntura pré-eleitoral, continuaram a realizar assembleias e assim, organizaram a primeira grande mobilização e concentração dos expropriados, a partir de então, as mobilizações passam a constituir um tecido que ganhava corporificação e voz.

Com pretensões de obter respostas acerca das reivindicações do movimento sobre terra por terra, casa por casa, vila por vila, revisão das indenizações e recuperações dos prejuízos, para tanto foram organizadas, pelos representes das respectivas localidades, reuniões e assembleias; houve a preparação para a grande concentração dos expropriados, logo, os camponeses se deslocaram para Tucuruí, chegando ao município iniciaram uma caminhada com faixas que anunciavam as reivindicações, com cerca de 400 pessoas - entre elas, mulheres e crianças -, permaneceram acampadas no escritório de Serviço Patrimonial Imobiliário da Eletronorte-SPI, aguardando ser ouvidas (BOLETIM ARCA nº 01, 1982; MAGALHÃES (1991)).

Figura 3 - Caminhada das delegações no município de Tucuruí anunciando suas reivindicações oriundas de diversas localidades da área do reservatório.
Fonte: Boletim Arca/ 1982-1893.

A partir de então, se originou o Movimento dos Expropriados pela Barragem que pautaram suas reivindicações, denúncias e encaminharam documentos à Eletronorte e demais autoridades e órgãos governamentais. As reivindicações permaneciam enquanto grupos específicos que eram apresentadas via comissão representativa, a comissão reuniu representante de cada denominação que subscrevia os documentos supracitados, se denominava comissão representativa dos Expropriados, sendo que os integrantes se autodenominavam agricultores, exceto o representante de Itupiranga que era um comerciante.

De acordo com Magalhães (1991, p. 189):

> A partir de então registra-se uma maior visibilidade dos efeitos da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí para a população camponesa, tanto a nível regional quanto a nacional, e angariam-se apoios, especialmente dos candidatos a governador e à assembleia Legislativa da oposição, então em campanha, que teriam grande influência nas negociações futuras.

A autora complementa dizendo que:

> As primeiras "mobilizações" contra a intervenção da Eletronorte vão se dar em 1981/1983, quando esta empresa, cinco anos após o início das obras, havia dado praticamente por concluídas as indenizações da área do reservatório e se desobrigado de qualquer programa de reassentamento. Neste caso, a bandeira era "indenização justa" e "reassentamento", sendo criada somente em 1983, um ano antes da inauguração da obra, a Comissão de Expropriados (MAGALHÃES, 1990, p .49).

Portanto, o processo formal de expropriação se consolidou no período compreendido entre 1979 a 1984/1985 e a resistência e oposição popular iniciaram em 1981, e passou a ser reconhecida a partir da ocupação mencionada anteriormente, no qual 400 camponeses acamparam no setor responsável pela liberação e aquisição da área do reservatório, a partir desse primeiro acampamento, sucederam mais dois, em abril de 1983 e em outubro de 1984, sendo que o segundo acampamento demonstrava a força e organização dos camponeses e algumas reivindicações começaram a ser atendidas, a Eletronorte começa a se reportar aos representantes da comissão representativa com alguns documentos, quase reconhecendo-o como interlocutores dos expropriados (MAGALHÃES, 1991).

Em 1983, os expropriados elegem os seus candidatos à diretoria dos sindicatos dos trabalhadores rurais de Tucuruí e Jacundá, sendo que o STTR de Tucuruí assume a liderança do Movimento, a diretoria passou a ser composta por camponeses residentes ao longo da Transamazônica e/ou na Vila de Repartimento, a visibilidade do movimento parecia obter certa atenção à figura de representação sindical (MAGALHÃES, 1991).

Em 1984, os camponeses acamparam pela terceira vez em Tucuruí, visto que o enchimento do reservatório ocorria sem a conclusão da relocação. Nessa última concentração, as pautas de reivindicações eram as mesmas, cerca de 1.500 camponeses permaneceram acampados por um período de 40 dias, o clima de tensão era eminente em decorrência do enchimento do reservatório antes da conclusão da relocação, posto que, a Eletronorte se recusava a receber a Comissão dos Expropriados, e a situação se agravaria pela ameaça dos índios Parakanã em retomar parte de suas terras, o território de Gebla Parakanã, considerado o maior pólo de relocação rural (MAGALHÃES, 1991).

De acordo com Magalhães (2005) ainda no ano de 1984, houve a realização do primeiro Encontro de Tucuruí, no qual participaram diversas entidades, entre elas, órgãos governamentais de diversas instâncias, instituições de pesquisa de ensino, movimentos sociais e além da presença de cerca de 1 mil deslocados compulsoriamente a partir da construção da barragem. O evento buscava visibilidades e respostas acerca das questões pendentes que ainda não haviam sido resolvidas pela Eletronorte.

> Encontro tinha como objetivo principal publicizar a situação vivenciada, que se caracterizava pela insegurança advinda do próprio deslocamento compulsório, particularmente agudizada naquele momento de enchimento do lago; e pela ausência de informações sobre o processo de transferência que havia sido iniciado. Principal informação reivindicada: qual a área inundada e quando seria recebido *o lote para trabalhar e a casa para morar*. Naqueles dias, que se sucediam a um período que se iniciara com a desocupação da área para formação do lago, em setembro de 1984, centenas de famílias encontravam-se *acampadas* na parte final da Rua Santo Antônio, à época, uma rua secundária que ligava a sede do município à vila operária do acampamento: em barraquinhas cobertas por lonas e plásticos de cores diversas, um amontoado de pessoas– homens, mulheres, crianças, jovens, idosos permanecia há mais de trinta dias, em sua maioria à espera de uma resposta da empresa sobre a situação de sua transferência. (p. 246)

Pode-se contatar que as promessas de fim de mundo[14] permaneciam e permanecem apenas na retórica propagada pelo jogo hegemônico de discursos materializado através na relação de poder e de exclusão que são oriundos das ações autoritárias viabilizadas pelo estado. A chegada do tempo vindouro, das melhores condições de vidas e das indenizações permanece entre promessa e o esquecimento, no entanto, a resistência e a esperança de reconhecimento se fazem contínuas, nesse contexto:

[14] Termo empregado por Mercês (2017) para se referir as promessas feitas a população e que não foram cumpridas.

> A presença do Presidente da república, prevista para 22 de Novembro de 1984 em Tucuruí para inauguração da usina em 22 de novembro 1984, fortalecia a disposição de continuar exercendo a pressão e aguardar uma solução conjunta. A expectativa da população camponesa era de que somente o presidente da República poderia determinar a resolução do problema; poderia resolver as injustiças das baixas indenizações, reverter a sua condição de vítimas do projeto de desenvolvimento e atenuar as precárias condições de vidas que se iniciava após o reassentamento. Esta expectativa esteve objetivada em todos os documentos produzidos pela população. (MAGALHÃES, 1991, p. 191).

O movimento de resistência à usina é originado no limiar dos anos 80, sendo que somente partir da Comissão de negociação e ganha maior intensidade e unificação das pautas de lutas e das diversas localidades atingidas, se constituído em 1982 a Comissão Representativa dos Expropriados de Tucuruí, o Movimento foi reconhecido nacionalmente em 1991, durante o I Congresso Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, realizado em Brasília, de 12 a 14 de março de 1991. É importante ressaltar que durante o boom da construção das grandes barragens nos início 1970 até 1986 não existiam diretrizes claras e oficiais da Eletrobrás acerca do processo de deslocamento/reassentamento (MAGALHÃES, 2007).

O 1º Plano Diretor de Meio Ambiente da Eletrobrás, de 1986, e de algumas empresas subsidiárias, entre elas a Eletronorte, considerava como atingida a "população reassentada", já a segunda edição do Plano, que foi publicado em 1990, continua com a mesma essência, no qual "atingida" é definida como "população passível de ser remanejada" (ELETROBRÁS, 1990, p. 84, apud MAGALHÃES, 2007, p. 63).

No ano de 1989, foi realizado o 1° Encontro Nacional de Atingidos por Barragens, em Goiás, nesse encontro estiveram reunidos representantes de atingidos de todas as regiões do Brasil. No evento, fizeram a composição dos grupos de acordo com as regiões, no grupo do Norte ficaram os representantes dos movimentos em oposição às barragens de Tucuruí e de Balbina (construídas) e barragens de Cachoeira Porteira, do Complexo Hidrelétrico do Xingu e de Ji-Paraná (planejadas), situadas na região supracitada. Nessa perspectiva, segundo as colocações de Magalhães sobre o encontro, o Grupo da Região Norte, pontuou que:

> O reassentamento conseguido pode não ser, absolutamente, "o final do processo [...] Exemplo disso são os conflitos e "negociações" que perduram diferentemente nas duas áreas, tais como os relativos ao cumprimento das decisões da Comissão Interministerial de 1986 ou a solução dos "problemas" de jusante em Tucuruí (MAGALHÃES, 1990, p.49).

A inauguração da barragem ocorreu em 22 de novembro de 1984 e desencadeou um repertório de acontecimentos, no qual o estigma mais preponderante é o desastre e a resistência dos atingidos, conforme elucida Magalhães:

1985 – Criação de uma Comissão Interministerial (Portaria 447-A publicada no Diário Oficial da União, de 30 de julho de 1985), com a participação do Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e Reforma Agrária] (MIRAD), Ministério da Justiça, Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) e ELETRONORTE. Objetivo: resolver as pendências relativas ao deslocamento compulsório e solicitar uma revisão de todos os processos que, até aquele momento, não eram de conhecimento dos expropriados.

1987 – Acampamento realizado em Tucuruí, durante mais de 60 dias. Objetivo: pressionar a ELETRONORTE para que cumprisse as recomendações da Comissão Interministerial, sobretudo porque ainda havia 1.500 famílias, de acordo com o Relatório daquela Comissão, não incluídas no novo Plano de Relocação, firmado em 1984 (Ata de Reunião, 04/09/87).

1989 – Dois acampamentos realizados, sendo um em Tucuruí e outro em frente ao portão principal de entrada ao território da empresa, totalizando cerca de 120 dias. Objetivo: reivindicar o deslocamento das pessoas que haviam sido transferidas para a Gleba Parakanã, atacadas pela praga de mosquito.

1990 – Passeata em Tucuruí. Objetivo: reivindicar construção de casas e abertura de estradas no Loteamento Tuerê destinado às famílias "expulsas" pela praga de mosquitos e *pendências* relativas às determinações da Comissão Interministerial de 1985. A destinação de terras públicas para este Loteamento é de 1987, através do Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e Reforma Agrária (Portaria MIRAD n° 628 de 04 de agosto de 1987; os trabalhos efetivos só seriam iniciados em 1998, através do convênio n° 1671/88 celebrado entre aquele Ministério e a empresa NORTAN Ltda.).

1991 – Realizado Acampamento, a partir de 31 de julho de 1991 que perdurou por aproximadamente 90 dias. Objetivo: solicitar providências para o controle da praga de mosquitos (dos gêneros mansonia e coquillettidia) na Gleba Parakanã e/ou novos procedimentos de transferência, cuja negociação se iniciara em 1989.

1992 – Julgamento do caso Tucuruí e demais barragens na Amazônia, no InternationalWater Tribunal, realizado de 17 a 21 de fevereiro de 1992, em Amsterdam, Holanda. Caso submetido a julgamento através da Comissão Pró-índio de São Paulo e do Comitê de Coordenação de Atingidos por Barragens na Amazônia.

1993 – Passeata em Tucuruí, contra a expulsão dos moradores das ilhas.

1994 – Passeata pela criação da Reserva Extrativista do lago de Tucuruí, na qual, argumentavam, estavam os *expropriados* que venderam os seus lotes e os pescadores/agricultores do Baixo Tocantins que migraram em decorrência das consequências das transformações ambientais sobre o regime do rio. A esta passeata, seguiram-se outras até a criação da Reserva, em 20/02/1996

1997 – No período de 10 a 14 de março, foi realizado um conjunto de palestras e reuniões, que culminou com um Encontro denominado "O grito de Tucuruí e Região", visando discutir e manifestar preocupação com a construção da segunda etapa, recentemente anunciada.

> 1998 – Acampamento em Tucuruí para resolver os conflitos fundiários existentes no Loteamento Tuerê e reivindicar instalação de escola e posto médico. Fatos que motivavam a venda do lote e a emigração.
>
> 1999 – Concentração em Tucuruí, para acompanhar os trabalhos da Comissão Mundial de Barragens (MAGALHÃES, 2007, p. 252-253).

Diante dos marcos supracitados, a constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito, a CPI das Barragens acerca de Tucuruí que se deu no período de 18 de abril a 18 de agosto de 1991, sob a égide da Assembleia Legislativa do Pará, instituída em 1991, foi engendrada a partir de um conjunto de denúncias que já vinha sendo pautada pelos representantes dos movimentos sociais desde meados dos anos 1980. O requerimento de Nº 270/91 Período: de 18/04/91 e 18/08/91 foi realizado mediante reuniões e constituído pelos seguintes componentes:

- Lúclo Flávio Plnto (Jornalista) 2ª CPI 22/04/91;
- Camilo Viana, Armando Soares, Ezequiel(- Representantes da SOPREN) 3ª CPI 25/04/91
- Margarida Leal, Waldizia Silva, (Representante do Departamento de Melo Ambiente da SESPA) 4ª CPI 07/0S/9l;
- Daniel Souza, Rui Brasil, Esteves Pereira (Representantes da Comunidade dos Remanescentes dos Quilombos de Oriximiná) 5ª CPI 08/05/91;
- Dr. Antônio Pereira (Representante da Fundação Nacional do índio) 6ª CPI 09/05/91;
- Margarida Leal e Ir. Rebeca (Diretora do departamento de Melo Ambiente da SE SPA e representante do Conselho lndigenista Missionário-CIME, respectivamente) 7ª CPI 16105/91;
- Dr. Fernando Valesco (Presidente do ITERPA) 8ª CPI 21/05/91;
- Dr. Reglnaldo Analssl (Superintendente do IBAMA) 9ª CPI 27/0S/91 ;
- Dr. Antonio Alberto Pequeno Barros e Pe. Ângelo Pansa (Diretoria de Hidrovias da Amazônia Oriental , Conselho lndigenista Missionário – CIM , respectivamente. CPI 04/06/91;
- Dr. Otávio Pires (Ex-Presidente do FlEPA)11 ª CPI 05/06/91;
- DR. José Carlos Castro (OAB/ PARÁ, Bento Mascarenhas e Pesquisador do Museu Emílio Goeldi) 11ª CPI 05/06/91;
- Dr. Afonso Simas (Presidente da Eletronorte) 12ª CPI 07/06/91;

- José Francisco Ramos - l3° CPI 11,106/91;
- Francisco Conte, José Valente Moreira (Representante de CAHTU) 14ª CPI 18/16/91;
- Parcifal Pontes (prefeito em exército em Tucuruí e vice prefeito) 15ª CPI 21/06/91;
- Senador Coutinho Jorge – 16ª CPI 25/06/91;
- Socióloga Edna Castro e Adriana Bentes (NAEA/ UFPA, presidente do INCRA/PA) 17ª CPI 28/06/91;
- Gregório Sá Filho· (Instituto Evandro Chagas) CPI 07/08/91;
- Waldir Souza Miranda (SUCAM) 19ª CPI 08/08/91;
- Olavo Alves Correa, Maria de Jesus Sonia Magalhães, Luiz Horácio. Raimundo Silva (Prefeito de Jacundá e representante do STR de Tucuruí, respectivamente) 09/08/91;
- Dr. Mauricio Vasques Elos, Dr, Marcos Valério Vinagre, Dom José Elias Chaves, índio Payané e dois índios dos Gaviões da Montanha (Presidente da Celpa, Presidente da COSANPA, Bispo da Prelazia de Cametá, respectivamente) l3/08/9l;
- Drª. Mercedes Bittencourt e Juan Villa (Pesquisador do INPA) 14/08/91;
- Dr. Antonio Sobrinho (Pesquisador do lNPA) 15/08/9l

Pode-se observar que os atores que compuseram a comissão são de diversas entidades, instituições públicas, movimentos sociais, instituições de ensino entidades atreladas à igreja católica, cuja finalidade da CPI era apurar a depredação do meio ambiente, em uma reunião realizada pela Comissão no dia 25 de abril de 1991, foram ouvidos inicialmente o jornalista Lúcio Flávio Pinto e posteriormente Dr. Camilo Viana que relata a ausência de informação referente aos grandes projetos, como no caso da UHT:

> A minha vivência em relação às hidroelétricas foi praticamente desde que tomamos conhecimento, todos os grandes projetos foram secretos ou semi-secretos. Eles foram feitos, inteiramente a revalia do povo do Pará e do povo amazônico. Em nenhum momento fomos solicitados para qualquer coisa, nem os grandes institutos de pesquisas como Museu Emilio Goeldi, IMPAR de Manaus[...] A não ser quando os problemas começaram a aparecer e fomos solicitados mais como uma espécie de socorristas, para tentar corrigir (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ, 1991, p.3).

A fala do Dr. Viana evidencia a que as instituições de pesquisa não foram convidadas durante a fase de construção da hidrelétrica, só eram consultados para solucionar problemas, ressalta ainda que os PHD's esqueceram de dois elementos fundamentais na construção da hidrelétrica, o homem e o meio ambiente foram ignorados pelo "maravilhoso planejamento que alterou o regime hídrico do rio Tocantins, o meio de sobrevivência da população camponesa.

> Então, não é possível cortar de margem em margem um rio dos mais tradicionais em movimentação de pessoas, desde a ocupação da região, movimentação de comida, de alimento, de progresso de desenvolvimento, cortar no meio, só existem duas palavras comuns entre os ribeirinhos que sobram: "montante e jusante" são palavras que vieram com a técnica de uma hidrelétrica que foi construída a inteira revalia da comunidade amazônica. Não há nenhum estudo, ainda, sobre a biologia de um peixe que é de sobrevivência dos ribeirinhos do baixo Tocantins (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ, 1991, p. 4)

A divisão do rio entre montante e jusante corta e interrompem os laços estabelecidos entre a população e o rio, o progresso retira de forma intolerável as formas de sobrevivência nos território, o campo passa a ser um campo de disputa, tanto no sentido de Bordieu, quanto no quesito material e geográfico, além do mais, a Eletronorte não fez nenhum diagnóstico biológico a respeito dos peixes que era o alimento dos camponeses, se retira de forma abrupta o que se considerava elementar para os atores sociais, que são o rio e o peixe.

> A população da Região Tocantina a montante e a jusante da Usina Hidroelétrica de Tucuruí está enfrentando problemas seriíssimos no que diz respeito a sua qualidade de vida e ao funcionamento de sua economia. [...] a quebra da produtividade do cacau de várzea e do açaí a jusante da barragem é inquestionável [...] pela quebra do processo natural de fertilização das terras feitas secularmente pela cheia do rio Tocantins (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ, 1991, p. 58).

São diversos os problemas defrontados pela população, como alterações na água, no solo, as plantações são impactadas com a mudança no curso hidrológico do rio, pois foi modificada a cosmologia do processo natural, os recursos naturais, no caso a hidrelétrica, a água, para o Estado passou a desempenhar a função de geração de energia para subsidiar os complexos industriais, sem preocupação com a população, em especial a camponesa.

Precedente a CPI, foi elaborado também, um documento durante o Encontro Nacional dos Atingidos por Barragens que menciona diversos aspectos negativos que emergiram mediante a construção da barragem da UHT, influenciando o fluxo econômico dos municípios tanto a montante quanto a jusante:

> Com o enchimento do reservatório e a operação da hidrelétrica, nova fase tem início. A formação do lago tem, em geral, ocasionando piora na qualidade da água, provocando consequências sérias. O fato tem sido

> extremamente mais grave nos reservatórios formados em áreas de floresta tropical que não foram desmatadas, como os relatos sobre Tucuruí e Balbina mostraram. Lá, a água do rio utilizada para consumo doméstico passou a ser veículo de contaminação e transmissão de doenças. A pesca, nos primeiros tempos, até foi boa no reservatório... Porque os peixes que migram estavam retidos e só conseguiam sobreviver próximo à superfície, pela falta de oxigênio em águas mais profundas. Rapidamente gases fétidos empestaram a região e os mosquitos proliferaram violentamente. A jusante, os peixes simplesmente desapareceram (ENTAB, 1989, apud MAGALHAES, 2007, p. 68).

Outro fator que demarca a resistência dos movimentos é o relatório elaborado pela Comissão Mundial de Barragem, intitulado relatório de escopo, publicado em 1999 e a sua versão final atualizada acerca do Estudo de Caso da Comissão Mundial de Barragens da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, publicicizada nos anos 2000 no âmbito do Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente do Programa de Planejamento Energético do Instituto de Pesquisa e Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro Rio de Janeiro, RJ – Brasil. Sendo uma comissão constituída por um grupo de pesquisadores e o relatório foi elaborado como parte das atividades realizadas através de coleta de informações, nos quais os resultados, opiniões, conclusões e recomendações não tem por finalidade retratar os pontos de vista da Comissão.

Desta forma o documento enfatiza que "a construção e operação da UHT de Tucuruí promoveu profundas transformações na estrutura e organização social e econômica dos segmentos sociais afetados direta e indiretamente pelo empreendimento, muito maiores do que os previstos inicialmente" (CBM, 2000, p. 15).

A organização política dos movimentos durante esse processo de luta que contribuiu para realização de CPI e relatórios, resultado de alianças construídas, em 1981, acontece uma grande manifestação no Município de Cametá, na qual estiveram presentes diversas lideranças e representantes parlamentares, portanto, é cabível salientar a luta pela inclusão da área de jusante como área atingida que é resultado de um conjunto de denúncias do Movimento Expropriados de Tucuruí, que contou com o apoio dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Tucuruí, Jacundá, Itupiranga, Breu Branco e Novo Repartimento e com a Colônia de Pescadores e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cametá, bem como do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Baião, todavia, não é uma discussão recente, pois remonta do início das mobilizações a montante, posteriormente, foram constituindo-se os movimentos de representações a jusante.

Nessa perspectiva:

> Juntamente com a estratégia de fortalecer o STR e a cooperativa no âmbito do município de Cametá, as organizações de agricultores familiares da região Tocantina constituíram o MODERT, que se propunha a articular outros atores sociais na luta em defesa do desenvolvimento na região, por exemplo, as prefeituras municipais, pequenos comerciantes e moradores urbanos. Esse tipo de ação ficou evidente no III Grito da Terra Brasil, ocorrido no mês de maio de 1996, quando os moradores daquela região organizaram um ato público no município de Tucuruí, elegendo como bandeira de luta a questão da energia elétrica e a ELETRONORTE com alvo principal das negociações. Foi durante esse ato que o Ministro das Minas e Energia assumiu o compromisso público de viabilizar as condições de levar energia elétrica a Cametá. Após o compromisso do ministro, de volta a Cametá, foi organizada uma grande festa na cidade com trio elétrico e muitos fogos. O movimento havia sido vitorioso (SOUSA, 2002, p. 180-181).

A intensificação e efervescência os movimentos ganham maior intensidade no início dos anos 1990, com a criação do Movimento de Defesa e Desenvolvimento da Região Tocantina – MODERT, formado por uma rede de entidades de pequenos produtores e movimentos sociais e que hoje é uma das mais representativas organizações sociais de caráter regional da sociedade civil do Baixo Tocantins (COSTA, 2013). Mas pode-se constatar diante do percurso de luta que as "conquistas" são direitos que deveriam ter sidos vigorados sem a necessidade de tensões e conflitos, além disso, a "vitória" mencionada por SOUSA (2002) população camponesa se reorganiza de diversas formas a fim de lutar pelos seus direitos, e assim, originam diversos movimentos sociais que vêm corporificando as lutas no território.

> O campesinato do Baixo Tocantins realizou em momentos mais recentes inúmeras frentes de atuação. Nos registros de pesquisa de Valdomiro de Sousa (2002), encontram-se o Movimento em Defesa da Região Tocantina (Modert) e o Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens (Monab), e ainda o Movimento Nacional dos Trabalhadores da Pesca (Monape). Nota-se, na história do Baixo Tocantins, um conjunto de inúmeras formas de mobilização que passa pelos gritos da terra, acampamentos de camponeses no município de Cametá – cidade polo da região –, ocupações em órgãos públicos no município e em Belém que marcam os anos 1990.

A partir da década de 90 se tem uma organização social dos camponeses mais consolidada e as ações efervescentes passam a ter efeitos mais contundentes a jusante da UHT, haja vista que as questões do Baixo Tocantins passam a ganhar mais visibilidade no campo de luta e reconhecimento, deixando assim, de ser segundo plano e passando a protagonizar a inclusão no processo de compensação dos impactos. Em suma, se tem um movimento na arena das negociações e em defesa de seus interesses, "buscando conquistas ou resistindo às mudanças que solapam conquistas anteriores. Sempre atuam em áreas de conflito. Historicamente sempre foram os setores subordinados os que mais produziram lutas sociais" (GOHN, 1997, 250). O movimento social em parceria com Igreja Progressista

Católica e Comissão da Pastoral da Terra (CPT) travam uma luta árdua em defesa da população camponesa na Amazônia, mais precisamente no Baixo Tocantins, mas não se pode deixar de ressaltar que as relações estabelecidas internamente nos movimentos também são permeados de conflitos, interesses individuais que ora sobressai em detrimento ao coletivo.

2.3. A regulamentação do licenciamento ambiental da UHT e as medidas mitigadoras como condicionantes.

Na década de 1990, após a criação do Movimento da Região Tocantina, as pautas situadas a montante e a jusante foram se corporificando e acoplando em decorrência da consolidação dos movimentos representativos que trouxeram para a discussão as pautas acerca do processo violador instaurado desde o final da década de 70 que os colocou em situação de vulnerabilidade, entretanto, a Eletronorte já tramitava a elevação da cota de operação da Usina Hidrelétrica de 72,00 para 74,00 metros, os principais argumentos da subsidiária eram as novas regras do mercado de energia, além disso, a Albrás, responsável pela produção de alumínio solicitou o aumento da demanda energética a partir de 2001, porém, de acordo com as informações da estatal subsidiaria, o país perpassava por uma crise energética que demandava urgência na elevação da cota.

Eletronorte

Brasília, 26 de junho de 2001.

Carta - PE-028/2001

Ilmo. Sr.
Dr. Emanuel Orestes Santana Gonçalves Matos
MD. Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Pará-SECTAM
Travessa Lomas Valentino, 2717 – Marco
66.095-770 – Belém-PA

26/6/01

2001 158863

Senhor Secretário,

Face a crise energética que o país atravessa, a Eletronorte pode contribuir para o equacionamento do problema, elevando a cota do lago da UHE Tucuruí para 74 metros o que proporcionará um aumento das disponibilidades energéticas da usina.

Esse aumento de geração da UHE Tucuruí, exige a implantação de "vigas espelho" no vertedouro da barragem, que já estavam previstas quando do projeto executivo da usina, conforme apresentado em documentação anexa. Ressaltamos que a construção dessas vigas na estrutura da barragem, não acarretará impactos ambientais, e, no nosso entendimento, é dispensável a licença de instalação, portanto estamos tomando as providências para a contratação e execução dos serviços. Esta instalação deverá estar concluída até o final deste ano.

Com relação aos impactos ambientais relacionados à elevação do nível da água do reservatório, prevista para março de 2002, a Eletronorte elaborou o Termo de Referência, em anexo, para a sua apreciação e comentários, visando avaliar os impactos ambientais associados e a proposição de medidas mitigadoras e compensatórias.

SECOM-SECTAM
26/06/01

Atenciosamente,

OSMAR VIEIRA FILHO
Coordenador de Ações Energéticas e Ambientais

Centrais Elétricas do Norte do Brasil SA
Coordenação de Ações Energéticas e Ambientais-PE

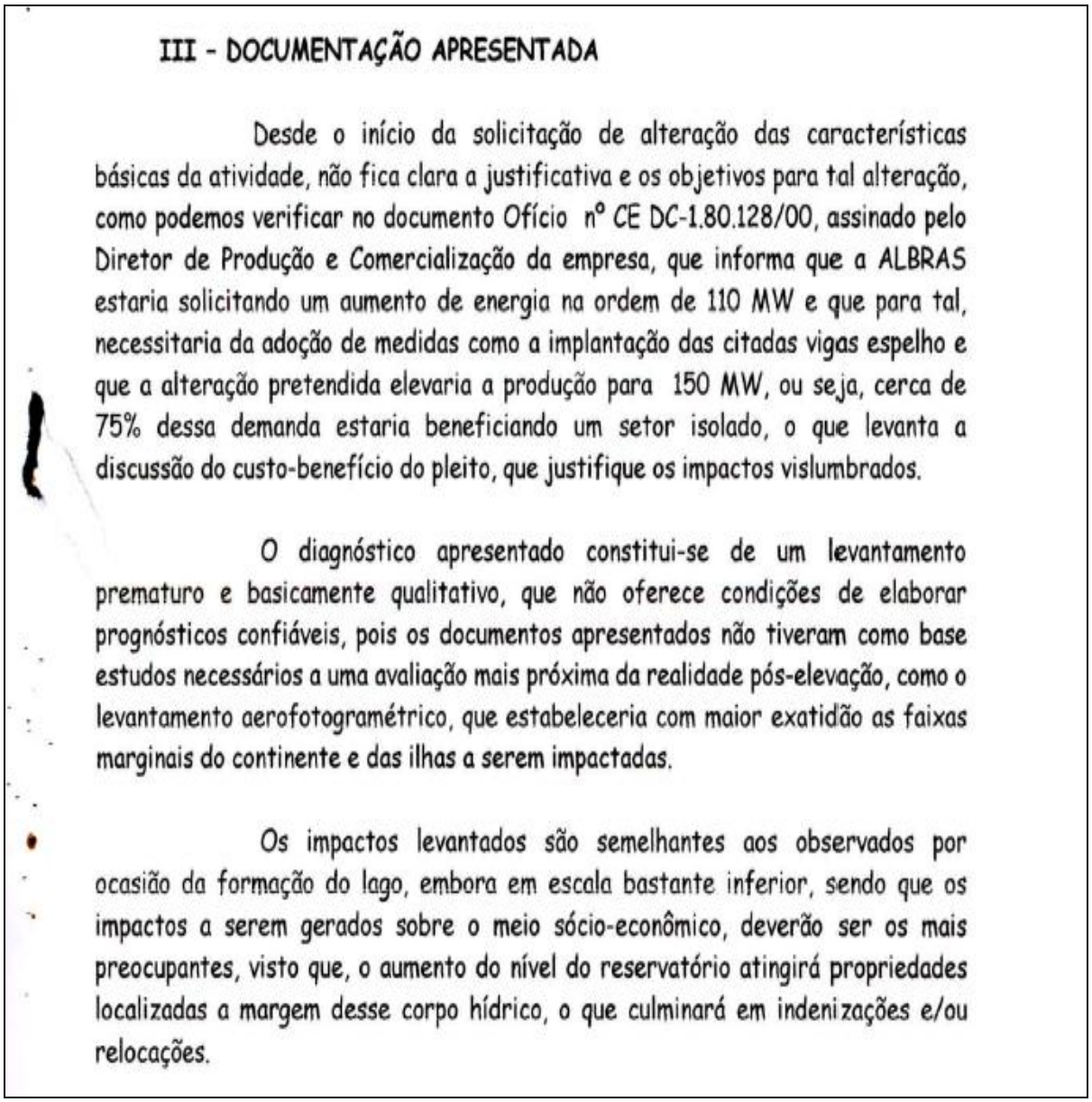
SCN / Quadra 6 Conj. A Bloco B Sala 610
70718 900 Brasília DF
Caixa Postal 04-163

Tel. (061) 429 6130 / 6133
Fax. (061) 429-6187
osmar@ein.gov.br.

Figura 4 - Ofício referente à elevação da cota do reservatório.
Fonte: Semas, 2001.

Assim, a central elétrica do Norte elucida que a única alternativa imediata a custo prazo seria a instalação de vigas espelho no vertedouro da UHT de Tucuruí, possibilitando assim, a usina operar com a cota de 74,00m, ou seja, a construção da segunda etapa que estimava a elevação de energia.[15] A SECTAM salienta que a elevação da cota implicará em impactos ambientais que precisam ser conhecidos mediante a elaboração de propostas mitigadoras de viabilidade ambiental para a alteração pretendida, conforme afirma o documento a seguir:

[15] ELETRONORTE. Carta de solicitação para Construção de vigas espelhos no vertedouro da UHE de Tucuruí. Oficio/n. 01 de setembro de 2000.



III - DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA

Desde o início da solicitação de alteração das características básicas da atividade, não fica clara a justificativa e os objetivos para tal alteração, como podemos verificar no documento Ofício nº CE DC-1.80.128/00, assinado pelo Diretor de Produção e Comercialização da empresa, que informa que a ALBRAS estaria solicitando um aumento de energia na ordem de 110 MW e que para tal, necessitaria da adoção de medidas como a implantação das citadas vigas espelho e que a alteração pretendida elevaria a produção para 150 MW, ou seja, cerca de 75% dessa demanda estaria beneficiando um setor isolado, o que levanta a discussão do custo-benefício do pleito, que justifique os impactos vislumbrados.

O diagnóstico apresentado constitui-se de um levantamento prematuro e basicamente qualitativo, que não oferece condições de elaborar prognósticos confiáveis, pois os documentos apresentados não tiveram como base estudos necessários a uma avaliação mais próxima da realidade pós-elevação, como o levantamento aerofotogramétrico, que estabeleceria com maior exatidão as faixas marginais do continente e das ilhas a serem impactadas.

Os impactos levantados são semelhantes aos observados por ocasião da formação do lago, embora em escala bastante inferior, sendo que os impactos a serem gerados sobre o meio sócio-econômico, deverão ser os mais preocupantes, visto que, o aumento do nível do reservatório atingirá propriedades localizadas a margem desse corpo hídrico, o que culminará em indenizações e/ou relocações.

Figura 5 -Parecer técnico da SECTAM.
Fonte: Semas, 2002.

Todavia, a CBM enfatiza algumas regras acerca da resolução e das responsabilidades e diretrizes voltadas para os empreendimentos de geração de energia a partir da legislação ambiental vigente:

> Em que pese o fato da Secretaria de Meio Ambiente – SEMA, ter sido criada em 1973, somente em 1981, pela Lei 6.938, de 31 de agosto, foi estabelecida a Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA, sendo instituído o Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA e Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA, dispondo sobre os princípios e mecanismos de formulação e aplicação de uma política ambiental brasileira, além de definir a adoção do processo de licenciamento ambiental, sem, contudo regulamentá-los. A mais importante inovação foi a de reorientar a gestão ambiental no sentido da melhoria da qualidade do meio ambiente, em benefício da saúde e de um desenvolvimento econômico em harmonia com a proteção ambiental. O meio ambiente passou a ser considerado patrimônio

> público, a ser protegido, tendo em vista o uso racional dos recursos ambientais, princípio, posteriormente, ratificado pelo Constituição Federal de 1988(CBM, 1999, p.218).

Apesar de a secretaria ter sido criada em 1973, antes da construção da barragem, somente em 1983, foi instituída a política Nacional de Meio ambiente, certa incoerência é evidenciada neste contexto, a resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente foi promulgada em 23 de janeiro de 1986, definindo assim, as Diretrizes de avaliação dos Impactos Ambientais, definiu-se as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais de Avaliação de Impacto Ambiental a partir dos Estudos de Impacto Ambientais e Relatórios de Impactos Ambientais. Foram estabelecidas as regras gerais de licenciamento de obras de grande porte, mas especificamente, para os empreendimentos de geração de energia elétrica (CBM, 2000).

É importante ressaltar que a hidrelétrica de Tucuruí entrou em operação em 1984, período esse em que ainda não havia legislação que tornasse obrigatório o estudo dos impactos ambientais, logo, a pesquisa realizada pela Eletronorte era tendenciosa, conforme retifica a CMB, no qual não diagnosticou de fato os danos ambientais e sociais que tal empreendimento acarretaria, as negligências legislativas ambientais submeteram a população à vulnerabilidade, ao descaso e a inúmeras atrocidades.

Somente em abril de 1997 a Eletronorte fez a solicitação do Licenciamento ambiental de Tucuruí, e um ano após, em 1998, a SECTAM concedeu a Licença de Operação (LO) referente à primeira etapa. Ainda no mesmo ano, foi concedida também a (LO) concernente a segunda etapa, sendo que estas licenças eram interinas e foram continuamente renovadas a cada ano e em 2003, tornaram-se permanentes com algumas ressalvas feitas pela SECTAM (MAGALHÃES, 2005). A ausência de estudos ambientais mais consistentes revela uma fragmentação de todos os problemas que instauraram a partir da UHT.

Apesar do parecer técnico da SECTAM salientar a necessidade de avaliação dos impactos, a segunda etapa segue os mesmos princípios da primeira, período em que não havia uma legislação ambiental, ou seja, a fase inicial de construção da UHT precedeu a resolução da CONAMA, instituída em 1986, entretanto, "a ELETRONORTE está realizando a segunda etapa de Tucuruí sem os estudos de impacto previstos em lei para obras iniciadas pós- 1986" (MAGALHÃES, 2005, p.249).

O referido parecer aponta que a elevação da cota implicaria em danos análogos aos ocorridos na primeira fase, no entanto, a Eletronorte ratifica que "para a 2ª etapa não será necessária nenhuma inundação incremental, ficando o reservatório com as mesmas

características físicas atuais, com exceção do deplecionamento máximo que passará a ser de 10,0 – entre a cota 72 e 62,00" (Projeto Magalhães apud Básico, pg.10-3).

Mas em 2001 a ELETRONORTE informou a SECTAM a área estimada a ser inundada seria de 370 km², logo, infere-se que não há um estudo consolidado com definições claras acerca dos danos e da abrangência que tais efeitos acarretariam. Um ano depois, em 2002, surgiram novos dados que informavam que a área atingida seria de 164 km², há um desencontro de informação (MAGALHÃES, 2005). Percebe-se que uma das principais preocupações levantadas pelo documento é a questão socioeconômica e a elevação do nível de água do reservatório que atingiria os que possuem propriedades situadas próximas ao corpo hídrico.

Conforme os estudos de Magalhães, a incoerência nas informações prestadas pelas Centrais Elétricas do Norte não mensura a amplitude dos efeitos em decorrência da ausência de estudos, porém, como foi exposta acima, a SECTAM tinha ciência de alguns desses danos e a autora aponta para abrangência do alagamento e infere que:

- Aproximadamente 4.000 famílias terão suas terras total ou parcialmente inundadas;
- Cinco municípios terão novamente áreas; alagadas: Tucuruí, Novo Repartimento, Breu Branco, Jacundá, Nova Ipixuna e Itupiranga;
- Em levantamento preliminar, haviam sido identificadas 3.548 propriedades parcial ou totalmente alagadas, sendo a maioria dos municípios de Novo Repartimento e Tucuruí;
- Metade da área a ser inundada apresenta vegetação nativa, sendo caracterizada como floresta ombrófila densa;
- Desaparecimento de 337 ilhas e surgimento de outras 283;
- Proliferação de macrófitas aquáticas (MAGALHÃES, 2005, p. 251)

Em suma, o projeto hidrelétrico de Tucuruí foi concebido para ser implantado em duas etapas, sendo que a primeira com capacidade de 4.0000MW de potência instalada e composta por onze turbinas principais e duas auxiliares, a segunda etapa, com unidades geradoras de 375MW cada e potência de 4.125MW (SECTAM).

Em Tucuruí, a partir da implementação da segunda fase, a questão ganha efervescência novamente em 2003/2004 em decorrência do deslocamento compulsório provocado pela elevação da cota de inundação e pela segunda a "ELETRONORTE está realizando a segunda etapa de Tucuruí sem os estudos de impacto previstos em lei para obras iniciadas pós-1986.

Inicialmente, parece ter corroborado para a prevalência daquele princípio a afirmação de que não haveria aumento da cota". (MAGALHÃES, 2007, 72).

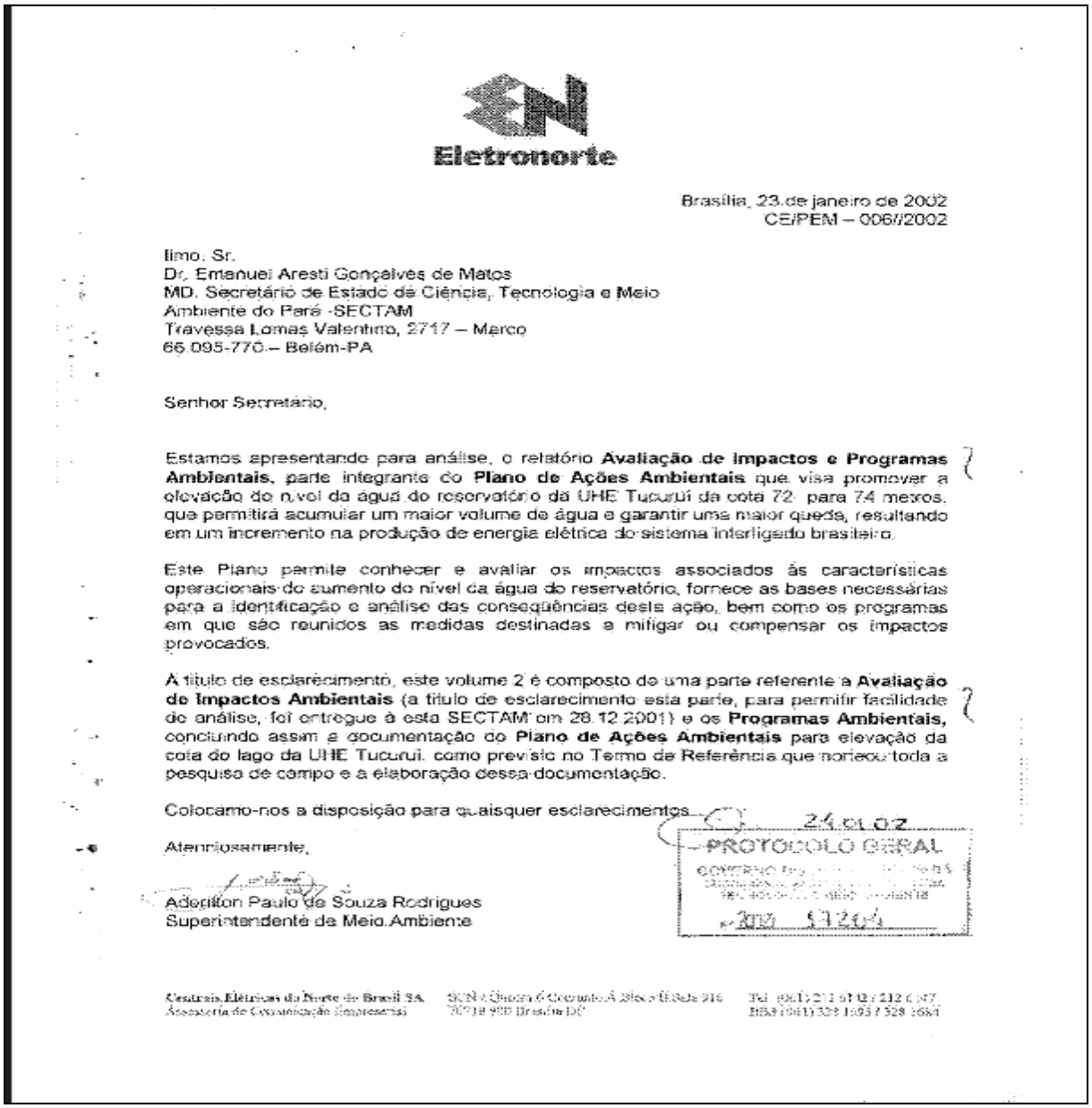
A dor, o lamento e a resistência se atualizam a cada medida nefasta tomada pela Eletronorte:

> Novamente, o Movimento de Expropriados de Tucuruí interpõe-se na arena e estima que, aproximadamente, 4.000 famílias serão atingidas, com suas terras total ou parcialmente inundadas; cinco municípios terão novamente áreas alagadas: Tucuruí, Novo Repartimento, Breu Branco, Jacundá, Nova Ipixuna e Itupiranga. A questão sobre os (e dos) atingidos em Tucuruí, volta a estar em aberto. (MAGALHÃES, 2007, p. 3)

Em 26 de Abril de 2006, a Eletronorte solicitou autorização para funcionamento da 23º unidade geradora da UHE de Tucuruí, correspondente a segunda etapa que estava prevista para entrar em operação comercial em julho de 2006. (ELETRONORTE, 2006) Cabe ressaltar que a estatal subsidiária ainda não havia cumprido integralmente as promessas que havia feito para a população, haja vista que "muitas pessoas deslocadas não foram reconhecidas (ou cadastradas) como tal e, portanto, não foram reassentadas nem indenizadas" (MAGALHÃES, 2005, p.247).

Para Magalhães, a segunda etapa e/ou fase de Tucuruí é conduzida pela "instalação de turbinas para duplicação de sua capacidade de geração de aproximadamente 4 mil para 8.370MW. Oficialmente, foi iniciada em 1998; o projeto básico data de 1996 e o primeiro Plano de Ações Ambientais data de 1999" (p.249). Esses documentos constituem um conjunto de planos aleatórios elaborados para implementação da segunda etapa:

- Projeto Básico – 1996;
- Licenciamento – Relatório Preliminar, abril de 1997;
- Programa de Macrófitas Aquáticas – novembro de 1998;
- Programa de Limnologia – Qualidade da Água – novembro de 1988;
- Programa de Estoque Pesqueiro – novembro de 1998;
- Plano de Ações Ambientais – março de 1999. (MAGALHÃES, 2005).



Eletronorte

Brasília, 23 de janeiro de 2002
CE/PEM – 006/2002

Ilmo. Sr.
Dr. Emanuel Aresti Gonçalves de Matos
MD. Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio
Ambiente do Pará -SECTAM
Travessa Lomas Valentina, 2717 – Marco
66.095-770.– Belém-PA

Senhor Secretário,

Estamos apresentando para análise, o relatório **Avaliação de Impactos e Programas Ambientais**, parte integrante do **Plano de Ações Ambientais** que visa promover a elevação do nível da água do reservatório da UHE Tucuruí da cota 72 para 74 metros, que permitirá acumular um maior volume de água e garantir uma maior queda, resultando em um incremento na produção de energia elétrica do sistema interligado brasileiro.

Este Plano permite conhecer e avaliar os impactos associados às características operacionais do aumento do nível da água do reservatório, fornece as bases necessárias para a identificação e análise das conseqüências desta ação, bem como os programas em que são reunidos as medidas destinadas a mitigar ou compensar os impactos provocados.

A título de esclarecimento, este volume 2 é composto de uma parte referente a **Avaliação de Impactos Ambientais** (a título de esclarecimento esta parte, para permitir facilidade de análise, foi entregue à esta SECTAM em 28.12.2001) e os **Programas Ambientais,** concluindo assim a documentação do **Plano de Ações Ambientais** para elevação da cota do lago da UHE Tucuruí, como previsto no Termo de Referência que norteou toda a pesquisa de campo e a elaboração dessa documentação.

Colocamo-nos a disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Adeplton Paulo de Souza Rodrigues
Superintendente de Meio Ambiente

24.01.02
PROTOCOLO GERAL

Centrais Elétricas do Norte do Brasil SA
Assessoria de Comunicação Empresarial

Figura ‘’6 - Oficio referente apresentação do relatório de avaliação ambiental.
Fonte: SEMAS, 2002.

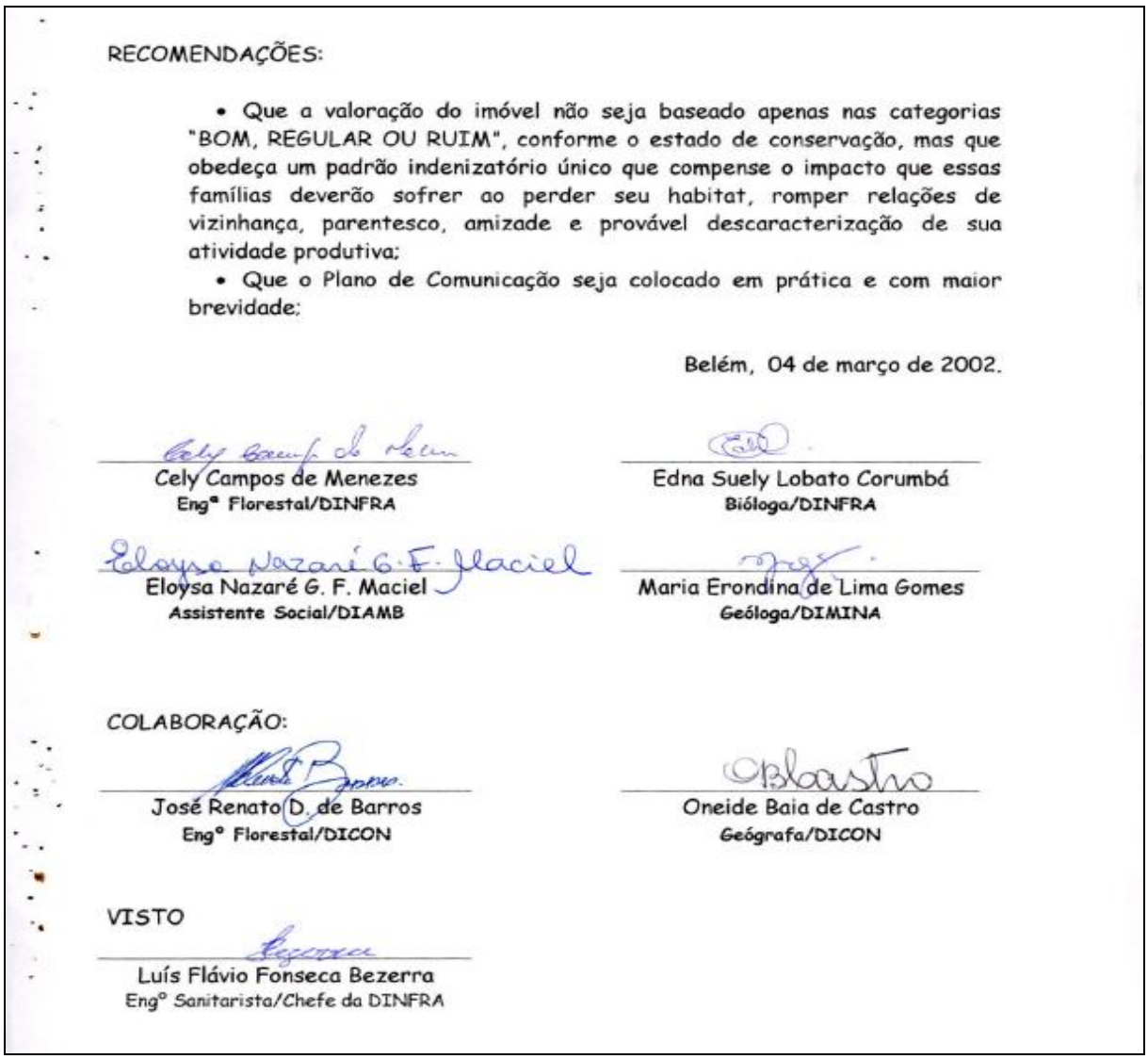
Frente aos estudos dos problemas decorrentes da segunda etapa, até 1999, tinha somente um conjunto de textos fragmentados e com enxertos repetidos haviam sidos apresentados pela Eletronorte durante a segunda etapa, além disso, tais projetos não deixavam evidente inundação nos municípios a montante conforme ocorreu na construção da primeira etapa.

Conforme a CBM (2000):

> As informações geradas pelos estudos ambientais é muitas vezes insuficiente para responder a perguntas simples sobre a qualidade ambiental antes e depois da implantação do empreendimento, fruto de (1) complexidades dos ecossistemas envolvidos, (2) falta de informações básicas e sistematização da informação reunida ao longo dos anos, que está em boa parte espalhada em relatórios internos da Eletronorte nunca publicada (p. 14).

Sem um estudo autêntico e consistente, tem-se então a tramitação da segunda etapa e a produção de mais impactos sendo gerados sem o mínimo de respeito para com os afetados, mesmo com todas as pendências da primeira etapa que não haviam sido sanadas e nem efetivadas na maneira correta, pois nos casos em que houve indenização, está quase sempre mostrou-se inadequada; e nos casos em que as pessoas deslocadas foram devidamente cadastradas, muitas não foram incluídas nos programas de reassentamento (MAGALHÃES,p.247).

A partir do trecho do texto constituinte do parecer técnico elaborado pela SECTAM é possível fazer interpretações das medidas que foram tomadas na primeira etapa, nas quais as indenizações e avaliações quando ocorreram se deram em desconformidade com a realidade, visto que são apontadas críticas a algumas categorias utilizadas no processo de deslocamento, veja as recomendações solicitadas:



RECOMENDAÇÕES:

- Que a valoração do imóvel não seja baseado apenas nas categorias "BOM, REGULAR OU RUIM", conforme o estado de conservação, mas que obedeça um padrão indenizatório único que compense o impacto que essas famílias deverão sofrer ao perder seu habitat, romper relações de vizinhança, parentesco, amizade e provável descaracterização de sua atividade produtiva;
- Que o Plano de Comunicação seja colocado em prática e com maior brevidade;

Belém, 04 de março de 2002.

Cely Campos de Menezes
Engª Florestal/DINFRA

Edna Suely Lobato Corumbá
Bióloga/DINFRA

Eloysa Nazaré G. F. Maciel
Assistente Social/DIAMB

Maria Erondina de Lima Gomes
Geóloga/DIMINA

COLABORAÇÃO:

José Renato D. de Barros
Engº Florestal/DICON

Oneide Baia de Castro
Geógrafa/DICON

VISTO

Luís Flávio Fonseca Bezerra
Engº Sanitarista/Chefe da DINFRA

Figura 7 - Parecer técnico emitido pela SECTAM.
Fonte: SEMAS, 2002.

A partir do projeto referente à implementação da segunda etapa que data 1996, pode-se inferir que a cogitação de tal ação já vinha sendo planejada mesmo sem a Eletronorte ter cumprido os acordos concernentes a primeira etapa. O reflexo dessas medidas é que mais uma vez a sociedade é tolhida, ignorada e permanece alheia aos processos, visto que os planos elaborados derivam de equívocos, no qual a realidade de fato não é mensurada, considerando assim, as interpretações políticas e técnicas que dão origem às ações e práticas distantes e destoantes do contexto societário.

Mesmo diante de todos os problemas postos pela população, dos movimentos de lutas e reivindicação por reconhecimento e compensação pelos malefícios causados pela estatal, esta insurge com um novo projeto degradador, sendo mais uma vez blindada pelo estado. Temos a reincidências dos erros, a exemplo da condução da segunda etapa, na qual os "efeitos sociais são tratados nos chamados planos ambientais" (p.249), sendo que haviam sido instaladas 03 novas turbinas e a conclusão total da referida etapa já estava com a data estimada para 2006/2007. (MAGALHÃES, 2005)

Neste sentido, Magalhães (2005) salienta:

> Uma das principais consequências da não realização do RIMA foi a ausência de publicização e de discussão dos efeitos da segunda etapa. Pode-se depreender, inclusive, pelos estudos até agora apresentados, que prevalece uma visão compartimentada dos efeitos, não havendo um plano de ação coordenado e concatenado para atender a esta segunda. (p. 249)

É possível observar que mesmo após a instauração da "ordem democrática" em 1989 que sucede o golpe ditatorial, a Eletronorte desconsidera a sociedade e, além disso, a ausência de estudos ambientais que diagnosticasse minuciosamente as alterações ambientais, sociais, territoriais, culturais e produtivas que deixou à população a jusante e a montante asfixiada pelos desastres. Todo esse quadro de insensibilidade obrigou os atores sociais a continuarem envidando o movimento de reconhecimento enquanto impactado. Até mesmo o Plano da Eletrobrás após a segunda edição publicada nos anos 90, considerava enquanto atingida somente a população passível de ser remanejada (MAGALHÃES, 2007). Entretanto, de acordo com o documento produzido no I Encontro nacional dos atingidos por barragem, são considerados atingidos "todos que sofrem modificações diretas nas suas condições de vida" (ENTAB, 1989, p. 34).

Somente em agosto de 1997, após o "Grito da Terra", os representantes dos sete sindicatos dos municípios localizados em proximidades ao lago junto à assessoria da Universidade Federal do Pará - UFPA e de técnicos de diversos órgãos deram continuidade as

atividades desenvolvidas no Encontro Intermunicipal da Área de influência de Usina hidrelétrica de Tucuruí, organizando um quadro constituído com os principais eixos que fazem parte das reivindicações locais, sendo elas: meio ambiente extrativismo; comercialização; posse e uso da terra e produção agropecuária, cujo principal objetivo era a geração de renda, considerando principalmente a agricultura familiar e mini empresas, sendo que além dos eixos mencionados, reivindicavam uma pauta de grande relevância, o acesso à energia elétrica que se enquadrava no eixo de infraestrutura, posto que, a energia gerada no município de Tucuruí abastecia regiões distantes e não contemplava os situados a adjacente à barragem (CMB, 2000b).

Ainda no ano de 1997, vem à tona a discussão acerca da elaboração de um plano de compensação para a região a montante e a jusante que ocorreu durante o evento supracitado, no entanto, as questões a jusante da UHE Tucuruí e as demandas da população mais uma vez não foram acatadas, as possibilidades de iniciar um planejamento "participativo" que contemplasse as reivindicações acerca dos problemas ambientais foram interrompidas repentinamente. A problemática levantada a jusante foi subestimada tendo sido relativamente reavaliada nos períodos de estiagem, quando ocorreu queda na qualidade de água, conforme evidencia a CMB (2000).

O relatório da comissão mundial de barragens chama atenção para algumas mudanças tardias no quadro jurídico a partir de 1989 que tangem a regulamentação ambiental da hidrelétrica:

> No que se refere ao Licenciamento Ambiental, somente em 1998, foi regularizada a situação da Hidrelétrica de Tucuruí, com a concessão pela SECTAM (Secretaria de Estado de Ciência e (Tecnologia do Estado do Pará) da Licença de Instalação das 11 (onze) turbinas principais e das auxiliares, além da Licença de Operação do próprio empreendimento. (CMB, 1999, p. 19)

Oficio de nº 74 encaminhado a SECTAM em 29 de janeiro de 1998 faz retomada às questões pertinentes à transposição da barragem e os estudos ambientais da conclusão das obras de transposição da UHT, cujo em anexo ao documento supracitado se encontrava o termo de referência que aborda a questão da elaboração de diagnóstico ambiental da área que seria afetada de forma direta com a elevação da cota para 74,00m, a partir de então, é feita uma possível identificação dos impactos por meio de uma empresa contratada para iniciar a procedência para as mitigações, na forma de medidas ou programas ambientas para a área de influência, ou seja, a montante, o referido termo salienta que:

> [...] A elevação da cota 72 para 74 implicará em medidas ambientais que precisam ser reconhecidos, avaliados para que sejam propostas medidas

> mitigadoras e/ou compensatórias para um posicionamento da viabilidade socioambiental da alteração pretendida. (Oficio de nº 15 da SECTAM em resposta a solicitação feita pela Eletronorte em 16 de Abril de 2001).

Entretanto, com o objetivo de elevar a cota de licenciamento ambiental do empreendimento foi condicionado a ações compensatórias, como a reformulação e criação de programas que trouxesse contrapartidas para a população afetada, sendo que essas questões surgem da iniciativa e de mobilização que perduram há décadas, conforme a Comissão Mundial de Barragem:

> A notificação 159/98, de 22/05/98, da SECTAM concede as respectivas licenças, condicionadas, no entanto, à reformulação e ao desenvolvimento de uma série de programas ambientais devem ser reformulados os programas de controle do estoque pesqueiro e de monitoramento limnológico de qualidade da água e de macrófitas aquáticas. Por outro lado, devem ser implementados programas de: manejo e recuperação de áreas degradadas, programa de fiscalização integrada, avaliação da transposição da barragem pela ictiofauna, educação ambiental e zoneamento ecológico-econômico. (CMB, 1999, 19).

É importante ressaltar que a notificação enfatiza os programas que devem ser reformulados novos projetos a serem implementados após a transposição da barragem, entretanto, o termo de referência elaborado Projectus Consultoria versa sobre os possíveis estudos a serem realizados:

> Para a maior parte dos impactos que serão detectados as medidas mitigadoras são parte dos critérios técnicos adotados em cada fase do empreendimento, portanto para estes serão feitas recomendações de caráter geral e para os impactos mais significativos ou de maior relevância, serão feitas recomendações de caráter especifico em forma de programas ambientais, com indicação de justificativas, objetivos, diretrizes, escopo básico e cronograma de responsabilidade por sua implementação (Plano de Referência dos Estudos ambientais da conclusão das obras do sistema de transposição da barragem da UHT 1998, p. 05).

No entanto, o referido termo salienta em seu texto que serão feitos estudos e recomendações para os impactos que forem mais significativos, logo, presume que os possíveis contemplados serão somente os que se encontram a montante. Contudo, a luta por reconhecimento enquanto impactado não é algo recente, já perdura décadas, pois, a inclusão da área a jusante enquanto área atingida vem sendo objeto das mobilizações sociais, dentre eles, dos expropriados, que ao longo do transcurso histórico da UHT construíram um conjunto de denúncias plausíveis das interferências causas em suas vidas.

Diante das medidas mitigadoras solicitadas para a licença de operação ambiental e elevação da cota do reservatório para 74m, surge o Plano de Desenvolvimento Sustentável de Tucuruí que está atrelado diretamente ao contexto da construção da segunda etapa da UHT,

por volta de 1998/1999, sendo que as possíveis medidas paliativas já vinham sendo reivindicadas há muito tempo, logo, é possível inferir que tais ações como a construção só fora viabilizada porque a Eletronorte queria ampliar a geração de energia e contemplar o Complexo minero-metalúrgicos Albrás/Alunorte, sendo que para a segunda etapa, já existia uma legislação ambiental e o fortalecimento sindical do STTR, com apoio das prefeituras a montante e do Consórcio dos Municípios Paraenses Atingidos pelo Reservatório de Tucuruí-COMPART que fazem unidade na luta solicitando e reivindicando um plano de desenvolvimento que contemplasse os municípios atingidos.

Um documento elaborado pelos membros COMPART manifestam apoio à elevação da cota do reservatório, desta forma, os prefeitos enquanto representações governamentais materializam suas ações de apoio à Eletronorte, pois, esta também poderia ser uma forma de mostrar ao povo a concretização de possíveis benefícios como forma de manutenção de poder, um documento elaborado pelo COMPART foi encaminhado a Eletronorte ratificando apoio a conclusão das eclusas e a desestruturação socioambiental e econômica do camponês, este órgão, representa os gestores dos municípios a montante, vide a seguir:

CONSÓRCIO DOS MUNICÍPIOS PARAENSES ALAGADOS PELO RIO TOCANTINS
Compartilhando problemas e buscando soluções

Belém, 31 de janeiro de 2001

Senhor Secretário,

Nós, Prefeitos e Vereadores do COMPART vimos através deste manifestar nosso integral apoio a ELETRONORTE no que tange o projeto da mesma de elevação da cota do Lago da UHT para 74 metros.

Agradecemos sua especial atenção e nos colocamos a inteira discposição.

Atenciosamente,

AMARO LOPES
Prefeito de Goianésia

JOSÉ LIMA
Deputado Estadual

ANTONIO BORILLE
Goianésia/Repres.do COMPART

ADÃO RIBEIRO
Prefeito de Jaeunda

TETÊ SANTOS
Deputada Estadual

BENJAMIM TASCA
Prefeito de Itupiranga

JOSÉ CARLOS ZAVARIZE
Presidente da AMAT

EGON KOLLING
Prefeito de Breu Branco

BENEDITA DO PILAR LOBO DIAS
Prefeita de Baião

JOSÉ PEREIRA DE ALMEIDA
Prefeita de Nova Ipixuna

VALMIRA ALVES
Prefeita de Novo Repartimento

PARSIFAL DE JESUS PONTES
Prefeito de Tucurui

JOÃO DE AGUIAR BEZERRA
Breu Branco/Repres. o COMPART

A Sua Excelência o Senhor
Dr. EMANUEL ARESTI SANTANA GONÇALVES MATOS
Secretário Executivo de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente

01 02 01

Figura 8 - Oficio do COMPART ratificando apoio a elevação da cota.
Fonte: SEMAS, 2001.

Conforme os estudos de Almeida (2016), O plano de Desenvolvimento Sustentável da Microrregião do Entorno da UHE Tucuruí – PDST surgiu em 1999, mas já vinha sendo mencionado e solicitado desde 1997, ano em que foi elaborado um plano de desenvolvimento regional, dando continuidade às propostas apresentadas durante o Encontro Intermunicipal da Área de Influência da UHE Tucuruí, o qual delineia as principais reivindicações da sociedade local, Governo do Estado do Pará (Secretaria de Estado de Integração Regional e do Governo Federal), através da ELETROBRÁS/ELETRONORTE.

Esses planos compreendem os 07 municípios da área do lago: Tucuruí, Novo Repartimento, Breu Branco, Jacundá, Nova Ipixuna e Itupiranga e Rondon do Pará que passaram a ser reconhecidos pela empresa como "área atingida" (MAGALHÃES, 2007, p.65). As medidas mitigadoras são condicionantes para elevação da cota e conseguintemente carta aberta para a Eletronorte ampliar suas medidas nefastas sobre as regiões conforme o enxerto do relatório das oficinas:

> Em função das obras da segunda etapa da UHE Tucuruí, bem como da elevação da cota de operação do reservatório de 72 para 74 metros, a Eletronorte teve como exigência do desenvolvimento da região de influência da usina. Em 2000 a Eletronorte se comprometeu a patrocinar a elaboração de um plano de desenvolvimento envolvendo os sete municípios entorno do lago da UHE Tucuruí: Breu Branco, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Nova Ipixuna, Novo Repartimento e Tucuruí (ELETRONORTE, 2005, p. 03)

A segunda etapa foi executada sem a elaboração do relatório de impacto ambiental (RIMA) que se tornou obrigatório a partir da resolução de 1986 da CONAMA que traz a "definição de impacto ambiental'', estabelecendo que os licenciamentos de obras e/ou atividades que causem interferências na normalidade do meio ambiente, obrigatoriamente devem elaborar do Relatório de Estudo Ambiental- EIA e o Relatório de Impacto Ambiental-RIMA que devem ser levados aos órgãos responsáveis pelos devidos licenciamentos. Desta forma, tal resolução precede a constituição de 1988 que acoplou a legislação ambiental, levando-a condição constitucional à proteção do meio ambiente.

Mesmo diante de todo o aparato legislativo ratificado após a legislação, inclusive, o art. 225 da constituição corrobora o dever do estado de proteger o meio ambiente, entretanto, esses preceitos normativos não foram respeitados, logo, não houve elaboração do relatório de impacto ambiental (RIMA) para viabilizar a segunda etapa da UHT, é notória a agilidade para ampliação de um projeto arquitetado pelo plano econômico, sendo que em "2001, o aumento de cota foi autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)", além disso, "uma

das principais consequências da não realização do RIMA foi a ausência de publicização e de discussão dos efeitos da segunda etapa (MAGALHÃES, 2005, p.249- 250).

Temos então, o "paradigma da adequação ambiental", no qual o meio ambiente e as comunidades devem se adequar ao desenvolvimento econômico e os objetos técnicos passam a ser a centralidade dos processos. As únicas medidas tomadas foram às concessões das compensações como condicionantes para elevação da cota para 74. No entanto, as possíveis medidas são postergadas e burocratizadas.

A partir da segunda etapa enquanto área atingida pela barragem e que foram inclusos no Plano de Desenvolvimento Sustentável de Tucuruí (PDST) e no Plano Inserção Região da usina hidrelétrica de Tucuruí, sendo que este é oriundo do primeiro, uma espécie de subplano. A apresentação do PIRTUC traz o emblemático discurso de "benevolência" em reconhecer, compensar e mitigar os danos, propagando que "ao longo de toda a sua história, a ELETRONORTE tem realizado importantes investimentos nas áreas de influência dos seus projetos hidrelétricos, procurando moderar os impactos negativos do empreendimento" (ELETRONORTE, 2001).

O que se observa diante de todas as discussões acerca da questão de compensação, é que esta medida surge para legitimar as ações do estado, ou seja, degradam o meio ambiente e, por conseguinte, utilizam alguns mecanismos para atenuar e camuflar a destruição causada à população, e, além disso, essas medidas são burocratizadas, de modo que os movimentos precisam estar em constante processo de luta para serem contemplados e reconhecidos enquanto impactados.

> No transcorrer de séculos a dependência de países periféricos em relação aos centrais ainda está associada à exploração de seus recursos naturais, constituindo o Estado um ente indispensável a esse processo. Embora as condições sejam desiguais entre os países do "norte e do sul", estes se submetem àqueles. (2012, p.43)[16]

Seguindo a imposição do paradigma crescente da economia e do desenvolvimento **"in"** sustentável, o Estado se adéqua e/ou é subordinado, mesmo que as condições sejam desiguais, embora haja um crescimento econômico nos países do Sul, estes sempre estão em condições desiguais em relação ao Norte, assim, os sul-americanos sustentam os modos de produção industrial dos países norte-americanos por meio de suas fontes primárias que são os recursos

[16] NÉLSIS, C. M; FREITAS, R. **A crítica marxista ao desenvolvimento (in) sustentável.** R. Katál, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 41-51, jan./jun. 2012.

ambientais, desta forma, Leff (1994) a degradação ambiental é acentuada onde historicamente as sociedades foram exploradas pelo sistema capitalista.

2.4. A tragédia a jusante: entre o reconhecimento e a negação.

A jusante é um termo utilizado para explicar o sentido geomorfológico referente ao curso da corrente fluvial que se dá **"**de um ponto do rio, a jusante de uma ponte, de uma barragem, quer dizer sempre rio abaixo daquele ponto, a favor da correnteza. É o contrário de "a montante", que quer dizer rio acima[17]" (p. 334), sendo assim, a "[...] área [terreno] que fica abaixo da outra, ao se considerar a corrente fluvial pela qual é banhada" (GUERRA, A T GUERRA, A. J. 2009 p. 366) é o sentido ou "direção que correm as águas duma corrente fluvial", (OLIVEIRA, 1993, p.289). A figura abaixo retrata o sentido a montante e a jusante e como se dá o processo de geração de energia.

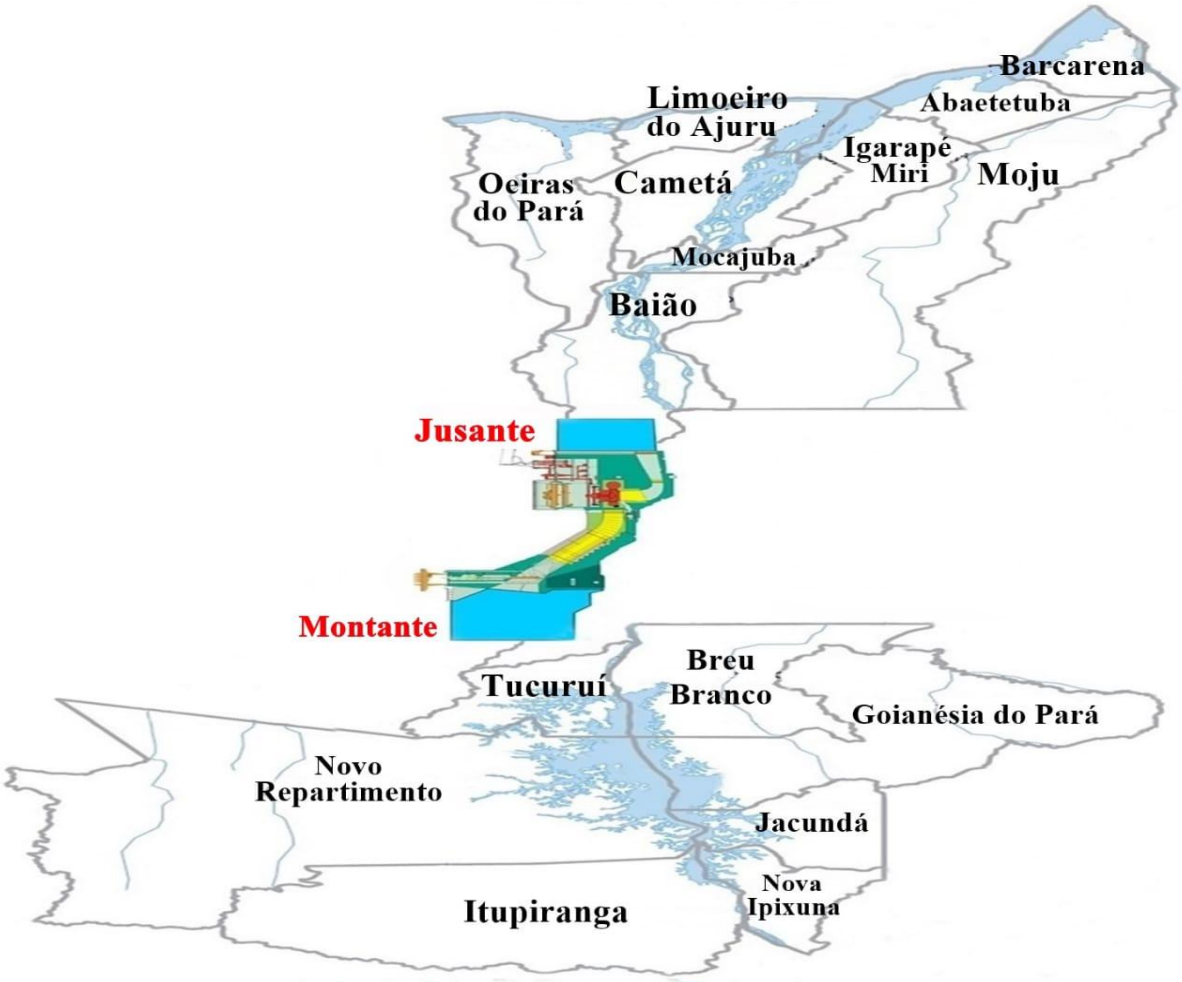


Figura 9 - Situando os municípios que ficam a montante e a jusante da UHT.
Fonte: pesquisa de Campo, 2019.
Elaboração: José Wilker Machado

[17] **Glossário de Termos Técnicos de Engenharia e de Energia Elétrica.** In: FILHO, A. O. S. (Org.). TENOTÂ-MÕ: Alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu. 2005.

As transformações socioambientais decorrentes das construções das barragens na região amazônica a partir dos planos de desenvolvimento e integração anunciaram a chegada da desumanização, expropriação e crueldade da forma mais perversa. O sistema parasitário se instala e vai aniquilando e inviabilizando as condições de produção e (re) produção social da população, visto que os princípios básicos constitucionais de direito à vida sendo tolhido, a exemplo, o camponês a jusante que sempre esteve às margens das negociações e do reconhecimento enquanto atingido.

> Sem meias palavras, o capitalismo é um sistema *parasitário*. Como todos os parasitas, pode prosperar durante certo período, desde que encontre um organismo ainda não explorado que lhe forneça alimento. Mas não pode fazer isso sem prejudicar o hospedeiro[..] (BAUMAN, 2010, p. 8-9)

Os efeitos das ações capitalistas são corroborados pelos atores sociais, por documentos e pesquisas acadêmicas realizadas na Região Tocantina. Os estudos de Camargo (2002) ressaltam que "a jusante da barragem de Tucuruí a intensidade da pesca foi reduzida em cerca de 70% devido, provavelmente, à falha no recrutamento, baixa produtividade e sobrepesca" (p.35-36). Exaurindo assim as fontes de sua própria alimentação (LUXEBURGO, 1970). Essas são algumas das transformações ocorridas no território diante das "grandes modificações no ambiente aquático do rio Tocantins a jusante da barragem que prejudicaram a pesca" (p.13), conforme ressalta Amaral (2016):

> Durante a realização de uma oficina, do projeto Nova Cartografia Social da Amazônia realizada em 2009, algumas preocupações foram destacadas pelos ribeirinhos e ribeirinhas em Abaetetuba que são componentes do Movimento dos Ribeirinhos e ribeirinhas-MORIVA, com relação à produção do pescado na região, quando ressaltaram as oscilações das pescas nas ilhas, relacionado tais problemas aos impactos da Usina Hidrelétrica de Tucuruí e do projeto Albrás/Alunorte, que segundo eles, atingiram também a produção do açaí. (CAMARGO, 2002, p. 45)

Para tanto, é preciso salientar que a atividade produtiva, sendo este o principal meio de sobrevivência dos ribeirinhos foi tragicamente atingida, alterando a dinâmica econômica da região que é desencadeada a partir da chegada dos empreendimentos no qual nos leva a "questionar a dinâmica, sobretudo os impactos da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT) no modo de vida ribeirinho, desencadeando escassez no pescado, migração de pesqueiros" (MOREIRA, 2003, p. 92), logo, as alterações a jusante não resultou em divisão e/ou formação de novos municípios como ocorreu a montante da barragem, haja vista que "a jusante da barragem, essas alterações não significaram divisão e formação de novas cidades, mas diversos fatores desestimularam agricultura, o extrativismo e a pesca" (CBM, 2000, p.103) e, além disso, alterou drasticamente o curso hidrológico da água.

No município de Cametá situado a jusante da barragem, apesar de não ter perdido seu território por inundação e/ou deslocamento compulsório, vivenciou o declínio das atividades agrícolas, pesqueiras e o comércio sofreram implicações em decorrência das dificuldades de navegação. O município de Baião também não teve sua área reduzida, mas sofreu drasticamente com a perda do dinamismo da agricultura. (CBM, 2000).

Apesar de a Eletronorte ter desconsiderado os problemas a jusante, inúmeras pesquisas reiteram e ratificam os danos que a população vem sofrendo, veja:

> Na região de jusante do reservatório, a pesca recaiu sobre as espécies migradoras: curimatã *Prochilodus nigricans* e pacu *Mylossoma duriventre*, uma vez que estas tiveram seu curso migratório ascendente interrompido pela barragem, e se concentraram próximos a ela (de Junho em diante) sendo intensamente pescados (CAMARGO, 2002, p. 21 *apud* Bittencourt, 1985).

A atividade de pesca foi drasticamente afetada na região a jusante após o fechamento da barragem, a captura caiu drasticamente, somente em agosto e outubro de 1985, foi possível observar um aumento brusco na pesca do mapará (*Hypophthalmus marginatus)*, além disso, ocorreu à captura desordenada que fez com que os pescadores começassem a pescar juvenis desta espécie, tal ação refletiu de forma negativa no ano seguinte, pois a pesca podia estar sendo sobre-explotado, e um dos fatores que poderia estar contribuindo seria a incapacidade de adaptação às novas condições ambientais após o barramento (MERONA, 1990 apud CAMARGO, 2002).

Portanto, os estudos constatam o declínio da pesca na região a jusante piorando drasticamente, de acordo com CMB a situação é crítica, com uma queda de mais de 80% e isso fez com que as condições socioeconômicas fossem alteradas.

Os principais impactos a jusante são:

- ✓ Perda da cultura de várzea e da pesca artesanal em detrimento das inundações;
- ✓ Escassez do pescado,
- ✓ Empobrecimento e declínio das atividades agrícolas;
- ✓ Queda na qualidade de água nos os períodos de estiagem;
- ✓ Mudança do regime hidrológico;
- ✓ Interrupção do fluxo migratório de peixes entre o baixo e médio Tocantins

Mesmo diante dos relatos dos movimentos que aquilatavam muitos dos danos que estavam vivenciando continuamente, um dos mais evidentes era o desaparecimento de peixes,

produção de frutas nativas que não era oriundo de castigos divinos, mas dos efeitos da UHT (CBM, 2000b).

> "(...) A população de jusante vivia do pescado, do açaí e da pimenta do reino que o pessoal chama de terra firme (...) O valor da pimenta caiu absurdamente (...) As pessoas também trabalhavam com a pesca do camarão, do mapará, etc. Existia toda uma linha de comércio que vinha até Belém. Com o fechamento da barragem várias espécies desapareceram...". (CBM, 2000, p. 148, apud TUC 10- 26515- RE.)

Mesmo diante da problemática a jusante, sua situação sempre foi deixada em segundo plano, foi necessário um movimento consistente de enfretamento frente à Eletronorte. Um dos meios de resistência foi o I Congresso de Pescadores do Baixo Tocantins em agosto de 1992, cujo objetivo central era despertar a consciência de toda a população local, mas precisamente dos pescadores para todos os desafios que estavam vivenciando, entretanto, o processo de possíveis negociações foi desconsiderado, uma vez que a população de jusante continua a ser ignorada (CBM, 2000a).

Nesse contexto, os movimentos travam um embate reivindicando medidas mitigadoras e compensações financeiras, haja vista que a construção da UHT, no Baixo Tocantins, desencadeou uma série de impactos socioambientais negativos a jusante como a queda da qualidade da água, ameaça a ecossistemas da várzea do Tocantins (prejudicando o cultivo de açaí e a pesca, alterando a sua quantidade, a sua diversidade e a sua qualidade) e, além disso, a "perda da centralidade econômica regional do Baixo Tocantins e suas cidades históricas para o novo pólo econômico surgido com a usina, Tucuruí e seis cidades criadas ou recriadas pela obra no entorno do reservatório" (FERREIRA, 2008).

Frente a isso, Costa (2006) salienta que a Colônia dos Pescadores Z-16 do município de Cametá em parceria com a Prelazia e demais movimentos, desempenharam um grande papel político e social na região do Baixo Tocantins, por esse motivo, a organização sindical obteve algumas conquistas, pois tem criado estratégias de resistência, entre elas, contribuído para a "efetivação" do Plano de Desenvolvimento da Região a jusante. É importante salientar que tal efetivação ainda apresenta muitas lacunas que estão entrelaçadas, é possível observar no decorrer do texto as nuances acerca do Plano, pois, a Eletronorte, não tinha uma política que contemplasse a jusante, mesmo porque "possíveis" impactos sempre foram descartados, conforme pontua o relatório da CBM (1999):

> A ocorrência de impactos a jusante foi subestimada, já que se considerou quase que exclusivamente a ocorrência de impactos diretos associados à redução da quantidade de água durante a fase de enchimento do reservatório. Pouco antes do enchimento, suscitou-se o problema de impactos a jusante durante o enchimento, tendo sido levantada a hipótese de interrupção do

> fornecimento de água potável a Belém, em face da introdução da cunha salina no rio Guamá causada pela ausência de vazão do rio Tocantins. Um estudo baseado em modelagem matemática concluiu, à época, que não haveria esse risco em Belém (como de fato não houve), mas que poderiam ocorrer problemas nos municípios a jusante da barragem (p.32).

De acordo com o relatório havia indícios de que os impactos afetariam a região a jusante, mas como os estudos concluíram que Belém ficaria isenta dos possíveis danos, não houve preocupação para com os demais municípios. Mas de acordo com o relatório da CMB foram constatados impactos socioambientais relacionados à interrupção da vazão, verificaram-se também impactos tanto diretos quanto indiretos associados às mudanças na qualidade da água do rio a jusante, destarte, os efeitos eminentes na área de influência são:

> Impedimento ao fluxo migratório de algumas espécies de peixes; desaparecimento de algumas espécies de peixes com a eliminação das corredeiras outrora existentes a montante da barragem; alteração no teor de sedimento no trecho de jusante, com valores inferiores aos anteriores observados; alteração do regime fluvial, podendo (não houve avaliação definitiva) influenciar, desde o ciclo de reprodução dos peixes até a produção de espécies vegetais nativas (açaí, por exemplo); modificação na composição química da água (modificação no teor de oxigênio e na cor) provocada por força da cadeia alimentar, mudança na composição biótica (fito, zooplâncton e ictiofauna) e acarretando uma série de consequências nas atividades produtivas da região; modificação no teor do oxigênio, no período da estiagem, provocado pela sensível diminuição da vazão afluente ao reservatório. Nesse caso a importância do volume turbinado total, sem oxigênio, passa a ser cada vez mais preponderante na composição do volume total liberado a jusante, implicando inúmeras consequências ambientais e socioambientais; desaparecimento de determinadas espécies de peixe, como o mapará, por exemplo, tem sido avaliado como um fator de desorganização da pesca artesanal e de subsistência e do aumento de índice local; de morbidade, face a menos ingestão de proteínas por parte da população de mais baixa renda. (CMB,1999, p.32-33)

Nesta perspectiva, a região do Baixo Tocantins sofre influência permanente de maré, apesar da grande complexidade apresenta suas fragilidades. Assim sendo, pequenas alterações no ecossistema, na composição da água, podem acarretar em alterações ambientais imensuráveis, atingindo diretamente a população camponesa que utiliza os rios e a natureza como meio de sobrevivência, bem como desenvolvem suas atividades produtivas, logo, é o meio de subsistência da população que vive principalmente nas proximidades dos rios e estabelecem relações diretas com o mesmo, veja os relatos de alguns moradores das Ilhas de Cametá:

> [...] Desde quando houve essa barragem, o negócio ficou feio pra nós [...]a água ficou suja, nossa água era limpa. O desaparecimento de vários cardumes de peixes, tipo o mapará, eu cheguei a ver isso, [...] naquela época os grandes pegadores de mapará pegavam e as famílias preparavam e colocavam no sol grande quantidade, não dávamos conta, a barragem afetou

> o nosso meio ambiente, que foi transformado, [...] a água está poluída nossos rios estão secando, até mesmo nossos peixes que eram sadios estão desaparecendo (Entrevistado 05, morador de uma comunidade Ribeirinha de Cametá).

A dor das perdas é irreparável, a ruptura de um período carregado de boas lembranças desencadeia em um tempo presente catastrófico, por isso, o testemunho se apresenta "como uma atividade *elementar* [...] outra situação radical de violência que implica esta necessidade, ou seja, que desencadeia esta carência absoluta de narrar" (SELIGMANN-SILVA, 2008). Portanto, O testemunho se torna uma ferramenta fundamental na busca por equidade social, para que as injustiças deixem de aniquilar os indivíduos, pois os relatos evidenciam as transformações na condição humana, as quais apresentam a degradação do outro nos confins humano SOUZA (2003).

Desse modo, nos apropriamos da concepção sociológica da "frente de expansão" discutida por José de Souza Martins para trazer suas reflexões a este contexto, "porque esta se refere ao lugar e tempo de conflito e de alteridade" (SOUZA, 2003, p141). É a chegada da "civilização" que vai ao encontro dos diversos grupos, que levando "ao momento trágico de destruição e morte". (141)

É diante da emergência da degradação que os grupos sociais insurgem para garantir a sobrevivência e lutam por melhorias, Basile (2007) assinala que em 1993 foi realizada uma reunião na cidade de Baião, promovida pelos prefeitos municipais, vereadores, presidentes dos sindicatos e líderes comunitários dos municípios de Baião, Mocajuba, Cametá, Limoeiro do Ajurú e Oeiras do Pará. Tal reunião contou com a participação de parlamentares, tendo como objetivo principal pensar em soluções para os problemas da região do Baixo Tocantins, além disso, reivindicavam também a falta de energia de origem hidrelétrica e a falta de pavimentação das rodovias. Essas também eram algumas pautas elencadas que os movimentos sociais buscavam em contrapartida junto as Centrais Elétricas do Norte, sendo assim:

> De Igarapé–Miri para cima, nós fomos para Tucuruí, brigar por uma causa, pois, tinha divergência interna entre nós, o grupo majoritário da FETAGRI, pautava mais a região dele e a nossa pauta ficava sempre em segundo plano, nós se rebelamos com a FETAGRI e com a CUT e como região própria, nós fomos para Tucuruí. Porque nós fizemos isso? O primeiro por que nós precisávamos pautar e discutir a nossa pauta, mas tinha um detalhe também que nós estávamos pautando, em Abril tinha ocorrido o massacre de Eldorado de Carajás, então vamos para Tucuruí que os militares vão pensar duas vezes antes de passar em cima de nós (Ex- prefeito de Igarapé e Miri e ex-representante do MODERT, 10 de Março de 2017).

Além da divergência "interna" entre o movimento da região montante e jusante, segundo o entrevistado acima, as pautas do Baixo Tocantins sempre eram deixadas para segundo plano, mesmo com o fim da ditadura, as circunscrições autoritárias, excludentes e conservadoras continuam a fazer parte do processo político após a redemocratização. São perceptíveis os resquícios preponderantes de exclusão na fala do interlocutor ao relatar que decidira ir à Tucuruí para reivindicar seus direitos e que a chegada do grupo representava tensão, pois não eram bem-vindos, o que mostra mais uma vez o Estado atuando em favor dos interesses do grande capital e se ausentando do seu papel de assegurarador dos direitos civis, ao invés disso, ceifa a vida dos grupos sociais em vez de protege-lás.

> Quando nós chegamos em Tucuruí, um exército estava em Tucuruí, quando dei, um jipe do exército já me seguia, quando sai para rua para ir atrás de comida e alojamento o jipe estava me seguindo, nós éramos vigiados, nós estávamos na nova república, né? A gente chega lá e o exército nos segue, no domingo, Almir Gabriel põe a sociedade contra a gente, dizendo mil coisas na página inteira, dizendo que a gente ia sabotar a energia de Belém e de Conde, a tal ponto que quando a imprensa me entrevistou em Tucuruí, eu disse "não, não tenho nada a falar. Mas, se insiste em falar, eu falo, sabe por que ele está nos acusando disso? Para poder não mostrar a cara, que não temos energia, se alguma for sabotada é só Belém e Conde, porque o resto da população não tem energia." (Ex-represetante do STTR, 23 de Março de 2018).

A redemocratização e a visão otimista pelo fato do país ter alcançado certo grau de maturidade permaneceu enclausurada na retórica, pois houve uma reinterpretação democrática, todavia, não significou que os conflitos foram atenuados e a resistência foi a alternativa, sendo que "(...) muitos dos esforços dos camponeses serão vistos pelas classes apropriadoras como truculência, fraude, vagabundagem, furto ou arrogância – em resumo, todas as etiquetas planejadas para denegrir as muitas faces da resistência" (SCOTT, 2002 p. 30).

A participação da sociedade civil permanece alheia diante dos discurso veiculado pelo estado como o tal desenvolvimento regional a partir da UHT, visto que o dito desenvolvimento não ocorreu de forma homogênea. Desta forma, Arendt (1991) considera que os seres humanos são heterogêneos nas suas individualidades, não são indivíduos iguais, entretanto, a igualdade emerge na cidadania, mediante ao direito que é um elemento indispensável e constitutivo da democracia. Nesse caso, no entanto, essa igualdade é inexistente, uma vez que beneficiou apenas os pequenos grupos inseridos na esfera do sistema capitalista, sendo que dez anos após a construção e operação, a população continuava lutando pelos direitos mínimos, entre eles, o acesso à energia elétrica que deveria atender toda a

região, é lamentável observar que nos dias atuais ainda existem inúmeras comunidades adjacente a UHT que não são contemplados pelo acesso a energia.

Mediante as narrativas supracitadas, a aspiração dos movimentos e a força de resistência são expressas de várias formas e uma delas é ir contra a corrente que os aprisionam, a partir da fala dos interlocutores, temos o estado enquanto aparelho de coerção e de opressão, entretanto, o movimento vai de encontro à "ordem" e normalidade imposta, logo, "resistir é opor a força própria à força alheia". (BOSI, 1996, p. 11). É a não aceitação da realidade que se insurge diante da situcionalidade na qual se encontravam e, principalmente, pela reflexão acerca da condição humana, posto que a resistência se apresenta contra a alienação diante do que se percebe e não se comunga.

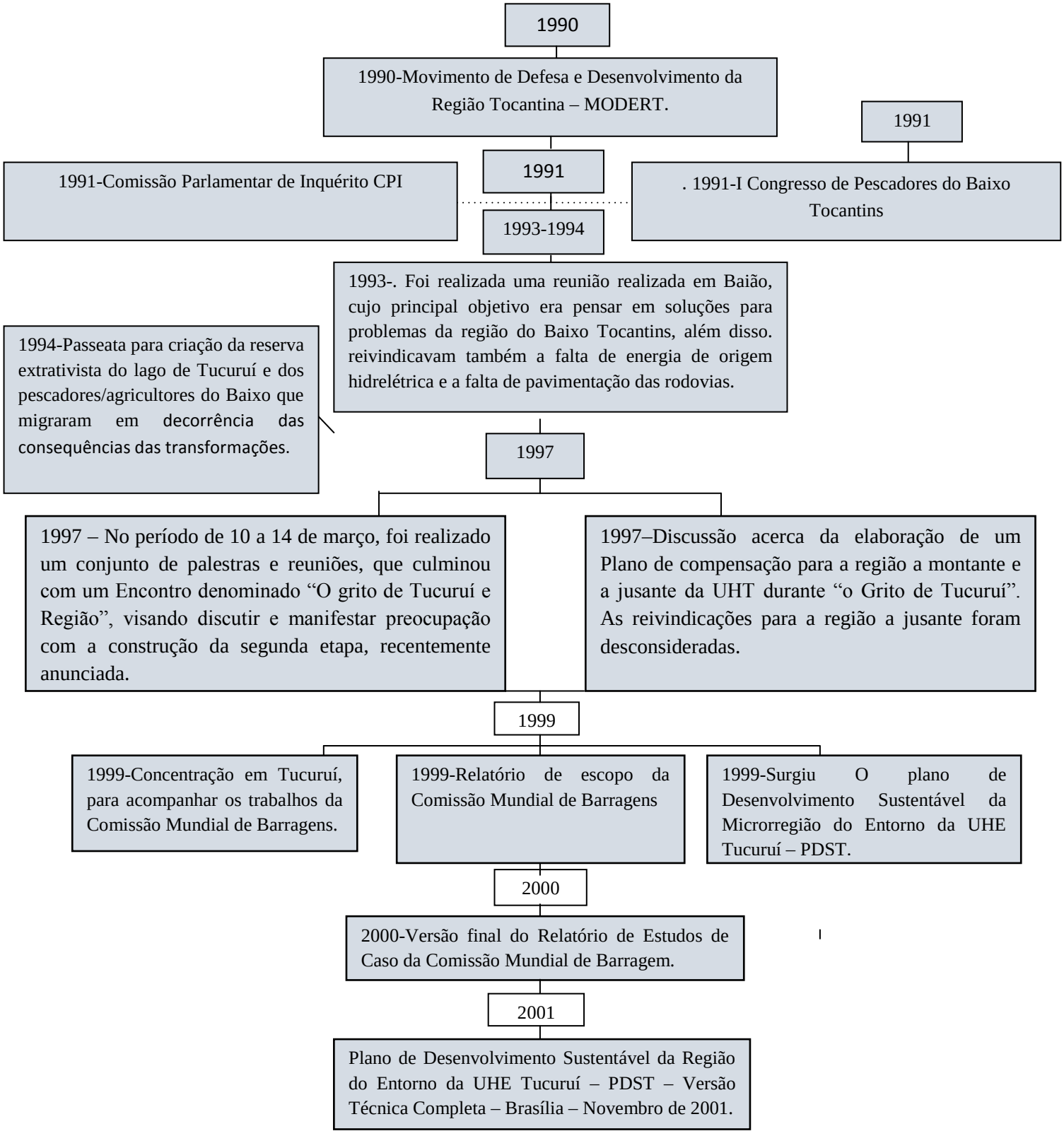
Frente a todas as reivindicações que se expressaram em forma de enfretamento, pode se inferir que o desenvolvimento inaugurado pela Eletronorte é ideologicamente excludente e divergente do que a população realmente necessita, uma vez que dentre tantos impasses, dez anos após a operação da usina, a Eletronorte publicou um documento acerca da memória da empresa na qual é enfatizada a "benevolência" que tal empreendimento trouxe a Tucuruí, exemplo disso, são os documentos que propagam a memória após os a implantação do empreendimento:

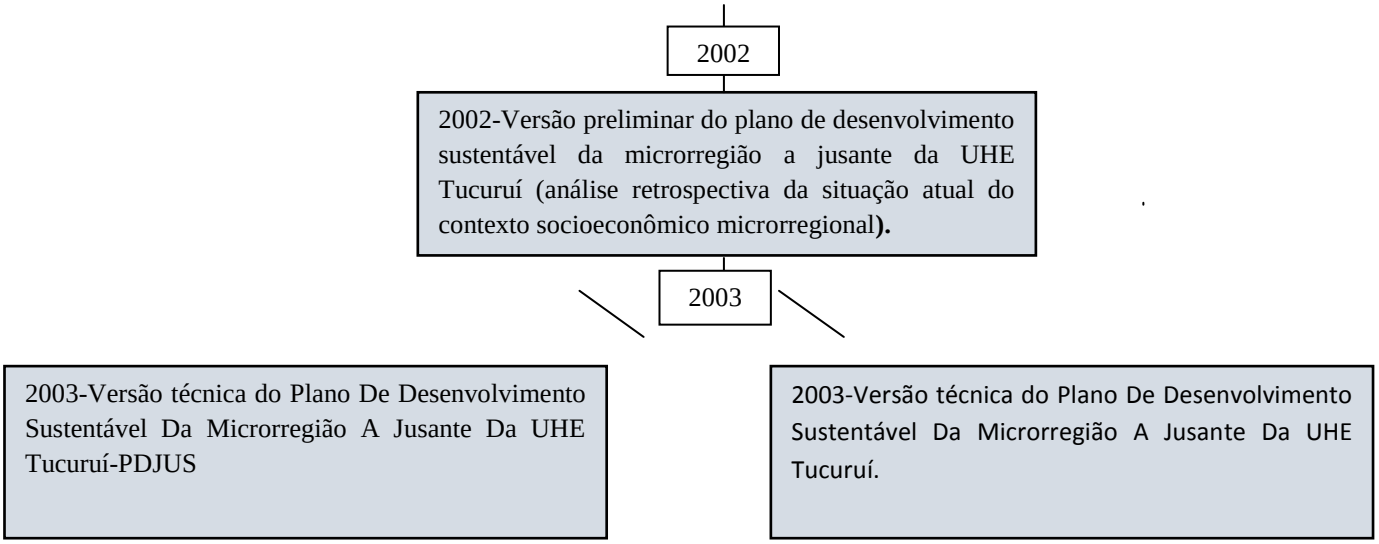
> Há dez anos apenas, o município de Tucuruí mal chegava a oito mil habitantes. Hoje, dez anos depois, têm 100 mil habitantes e já entrou para a história a época em que a cidade, então um pacato porto fluvial, vivia da castanha. Agora, a cidade tem vida própria (ELETRONORTE, 1986, p. 03).

É perceptível no excerto que acima descaracterizada a cidade pela sua cultura, como se o advento da hidroelétrica fosse à mola propulsora que deu vitalidade ao município e adjacências, desconsiderando os modos singularizados da vida da população antes da chegada do empreendimento, mostrando-se indolentes ao deslocamento, à dor de quem teve suas terras submersas, as indenizações que não contemplaram a todos e nem foi capaz de indenizar as especificardes da população que teve sua dinâmica de vida alterada, além da memória das barbáries e catástrofes que não fazem parte apenas do passado, pois é uma luta reincidente que está em curso e é invisibilizada pelo majestoso desenvolvimento apregoado pelo desenvolvimento capitalista, o principal responsável pelo desencadeamento de tantas atrocidades na região Tocantina.

Mediante as fontes documentais analisadas, pode-se contatar que são raros os documentos que retratam as reclamações da população a jusante da usina e os quais fazem à alusão as denúncias sociais e ambientais, a saber: a CPI (1991) da barragem e o relatório do Estudo de caso da Comissão Mundial de Barragem (1999, 2000), todavia, tem-se um conjunto

de denúncias e reclamações dos atores sociais que vem sendo desencadeada desde o inicio do desvio do curso do rio que precedem tais marcos e, além disso, contribuíram para elaboração dos referidos documentos. A problemática a jusante só passou a ser considerada de certa forma, a partir das negociações para construção da segunda etapa da usina, abaixo, tem-se uma sistematização dos principais marcos de como se deu a luta a jusante.





Elaboração: pesquisa de campo, 2019.

III SEÇÃO

A RECOMPOSIÇÃO DAS VERSÕES DO PLANO POPULAR DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO A JUSANTE DA USINA HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ: ATUALIZANDO A HISTÓRIA NA ARENA PÚBLICA

> "É isso que eu tenho dito pra nós, que o governo ele traz algum benefício pra uns, e prejuízo pra outros" (Ex-Coordenador do MOPEPA, 2018).

Para reconstruir a história de luta não oficializada pelos grupos hegemônicos é necessário recorrer a outras ferramentas a partir de um viés que possibilite a reconstrução sem exclusão daqueles que de fato fazem parte do processo. Desta forma, os documentos históricos que constituem a memória técnica do setor elétrico, não trazem elucidações precisas acerca da luta dos atingidos a jusante, cujas reivindicações desembocaram na elaboração do Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da Região a Jusante da Usina hidrelétrica de Tucuruí, sendo que este representa um mecanismo de resistência que surge para "compensar" as injustiças e cerceamento das condições humanas de existência, de certo que sempre que houver violação dos direitos, resistir se tornará fundamental para existir.

Assim, as negligencias das causas pautadas para a região situadas no curso da "corrente fluvial" sempre foram invisibilizadas, apesar de diversas pesquisas apontarem os danos sofridos cotidianamente pela população desde meado dos anos 80, o eco das vozes dos atores sociais foram ignoradas, posto que o processo desenvolvimentista sempre dê atenção para a lógica de acumulação capitalista que se vinculada diretamente às metamorfoses em que o Estado se encontra no contexto mundial, não uma preocupação para as mazelas causadas nas relações sociais e nos territórios que são alvo de investidas do capitalismo global que radicaliza o modo de viver dos grupos sociais.

> A busca de mais valia ao nível global faz com que a sede primeira do impulso produtivo (que é também destrutivo, para usar uma antiga expressão de J. Brunhes) seja apátrida, extraterritorial, indiferente às realidades locais e também às realidades ambientais. Certamente por isso a chamada crise ambiental se produz neste período histórico, onde o poder das forças desencadeadas num lugar ultrapassa a capacidade local de controlá-las, nas condições atuais de mundialidade e de suas repercussões nacionais (SANTOS, 2008, p.253).

A aldeia global vai se conectando e se reproduzindo a partir da implantação de objetos técnicos que se adéquam às normas mundiais de mercado que indubitavelmente estão distante da realidade dos contextos locais e que são alheias as relações territórios estabelecidas pelos

camponeses, esses objetos são produtos do sistema capitalista que desorganiza o território para atender uma classe que visa somente à acumulação que expropria os camponeses dos seus meios de sobrevivência, logo, implica diretamente nas injustiças.

Neste âmbito, fez-se necessário um recorte temporal do contexto passado e atual a partir de documentos que oportunizaram traçar o transcurso de luta dos atores em busca de medidas mitigadoras e compensatórias que visasse atenuar os problemas defrontados nos territórios. Para tanto, recorremos e privilegiamos as memórias daqueles que carregam as lembranças das lutas e reconstruirmos o itinerário, dando-lhes voz mediante as entrevistas e, por fim, construindo assim, a história a partir das trajetórias daqueles que participaram diretamente do movimento de luta a jusante em busca da elaboração e implementação do PPDS-Jus que se delineou enquanto objeto de luta dos municípios situados no Baixo Tocantins. As narrativas acerca do processo de resistência corporificam este estudo e permitem traçar a historicidade a partir da perspectiva daqueles que permanecem imbuídos no processo de reorganização social, direito e reconhecimento. Salientamos que nestas condições:

> [...] Deve-se falar de um modelo cívico-territorial, a organização e a gestão do espaço sendo instrumentais a uma política efetivamente redistributiva, isto é, tendente à atribuição de justiça social para a totalidade da população, não importa onde esteja cada indivíduo. A plena realização do homem, material e imaterial, não depende da economia, como hoje entendida pela maioria dos economistas que ajudam a nos governar. Ela deve resultar de um quadro de vida, material e não material, que inclua a economia e a cultura (SANTOS 2011 p. 82)

Para Milton Santos, as condições civilizatórias devem ser geridas e pensadas a partir do parâmetro de equidade e da política de redistribuição, sendo este um direito alienável e que inclua todos os indivíduos, independente do lugar onde estejam, a plenitude do homem não deve ser monovalente apenas lógica econômica, mas que esteja para além desta perspectiva, considerando o quadro de vida, pois é no território que se dá a cidadania, entretanto, não é o que comumente ocorre nos espaços, a exemplo tem-se o Baixo Tocantins, pois este vem um espaço estratégico de maximização do capital. Para o autor, deve-se criar um novo tipo de cidadania que respeite a cultura e busque pela liberdade, ultrapassando o âmbito meramente econômico no qual os grupos hegemônicos acreditam ser o suficiente.

3.1 Versão preliminar do plano de desenvolvimento sustentável da microrregião a jusante da UHE Tucuruí (análise retrospectiva da situação atual do contexto socioeconômico microrregional)

Em 13 de Abril de 2002 foi realizado o Encontro de Agronegócios na cidade de Mocajuba, promovido pela prefeitura municipal e pelo CODESEI, sendo este, um momento

de negociação entre os diversos atores sociais da microrregião de Cametá, além da participação dos representantes dos municípios de Barcarena, Mojú e Abaetetuba que reivindicavam junto aos demais municípios compensação ambiental.

> Quando teve o primeiro encontro da agricultura familiar promovido pela EMBRAPA e outros órgãos em Mocajuba, convidaram a Eletronorte para apresentar o plano que está sendo feito a montante. Aí eu fui designado para coordenar tanto o PDST quanto o PIRTUC, e ai a Eletronorte tinha dificuldade com a legislação, segundo ela não tinha como ter um algo similar para jusante, e eu fui para Mocajuba, participar da reunião e apresentar o PDST e questionei o presidente e ele disse: "não, não temos como fazer um PIRJUS por conta da legislação, mas podemos ajudar desenvolvendo um programa para esses municípios" (Ex-Coordenador do PDST, agosto de 2018).

A Eletronorte foi convidada para participar e apresentar o Plano que estava em curso para a região a Montante, o PDST, ressaltamos que no âmbito dessa reunião as questões referentes a jusante mais uma vez foram levadas ao centro das discussões, era uma pauta antiga da região do Baixo Tocantins que precisava ser revista, entretanto, o representante da Eletronorte informou que não tinha uma legislação voltada à contemplar tais municípios. O relato do representante do STTR de Baião que esteve frente à luta do PPDS-Jus reitera que a "lei dizia que segundo a Eletrobrás ela não ampara a Eletronorte compensar os municípios a jusante com recursos dos tipos que como, por exemplo, tem nos municípios da montante, existe lá uma verba, é chamada de verba compensatória dos danos" (ex-vereador e representante do STTR, Julho de 2018).

Foto 11 - Encontro de Agronegócios realizado na cidade de Mocajuba.
Fonte: ELETRONORTE, abril de 2002.

Ao final do evento supracitado e a partir da intensa resistência dos representantes dos movimentos sociais locais, a ELETRONORTE assumiu o compromisso de elaboração do plano de desenvolvimento a jusante, posteriormente, foi contratada a empresa de consultoria Multivisão Prospectiva e Planejamento com o intuito de elaborar a versão técnica do

PPDJUS, contando, para isso, com a participação na coordenação da equipe técnica de assessores da ELETRONORTE e das prefeituras locais (BASILE, 2007).

> Na área situada a jusante da usina, houve, recentemente, uma formalização desses processos de comunicação com a sociedade local e regional, no âmbito do licenciamento ambiental da UHE Tucuruí, com o recebimento, pela empresa, da Notificação 001/2003-DMA/Sectam, de 15/01/03. Tal notificação solicitou o desenvolvimento de "estudos, visando a implementação de medidas conjuntas envolvendo o poder público e o empreendedor, nos moldes do que foi idealizado para a região de montante, cujo projeto foi denominado Plano de Inserção Regional, para as áreas de jusante que, com o advento da ampliação do empreendimento, vêm sofrendo novos impactos aliados àqueles já estabelecidos anteriormente". (Estudos socioambientais de jusante, volume 1, 2006, p. 02)

A primeira versão dos estudos da região a jusante da UHT foi elaborada pela equipe de consultoria com base em dados secundários e com documentos oriundos do IBGE, SUDAM, IPEA, entre outros, além das percepções de técnicos e lideranças locais, obtidas durante a 1ª oficina de trabalho, a primeira edição foi publicada em dezembro de 2002.

Figura 10 - PDJUS- análise retrospectiva e diagnóstica da situação atual do contexto socioeconômico microrregional.

Fonte: Eletronorte, 2002a

O plano para a região a jusante da usina hidrelétrica de Tucuruí seguiu os moldes do PDST que foi desenvolvido para contemplar a região a montante de acordo com as exigências solicitadas pela SECTAM enquanto medida condicionante para implementação da segunda

etapa da UHT, entretanto, o PPDS-Jus emerge enquanto demanda oriunda e instaurada no âmbito dos movimentos sociais.

> O plano é fruto de um processo originado na década de 1970, nas reivindicações da sociedade envolvendo poderes públicos locais, instituições de ensino e pesquisa e movimentos sociais - por ações compensatórias por parte da estatal ELETRONORTE (responsável pela usina) e governo federal pelos impactos causados pela barragem de Tucuruí na região a jusante (FERREIRA, 2008, p.10).

Assim, a elaboração consistiu em duas etapas que se deram distintamente, no qual, inicialmente foram realizadas apenas pesquisas qualitativas, entrevistas e reuniões técnicas com dirigentes das prefeituras e algumas lideranças locais, gerando, assim, estudos e análises da região que, por conseguinte, deu suporte para a construção da versão preliminar do plano (COSTA, 20013, p.68).

A primeira versão do plano ressalta que o documento:

> [...] Apresenta uma primeira versão do estudo retrospectivo da microrregião a jusante da hidrelétrica Tucuruí, procurando detectar e analisar os principais fatores determinantes do desempenho econômico e social da região ao longo das últimas décadas e na atualidade. Esta análise deve contribuir para o desenvolvimento das etapas seguintes do planejamento regional, gerando os subsídios necessários à compreensão dos problemas, estrangulamentos e potencialidades de desenvolvimento da região e seus municípios. (Primeira versão do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Microrregião a jusante da UHE Tucuruí, 2002a, p.03).

Tem-se uma versão inicial do plano que vai se delineando a partir de fontes de investigação secundárias, ou seja, não há a elaboração de um relatório preciso que verse acerca dos impactos sofridos pelas comunidades, tais estudos apontam que, ainda que as informações sobre desenvolvimento socioeconômico microrregional nas últimas décadas sejam precários, esses fatores são sanados em decorrência da realização de oficinas e entrevistas que foram realizadas com as lideranças de movimentos sociais, figuras políticas, empresários e etc., possibilitando assim, uma ótica sobre o desenvolvimento e as possíveis inquietações e expectativas quanto ao futuro da região (Plano de Desenvolvimento Sustentável da Microrregião a jusante da UHE Tucuruí, 2002a).

A constituição do PDJUS foi definida a partir de dois eixos, o primeiro eixo foi representado pelo poder público (prefeituras e câmaras municipais) e as representatividades dos movimentos, o segundo eixo se deu pelas mudanças no setor elétrico que passou a incorporar medidas socioambientais no processo de operação e instalação dos empreendimentos hidrelétricos e das mobilizações internas da ELETRONORTE que passou a atender as novas exigências jurídico-institucionais (COSTA, 2013).

> No princípio, esses dois eixos agiram paralelamente, mas num determinado momento, por volta do ano de 2002, se juntaram e se articularam para atingir um só alvo, ou seja, o reconhecimento da área de jusante como área impactada pela instalação da UHE Tucuruí e, portanto, legitimada para receber investimentos da ELETRONORTE, da mesma forma que a área da montante, cujos impactos são reconhecidos pela legislação ambiental vigente (BASILE, 2007, p. 107).

No entanto, cabe salientar que a redação do plano considerou enquanto atingido a sub-região situada a jusante da UHE, sendo assim, apenas os cincos municípios que fazem parte da microrregião de Cametá que são: Mocajuba, Igarapé Miri, Limoeiro do Ajuru, e Cametá, "desta forma, a área de estudo objeto deste de trabalho é formada pelos cincos municípios situados a jusante da hidrelétrica. (Plano de Desenvolvimento Sustentável da Microrregião a jusante da UHE Tucuruí, 2002a, p.06).

Mediante ao diagnóstico realizado pela empresa, há constatação da redução da produção pesqueira a jusante que sofreu uma queda de (65%), passando de 1.188 toneladas em 1981, para 186 toneladas, a queda da produção pesqueira foi resultante do reflexo da construção da barragem.

ANO	VOLUME (Tonelada/ano)
1981	1.188
1986	186
1989	640
1998	570
2000	980

Tabela 3 - Tabela de produção pesqueira na área a jusante da UHT.
Fonte: dados extraídos do Plano Popular de Desenvolvimento sustentável da microrregião a jusante da UHE Tucuruí (2002a).
Elaboração: Gerlane Ferreira, 2018.

Além da queda na produção pesqueira, houve também o desaparecimento de diversas espécies; a pesca era uma das principais atividades com destaque no âmbito econômico

regional. Esse período foi marcado pela desestruturação das colônias de pescadores, a redução da atividade entre 1981 e 1986 se deu de forma elevada.

> Cametá é o mercado mais à jusante [...] na época, possuía uma densidade populacional elevada, com cerca de 44 habitantes km-2. A alimentação com base de peixes é tradicional na região, um fato que normalmente acarreta uma atividade pesqueira intensa. O mercado de Cametá tinha o maior volume de desembarques dentre os mercados da região com 596 toneladas/ano [...]. Mapará (222 toneladas) e camarão regional (179 toneladas) constituíam a maior parte das capturas; entretanto, numerosas outras espécies se encontravam presentes, não menos que 45 tipos de pescado eram comercializados (SANTOS et al 2010, p. 65).

Contudo, essa situação não se normalizou, não houve uma recuperação da pesca para o estado normal, para Santos (2010) o impedimento do fluxo movimentos migratórios pela barragem imposta pode levar ao desaparecimento das espécies anádromas à jusante, visto que as espécies não poderiam mais subir . Na cidade de Mocajuba que tinha uma densidade menor que Cametá, também representava um centro comercial ligado à pesca, entretanto, mais vinculado à agricultura, com mercado semelhante ao de Cametá, com predominância do mapará e dos camarões. "A produção pesqueira a jusante de Tucuruí foi dizimada pela represa devida ambos à má qualidade da água que atravessa as turbinas e ao bloqueio da migração de peixes" (CARVALHO & de MERONA, 1986 apud FEARNSIDE, 2002, p.13)

Conforme relata um antigo pescador acerca do declínio e extinção dos peixes após a barragem, "eu sofri muito, nós hoje em Abaetetuba, nós sabemos que foi extinto o Curimatã, foi extinto Matrinchã, foi extinto a sardinha papuda, foi extinto a branquinha que nós chamamos, nós já temos mais de 10 espécies extintas" (Ex-vereador e representante do MOPEPA, Agosto de 2018).

Além disso, as atividades das lavouras permanentes e temporárias apresentam um declínio, o milho e o arroz que eram dois produtos importantes entrou em declínio, a mandioca, uma das atividades produtivas mais importantes da região também declinou de forma acentuada, nos anos 2000. "De fato entre, entre 1990 e 2000, a produção despenca de 77 mil toneladas para 33 mil toneladas, ou seja, menos da metade. [..,] Assim, entre 1990 e 2000 a renda cai de R$669 mil para R$ 14 mil na lavoura temporária e de R$374 mil para R$ 5mil na permanente" (PDJUS, 2002a, p. 22-23). Há a constatação de uma redução brusca nas atividades produtivas, tanto agrícolas, quanto pesqueiras da região a jusante, e não é algo recente, já remontam décadas atrás. Assim, "a jusante da represa, em Cametá, colheita de camarão de água doce caiu de 179 t em 1981 para 62 t em 1988, enquanto desembarques de peixe caíram de 4.726 em 1985 para 831 em 1987" (COLLART, 1993. p. 161-163).

Portanto, a população passou a conviver com uma realidade drasticamente alterada, principalmente no o âmbito econômico, esse transtorno é um dos fatores que causa revolta e lamento na população, pois foram violadas suas condições de sobrevivência. Foi a partir desta e demais situações que em 2003, tem-se o marco público desse "novo momento", o seminário que se intitulou "Os Movimentos Sociais e o Desenvolvimento Regional na Área de Tucuruí", ocorrido de 10 a 12 de abril de 2003 na UHE Tucuruí, o evento reuniu os principais atores sociais a montante e a jusante da usina e uma gama de instituições governamentais, entidades e movimentos sociais que tinham responsabilidades e interesses pelo desenvolvimento da região. Estiveram presentes no evento os representantes dos seguintes segmentos sociais: CUT, colônias de pescadores de Cametá, Baião, Igarapé Miri, Mocajuba, Baião, UFPA, MPEG, FETAGRI, MOPEPA e órgãos públicos.

O referido evento foi organizado para discutir as questões atinentes a montante, mas, de acordo com o relato de um dos interlocutores que participou do evento e que estava representando a região a jusante, a discussão pautada nesse seminário era somente para as questões da área de influência a montante, entretanto, os representantes do movimento a jusante decidiu ir à Tucuruí participar, se organizaram em grandes grupos e após as falas dos membros que estavam na mesa, abriram debate para o público, o coletivo impôs que a cada dez inscrições, sete deveriam ser do grupo a jusante, no entanto:

> As meninas não estavam orientadas para isso, nós fomos lá e fizemos um acordo, de cada dez inscrições, sete é nossa, cada rodada de dez questões, sete era nossa, nós estávamos no corredor, uns minutos antes, corríamos e entregávamos o crachá, uns minutos antes, nós não deixávamos o pessoal da montante, tomamos o evento, nós conseguimos nos impor e dar direção ao processo, porque tinha uma proposta de quebrar o galho da jusante, mas nós não queríamos isso, queríamos ser reconhecidos enquanto impactados e de preferência, ribeirinhos impactados, era essa nossa... Conseguimos fazer uma boa intervenção, ocupar o espaço e tomamos, nós tomamos o evento ao ponto de até prefeitos de município do fundo pra lá estavam perdidos, me chamaram para o lado e dissemos, nós não sabemos o que estamos fazendo aqui, mas nós percebemos que vocês sabem o que estão fazendo aqui e vocês estão na nossa frente um pedaço, apoia a gente que nós vamos nos preparar para ocupar essa barragem aqui. (Entrevistado 02, ex-representante do CODESEI, 02 de Abril de 2018).

A partir de então, iniciaram debates mais tencionados, embora a área de influência a Jusante reivindicasse há muito tempo, por meio dos movimentos sociais e prefeituras, que a empresa assumisse uma política de compensação de impactos socioambientais para os municípios da área de influência a jusante da UHE, até o início do ano de 2003 tal política de compensação não era legitimada, assim, as primeiras ações:

> Teve início em 2002, época em que foram encomendados pela Eletronorte os primeiros estudos para a elaboração do PDJUS, encerrando-se em março de 2003, com a entrega do documento "Plano de Desenvolvimento Sustentável da Microrregião a Jusante da UHE Tucuruí". Essa etapa abrangeu os cinco municípios citados anteriormente. (Estudos Socioambientais de jusante, 2006, p. 46, volume 1, 2006).

A primeira etapa culminou em um documento intitulado plano de desenvolvimento sustentável da microrregião a jusante da UHE Tucuruí (análise retrospectiva da situação atual do contexto socioeconômico microrregional) sistematizado em 87 páginas e foi concluído em dezembro de 2002, enquanto era realizado outro diagnóstico nos mesmos moldes de versão preliminar que contemplava somente a microrregião de Cametá.

3.2 Versão técnica do Plano De Desenvolvimento Sustentável Da Microrregião A Jusante Da UHE Tucuruí.

Figura 11 - PDJUS.
Fonte: Eletronorte, 2003.

Um segundo documento mais elaborado e passível de ser publicado que também intitulou-se de plano de desenvolvimento sustentável da microrregião a jusante da UHT foi concluído em março de 2003, sendo considerada uma versão técnica apresentada aos movimentos sociais e demais entidades governamentais e não governamentais, o "PDJUS" foi apreciado pelos prefeitos, vereadores e movimentos sociais do Baixo Tocantins em uma

reunião realizada na sede do CODESEI em Belém-PA, no dia 15 de abril de 2003 e contou com a participação dos principais atores envolvidos na discussão. De acordo com o relato do ex-representante do MODERT, o documento evidenciava muitas lacunas e não estava de acordo com alguns pontos de pautas reivindicados pelo movimento. De imediato, fora solicitada a reformulação do documento e apontaram a necessidade de uma consulta popular mais ampla, além disso, só contemplava cinco municípios.

A versão técnica do plano apesar de ter emergido enquanto demanda social, foi elaborada inicialmente sem a participação de fato da população, conforme as colocações do ex-representante do MODERT, o modelo de desenvolvimento pontuado pela empresa divergia das prioridades, demandas e "desenvolvimento" almejado pelos movimentos sociais, se estabeleceu o que Acselrad(1999, p,80) conceitua como sendo luta simbólica em busca de reconhecimento e autoridade para falar em sustentabilidade. Constitui-se um campo de batalha, no qual "a luta em torno da representação exprime a disputa entre diferentes práticas e formas sociais que se pretendem compatíveis ou portadoras de sustentabilidade".

A versão técnica do PDJUS foi estruturada em 05 capítulos, conforme mostra a tabela abaixo.

Primeiro capítulo	O primeiro capítulo apresenta a introdução geral do documento com explicitações acerca de desenvolvimento sustentável, planejamento e a metodologia utilizada na produção do plano.
Segundo capítulo	No segundo capitulo é feita uma abordagem sobre análise ambiental, econômica e os problemas que possivelmente dificultam o desenvolvimento regional.
Terceiro capítulo	Tem-se uma análise do contexto externo; as ameaças e oportunidades que influenciam positiva ou negativamente no futuro da microrregião.

Quarto capítulo	No penúltimo capítulo são apresentadas as estratégias de desenvolvimento que compreenderam quatro eixos de ação.
Quinto capítulo	São apresentados objetivos, metas e estimativas de custos de implantação do plano.

Tabela 4 - Estrutura do PDJUS.
Fonte: PDJUS, 2003.
Elaboração: Gerlane Ferreira

A metodologia de elaboração da versão técnica do plano que foi desenvolvida mediante o esquema abaixo representa, de forma simplificada, as etapas que desenvolveram-se a partir do documento que foi apresentado aos diversos segmentos sociais.

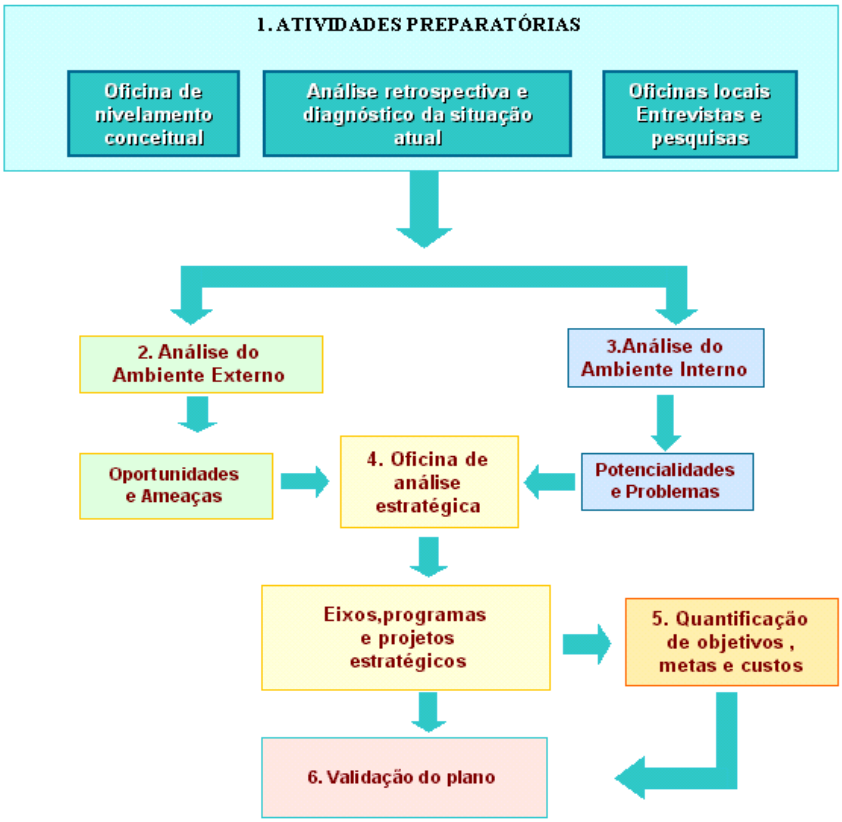


Figura 12 - Esquema simplificado de trabalho.
Fonte**:** Macroplan apud PDJUS, 2003.

A imagem acima simplifica os passos adotados para construção do PDJUS, tendo ocorrido, inicialmente, a partir de realização de uma oficina de trabalho, a qual tinha a finalidade de apresentar a equipe de técnicos aos representantes dos movimentos das localidades que compõem a microrregião e, por conseguinte, foi definido que seriam realizadas oficinas, entrevistas e pesquisas qualitativas nos municípios contemplados no plano. A segunda etapa destinou-se a realização de oficinas nos municípios que fazem parte da microrregião, visando discutir com os atores locais e, por fim, realizar entrevistas para detectar as percepções de desenvolvimento da população. (PDJUS, 2003b)

A realização da terceira etapa consistiu na implementação de uma oficina com a participação de prefeitos, vereadores, técnicos e secretários para discutir a versão preliminar do plano supracitado no subitem que tratava do documento de análise retrospectiva. Na quarta etapa, procedeu-se à elaboração do documento de planejamento sustentável para a região, também se mensurou o recurso necessário para financiar o plano. Na última etapa, fora apresentado o documento aos técnicos, lideranças e políticos da região, cuja finalidade era aprovação e ajustes finais (PDJUS, 2003b). O pano de fundo do plano é o slogan do desenvolvimento sustentável, desta forma:

> O Plano de Desenvolvimento Sustentável da Microrregião a Jusante da UHE Tucuruí tem como objetivo central promover um processo amplo de mudança e de reorganização da economia e da sociedade regional, combinando a elevação da qualidade de vida da população com o crescimento econômico e a conservação ambiental. No horizonte do plano – 2002 a 2020 (PDJUS, 2003a, p.)

Além disso, a versão técnica foi estruturada a partir de eixos que foram delineados no plano com intuito de planejar e implementar precisamente os projetos elaborados para atenuar a desestruturação social e ambiental que está em curso ao longo dos anos, a qual tem atendido às estruturas capitalistas de produção e acumulação, ocasionando o desequilíbrio nocivo nas relações de trabalho estabelecidas entre os atores sociais e natureza, sendo que o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo no qual o homem por meio de sua própria ação, media, regula e controla o seu metabolismo com a natureza (MARX, 1998).

Entretanto, observa-se a lógica inversa dos processos, o modelo capitalista se forja através da retórica de desenvolvimento que em suas vísceras carrega as problemáticas que acometem a sociedade em todos os âmbitos, somente mediante aos conflitos sociais emergentes em meio às práticas predatórias é que surgem as medidas condicionantes em estilo "filantrópico" para atender os "pobres" marginalizados do progresso que propagava revolução, dinamização e melhoria de vida, a exemplo concreto de tais ações se tem o PPDS-

Jus que, apesar de ser uma medida compensatória que surge de “baixo para cima”, oriundo das camadas populares, não é capaz de sanar os desastres, mesmo trazendo em seu bojo possíveis estratégias de reestruturação ambiental, social e econômica, conforme os eixos propositivos que constam no plano:

> Após as fases de levantamento, análise de dados e de consultas à comunidade, as propostas do PDJUS foram organizadas em quatro eixos de desenvolvimento, a saber: “Reestruturação e Diversificação da Base Produtiva”, “Conservação e Recuperação do Meio Ambiente”, “Desenvolvimento Humano e Qualificação”, e “Organização da Sociedade e dos Governos Locais”. Os três primeiros, englobando projetos que visam aspectos econômicos, sociais e ambientais, constituem propriamente as ações de desenvolvimento sustentável propostas para a região. Quarto eixo foi proposto como articulador dos anteriores, no campo institucional, objetivando a implantação das propostas do PDJUS. Descrevem-se, a seguir as linhas gerais de cada um dos eixos de desenvolvimento do Plano, segundo o documento “Plano de Desenvolvimento Sustentável da Microrregião a Jusante da UHE Tucuruí”, de março de 2003 (Estudos socioambientais de jusante, Brasília, 2006, v. 1, p. 41).

As medidas compensatórias deveriam ser entendidas em um período horizontal de 18 anos, se estendendo de 2002 a 2020, visando cumprir as metas estabelecidas enquanto estratégias de desenvolvimento para a região atingida e foram estruturadas preliminarmente em três eixos que possibilitaram a estruturação das demais que, de acordo com o documento, foram ancoradas na mobilização social.

Figura 13 - Esquema de interação dos eixos estratégicos.
Fonte: PDJUS, 2003a.

A redação do plano salienta que houve um planejamento participativo, que as demandas sociais foram acatadas e que o desenvolvimento sustentável passaria a fazer parte da realidade das comunidades impactadas:

> A elaboração do Plano de Desenvolvimento da Microrregião a Jusante da UHE Tucuruí orienta-se pela concepção contemporânea de desenvolvimento sustentável, que busca o equilíbrio entre o crescimento econômico, a qualidade de vida e a conservação ambiental. Ao mesmo tempo e consistente com o enfoque de desenvolvimento sustentável, incorpora como referencial metodológico o planejamento participativo, entendido como um processo técnico e político de envolvimento dos atores regionais na interpretação da realidade e na definição do direcionamento estratégico, das prioridades e dos programas e projetos de desenvolvimento (PDJUS, 2003b, p.12).

O representante do CODESEI no CONJUS Regional relatou que quando o plano foi apresentado havia muita divergência, pois o desenvolvimento pautado pela Eletronorte era totalmente contrário aos anseios de desenvolvimento social que os movimentos reivindicavam, a população não estava de fato participando e não se reconhecia naquelas demandas e ainda complementa:

> A ELETRONORTE ficou responsável em fazer as oficinas e, a partir das oficinas, fizeram um planejamento, foi ai que veio um novo plano, que se chamou de plano popular, que populares. Mas se eu tivesse participado dessas oficinas ia dizer que isso de popular não passou de uma grande bobagem, o plano teve muitas oficinas populares. E foi então que organizaram umas equipes, que saíram de município em município, em cada comunidade fazendo essas oficinas. Mas essas atividades eram complexas, parece que não chegava a nada. A equipe não era boa, dava pra ver, as coisas não saiam, no final, fizeram foi só a sistematização das demandas observadas e foi relacionando com eixos e prioridades. No final, pegaram tudo e está ai, este é o plano. Pra mim, isso não é um plano, não significa é nada, só um monte de demandas. E, além disso, não se pode nem dizer que é um diagnóstico, tá? É uma bobagem. (Ex-representante do CODESEI no CONJUS regional, 09 de Dezembro de 2017).

O planejamento participativo consiste no diálogo preciso com a sociedade local, neste contexto, a população deve ser consultada, uma vez que a voz dos interlocutores é o que caracteriza a participação de fato, pois somente quem está inserido no processo e é afetado, consegue detalhar com clareza os problemas que são enfrentados, além desse processo, são necessárias pesquisas densas que de fato possibilitem diagnosticar e mensurar de forma mais precisa possível os impactos presentes nos territórios e nas vidas dos camponeses, o que, de acordo com o entrevistado, não ocorreu, visto que sistematizaram um rol de demandas e sistematizaram originando assim, o plano.

Neste sentido:

> Desde que práticas participativas em nível local não sejam mero instrumento de manipulação ou domesticação, vitórias e conquistas táticas (como um

> orçamento participativo realmente ousado) podem significar muito mais que oportunidades para ganhos "materiais" (ou seja, sua utilidade em matéria de justiça distributiva): podem carregar em seu bojo, uma dimensão político pedagógica de valor potencialmente estratégico, por colaborar para organizar a sociedade (e, o mais possível, uma auto-organização da sociedade civil, sem desprezar ou descartar o papel não liberticida que o Estado, conquanto seja uma instância heterônoma, pode ter em certas circunstâncias) (...) (SOUZA, 2006, p. 85-86).

O autor ressalta que o "planejamento participativo" quando de fato ocorre, pode resultar em práticas que ensejam organização social, justiça e ganhos que estão para além do campo material, entretanto, o caso do PDJUS, se apresenta enquanto uma medida que apesar da Eletronorte propagar que emerge dentro de um diálogo social com os diversos segmentos, na verdade, de acordos com interlocutores, ele é imposto "de cima para baixo", mesmo se tratando de uma demanda solicitada pela sociedade civil. Em suma, a versão técnica apresenta 123 páginas e apresenta de forma mais minuciosas o diagnóstico oriundo da versão preliminar.

3.3 Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da Região a jusante da Usina da UHE de Tucuruí (PPDS-Jus)

Em Julho de 2003, foi realizado o seminário Regional de Planejamento Participativo do PDJUS no município de Cametá, no qual estiveram reunidos representantes dos diversos órgãos públicos: (MME, MMA, MDA, MC, MIN, SEAP), instituições de ensino e pesquisa (UFPA, UFRA, EMBRAPA, INCRA, MPEG, ADA, IBAMA), ong's e etc.

Foto 12 - IV Encontro Regional de Planejamento do PPDS-Jus que foi realizado em Cametá.
Fonte: Eletronorte, 2003.

O objetivo do seminário foi apresentar e discutir o plano de maneira mais ampla, visto que na reunião que havia ocorrido (sede de COSEDEI, em Belém) já havia divergência com dados apresentados pela empresa, no evento, os atores colocaram em pauta suas objeções, pois não se sentiam contemplados e, além disso, discordavam da metodologia de planejamento, das estratégias de desenvolvimento, assim:

> Houve uma discordância dos resultados ali constatados e dos objetivos que estavam longe das reais demandas do Baixo Tocantins. As populações ali presentes eram em sua maioria ribeirinhos de todo o Baixo Tocantins, inclusive Cametá. Estavam reivindicando um plano do qual pudessem participar e dizer em que pontos realmente foram atingidos pela UHE de Tucuruí, explicitando suas reais necessidades. Não era de conhecimento das entidades de Cametá, por exemplo, a metodologia aplicada, número de entrevistados, locais selecionados e os critérios para a seleção das áreas que seriam alvo das políticas públicas e as da ELETRONORTE (ARNAUD, 2010, p.109).

A nebulosa ascensão dos movimentos que emergem no seminário regional em Cametá, que para alguns representou o advento de uma nova era em decorrência do macro conjuntura política que estava sob a égide de um governo popular que possivelmente daria abertura para uma participação mais ampla dos movimentos sociais.

"O segundo momento, que já contou com a participação dos nove municípios abrangidos para o estudo, foi marcado pelo processo de discussão do plano em oficinas participativas e encontros regionais, que aconteceram de abril a agosto de 2003". (Estudos socioambientais de jusante, 2006, p.39, volume 01). A versão final do plano popular de desenvolvimento sustentável da região a jusante da UHT de Tucuruí foi redefinido seguindo alguns critérios e metodologias.

A partir da deliberação e dos encaminhamentos definidos no evento mencionado, ficou acordado a reformulação do "PDJUS", tendo sido solicitado que de fato ocorresse um planejamento participativo, com atividades mais amplas que pudessem estender o diálogo para plenárias, reuniões e oficinas, tendo em vista atividades de planejamento participativo. Além disso, o grupo que conduziu os trabalhos de consultas populares foi composto de entidades governamentais e não governamentais representantes das prefeituras, câmaras municipais, movimentos sociais e sindicais, Eletronorte, e instituições de ensino e pesquisa, no intuito de amadurecer o debate acerca do desenvolvimento regional sustentável da região a jusante e, ao mesmo tempo, articular todos os sujeitos sociais envolvidos nesse processo.

> A discussão sobre "atingidos", por outro lado, não diz respeito apenas à população deslocada compulsoriamente. Representantes municipais – prefeitos, vereadores – são atores importantes nesta discussão, especialmente

> porque disputam recursos financeiros do governo federal ou estadual para a implementação de programas de minimização de impactos (MAGALHÃES, 2007, p. 65).

É importante ressaltar que os gestores dos municípios são fundamentais nesse processo de reconhecimento, uma vez que as alianças construídas são importantes aliadas na luta. Ainda sobre a discussão no seminário acerca da versão preliminar do que se denominou PDJUS - a qual contou apenas com os municípios de Cametá, Baião, Mocajuba, Limoeiro do Ajurú e Igarapé-Miri – fora solicitado pelas lideranças dos movimentos sociais que na reformulação do plano fossem inclusos também os municípios de Oeiras do Pará, Abaetetuba, Mojú e Barcarena, o que possibilitaria que esses municípios entrassem na discussão enquanto impactados, visto que a Eletronorte até aquele momento havia contemplado para os estudos apenas cinco municípios da microrregião de Cametá.

> Eles falam que somente cinco municípios foram atingidos, apesar dos outros municípios estarem brigando para serem incluídos como impactados, que é Oeiras, Moju, Abaetetuba e Barcarena que também estão brigando pra serem incluídos como impactados, realmente eles também foram impactados. Em Barcarena, porque que tem aqueles grandes projetos. Porque são derivados da barragem, então o impacto lá é muito grande (Representante do STTR do município de Baião).

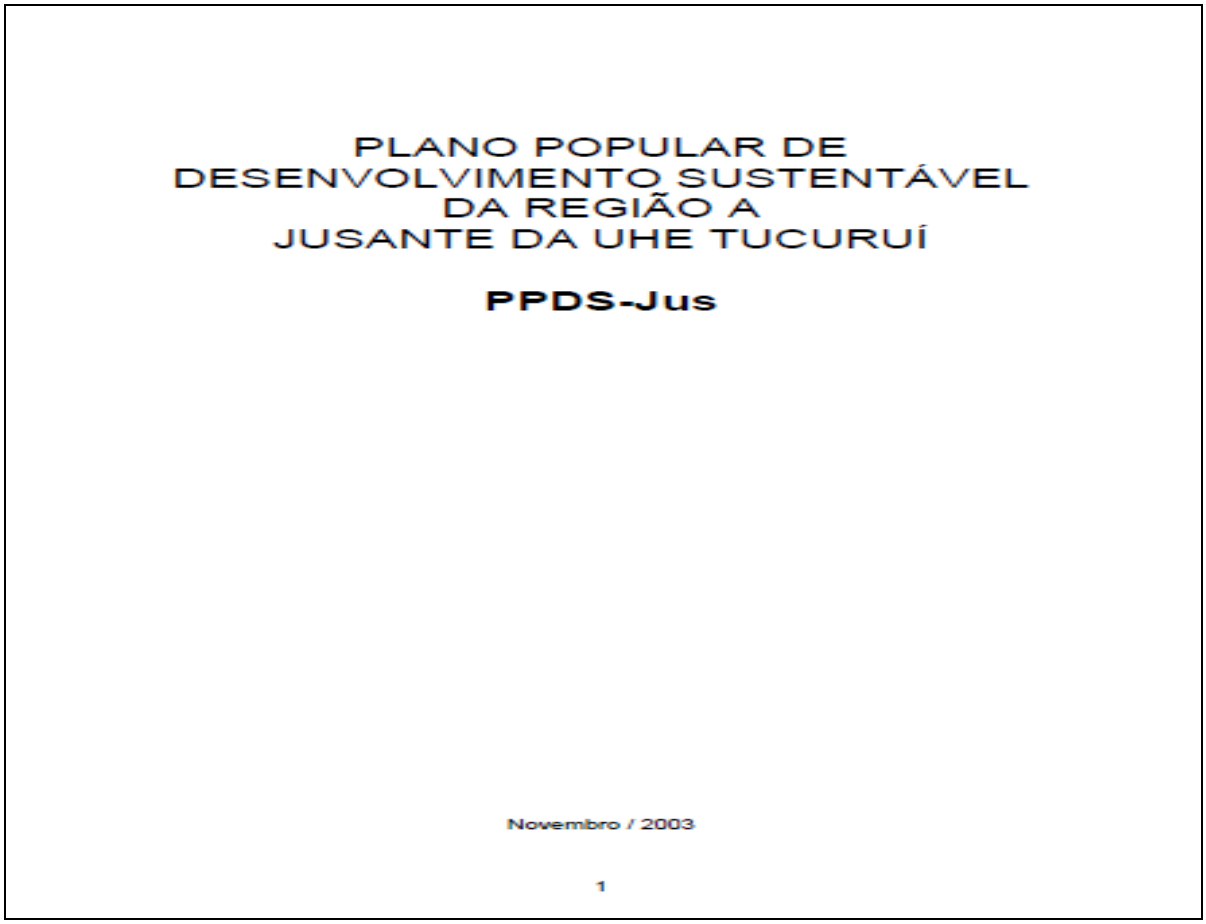
Apesar da Eletronorte não reconhecer os demais municípios enquanto atingidos, os movimentos sociais resistem e solicitam essa inclusão, pois vivenciam as transformações cotidianamente, uma vez que a UHT foi construída para atender o "complexo de Alumínio Albrás-Alunorte e sob a influência da barragem de Tucuruí, a microrregião homogênea do Baixo Tocantins foi atingida diretamente pela valorização dos recursos minerais, biológicos e hídrico do Pará" (MITSCHEIN, MIRANDA, 1991, p.229), tal empreendimento foi implantado em Barcarena, sendo outro projeto que desestruturou a dinâmica da população. Além disso, outras mudanças foram sugeridas no evento supracitado, entre elas, a mudança na sigla do plano, assim, foi adicionado o "P" de popular, o novo plano passou a ser intitulada de Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável a região a jusante da UHT:

> É nesse contexto que a ELETRONORTE, após reivindicações dos representantes dos movimentos, refez o caminho da construção do Plano e a sociedade passa a ter o direito de decisão e de apresentar seus próprios problemas, a partir da criação de outro plano: o PPDJUS (Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da Microrregião a Jusante da UHE-Tucuruí), concluído em 2004 e com a formação de um conselho gestor do PPDJUS de acompanhamento das obras do plano, o CONJUS. Assim, o PPDJUS altera as relações da ELETRONORTE com os atores sociais da região, e representa uma conquista dos movimentos sociais do Baixo Tocantins (ARNAUD, 2010, p.109).

No ensejo das discussões durante o evento, foi solicitada a retificação do documento e os representantes dos segmentos sociais que reivindicaram a inserção dos quatro municípios não inclusos na realização do estudo que também fizessem parte do PDJUS, conforme salienta o relatório de estudos a jusante:

> Por reivindicação dos movimentos sociais, do Consórcio de Desenvolvimento Sócio-Econômico Intermunicipal – CODESEI e da Associação dos Municípios do Baixo Tocantins – AMBAT, de um processo de arranjo participativo para discutir diretrizes para a integração regional. Esse processo gerou a solicitação de inclusão no PDJUS, de mais quatro municípios (Abaetetuba, Barcarena, Moju e Oeiras do Pará) e a realização de nove oficinas de planejamento participativo, sendo quatro nesses novos municípios e cinco nos municípios considerados originalmente no plano (Baião, Cametá, Igarapé Miri, Limoeiro do Ajuru e Mocajuba) (Estudos socioambientais de jusante, VOLUME 01, 2006, p. 39).

Mediante as solicitações impositivas e tão reincidente oriunda das pressões dos movimentos, em novembro de 2003 a Eletronorte publicou o plano com as mudanças sugeridas durante o seminário regional ocorrido no mês de julho do referido ano.


PLANO POPULAR DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DA REGIÃO A
JUSANTE DA UHE TUCURUÍ

PPDS-Jus

Novembro / 2003

1

Figura 14 - Plano popular de desenvolvimento sustentável.
Fonte: SEMAS, 2003.

> Esse documento sintetiza o processo mais atual de construção do Plano Popular de Desenvolvimento - PPDS-JUS, desde 2002, apresentando contribuições antecedentes ao evento de Tucuruí, em abril de 2003. Apresenta ainda, diretrizes e prioridades pelos eixos temáticos produzidos nas oficinas municipais e no seminário regional de Cametá, em julho de 2003(PPDS-Jus, 2003, p. 05)

Até a elaboração da última versão do plano, foram realizadas oficinas com um público em torno de 500 por município e representantes de diversos segmentos sociais e órgãos públicos. O levantamento realizado esteve ancorado em quatro eixos que serão explicitados posteriormente (PPDS-Jus, 2003c). A partir do evento realizado em julho, o PPDS-Jus passa a incorporar mais quatro municípios para realização do estudo de impacto.

Para tanto, mediante as reivindicações dos Movimentos Sociais, CODESEI e da AMBAT, foram realizadas inicialmente as oficinas participativas nos cinco municípios que já estavam em discussão no plano desde 2002, sendo eles: Baião, Mocajuba, Cametá, Limoeiro do Ajurú e Igarapé-Miri por terem sido impactados pela UHE Tucuruí, nos outros dois pertencentes à (microrregião de Cametá): Oeiras do Pará e Abaetetuba e, também, nos municípios de Mojú pertencente a micro região de Tomé Açú e Barcarena situado na micro região de Belém (PPDS-Jus, 2003c).“É impɒrtante destacar que, embora o município de Mojú não pertença à micro região de Cametá, ele se localiza no mesmo eixo de desenvolvimento regional, no eixo de integração rodoviária do centro político e econômico da Amazônia” (E. S. a jusante, v. I, 2006, P. 44).

3.3.1. Síntese metodológica de elaboração do PPDS-Jus

A elaboração do Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável dos Municípios a Jusante da UHE Tucuruí, PPDS-Jus, consistiu em duas etapas: a primeira foi a versão preliminar apresentada em abril de 2003, no qual foi utilizado o método METAPLAN e o método Altair de Planificação Popular, conforme foi explicitada na **figura 03**, já a segunda etapa se deu a partir da combinação de duas metodologias complementares: o Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) e o Planejamento Participativo (PP). (PPDS-Jus, 2003c). A justificativa para escolhas de tais procedimentos metodológicos se deu pelo fato de possibilitar um diálogo mais preciso, embora a população conteste tais métodos alegando que não se pode chamar de oficinas o que a Eletronorte afirma ter realizado.

Segundo a Eletronorte a elaboração do plano se deu entre a comunidade, pesquisadores e representantes governamentais, além de contribuir para um processo reflexivo entorno dos

atores sociais, também foi utilizado como fonte secundária, utilizando dados socioeconômicos sobre os municípios da região estudada. O documento se apoia em cinco princípios metodológicos:

- ✓ Aceitação e adoção das premissas do Desenvolvimento Sustentável;
- ✓ Aproveitamento das potencialidades locais;
- ✓ Alinhamento com as diretrizes do Governo Federal - articulando o planejamento local com as diretrizes e os programas estaduais e federais.
- ✓ Responsabilidade partilhada e controle social na elaboração e implementação (PPDS-Jus, 2003c, p.08).

O termo mais eminente no plano é "desenvolvimento sustentável", a Eletronorte retoricamente busca promover o desenvolvimento da região, entretanto "o desenvolvimento pautado pela Eletronorte divergia do desenvolvimento reivindicado pelos movimentos sociais" (Ex- prefeito de Igarapé Miri e representante do MODERT).

> Até 2003 a recomendação do licenciamento ambiental não era acatada na região a jusante. Em reunião ocorrida em abril de 2003 em Belém (PA), diretores da Eletronorte e consultores contratados pela empresa, apresentaram uma versão preliminar do PDJUS (sem o P de popular) aos Poderes Públicos e Movimentos Sociais da região a jusante. Na ocasião, Movimentos Sociais reivindicaram a realização de eventos municipais e regionais de planejamento participativo para aprofundamento e consolidação do plano elaborado pela consultoria. Apesar de inicialmente terem aprovado o plano preliminar, posteriormente os Prefeitos Municipais apoiaram o planejamento adicional. Buscavam elaborar um documento que refletisse de fato as demandas, concepções de desenvolvimento e prioridades de investimento da região do baixo Tocantins (FRAZÃO, 2010 p.32).

O desenvolvimento em sua definição mais simplória consiste na promoção do crescimento econômico consoante com melhorias nas condições de vida da população. O caso da implantação da UHT levou em consideração somente a visão econômica do desenvolvimento, infere-se que crescimento econômico diverge de desenvolvimento social que deve ser pautado em transformações que correspondam às ordens econômicas, políticas, humanas, sociais e com distribuição de renda.

> [...] desenvolver é tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantêm com seu espaço, com seu território; é subverter o modo como cada povo mantém suas próprias relações de homens (e mulheres) entre si e destas com a natureza; é não só separar os homens (e mulheres) da natureza como também separá-los entre si, individualizando-os, o que envolve uma nova configuração societária, a capitalista e, portanto, mercantil [...]. (PORTO-GONÇALVES 2004, p. 39).

O que se observa é que a voga do desenvolvimento sustentável surge com novas roupagens, mas impregnado com as velhas intencionalidades que buscam viabilizar a implementação das obras de infraestruturas sem considerar de fato a população local. Mészáros (2001) o desenvolvimento na lógica capitalista é insustentável.

3.3.2. Organização dos eixos estratégicos

Os eixos temáticos e as prioridades foram definidos nas oficinas participativas e no seminário regional realizado em 2003 no município de Cametá. As ações estratégicas do plano são geridas no âmbito do conselho gestor que doravante será explicitado, desta forma, o plano aglutina as estratégias que serão implementadas nos municípios que compreende um período de vinte anos, articulado às diretrizes do Programa de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia em que foi assinado o Termo de Cooperação à União e aos Governos dos Estados da Amazônia, no qual o PPDS-Jus encontra-se alinhado:

a) Gestão Ambiental e Ordenamento Territorial;

b) Produção Sustentável com Tecnologia Avançada;

c) Inclusão Social e Cidadania;

d) Infraestrutura para o Desenvolvimento;

e) Novo Padrão de Financiamento (PPDS-Jus, 2003c).

A parir do termo de cooperação e do seminário regional foram definidos os eixos no qual o PPDS-Jus encontra-se estruturado:

EIXO	OBJETIVO
I- REESTRUTURAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA BASE PRODUTIVA	Assume o papel em sete cadeias produtivas: a) pesca; b) frutas (principalmente o açaí); c) pimenta-do-reino; d) mandioca; e) óleos vegetais; f) artesanato; g) madeira e turismo.

II- DESENVOLVIMENTO HUMANO E QUALIFICAÇÃO	As ações estruturantes e continuadas que visem garantir: Melhores condições de vida, notadamente no que tange à **educação e saúde**; controle de algumas endemias, por exemplo e os fatores educação e saúde formam as colunas de sustentação do processo de desenvolvimento econômico e sociocultural de um povo.
III- ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE E DOS GOVERNOS LOCAIS - GESTÃO PARTICIPATIVA E RESPONSABILIDADE PARTILHADA	A ser exercido por todos os prefeitos e secretários municipais. As ações que tenham o objetivo de viabilizar técnica e financeiramente os programas e projetos de cada município, bem como aqueles comuns à região. Em síntese, a organização da sociedade e dos governos locais; expressão concreta da capacidade de mobilização da sociedade local que deve funcionar como um pano de fundo sobre o qual os três eixos do desenvolvimento interagem e se movimentam, de forma e intensidade diferentes, em virtude do programa ou projeto que estiver sendo desenvolvido por meio do fortalecimento de entidades de pequenos produtores, organizações sociais e do poder público local e capacitação de trabalhadores e funcionários públicos.

Tabela 5 - Eixos estruturantes do PPDS-Jus.
Elaboração: Gerlane Ferreira, 2018.

Em linhas gerais, os eixos estão representados pelo esquema baixo:

Figura 15 - Eixos de abrangências da versão final do PPDS-Jus.
Fonte: PPDS-Jus, 2003c.

A mobilização social é baseada na organização da sociedade e dos governos locais no qual os eixos se integram a partir da interação de governo local, organizações sociais, produtores, funcionários públicos e etc. E a efetivação das medidas compensatórias através do Plano de Inserção Regional Jus (PIR-Jus). Os programas deste plano deverão estar diretamente relacionados com os programas e metas do PPDS-Jus que são discutidos e atualizados no âmbito do Conselho gestor regional e municipal (PPDS-Jus, 2003c)

3.4. O PPDS-Jus na arena pública.

"A composição das perdas varia, conforme mostrado nos depoimentos, de acordo com os contextos espaciais, sociais e políticos, mas conserva sempre o mesmo substrato. Um substrato que se apresenta vinculado ao passado e que é reatualizado nos eventos públicos" (MAGALHÃES, 2007, p. 222). É no âmbito público que há a reatualização do sofrimento, dos eventos traumáticos, e o caso do PPDS-Jus configura precisamente essa situação, pois são nos fóruns de discussões que os atores resistem coletivamente, e na arena pública as experiências dolorosas se atualizam e disputam o direito e a justiça, mas também é nesse palco que os atritos são evidenciados, pois os discursos se divergem, de um lado tem-se a linguagem dos atores locais ancorada na dor, nos conflitos e do outro, o discurso desenvolvimentista gerido pela lógica mercadológica.

> Bastante evidenciado também são os atritos entre a dimensão das linguagens: dos saberes populares das arenas locais e a chamada linguagem "desenvolvimento", um "mercado" de projetos e ações, através de racionalidades técnico-cientifico e das performances práticas e discursivas dos agentes de uma configuração desenvolvimentista (OLIVER DE SARDAN,1995, p.147-148).

A arena é o espaço plural no qual se busca igualdade, os discursos são eminentes nesses processos e, além disso, há a formação de alianças e, acima de tudo, uma negociação em busca de uma política, que no caso especifico do PPDS-Jus, os movimentos reivindicam compensação dos danos causados à população. Deste modo, o plano não se tangencia desse debate, pois, inúmeras vezes estiveram no centro das discussões, Magalhães (2007) em sua tese de doutorado analisa as ações que desenvolvidas nos espaços públicos, transformou-se no fórum do lamento:

> Estes fóruns públicos (assembleias, reuniões, encontros)[...]podem ser denominados "fóruns de lamento", porque são, concomitantemente lugar da reivindicação política e espaços de encontro com a própria história e, por consequência, espaços de recordação e enunciação de todas as perdas(p. 215).

O processo de luta em prol do reconhecimento atualiza as dores e os lamentos nas arenas públicas, conforme foi elucidado pela autora, para além de espaços de negociações, reivindicações e busca por justiças é também o local da dor, sendo que os camponeses reiteram o que estão passaram e o que estão passando, configurando-se como um ritual de reiteração de suas dores e perdas que não são saudáveis para serem emergidas constantemente. Para Magalhães (2007, p. 136) "independente do recorte analítico, quase todos os trabalhos de alguma forma mencionam a dimensão do sofrimento, sendo frequente o uso de adjetivos como traumáticos, dramáticos e similares". As diversas atribuições adjetivas convergem para denominar e/ou caracterizar o sofrimento. A discussão no PPDJUS se dá na arena pública, sendo este "um lugar de debate, de polêmica ou de controvérsia, de testemunho, de expertise e de deliberação, onde, paulatinamente, emergem problemas públicos (DEWEY, 1927, p. 23)".

> Uma arena pública faz nascerem novas possibilidades morais, institui novas hierarquias de credibilidade, mina a força do direito, a autoridade dos saberes e a legitimidade dos poderes, redistribui de modo mais equânime recursos, direitos e capacidades, reconhece uma pluralidade de crenças, opiniões e identidades, cria novas oportunidades de viver melhor, individual e coletivamente. E o faz forjando novos ambientes, com suas organizações, tecnologias, literaturas, legislações, políticas públicas etc.—graças aos quais essas experiências coletivas tomam sentido, ganham em coerência e durabilidade. (CEFAI, 2007, p. 139-140)

É no evento público que emergem novas possibilidades mediante à luta coletivizada, entretanto, as lembranças dos atores durante o processo de negociação traz à tona a dor de quem foi negligenciado pelo estado tantas vezes, sendo que essas memórias são carregadas de

marcas de um tempo vivido que ainda não acabou e teima em postergar através das medidas tomadas pelo aparelho estatal.

> Foi feito dentro do plano a aprovação pra criar os conselhos municipais e o conselho regional que é os CONJUS ai o recurso é aprovado pelo CONJUS municipal, é uma vez aqui que é aprovada a demanda pelo município, isso vai pra assembleia estadual, pra aprovar as demandas dos municípios [...] a gente fez parte da discussão do plano, naquele momento a gente estava no movimento sindical. (Ex-vereador e representante do STTR do município de Baião)

O conselho gestor a jusante foi instituto enquanto mecanismo que institucionaliza as demandas oriundas das ações que são postas nas arenas públicas, é neste espaço que as injustiças, a busca por reparação social e as lutas ganham novas configurações no qual os atores se representam de forma democrática. Logo, a discussão do PPDS-Jus foi se delineando no âmbito da arena mediante as ações coletivas, o conselho torna-se um mediador que articula e discute as demandas oriundas dos grupos sociais em parceria com o governo.

3.5 Instituição do conselho gestor do PPDS-Jus.

No âmbito do seminário regional realizado em julho de 2003 no município de Cametá, deliberou-se pela constituição do conselho gestor (CONJUS) que seria responsável por gerir, elaborar e deliberar acerca do PPDS-Jus, tendo sido composto, inicialmente, por representantes dos governos municipais, estaduais, movimentos sociais e Eletronorte, a consolidação de tal conselho foi responsável por gerir o PPDS-Jus enquanto instituição mediadora entre sociedade civil e governo.

Os conselhos viabilizam o diálogo entre os atores sociais e órgãos governamentais, logo, "são formados como contrapartida à exigência legal para a obtenção de recursos públicos por parte dos municípios e não expressam uma dinâmica local significativa" (ABRAMOVAY, 2001, p. 123). No âmbito do conselho são realizadas as reuniões com representantes dos segmentos sociais e instituições governamentais.

> O processo de criação do CONJUS foi conduzido conjuntamente por Eletronorte, movimentos sociais, prefeituras, câmaras municipais e instituições de ensino e pesquisa. Envolveu também diversos órgãos públicos como Agência de Desenvolvimento da Amazônia, BASA, IBAMA, INCRA, Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) e outras. Os patamares elevados de credibilidade e expectativa dos primeiros meses do novo governo contribuíram para que a experiência alcançasse altos índices de participação, tanto da Sociedade Civil quanto dos Poderes Públicos em geral. (FRAZÃO, 2010)

Desta forma, foi instituído o CONJUS municipal e regional, que é um conselho paritário associado na lei 10.257/2001 dos planos municipais das cidades. O conselho é responsável em

fazer os arranjos políticos e direcionar as tomadas de decisões de forma coletivizada com representantes de instituições e movimentos sociais.

> O Conselho Gestor PPDS-Jus – CONJUS - é uma instância de participação social nascida dos debates de planejamento do PPDS-Jus e que se formou em sua primeira versão no Seminário de Planejamento Participativo de Cametá. Ele prevê a participação de instituições públicas e não governamentais entidades de trabalhadores e produtores, assim como as instituições de ensino e pesquisa. O CONJUS exerce a plena gestão participativa do processo de planejamento e execução do plano. É um espaço de articulação do desenvolvimento sustentável regional, gerando soluções e apontando saídas em diferentes tons. Seu funcionamento deve lhe garantir o respaldo legal ao planejamento e execução do desenvolvimento regional, na busca e articulação de financiamentos públicos, privados, nacionais e internacionais à região. (PPDS-Jus,2003, p.66)

O conselho gestor municipal, se fazia presente em cada um dos nove municípios, mas era atuante precisamente somente nos cinco que no período já era reconhecido enquanto impactado. As atividades e projetos eram realizados em âmbito local e, por coseguinte, eram encaminhados para o CONJUS regional para serem aprovados, sendo que em tal conselho havia representantes de todos os municípios (COSTA, 2003). A composição do CONJUS é constituída com dois representantes titulares e dois suplentes de cada instituição, sendo que 30% dos membros devem ser do gênero oposto.

> De 2003 a 2013 o CONJUS regional passou por três gestões [...] sendo que a composição de cada conselho funciona de forma paritária, com metade das instituições representando o poder público e metade representando os movimentos sociais e sindicais. A mesma estrutura vale para os CONJUS municipais, considerando as instituições municipais. A composição do CONJUS funciona com um titular e dois suplentes para cada instituição, necessitando levar em consideração que os representantes de cada instituição não podem pertencer a um único gênero, ou seja, a composição da representação das mesmas deve obedecer ao critério de dois homens e uma mulher ou duas mulheres e um homem, ou seja, 30%, ao menos, devem pertencer a um gênero oposto (COSTA, 2013, p. 69).

Vide abaixo os quadros com as composições do conselho é uma organização de participação coletiva, não permite objeções de forma individualizadas, todos os membros representam um segmento social, sejam do governo ou sociedade civil, compreendendo um período de 10 anos de gestão e execução do PPDS-Jus.

A 1º gestão do Conselho Gestor do Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável a Jusante da UHE Tucuruí – CONJUS que compreende o período de JUL 2003 a JUN 2006.

INSTITUIÇÃO	SIGLAS

PODER PÚBLICO	
CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A ELETRONORTE	**ELETRONORTE**
SUPERITEDÊNCIA DA AMAZÔNIA	SUDAM
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ	
CÂMARA DE VEREADORES	**CV**
CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO INTERMUNICIPAL	CODESEI
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPÍOS DO BAIXO TOCANTINS	AMBAT
MOVIMENTOS SOCIAIS	
INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA	IEPs
MOVIMENTO EM DEFESA DA REGIÃO TOCANTINA	MODERT
MOVIMENTO DOS PESCADORES DO ESTADO DO PARÁ	MOPEPA
MOVIMENTO TOCANTINS	MT

FED. DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARÁ	FETAGRI
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES	CUT

Tabela 6 - 1º gestão do Conselho Gestor do Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável a Jusante da UHE Tucuruí.
Fonte: Estudos Socioambientais de jusante, 2006, V 1.
Elaboração: Gerlane Ferreira, 2018.

Desta forma, o CONJUS passa a exercer a gestão de forma participativa no que tange ao planejamento do PPDJUS enquanto um espaço de articulação dos diversos órgãos e entidades em busca do desenvolvimento de viabilizar a execução dos projetos. Já a segunda composição do quadro gestor do conselho compreendeu o período de 2006 a dezembro de 2009, no qual ocorreu a inclusão de outros segmentos.

A 2º composição do Conselho Gestor do Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável a Jusante da UHE Tucuruí – CONJUS.

INSTITUIÇÕES	SIGLAS
PODER PÚBLICO	
CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A ELETRONORTE	ELETRONORTE
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA	ADA

AMAZÔNIA	
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ	
CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO INTERMUNICIPAL	CODESEI
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO BAIXO TOCANTINS	AMBAT
CÂMARA DE VEREADORES	CV
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ UFPA	UFPA
MOVIMENTOS SOCIAIS	
MOVIMENTO EM DEFESA DA REGIÃO TOCANTINA	**MODERT**
MOVIMENTO DOS PESCADORES DO ESTADO DO PARÁ	**MOPEPA**
FED. DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARÁ	**FETAGRI**
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES	**CUT**
MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGEN	**MAB**

Tabela 7 - 2º composição do Conselho Gestor do Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável a Jusante da UHE Tucuruí.
Elaboração: Gerlane Ferreira, 2018.

Um dos fatores de inferência na gestão do CONUS era o deslocamento para as assembleias, visto que alguns municípios são distantes um dos outros e de certa forma, nem sempre todos os membros tinham condições de participar, sendo inviabilizados pela distância. De acordo com a narrativa do ex-representante do MOPEPA no conselho gestor aponta o declínio do conselho:

> PPDS-Jus e o CONJUS que era as duas instituições que a gente trabalhava na questão da jusante a partir de 2003 pra cá, nós trabalhamos de 2003 até 2009, em 2009 a gente saiu do CONJUS e hoje praticamente não existe mais o CONJUS, existe na teoria, mas não existe na prática (Ex-representante do MOPEPA, Setembro de 2018).

O entrevistado ao se reportar a esse processo de construção do plano e do conselho gestor, ressalta que se passou cogitar a possibilidade de fazer uma mobilização junto com os movimentos para retomarem as atividades, que segundo ele, desde 2016 está estagnado em decorrência da mudança no quadro político do país, sendo que o "conselho, enquanto instrumento 'justo', que parte também do campo de reivindicação de direitos" (FREIRE & REIS, 2003, p.110).

> As experiências dentro das nossas discussões que nós fizemos no conselho, é necessário começar a discutir a necessidade que se tem de discutir as compensações, que as compensações não tem que vim para as prefeituras, hoje as compensações que vai pra jusante, que vai pra montante, vai para as prefeituras, e as prefeituras fazem do dinheiro o que bem entendem, e nós temos que discutir as compensações porque já está feita a barragem(Ex-represetante do Modert, Julho de 2018).

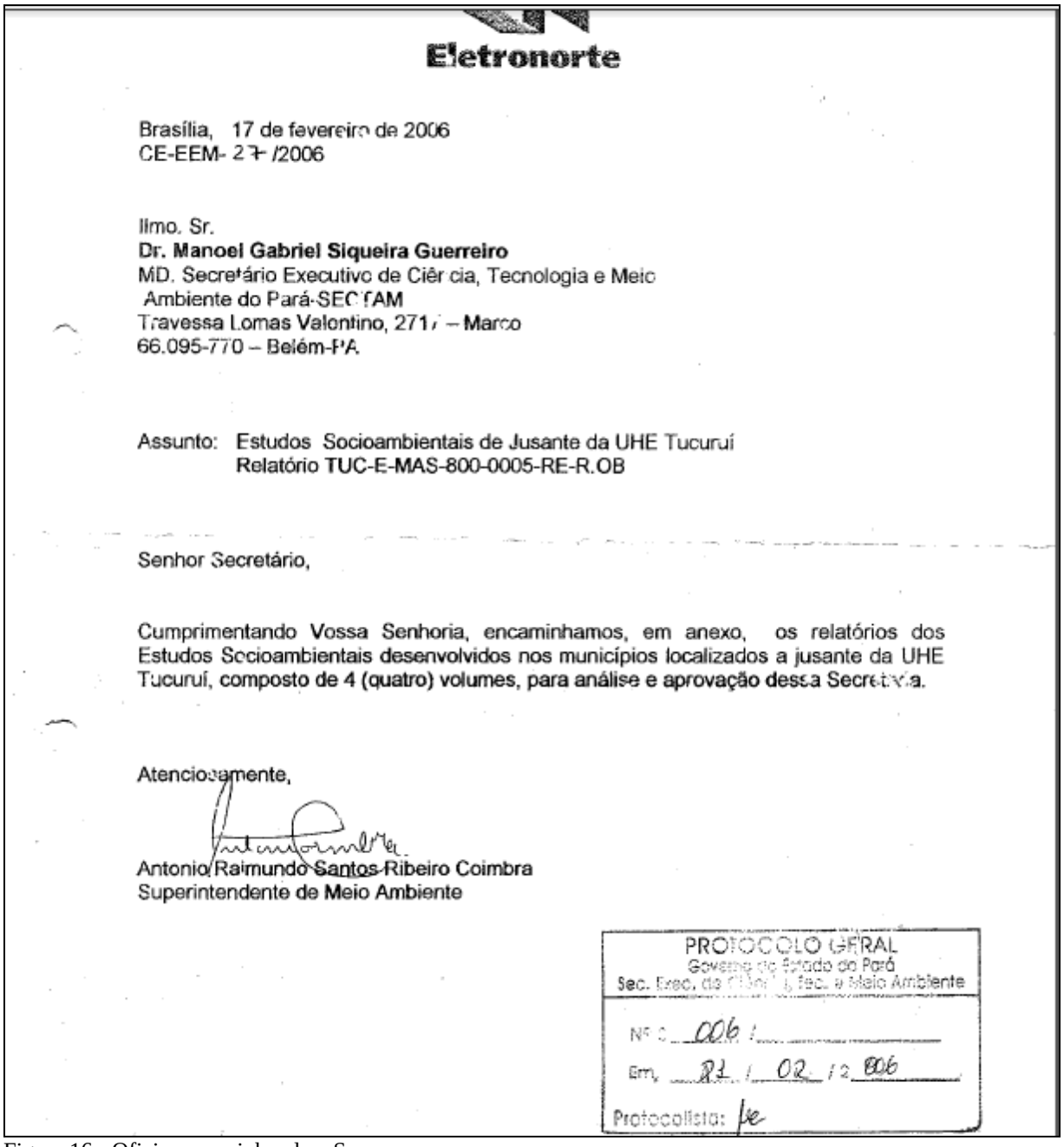
O interlocutor chama atenção para a necessidade de se repensar as compensações e os interesses, o recurso não é destinado para o real interesse comunitário, apesar da conotação positiva atribuída aos conselhos e aos papéis que desempenham de mediação, no que concerne ao Conjus são perceptíveis às fragilidades que permeava as diretrizes estabelecidas primeiras porque a composição tinha do conselho tinha uma parcela significativa de agentes públicos que viabilizam os interesses dos órgãos governamentais, enquanto as demandas que realmente interessava os movimentos muitas vezes não eram atendidas, "sendo que nós queria projetos de aquicultura para os ribeirinhos, projeto que nosso interesses, mas não ouvem a gente, sempre queria fazer obras que no meu ver não era o que a população queria"(Ex-represetante da Colônia dos pescadores de Cametá, Agosto de 2018). Para o interlocutor os projetos implementados destoava das reais necessidades dos camponeses, visto que sofriam fortes interferências na área econômica e não se elaboravam algo para compensar tal situação.

3.6 O caso particular dos municípios de Abaetetuba, Moju, Oeiras do Pará e Barcarena: as controvérsias democráticas.

Conforme já foi explicitado anteriormente, somente a partir de 2003 os municípios de Abaetetuba, Moju, Oeiras do Pará e Barcarena foram inseridos na última versão do plano para realização dos estudos socioambientais. Todavia, em 2006, foi concluído o diagnóstico realizado pela empresa contratada pela Eletronorte. Publicizando o IV Volume dos Estudos Socioambientais a jusante afirmou que não houve impactos nos referidos municípios, mas conforme os relatos das lideranças, o resultado não era preciso e nem contemplava de fato as demandas oriundas dos movimentos, visto que as oficinas resultavam em uma complexidade na qual não se chegava a uma conclusão acerca do que de fato seria o plano. É possível observar as nuances e os entraves que permeava toda a conjuntura para possível compensação dos quatro municípios, além disso, a retomada da discussão para possível compensação se deu em decorrência da elevação da cota, ou seja, os impactados em relação à primeira etapa não entraram no mérito da questão, as reivindicações sociais só tiveram uma maior visibilidade em virtude à ampliação da UHT, sendo que:

> Na área situada a jusante da usina, houve, recentemente, uma formalização desses processos de comunicação com a sociedade local e regional, no âmbito do licenciamento ambiental da UHE Tucuruí, com o recebimento, pela empresa, da Notificação 031/2003-DMA/Sectam, de 15/01/03. Tal notificação solicitou o desenvolvimento de "estudos, visando a implementação de medidas conjuntas envolvendo o poder público e o empreendedor, nos moldes do que foi idealizado para a região de montante, cujo projeto foi denominado Plano de Inserção Regional, para as áreas de jusante que, com o advento da ampliação do empreendimento,vêm sofrendo novos impactos aliados àqueles já estabelecidos anteriormente"(Estudos Socioambientais de jusante, 2006, volume 1).

Os estudos realizados pela Eletronorte atendendo a solicitação oficial da Semas foram divididos em quatro volumes, de acordo com a estatal, optaram essa sistematização em decorrência da complexidade do diagnóstico, desta forma, os relatórios estão organizados, conforme elucida o documento a seguir:



Eletronorte

Brasília, 17 de fevereiro de 2006
CE-EEM- 27 /2006

Ilmo. Sr.
Dr. Manoel Gabriel Siqueira Guerreiro
MD. Secretário Executivo de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Pará-SECTAM
Travessa Lomas Valentino, 271 – Marco
66.095-770 – Belém-PA

Assunto: Estudos Socioambientais de Jusante da UHE Tucuruí
Relatório TUC-E-MAS-800-0005-RE-R.OB

Senhor Secretário,

Cumprimentando Vossa Senhoria, encaminhamos, em anexo, os relatórios dos Estudos Socioambientais desenvolvidos nos municípios localizados a jusante da UHE Tucuruí, composto de 4 (quatro) volumes, para análise e aprovação dessa Secretaria.

Atenciosamente,

Antonio Raimundo Santos Ribeiro Coimbra
Superintendente de Meio Ambiente

PROTOCOLO GERAL
Governo do Estado do Pará
Sec. Exec. de Ciência, Tec. e Meio Ambiente
Nº 006
Em, 21 / 02 / 2006
Protocolista:

Figura 16 - Oficio encaminhando a Semas.
Fonte: Eletronorte, 2006.

Volume 1 – apresenta os elementos necessários à compreensão do trabalho, bem como da realidade atual da área de estudo. Assim, dele constam a apresentação da metodologia geral utilizada, da caracterização da UHE Tucuruí, do processo de licenciamento ambiental e de inserção regional do empreendimento. Inclui também uma apresentação genérica dos processos históricos de ocupação da região, os reflexos desses processos na atualidade e, por fim, uma visão geral de como a população da área vê os impactos da UHE Tucuruí, com base nas entrevistas realizadas;

Volume 2 – apresenta o diagnóstico socioambiental dos municípios estudados, com o detalhamento dos seguintes fatores: qualidade da água, usos da água, hidrologia, ictiofauna, pesca, demografia e expansão urbana;

> Volume 3 – complementa o diagnóstico socioambiental dos municípios estudados, com o detalhamento dos seguintes fatores: atividades econômicas e mercado de trabalho, finanças públicas, indicadores sociais e saúde pública;
>
> Volume 4 - apresenta à análise dos impactos ambientais da UHE Tucuruí nos municípios a jusante da usina, bem como as conclusões dos estudos. (Estudos socioambientais a jusante, 2006, p. ii, 2006).

O referido documento oficializa a conclusão dos estudos socioambientais que foram realizados pela Eletronorte e encaminhados a Semas em 2006, como condicionante para as licenças de operação da UHT, contudo, o diagnóstico realizado constatou que Abaetetuba, Mojú, Barcarena e Oeiras não sofreram impactados tão contundentes como os demais, todavia, a população e movimento continuaram a reivindicar medidas mitigadoras, visto que o discurso e a pesquisa propagada pela Eletronorte não condizia com anseios e realidade da população.

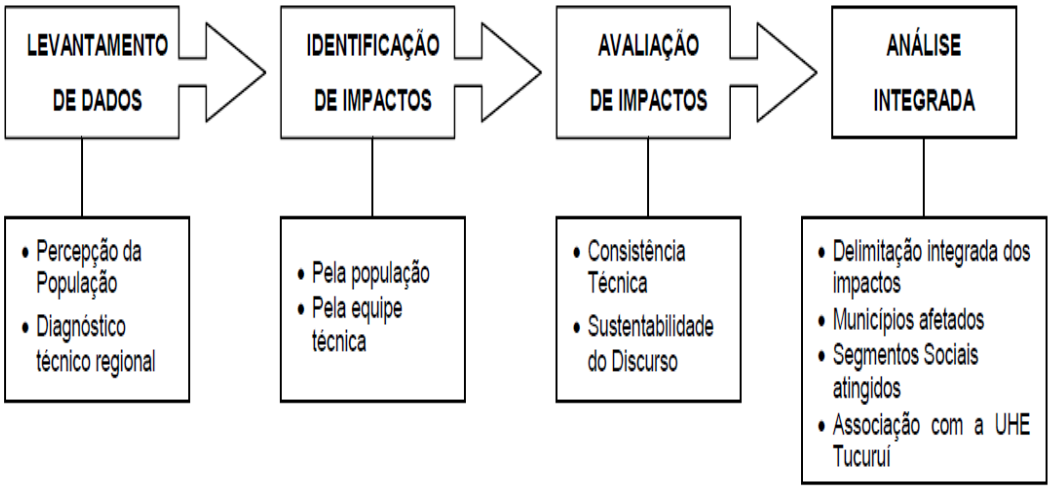


Figura 17 - Esquema utilizado para análise de impactos.
Fonte: Estudos socioambientais a jusante, 2006.

> A pesquisa de campo ocorreu de 18 a 29 outubro e de 08 a 12 de novembro de 2004, tendo sido visitados todos os municípios da área de estudo e realizadas mais de 350 entrevistas gravadas, sendo que, dessas, 227 tiveram como objetivo a identificação de impactos pela população e o restante, a complementação de informações e dados locais. Essas entrevistas foram feitas a partir de um roteiro preestabelecido, porém com abertura para ser modificado de acordo com a abordagem das questões pelo entrevistado (Estudos socioambientais a jusante, 2006, p. 7)

Percebem-se o curto período da pesquisa de Campo e a imprecisão do diagnóstico, as narrativas dos representantes dos segmentos sociais divergem do que é elucidado pelos relatórios acerca dos estudos, visto que a população não se identifica com o resultado do diagnóstico e pela forma como foram conduzidas as análises, no esquema acima, os grupos sociais são apontados como participantes em todas as etapas, entretanto, essas entrevistas, conforme já foi reiterada no decorrer deste trabalho, não foram profícuas para a Eletronorte, visto que o discurso da população não é levado a sério.

> As oficinas eram complexas, eu participei, mas não entendia o que tavam pesquisando, disseram que iam compensar nós, porque nós estava cansados de dizer que sofremos, que nosso peixe não é mais o mesmo, sumiu, desde essa maldita tal usina tudo é ruim. Faz muito tempo que nós luta e nada, pra eles só sofre que mora pra cima, nós sofre sem o peixe e com nossa água (Representante do STTR de Oeiras do Pará, Junho de 2018)

A situação conflituosa se entendia entre as ações que estavam sendo realizadas e os interesses da comunidade em geral, mediante ao depoimento, se constata que a participação da população em tais atividades deixava a população em segundo plano, resultando em algo sem sentido para os atores. Os relatos evidenciados nos volumes I, II, III ratificam os depoimentos dos entrevistados que está em consonância com o lamento dos registros que obtivemos em campo:

> Foi com um tempo pra outro e tudo se transformou, mudou logo a água, nós percebemos, não era mais a mesma, o peixe não subia e nem descia, antes da barragem não se tinha isso, caiu a venda, hoje não vendemos mais como antes, até o consumo já não é grande como antes, tu olha pro rio e ver, a correnteza não é mais a mesma, o tempo agora é quente [...] e nós não somos ninguém, disseram pra nós que não sofremos esse tal de impacto significante, o que resta é conviver com o que sobrou disso tudo (Representante da Colônia dos pescadores de Oeiras, Agosto de 2019).

O período pós-barragem vem trazendo consequências e desordenamento na vida dos camponeses alterou-se principalmente a estrutura do que estabelecia uma relação intrínseca com o rio vivem na margem do rio e sobrevivem diretamente do que ali é produzida, as rupturas e desestruturação engendrada na vida da população retiraram suas condições sociais e desqualifica os grupos sociais enquanto cidadãos de direitos políticos que devem ser respeitados, mas diante do que foram expostos pelos grupos sociais, esses direitos são tolhidos, a sociedade fica alheia à participação dos recursos e do bem coletivo, invisibilizados em o mercado. Leff (1986) faz uma análise do processo econômico e denuncia a racionalidade econômica que reduz tudo a relações e transações mercantis.

> "Da noite para o dia" – a água mudou tanto na aparência como na sua dinâmica de cheia - "(...) quando não tinha a barragem, tinha a subida

> d'água, por lá subia muito peixe e na baixada baixava também. E agora não. Tá fraco o negócio, a gente não pesca, não vende e também não come (...)" (representante das populações tradicionais – pescador/ribeirinho de Mocajuba) Ou ainda; "o impacto que houve no curso do rio que a gente fala, é por causa que fechou lá a barragem e aí a... com o desmatamento da área... a erosão começou a assorear o rio e aí mudou todo o curso do rio e aí ficou mais seco o rio e isso devido que a corrente ela diminui a correnteza aqui no rio, e aí o que aconteceu? A água parou mais, a água engrossou mais, ficou mais quente e aí com isso também muda totalmente o... a vida marinha. Veio a crescer algas no fundo do rio que aqui se chama "caramuri", que dá uma alga no fundo do rio, que ela fede muito. Que dá um cheiro muito forte e o peixe que come essas algas, ele fica contaminado com ela e outros peixes comem esses peixes que comem essas algas, eles também se contaminam" (Estudos Socioambientais a jusante, representante das populações tradicionais – pescador / ribeirinho, 2006, p.102).

O depoimento acima consta no Vol. I dos estudos socioambientais a jusante, reitera e corrobora o que o interlocutor supracitado narrou, os transtornos que vivenciam em suas práticas que são os diversos impactos no que concernem principalmente os aspectos econômicos e ambientais; um dos fatores bastante mencionado nas falas durante as entrevistas que é possível visualizar tanto nos Estudos ambientais a jusante quanto nas narrativas dos atores é a mudança no curso do rio e na qualidade da água.

> "esses pescadores que viviam, particularmente, da pesca do mapará foram os mais prejudicados. Estão passando por muitas dificuldades, porque, por exemplo, tem turma que não tá dando conta de consertar até rede, as redes deles são caras, também do cuidar do barco. Tudo porque os cardumes não têm mais, tem muito pouco. Aí com essas dificuldades são obrigados a deixar suas famílias pra pescar em outras regiões" (Estudos Socioambientais a jusante, liderança do Movimento Social de Abaetetuba, 2006, p.117).

Após a conclusão dos estudos ambientais realizados nos municípios a jusante, inclusive nos quatro que passaram a ser inclusos na versão final do PPDS-Jus para análise dos impactos que haviam ficado alheios ao plano inicialmente, entretanto, em 2006, após sistematização e "conclusão" do diagnóstico realizado sob a égide da Eletronorte, foi encaminhado a Semas o resultado final, no qual o quarto volume constava as conclusões finais das análises, conforme esclarece o esquema gráfico:

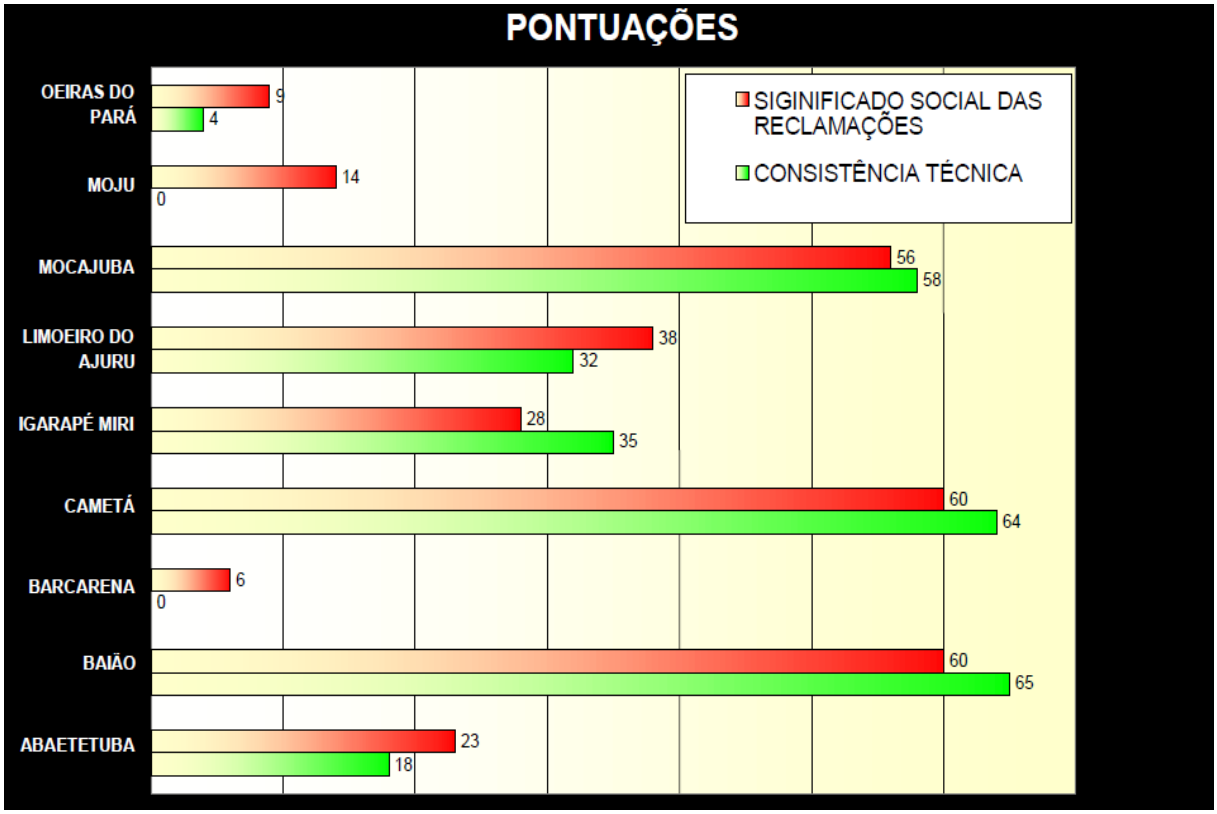


Figura 18 - Resultado da avaliação de impactos por município.
Fonte: Estudos Socioambientais a jusante, 2006, v. IV.

As análises dos dados constatam uma intensa reclamação dos representantes dos segmentos sociais de todos os municípios, são índices elevados de descontentamento, entretanto, os diagnósticos técnicos apontam que os impactos em maior grau de intensidade foram nos municípios de Baião, Cametá, Mocajuba, Igarapé Miri e Limoeiro do Ajuru, desta forma, Abaetetuba, Oeiras do Pará, Moju e Barcarena definitivamente foram desconsiderados pela Eletronorte. De acordo com o relatório de estudos ambientais, constatou-se consistência técnica zero, mas ao se reportar aos anseios e reivindicações sociais existe uma divergência gritante em relação às conclusões técnicas.

> Como exceção a esse comportamento geral, destacam-se, Oeiras do Pará, Barcarena e Moju. No caso desses dois últimos municípios, a pontuação obtida em termos de consistência técnica (zero) não corresponde à do significado social das reclamações. Fica claro aí o peso das representações simbólicas do imaginário da população no sentimento de ter sido impactado pela UHE Tucuruí, já que a análise técnica não demonstrou que esses impactos tenham sido significativos nesses municípios. Verifica-se, ainda, no município de Moju, uma associação do impacto das linhas de transmissão com a implantação da usina em si, o que não foi analisado neste trabalho, e a consideração, como impacto, de um sentimento de frustração do que poderia ter ocorrido com o município caso não tivesse havido a emancipação de Breu Branco, pelo direito à contribuição financeira que é paga àquele município, pela área afetada pelo reservatório e que pertencia a Moju (Estudos Socioambientais a jusante, 2006, v. IV,p.104).

A conclusão dos estudos apenas reitera o que a Eletronorte sempre afirmou em relação às reivindicações dos grupos sociais concernidas aos municípios que lutam por reconhecimento enquanto impactados, alegando que a população sente uma representação simbólica, uma sensação imaginária de terem sidos impactados pela UHE, mais uma vez a Centrais Elétrica do Norte negligencia a dor, o lamento e transtorno, que sofrem há mais de três décadas, além disso, essas memórias de perdas e mudanças são carregadas de um valor sentimental imensurável.

O Estado sobrepuja os grupos por intermédio da violência e do poder simbólico como instrumentos de dominação, visto que para Bordieu (2003, p. 08) o "poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem", esse é um mecanismo utilizado pelo Estado com estratégia de exercer sua soberania sobre a sociedade, a exemplo, buscando convencer que "os possíveis impactos" são fantasiosos. Desta forma, são imensuráveis os agravantes sociais, no decorrer deste trabalho foram explicitados os quais apresentam maior frequência nas narrativas dos interlocutores, além dos já mencionados, se tem a questão da migração.

> O término da construção tem trazido ainda um novo conjunto de consequências, decorrentes, agora, do desemprego de milhares de trabalhadores. A migração, o crescimento da marginalidade urbana, a favelização, são algumas características desse momento particular, relatadas pelos atingidos. A dimensão dos fluxos populacionais gerados pela construção de hidrelétricas tem sido de tal ordem (ENTAB, 1989, p. 32).

O empreendimento em Tucuruí provocou uma migração bastante ostensiva, o documento produzido durante o Encontro Nacional dos atingidos por Barragem em 1989 já apontava para o quesito migração que corrobora com as entrevistas concedidas por um representante do segmento social do município de Moju para os estudos socioambientais a jusante que registra outros problemas decorrentes a partir do empreendimento, sendo que a população que se dirigiam a Tucurí após a conclusão da obra foi se dispersando e migrando para diversos municípios da região do Baixo Tocantins.

> "Foram justamente essas pessoas que vieram primeiro para Tucuruí e que hoje estão concentradas nesses outros projetos que também foram decorrentes da PA150. Nós temos outros projetos grandes. Agropalma e a Sócoco, que também tem um projeto muito grande no nosso município. Então, na verdade, essas pessoas que vieram de fora se enraizaram aqui no município de Moju. "O que a gente percebe com relação a Agropalma é o seguinte, o limite máximo de desmatamento já chegou. E qual foi à alternativa que ela encontrou para estar plantando mais e produzindo mais? Foi entrar em parceria. Isso foi uma forma até dela colocar que está entrando em parceria com o pequeno produtor. Mas este também tem a

> responsabilidade de vender o produto final para ela. É um projeto que a gente até aprova, mas, ao mesmo tempo, a gente fica de orelha em pé. Porque, na verdade, ela está é defendendo os interesses dela. Até porque a gente não percebe que o produtor, no final, vai ter uma renda maior. 'Vai trabalhar com isso e o único mercado que ele tem a vista dele é a empresa. Vai trabalhar com isso e o único mercado que ele tem a vista dele é a empresa. O que nós percebemos aqui é que essa diversificação existe, mas a diversificação do nosso pequeno produtor, principalmente esses que foram inseridos nesses projetos. 'Eles têm a renda deles (Estudos Socioambientais a jusante, 2006, v. III p.196).

Além disso, Magalhães (2007) elucida que:

> Do que eu pude depreender a partir destas trajetórias sociais, marcadas por sucessivos deslocamentos, a migração está inscrita no universo destes camponeses como uma possibilidade. E, é através do que designam busca de *melhoria* que eles verbalizam os diversos motivos individuais que estão na raiz da emigração. Motivos, por sua vez, não redutíveis à expropriação da terra e/ou à pressão de outros grupos sociais (MAGALHÃES, 2007, p.184).

A obra foi um atrativo para migração, os camponeses se deslocam em busca de trabalhos e de uma oportunidade, mas com a conclusão da UHT e da construção das estradas, muitos ficaram desempregados e passam a ir à busca de emprego e terra. A pesquisa desenvolvida por Magalhães (2007) se remete a essa situação lamentável que a população passou a vivenciar. As grandes obras trazem em seus discursos as possibilidades de uma vida melhor e em muitos casos conseguem transferir essas impressões para a população.

De acordo com os estudos de Acserald (1991) a partir de 1986 a população ribeirinha a jusante da UHT passaram a perceber e a reclamar da má qualidade da água e as mudanças no tangem ao comportamento dos peixes, incidência de doenças e declínio da produtividade de cacau e do açaí que são nativos da margem do rio.

> Em reunião com representantes das comunidades locais, a Eletronorte comprometeu-se, em 1987, a pesquisar a qualidade da água e dos peixes, mas nenhum resultado foi conclusivo quanto ao modo pelo qual as alterações ecológicas produzidas pela barragem na região estariam afetando as condições de existência das populações ribeirinhas do baixo Tocantins. (ACSELRAD, 1991, p.55)

Percebe-se que as questões atinentes à região a jusante não é uma discussão recente, os estudos socioambientais a jusante trazem os depoimentos dos moradores dos municípios que estão na luta por reconhecimento há décadas, sendo que as reivindicações iniciam antes da abertura da redemocratização do país e após a democratização, em pleno século XXI, a invisibilidade e exclusão dos direitos humanos e cívicos.

> É bom lembrar também que, nas sociedades democráticas do chamado mundo desenvolvido, a ideia, a prática, a defesa e a promoção dos direitos

> humanos, de uma certa maneira, já estão incorporadas à vida política. Já se incorporaram no elenco de valores de um povo, de uma nação. Mas, pelo contrário, é justamente nos países que mais violam os direitos humanos, nas sociedades que são mais marcadas pelas mais variadas formas [...] intolerância, que a ideia de direitos humanos permanece ambígua e deturpada[18].

A violação dos diretos em tempos democráticos é o que causa maior indignação, pois apesar de serem aparados por lei, tais dispositivos jurídicos são desconsiderados pelo Estado, quando os interesses deste, sobressai em relação aos direitos dos grupos sociais, conforme ressalta o depoimento a seguir:

> Em 2003, houve um grande evento dos pescadores, prelazia de Cametá e outros movimentos param se discutir a inclusão de Abaetetuba e Barcarena, já em 2004, no segundo encontro que houve, surgiu possibilidade de incluir Abaetetuba, Barcarena, Oeiras e Moju para ser incluído dentro do plano de impacto, o que aconteceu na época, o Dílson Trindade que era superintendente da Eletronorte contratou uma empresa para fazer um estudo de impacto. Quando foram concluídos em 2006 e 2007, a pesquisa, o estudo mostrou que Abaetetuba não havia sido impactada diretamente, nem Barcarena, na verdade, os quatro municípios não foram reconhecidos como impactados pela jusante, por isso, eles não reconheceu. (Ex-Coordenador do MOPEPA, Abaetetuba, 23 de Agosto de 2018).

Todavia, a estatal publicou um relatório evidenciando que "essa ação de reconhecer impactos a jusante só a Eletronorte faz, ninguém mais faz [...] e isso é viável [...]"[19], porém, diante dos anseios sociais, os quatro municípios ficaram alheios às possíveis medidas mitigadoras e compensatórias. Há sempre um discurso oficial sendo veiculado, e todo o processo de resistência sendo sufocado. Para a empresa, o importante é mostrar sua imponência e a quão benévola são suas ações, pois chega ao ponto de "reconhecer" a região a jusante enquanto impactada, observemos a narrativa de um dos interlocutores acerca dos estudos ambientais a jusante, em suma, o que se tem dos estudos realizado e do PPDS-Jus é meramente uma relação de conformismo, visto que os movimentos não tinham recursos para constatar tecnicamente com o diagnóstico apresentado pela Eletronorte:

> A construção do Plano, como o estudo mostrou que não foram impactados em nada, na verdade, foi muito mais um acordo de cavalheiros entre Eletronorte e movimento, não houve assim por parte do movimento uma consistência de arrumar alguém que pudesse fazer o estudo dos impactos, para saber se de fato aquilo era verdadeiro ou não, mas nós não tínhamos dinheiro para fazer o estudo (Presidente da colônia de pesadores, Julho de 2018).

[18] Ver mais em www.iea.usp.br/artigos.<> acessado em 20 de Dezembro de 2018.

[19] ELETRONORTE, relatório social 2004-2005.

Essa ideia de gestão participativa e democrática entrou em ascensão após a mudança na conjuntura política dos pais, o discurso da Eletronorte propagava um ato democrático e promissor de gestão e negociação junto aos movimentos, diante de todos os impasses, consideramos que a criação do conselho gestor a jusante não representou uma grande vitória, pelo fato de alguns municípios terem continuado excluídos, no entanto, o Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável a Jusante da UHE Tucuruí – PPDS-Jus e os relatórios e documentos elaborados pela estatal, são apresentados como fruto de amplo diálogo baseado na aliança entre os atores sociais e na democracia participativa para defesa e promoção do desenvolvimento regional e cidadania plena em parceria com os diferentes setores governamentais e sociais, no entanto, ao se reportar aos interlocutores que estava à frente dos movimentos durante o processo, se tem a dimensão do campo de tensão e conflitos que se estabeleceu entre sociedade e a Centrais Elétricas do Norte, a perspectiva dos grupos sociais demonstra o que é velado pela Eletronorte a recusa em reconhecer essa população enquanto atingida.

> A nova conjuntura política, consequente à eleição do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, traduzia-se, neste contexto, na substituição dos antigos dirigentes do Ministério das Minas e Energia e das empresas estatais de energia. Em Tucuruí, esta substituição foi acompanhada de intensa efervescência política e social, manifestada através da realização de Seminários e Encontros, nos quais se propugnava a reorientação das negociações, com prioridade para o que chamavam de desenvolvimento sustentável da região de Tucuruí – um conjunto de planos de ações pontuais que integrava desde as antigas demandas relativas ao processo mesmo de expropriação até aquelas formuladas em decorrência das mudanças econômicas e sociais advindas das transformações ambientais, sobretudo aquelas referentes à pesca e à agricultura de várzea (MAGALHÃES, 2007, p.47).

O popularismo colocado em voga a partir de 2003 e tão bem recepcionado pelos Movimentos Sociais que acreditavam que naquele momento se instaurava o tempo vindouro e de ascensão das camadas populares. O ex-integrante da Colônia dos pescadores (Z-14) elenca alguns pontos acerca da relação entre Eletronorte e os Movimentos estabelecida partir do evento realizado no Município de Cametá, após Luiz Inácio Lula Silva assumir a presidência do país, naquele contexto, havia uma agitação e crença na mudança, pelo fato de um governo popular e de esquerda está no poder, para muitos, principalmente para os movimentos, havia chegado o tão esperado momento para manifestação e inserção da sociedade local nas discussões, estavam “no período mais democrático”, essa era a ótica de muitos representantes

até mesmo de alguns pesquisadores que acompanhavam as discussões, muitos ainda se reportam a esse período com o esse sentimento.

Muitos acreditam que as mudanças macro políticas do país implicariam em processos democráticos, universalização dos diretos e respeitos à população, sendo que o processo de redemocratização do país a partir de 1988 e principalmente em 2003, o qual proporcionaria uma vida com mais diretos e dignidade, entretanto, até hoje não foram legitimados tais direitos. Os estudos de Basile (2007), Arnoud (2010), Costa (2013) e Frazão (2010) fazem alusão a um novo modelo de gestão democrática e participativa a partir da ascensão do governo populista no qual desemboca no PPDS-Jus, segundo suas análises realizadas acerca do plano, se tem um instrumento precursor que se inscreve enquanto experiência de gestão participativa em consonância com o conselho gestor.

Contudo, ressaltamos que um dos fatores evidenciados nas referidas pesquisas é a luta de construção deste plano e o protagonismo dos movimentos sociais, visto que comumente são as empresas ou governos que tomam e conduzem tais iniciativas, entretanto, em muitos casos, romantizam a luta e deixa de lado a resistência e os conflitos que permeiam movimentos, Sendo que a Eletronorte veicula essa participação e democratização, mas que na prática não se consolidara como deveria, a exemplo disso, são os municípios de Abaetetuba, Oeiras, Barcarena e Mojú que até o momento não foram reconhecidos. Recentemente, mesmo após a realização das oficinas, "construímos várias reuniões e inclusive numa que o Chita "esculhambou" lá, porque nunca reconheceram a impactação de Abaeté, de Oeiras, de Barcarena e de Moju, então a primeira reivindicação nossa era a inclusão dos municípios" (Representante do CODESEI, agosto de 2017).

> A ELETRONORTE não reconhece a impactação, a SEMAS diz que a única forma e ela tem razão, e nisso eu não posso deixar de dar razão pra eles, que a única forma de você ter o reconhecimento é um estudo, e os estudos que estão disponíveis não comprovam, eu nunca vi o relatório, isso é parece cabelo de freira, nunca ninguém vê mais sabe que tem, eu nunca consegui ver esse relatório, não se reconhece a impactação (Representante do CODESEI, agosto de 2018).

A colocação acima é concernente às reuniões que foram realizadas após as oficinas colaborativas realizadas no ano de 2017, o relato ressalta que foi gerada uma tensão entre os representantes do município, visto que suas pautas não eram levadas em consideração. É possível observar que a democracia se dá de forma negociada, de fato não legitimou os direitos da sociedade civil, ferindo seus princípios básicos de representatividade, no período de construção da UHT não havia uma legislação que tornasse obrigatório os estudos acerca dos impactos socioambientais.

Conforme já foi ressaltado anteriormente, a ELETRONORTE realizou a segunda etapa da hidrelétrica sem a realização dos relatórios de impactos ambientais, apenas condicionantes foram estabelecidas pela SEMAS, antiga SECTAM, como medidas de viabilização para elevação da cota. Portanto, infere-se que a redemocratização do país e promulgação da constituição de 1988, não apresentou um caráter revolucionário na abertura democrática, visto que o poder ficou sob a égide dos setores político tecnoburguês, mesmo havendo uma possível abertura de diálogo para com a sociedade civil, a participação dos segmentos sociais permaneceu alheia ao poder, a classe dominante continuada aliada ao capitalismo internacional em busca de maximização dos lucros por intermédio da exploração dos recursos naturais.

Em julho de 2017 a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS realizou oficinas a fim de estabelecer um diálogo, que segundo este órgão, tinha por finalidade ouvir os representantes de diversas organizações locais, bem como, os das populações afetadas a jusante da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHE - Tucuruí), assim, a equipe técnica da Diretoria de Licenciamento Ambiental (DLA) buscava subsídios a serem somados no processo de Licenciamento Ambiental (LA) da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Tais oficinas incluíram os municípios de Cametá, Limoeiro do Ajuru, Baião, Igarapé-Miri, Mocajuba, Abaetetuba, Barcarena, Oeiras do Pará e Moju e foram realizadas nos Polos de Cametá, Igarapé-Miri e Abaetetuba.

No município de Cametá e Igarapé-Miri foram realizadas 03 oficinas que se pautaram: Pesca, Piscicultura e Qualidade da Água; PIRJUS (1): Eixos - Econômico, Social, Ambiental e Institucional e PIRJUS (2): Eixos - Econômico, Social, Ambiental e Institucional. No polo de Cametá ocorreu no dia 20/06/2017, no CEFOPE (antigo Seixas), Rua Gentil Bitencourt, 02, bairro Centro, Cametá- PA; em Igarapé-Miri foi realizada no dia 22/06/2017, no Polo Universitário da IEPA, Rua Simplício de Moraes, Igarapé–Miri/PA; já em Abaetetuba, foi realizada uma oficina com os eixos aspectos Física, Biótica e Socioeconômica no dia 27/06/2017, na Associação Comercial de Abaetetuba, Trav. Dom Pedro II, 525, bairro Centro, Abaetetuba-PA.

Estive presente na oficina que ocorreu no município de Abaetetuba, no período da manhã e tarde, um encontro promovido pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade em parceria com a Diretoria de Licenciamento Ambiental e com a Gerência de Infraestrutura de Energia. O evento intitulou-se “oficinas colaborativas”, cujo intuito se pautou em apresentar uma revisão do licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

O diálogo se deu a partir da mediação do governo do estado representado pela SEMAS, e com a Gerência de Infraestrutura de Energia e Parcelamento do Solo e Saneamento. Além da pauta do licenciamento ambiental, fora colocado também em discussão o pleito dos municípios de Abaetetuba, Barcarena, Moju e Oeiras que buscam reconhecimento enquanto impactados, pois, de acordo com os agentes dos municípios supracitados, a população também sofreu e vem sofrendo alterações nas suas dinâmicas, sendo obrigada a conviverem com as mudanças em seus meios de vidas.

As comunidades pertencentes aos municípios a jusante da barragem de Tucuruí que não estão incluso e nem reconhecidos enquanto impactados, reivindicam medidas compensatórias e inclusão nas ações. Ao observar o discurso do representante da secretaria, foram perceptíveis muitas lacunas tanto nas informações prestadas quanto na exposição dos mediadores durante a realização da oficina, pois segundo eles, a Semas realizou uma pesquisa a fim de reparar os municípios a jusante não inclusos no PDJUS da UHT e os dados levantados foram levados para a empresa estatal subsidiaria que refez a pesquisa cujo resultado foi dissonante com a pesquisa da SEMAS, entretanto, durantes a pesquisa de campo fui a Secretaria e disponibilizaram somente os estudos socioambientais que foi realizado pela Eletronorte a partir de 2003 a 2006 e não souberam dar nenhuma informação concernente a referida pesquisa que foi mencionada pelo palestrante durante a oficina colaborativa em Abaetetuba.

Durante a realização da oficina, pude observar que o estado estava apenas cumprindo uma tabela que era obrigatória, pois não abria o diálogo com os representantes dos municípios (que eram os secretários de meio ambiente e população das comunidades pertencentes aos municípios atingidos) e quando essa abertura ocorria, a população era tratada de forma apática e hostil, durante as falas dos atores, houve um momento em que um morador das ilhas de Abaetetuba colocou seu ponto de vista salientando que não estava de acordo com a metodologia e andamento da oficina, o representante da SEMAS respondeu com um tom de agressividade dizendo: “não somos palhaços”, teve muitos momentos conflituosos entre Estado e sociedade civil, constituiu-se uma arena onde os conflitos e divergência de informações eram eminentes.

Além disso, a oficina se desenvolveu de forma muito ambígua, abordando diversas temáticas simultaneamente, busquei obter informação em uma conversa com um dos participantes do evento que é residente do município de Abaetetuba, questionei qual a finalidade da SEMAS com aquele evento, e ele informou que a oficina era obrigatória para o licenciamento, complementou ainda “é só para cumprir fins burocráticos, nada mais”. No

ensejo do evento, os representantes ratificaram os anseios da luta dos municípios não reconhecidos. E após as oficinas colaborativas, os municípios de Abaetetuba, Mojú e Barcarena solicitaram novamente a inclusão para compensação ambiental, conforme corroboram os anexos I, II, II e IV que foram encaminhados pelas prefeituras dos referidos municípios para a SEMAS.

A acepção da Estatal estabelecida na redação do plano elucida que o objetivo do PPDS-Jus visa transformações que promoveriam a organização, desenvolvimento regional e a vida coletiva do Baixo Tocantins, cujo território é marcado por injustiças sociais. Mas ainda assim, não podemos deixar de mencionar que os grandes projetos governamentais voltados para atender a logística do desenvolvimento rompem com as condições de espaço e com as formas sociais de sobrevivência (ACSERALD, 2010). De fato, se rompem as relações tradicionais com o meio ambiente, assim como ocorreu na região a montante, que a população foi submetida a um verdadeiro choque mercantil, conforme aponta Acserald (1991), e a situação não difere a jusante, visto que há uma ruptura e penetração brusca do mundo local pela dinâmica das relações de mercado.

3.7 Projetos executados no âmbito do PPDS-Jus.

A Eletronorte comprometeu-se com a viabilização de recurso em uma ordem de R$ 160 milhões para a execução dos projetos a serem realizados em parceria com as prefeituras cujo intuito era apoiar o desenvolvimento regional sustentável. Assim, a estatal criou a rubrica - Plano Inserção Regional dos municípios a Jusante da UHE Tucuruí -PIRJUS, a qual o PPDS-Jus foi ancorado nas macro diretrizes estabelecidas pelo PIRJUS. As ações iniciaram em 2004, contemplando os cinco municípios a jusante da barragem da UHE Tucuruí, a saber: Baião, Mocajuba, Cametá, Igarapé-Miri e Limoeiro do Ajuru.

> Para contribuir com a execução das ações previstas no PPDJUS a Eletronorte comprometeu-se por meio da Resolução de Diretoria – RD nº 75/2004, a disponibilizar recursos da ordem de R$ 160 milhões para aplicação ao longo de 20 (vinte) anos, na realização de ações de apoio ao desenvolvimento sustentável na Microrregião a Jusante da UHE Tucuruí, a título da inserção regional do empreendimento (Eletronorte, p.17)

A execução das atividades passou a ser realizada mediante os convênios entre Eletronorte, prefeituras, instituição de IES, segmentos sociais, de modo que os projetos são elaborados e deliberados no âmbito do CONJUS. O compromisso firmado pela Eletronorte, visa investir R$ 32.000.000,00 (trinta e dois milhões de reais) em cada Município, totalizando assim, os R$ 160 milhões que estão comprometidos na rubrica orçamentária do Plano de Inserção Regional PIRJUS. A estatal escabele alguns critérios para fechar o convênio com os

municípios, a saber: 1) estar em dia com as prestações de contas de convênios firmados anteriormente; 2) possuir comprovante de contrapartida, a ser empregada, por meio de dotação orçamentária; 3) apresentar projetos; 4) estar com a situação fiscal regular perante os órgãos e entidades federais e estaduais. (ELETRONORTE, p.)

Referente aos projetos que passaram a ser elaborados e executados a partir dos investimentos da Eletronorte e demais parcerias, o representante consórcio dos municípios – CODESEI - relatou durante a entrevista que há um problema em relação à implementação dos projetos, pois, na maioria das vezes, são desenvolvidas certas ações que não contemplam de fato o que a população precisa.

> O grande problema na elaboração e execução dos projetos é que os prefeitos estão preocupados em construir obras para ganhar, se manterem no poder, o grande erro é que às vezes não é o que a população precisa, eles fazem para dá visibilidade e chamar atenção. (Representante do CODESEI, Julho de 2018).

A maioria das obras é de infraestrutura e com grande visibilidade, a exemplo de escolas e máquinas pesadas que chamem atenção da população, podendo ser "revertidas" ou contrapartidas da população como o potencial eleitoral, ou seja, buscam visibilidade em âmbito eleitoral. Durante uma visita ao complexo administrativo em Igarapé-Miri, um morador relatou "essa obra foi o prefeito que construiu", então complementei explicando a ele é resultado dos esforços dos movimentos que lutam por compensações, visto que a Eletronorte implantou uma hidrelétrica em Tucuruí que consequentemente gerou inúmeros malefícios para diversos municípios, inclusive naquele município, o senhor respondeu "essas coisas eles não falam pra gente, apenas constroem como obra do prefeito que estava no poder, o povo pensa que foi só o prefeito" (Morador do Município de Igarapé-Miri, setembro de 2018).

Em suma, os problemas que concernem a UHT se postergam há mais de trinta anos, foram inúmeros eventos, debates, audiências, protestos, reuniões, acampamentos realizados pelos representantes dos movimentos sociais que reivindicam os diretos dos atingidos tanto a montante, quanto a jusante da usina, todavia, se configura em uma luta em curso, inacabada e atual, a exemplo disso, são as pesquisas acadêmicas que abordam tal problemáticas e as discussões desenvolvidas pelos universidades, a exemplo disso, se tem o Seminário Tucuruí: Seminário "Tucuruí: Memórias de uma luta em curso" realizado no Auditório de Geociências, UFPA, Belém: Pará, 24 de abril de 2018, conforme retrata o folder:

Figura 19: Seminário Tucurí: memórias de uma luta em curso.

Fonte: arquivo do Projeto Memórias Brasileiras e Conflitos Sociais

Durante o evento supracitado, os moradores da região a jusante testemunharam a situação vivenciada em ambas as regiões, evidenciando o processo de luta, dor e principalmente de violação dos diretos e das legislações que passaram a vigorar a pós a redemocratização.

3.7.1 Ações no município de Baião.

Até o ano de 2016, foi investido estimadamente no município de Baião o valor de R$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais), a maioria dos projetos executados foram destinados à educação, como a construção de prédios tanto em áreas urbanas, quanto nas comunidades, entre 2012 e 2014 foram implantas três escolas no município. A partir do convênio PIRJUS-003/2009 foi construída a Escola de Ensino Fundamental na Vila Calados, a estrutura física da escola é composta de seis salas de aula, área de apoio, quadra poliesportiva e demais salas, o investimento na foi de R$ 1.964.768,06.

Foto 13 - Escola construída na Vila Calados.
Fonte: ELETRONORTE, 2016.

Através do convênio PIRJUS-004/2009 foi construída a Escola de Ensino Fundamental na Vila Angelinópolis, a obra possui seis salas de aula, área de apoio, quadra poliesportiva e demais salas. Na construção do prédio foi aplicado o valor de R$ 2.074.893,45.

Foto 14 - Escola construída na Vila Angelinópolis.
Fonte: Eletronorte, 2016.

Essas foram as obras contruídas no municipío de Baião medinate os convênios do PIRJUS para contemplar as proposições dos eixos PPDS-Jus no que tange o social. Além disso, fora implantada, por meio do convênio PIRJUS-002/2006 a Estações de Tratamento de Água no município (ETA) que faz parte do orçamento voltado para saneamento, no empreendimento fora investido um valor de R$ 337.403,38 com fornecimento de materiais. Além da estação de tratamento, o convênio PIRJUS-006/2006 realizou a implantação de Estações de Tratamento de Esgoto no Município (ETE).

Foto 15 - Implantação de Estação de Saneamento.
Fonte: ELETRONORTE, 2016.

Além dessas ações foram realizadas outras no âmbito da agricultura familiar, fornecimento de transporte para escoamneto de insumos, cooperação técnica visando apoio para agricultura familiar apoiando os jovens. No período que comprendeu o ano de 2004 a 2016 a ELETROBRÁS/ELETRONORTE firmou 10 convênios dos quais oito já foram execuados. O convênio PIRJUS-004/2004, firmado entre Eletronorte e PMB**,** Melhoria da agricultura familiar através da mecanização e escoamento da produção, foi realizado um investimento de R$ 169.715,14 destinado ao Fornecimento de 01 veículo de carga para transporte de insumos e recuperação de 01 trator agrícola.

A partir do convênio PIRJUS-006/2006 foi investido $ 337.416,20 para Fornecimento de materiais para a implantação das estações de tratamento residenciais de esgoto no município. Já o convênio PIRJUS-001/2004 foi direcionado para Elaboração do Projeto de Ordenamento Territorial dos municípios a jusante da UHE Tucuruí, compreendendo atividades de planejamento, implantação e gestão do ordenamento territorial. Firmado com a UFPA, foi investido exato R$ 268.595,42 para Reembolsar os recursos financeiros e monitoramento das ações realizadas.

Além desses dos investimentos e convênios firmados, a Eletronorte em cooperação com ADA, aplicou via PIRJUS-002/2004, um valor de R$ 2.116.58, cuja finalidade era a realização de estudos sobre a cadeia produtiva da região circunscrita no PPDJUS, o qual fornecido 1.572 diárias aos pesquisadores e ainda 20% das passagens aos mesmos.

Para ser investido em trabalho, renda e qualidade de vida o PIRJUS-001/2005 firmado com a ARCAFAR, a cooperação técnica estabelecida visava apoio à economia familiar através do Programa de Formação para jovens das comunidades rurais e quilombolas, o

investimento foi de R$ 50.086,43 para aquisição de equipamentos para o dormitório, cozinhas, equipamentos agrícolas entre outros.

No ano de 2009, foi firmado o convênio PIRJUS-002/2009 firmado com SEIDURB, no qual foi feito aquisição de 01 moto niveladora, 01 pá carregadeira, 01 retro escavadeira e 02 caminhões basculantes cuja finalidade era a melhoria da trafego e escoamento da produção regional, para tanto, foi realizada a revitalização e recuperação de estradas vicinais, foi investido R$ 1.442.153,00.

APORTE DE RECURSO DA ELETROBRÁS/ELETRONORTE EM BAIÃO		
STATUS	**CONVÊNIOS**	**VALORES**
08 **Concluído**	**R$ 8.039.551,16**	
Em encerramento	02	**R$ 674.819,58**
TOTAL	10	**R$ 8.714.370,74**

Tabela 8 - Investimentos no Município de Baião.
Fonte: EEM/Eletrobrás/ Eletronorte, 2016.

3.7.2. Ações no município de Mocajuba.

No município de Mocajuba, a Eletrobrás/Eletronorte investiu no âmbito do PIRJUS, até o ano de 2016, um montante no valor aproximado de R$ 7,5 milhões de reais. Na área de esporte, lazer e cultura. Fora construída a Escola de Polo Bom Futuro na localidade de Tauarezinho, por meio do convênio **PIRJUS-001/2010**, foi investido um valor de R$ 1.821.176,21, a escola possui 06 salas de aula, demais salas, área de apoio e quadra poliesportiva.

Foto 16 - Escola de Polo Bom Futuro.
Fonte: ELETRONRTE, 2016.

O convênio estabelecido com o **PIRJUS-002/2010** viabilizou a construção da Escola Polo Nova Aliança na localidade de Tambaí-Miri e custou cerca de R$ 1.837.618,51, a obra é constituída com 06 salas de aula, demais salas, área de apoio e quadra poliesportiva.

Foto 17 - Escola Polo Nova Aliança.
Fonte: Eletronorte, 2016.

De acordo com o relatório do PIRJUS, a Escola atende cerca de 200 alunos que compreende a Educação Infantil até 9º ano do Ensino Fundamental, nos turnos da manhã e tarde. Além disso, o objetivo posterior seria implantação da EJA (Educação de Jovens e Adultos) e o Ensino Médio, que possibilitará a inserção da população no âmbito escolar. A construção das duas escolas custou cerca de R$ 3.658.794,72 (três milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil, setecentos e noventa e quatro reais e setenta e dois centavos (ELETRONORTE, 2016).

Para a área de geração de renda e empregos foi investido via PIRJUS-001/2004 em convênio com a UFPA um valor de R$ 268.595,42, voltado para atividade de planejamento e gestão do ordenamento territorial.

O convênio PIRJUS-002/2004 firmado com a ADA visava a realização de estudos sobre a cadeia produtiva da região circunscrita no PPDJUS, foi investido cerca R$ 2.116.58 com fornecimento de diárias para pesquisadores e 20% das passagens.

Para o programa de formação para jovens de comunidades do campo e quilombolas foi investido: R$ 50.086,41 via PIRJUS-001/2005 em parceria com ARCAFAR, o recurso foi destinado para Aquisição de equipamentos para dormitório, equipamentos para transporte, kits didáticos, equipamentos para escritório, cozinha e equipamentos agrícolas.

Foi investido em parceria firmado com a SEIDURB via PIRJUS-002/2009 cerca de R$ 1.442.153,00, cujo Objetivo era execução de ações na área trafegabilidade e melhoria no escoamento da produção e pavimentação e recuperação das estradas e vicinais, via aquisição de 01 moto niveladora, 01 pá carregadeira, 01 retro escavadeira e 02 caminhões basculantes. A parceria estabelecida entre FUNPEA/UFRA/ em 2011 foi investido R$ 246.000,00 destinado a formação e capacitação de professores/instrutores, jovens e produtos rurais, no âmbito da agricultura familiar. O convênio **PIRJUS-002/2011** investiu cerca de R$ 2.000.000,00 para pavimentação asfáltica em CBUQ.

Aporte de Recursos da Eletrobrás/Eletronorte em MOCAJUBA

Convênios Quantidade	Valores

Encerramento	3	R$ 3.904.794,72
Em execução	1	R$ 2.000.000,00
Total	8	R$ 7.667.746,13

Tabela 9 - Aporte de Recursos.
Fonte: EEM/Eletrobrás/Eletronorte, 2016.

3.7.3. Ações implemetadas no municipío de Cametá.

As ações realizadas até 2016, pela Eletrobrás/Eletronorte custaram cerca de R$8.000.000,00 (oito milhões de reais), foram voltadas para atender o desenvolvimento social e econômico. No ano de 2014 o CONJUS aprovou a construção de oito escolas em comunidades ribeirinhas do município de Cametá, sendo 08 salas de aula, uma quadra poliesportiva, um refeitório e demais dependências administrativas e educacionais. Além das escolas, foram investidos na revitalização da orla de Cametá, pavimentação de ruas, fornecimento de máquinas para trabalhos agrícolas.

Foto 18 - Algumas das ações implementadas no município de Cametá.
Fonte: Eletronorte, 2016.

Foto 19 - Aquisição de maquinário para facilitar o escoamento da produção através de serviços de revitalização de estradas e vicinais.
Fonte: ELETRONORTE, 2016.

No município de Cametá, a Eletrobrás/Eletronorte investiu R$ 7.943.099,78 em convênios realizados até o ano 2016.

Aporte de Recursos da Eletrobrás Eletronorte em CAMETÁ		
Status	**Quantidades**	**Valores**
Concluído	**6**	R$ 2.769.345,09
Em execucação	1	R$ 2.000.000,00

Adequação de projeto	1	R$ 1.900.000,00
Distratado	1	R$ 149.411,79
Em encerramento	2	R$ 1.124.342,90
Total	11	R$ 7.943.099,78

Tabela 10 - Recursos em Cametá.
Fonte: EEM/Eletrobrás/Eletronorte, 2016.

3.7.4. Ações implementadas no municipío de Igarapé-Miri.

De acordo com o relatório da Eletronorte, foram investidos aproximadamente R$11.500.000,00 (onze milhões e quinhentos mil reais) do PIRJUS no Município de Igarapé-Miri, recursos provenientes do acordo firmado entre Poder Público, Municipal com Governo do Estado e Instituições de Ensino.

Através dos convênios **PIRJUS-003/2010 e PIRJUS-004/2010** foram construídas duas escolas em comunidades campesinas, uma Escola Pólo na comunidade de Santa Maria do Icatú, com 06 salas de aula e uma quadra poliesportiva, na qual fora investido R$2.144.257,75; e a construção de uma Escola Pólo na comunidade de Vila Maiauatá, com 06 salas de aula e uma quadra poliesportiva, sendo investido um valor de R$2.432.148,27.

Foto 20 - Escola Pólo na comunidade de Santa Maria do Icatú e Escola Pólo na comunidade de Vila Maiauatá.
Fonte: ELETRONORTE, 2016.

Além das escolas, fora construído o Complexo Administrativo no Município de Igarapé-Miri, por meio do **PIRJUS-003/2011.** Em 04.10.2016 foi inaugurada no município a nova estrutura do complexo, cuja finalidade é atividade administrativa, a obra é constituída por um gabinete para o Gestor Municipal, dependências para funcionamento das Secretarias Municipais da Saúde, Educação, Assistência Social e Trabalho (Relatório PIRJUS, 2016).

Foto 21 - Complexo administrativo de Igarapé Miri.
Fonte: Eletronorte, 2016

O convênio estabelecido pelo **PIRJUS-016/2004** foi voltado para a ampliação do atendimento da Escola de Música do Centro de Apoio ao adolescente "Sal da Terra", com aquisição de instrumentos musicais, além disso, foram construídas duas rampas em concreto,

sendo uma na Vila Maiauatá e outra na sede do município, no valor de R$488.535,74 por meio do convênio PIRJUS-001/2007.

Foto 22 - : Construção das Rampas de concreto e aquisição dos instrumentos da escola de música.
Fonte: ELETRONORTE, 2016.

No âmbito do Programa PIRJUS, de 2004 a 2016, a Eletrobrás/Eletronorte firmou 13 convênios com o município de Igarapé Miri, no qual, onze já foram concluídos e dois estavam em fase de execução, aguardando a prestação de conta do município.

Recursos destinados ao município de Igarapé Miri.

Aporte de Recursos da Eletrobras/ Eletronorte em Igarapé Miri

Status	**Quantidade**	**Valores**
Concluído	9	R$ 2.838.670,81
Em execução	2	R$ 3.900.000,00
Em encerramento	2	R$ 4.576.406,02
Total	13	R$ 11.315.076,83

Tabela 11 - Aportes de recursos em Igarapé-Miri.
Fonte**:** EEM/Eletrobrás/Eletronorte, 2016.

3.7.5. Ações no Município Limoeiro do Ajuru.

As ações realizadas em Limoeiro do Ajuru custaram em média R$5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais), valor com o qual fora construída uma escola composta por 06 salas de aula e uma quadra poliesportiva na Vila Cacoal, o custo da obra foi de R$ 2.287.936,24. O município recebeu também projetos de saneamento por meio da implantação de sistemas de tratamento de água e esgoto domiciliares, beneficiando cerca de 350 (trezentos e cinquenta) famílias ribeirinhas das comunidades rurais (ELETRONORTE, 2016).

Recursos destinados às ações no município de Limoeiro do Ajuru

Aporte de Recursos da Eletrobrás Eletronorte em Limoeiro do Ajuru

Status	Quantidades de convênios	Valores
Concluído	4	R$ 2.365.838,86
Em andamento	3	R$ 2.962.755,82
Total	7	R$ 5.328.594,68

Tabela 12 - Aportes de recursos Limoeiro do Ajuru.
Fonte: ELETRONORTE, 2016.

De acordo com o relatório do PIRJUS, entre o período de 2004 e 2006 foi investido um valor de R$ 5.328.594,68 em convênios realizados no município de Limoeiro do Ajuru. No entanto, as demais atividades a serem realizadas nos municípios estão paralisadas desde 2016, o representante da Eletronorte informou que a mudança política do país e com investigação da operação Lava Jato, muitos funcionários da empresa foram afastados pelo fato de estarem envolvidos com os casos de corrupção, além disso, a pessoa responsável pelos tramites do

PPDS-Jus se aposentou no ano de 2017 e a sala que alocava todas as documentações e também era o local de diálogo com os representantes dos movimentos dos municípios hoje se encontra desativada, e ele não sabia informar acerca das perspectivas do plano, só informou que está estagnado desde 2016, o representante do STTR do município de Baião ratificou que de fato está tudo paralisado desde 2016 e que a Eletronorte não concluiu todas as ações previstas que compreendia o período de 2002 a 2020, mas que estava pensando em mobilizar os demais companheiros e retomar a luta para exigir a continuidade das atividades.

IV SESSÃO

A MEMÓRIA COMO REPRESENTAÇÃO DO VIVIDO: a luta do lembrar contra o esquecimento da barbárie

As lembranças tratadas aqui são configurações e recortes de experiências vivenciadas e imbuídas das marcas de um tempo que se foi, todavia, não ficou retido em outrora, tendo continuidade no presente, portanto, são tempos divididos não somente pela cronologia temporal, mas pela chegada do estranho[20]. São períodos que se intercruzam e se divergem concomitantemente. Assim, as memórias singularizadas no tempo do passado coletivizam no presente nas tramas narrativas e são permeadas por um fator que as aglutinam, as transformações sócioespacial, as rupturas com os modos de sobrevivência, os conflitos, espoliação e expropriação econômica.

Para tanto, as narrativas de resistência trazem á tona a voz dos camponeses que foram silenciados pelo discurso hegemônico personificado com a retórica da necessidade energética para desenvolvimento e progresso regional. Mas afinal, quem carrega as lembranças de um episódio que produziu experiências com efeitos tão bárbaros? É sobre esses efeitos desastrosos que buscamos dá visibilidade aos testemunhos que denotam de forma contundente a história a partir de uma perspectiva que evidencia o que de fato está por traz do desenvolvimento.

Neste caso, recorremos à memória, pois esta perpassa o mero campo de rememoração e narração e pode se apresentar como aparato jurídico de busca por justiça social, ambiental e acima de tudo, pelo direito a condição humana que está concernida às condições de sobrevivência e existência humana, todavia, quando se tira o trabalho, que é uma das atividades vitais, visto que "assegura não apenas a sobrevivência do indivíduo, mas a vida da espécie" (ARENDT, p. 10, 2010).

[20] Ao prefaciar o livro o Cerco está se Fechando, Martins (1991) se reporta aos impactos dos grandes projetos econômicos sobre a população indígena e camponesa como a chegada do estranho, cujo contexto se difere de outrora, pois não se trata mais dos impactos sociais em decorrência das mudanças tecnológicos. "Não se trata de introduzir nada na vida de ninguém. Aqui se trata de projetos econômicos de envergadura, como hidrelétricas, rodovias, planos de colonização, de grande impacto social e ambiental, mas que não tem por destinatários a população. O seu pressuposto é o de remoção da população" (15-16).

Apesar das críticas e dos questionamentos dos céticos, a memória permite dá visibilidade aqueles que foram silenciados e invisibilizados no curso da história. Nesse sentido, as lembranças e o testemunho se apresentam como um mecanismo de resistência contra tiranias e as hegemonias daqueles que detém o poder, contribuindo para uma revisão e reflexão sobre o compromisso com a verdade.

A reinterpretação da história se dá mediante os testemunhos que fortalecem as informações concernentes aos conflitos socioambientais, o deslocamento *In Situ*[21] e vulnerabilidade social e econômica não quais os camponeses foram submetidos, esta dissertação evidencia a partir de outro prisma as injustiças sociais vivenciadas atrozmente a partir da implantação da Usina Hidrelétrica no município de Tucuruí e evidencia a luta dos grupos sociais que demandam reconhecimento público e político.

4.1 Memórias de lamento[22] dos camponeses.

As memórias camponesas permitem vislumbrar o antes e após a construção da barragem mediante o processo memorialístico, no qual a narrativa dos atores Magalhães (2007, p, 19) "trata-se de uma perda em diversos níveis que se expressa em "lamentos" (p.19). Recorremos à memória com a intencionalidade de "fazermos apelo aos testemunhos para fortalecer ou debilitar, mas também para completar, os que sabemos de um evento do qual já estão informados de alguma forma, embora muitas circunstâncias nos permaneçam obscuras" (HALBWACHS, 1990, p.25). Ancoramo-nos testemunhos para buscar esclarecimentos acerca de todas as nuances e fatos latentes que dizem respeito à luta a jusante desencadeada a partir da década de 80 que culminou na elaboração do PPDS-Jus que se dá a partir dos anos 2000. As memórias individuais são fenômenos coletivizados, as contribuições de Halbwachs (1991) salientam que as lembranças individuais se constituem enquanto um fenômeno coletivo, pois é representada socialmente, desta forma:

> É como uma parte e como um aspecto da memória do grupo, já que toda impressão e todo fato, mesmo o que lhe concerne o mais exclusivamente, guarda apenas uma lembrança durável na medida em que se a ligou aos pensamentos que nos veem do meio social (HALBWACHS, 1994, p. 144).

As lembranças dos camponeses do Baixo Tocantins que outrora eram marcadas pelas singularidades, hoje são transversalizadas e representadas socialmente de forma coletiva, as dores, a luta e o processo de resistência são coletivizados, assim, a memória individual seria

[21] Ver. FELDMAN, Shelley; GEISLER, Charles; SILBERLING, Louise. **Moving targets: displac ement, impoverishment, and development**. Internacional Social Science Jounal, 55: 7–13. 2003.

[22] Lamento é um termo utilizado por Magalhães (2007) para se reportar a situação vivenciada pela população a montante da UHT em decorrência d o deslocamento compulsório.

apenas um aspecto de grupo, e o que aglutina ambos os segmentos é a memória social, pelas representações dos quadros sociais. As lembranças coletivas que no caso especifico da questão a jusante, ressalta o que de mais doloroso interliga os grupos sociais, no quais o "conjunto de representações estáveis e dominantes que nos permite lembrar à vontade os acontecimentos essenciais de nosso passado" (Halbwachs, 1994, p. 101).

"Hoje a população da Jusante, ela continua morando com a falta do pescado, que nós vimos que sumiu da nossa região" (Ex-pescador, Julho de 2018, Abaetetuba). A memória permite a reatualização do passado, mas, além disso, é "uma memória ativa que transforma o presente" (GANEBIGEN, 2006, p.59) e todo esse processo desencadeia em busca de justiça social em decorrência do processo de escassez causado pela artificializarão do rio Tocantins. A reminiscência é uma forma de mergulhar no recôndito das memórias, cujas lembranças emergem de acordo com a rememoração dos atores. E por se falar em processo reminiscente, se traz à tona os relatos memorialísticos dos atores sociais que narram os transtornos que vivenciam desde meados da década de 80.

> Tenho muito orgulho de ter sobrevivido da pesca [...] hoje já não dá mais, tá como tá, sem peixe e com um rio sem rumo, foi isso que a Eletronorte deixou pra gente, e a gente já não pode mudar isso, a gente luta, mas acho que não dá pra nós impedir algumas situações dos grandes projetos, o Estado não está do nosso lado (Ex-represetante da Colônia dos pescadores do município de Cametá, Agosto de 2018).

Retomamos as considerações de Arendt (2010) para enfatizar que a condição humana está para além das quais os homens possuem, sendo estes condicionados, portanto, tudo que entram em contato torna-se condição de sua existência. Logo, a fala do interlocutor circunda a ausência do direito à condição humana. As narrativas se reportam a falta dos peixes que era uma fonte de sobrevivência que são imbricações entre "era e como está" que está intrínseca diretamente com o ontem e o hoje, sendo que o lamento é bastante ostensivo no que diz respeito ao desaparecimento das espécies de peixes que se configura como uma perda coletiva e se encontra presente em todas as narrativas. E cabe recorrer à memória, enquanto "um bem comum, um dever [...] e uma necessidade jurídica, moral e política". (SARLO, 2007, p.47), ou seja, como um mecanismo de fortalecimento da luta que possibilita subsidiar ações sócias em busca de garantia dos direitos.

> A tendência a esquecer é forte, mas também a vontade, o desejo de esquecer. Há um esquecer natural, feliz, necessário à vida, dizia Nietzsche. Mas existem também outras formas de esquecimento, duvidosas: não saber, saber mas não querer saber, fazer de conta que não se sabe, denegar, recalcar. E por que os alemães dos anos 50 e 60 desejavam tanto esquecer, segundo Adorno? Porque o peso do passado era tão forte que não se podia mais viver no presente; esse peso era insuportável porque era feito não apenas (!) do

> sofrimento indizível das vítimas, mas também, e antes de tudo, da culpa dos algozes, da *Schuld* alemã. (GANEGBIN, 2006, p. 101)

Ganegbin (2006) faz alusão a Adorno para se reportar a memória que não pode ser esquecida, as experiências bárbaras vivenciadas pelas vítimas das crueldades do totalitarismo alemão, e no caso particular desta pesquisa, também existe uma tendência de silenciar os traumas e transtornos causados nas vidas dos camponeses mediante a publicação de documentos que enfatizam o desenvolvimento regional, camuflando a miséria e degradação geradas a partir dos projetos desenvolvimentistas. De acordo com a autora há outras formas de esquecimento, as duvidosas, que sabe, mas não quer saber e um faz de conta que não sabe, portanto, é importantíssimo dar voz e visibilidade aos silenciados pela memória elétrica, visto que desde a sua inauguração, a população sofre com a pobreza que se instalou na região e a contínua degradação das condições de vida dos atingidos (Jornal do MAB, Barragem de Tucuruí completa 25 anos com grandes problemas sociais, Nº 11, Novembro de 2009, p.04).

A memória, sendo esta uma representação social, no qual a evocação das lembranças e recordações é trazida ao presente, que de alguma forma estavam silenciadas e/ou ocultadas, o "testemunho vivido será recorrente ao próprio indivíduo que vivenciou os fatos ocorridos" (HALBWACHS, 1990; p.18).

> Eu sofri na pele, sabe por quê? Porque pesquei como eu disse pra você, desde os meus cinco anos de idade e foi interrompido, não pesco mais, fui viver de outra coisa, o tempo não é mais o tempo, agora eu só me lembro de quando eu e meu pai pescava no rio, era um tempo bom, era feliz (Ex-pescador, Julho de 2018, Abaetetuba).

O tempo novo tempo do imperialismo, denominado por Harvey (2003) de acumulação por desapossamento, que no contexto passado foi utilizado por Marx como acumulação primitiva, permanece arraigado na contemporaneidade, esse processo caracteriza a situação vivenciada pelos camponeses do Baixo Tocantins, a jusante da UHT, autor assevera ainda que:

> Um olhar mais atento sobre a descrição que Marx realiza da acumulação primitiva revela uma ampla linha de processos. Isto inclui a mercantilização e privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; conversão de várias formas de direito de propriedade – comum, coletiva, estatal – em direitos de propriedade exclusivos; supressão dos direitos aos bens comuns; transformação da força de trabalho em mercadoria e a supressão de formas de produção e consumo alternativos (indígena); os processos colonial, neocolonial e imperial de apropriação de bens (inclusive de reservas naturais [...] (p.22).

As novas reformulações das acepções capitalistas permite visualizar a lapidação nas formas de exploração e degradação e consequentemente, o processo de desapossamento vem desencadeando resistência por parte dos movimentos antiglobalizatório a partir de formulações crítica e questionadora acerca da democracia e do papel dos Estados nacionais, apontando que estes não foram capazes de gerar uma sociedade pautada na igualdade e soberania popular. Para Sousa (2002) a globalização contra hegemônica a favor dos direitos sociais e principalmente de resistir aos poderes, seja translocais, nacionais ou globais. Os lamentos dos pescadores ao se reportar as lembranças passadas retratam os transtornos vivenciados e, além disso, os relatos denunciam os impactos socioambientais e "aponta, sobretudo, para o fato de que as rupturas são também formas de reapropriação das representações que estes camponeses têm sobre suas próprias vidas" (MAGALHÃES, 2007, p. 223).

> Então sofri muito com isso, sofri com o impacto, sabe porquê? Meu pai foi um dos maiores pescadores do mapará, naquela época que mapará se pegava com o paneiro, você sabe o que é o peixe mapará? Hoje nós vivemos numa situação no município a jusante de Tucuruí, primeiro, as próprias compensação que são dadas pela hidrelétrica de Tucuruí elas não são dadas pro povo. (Ex- pescador e ex-represetante do MOPEPA)

O lugar de outrora, se apresenta no presente desfigurado e esfacelado, o sofrimento entra em ação no tempo presente, a abundância sai de cena e dá lugar escassez e ao caos. As medidas compensatórias evidenciadas pelo interlocutor não foram voltadas para atender de fato as especificidades da população, o que se tem no presente é um rio artificializado, são as lembrança que permanecem no celeiro da memória que se "enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem e no objeto", o período precedente a barragem é conhecido pelos camponeses como o tempo da fartura e da economia de sobrevivência, uma economia desenvolvidas pelos camponeses para contemplar as demandas de permanência nos territórios a partir dos recursos que possuem e dos meios de sobrevivência.

> Pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda a memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação, o sentimento de continuidade tornar-se residual aos locais. (NORA, 1993, 07)

Hoje o que resta é uma memória residual do lugar que possibilitava a produção e reprodução dos camponeses, o que se tem no presente é um arranjo territorial que decorreu da expropriação e da exclusão social, ou seja, uma nova reconfiguração mediada pelos camponeses com o meio ambiente. Por isso temos "a necessidade de uma memória e de uma

história [...] a lembrança é passado completo em sua constituição mais minuciosa". (NORA, 1997, p.14-15). A memória reconstituída pelas lembranças dos interlocutores se constitui como um conjunto de denúncias contra toda a face expropriatória, conforme evidencia o relato:

> Agora é tudo o controlado, até a nossa pesca depende deles, quando abre a água, ela joga o peixe prá nós, é ai que pegamos, agora está assim, a mocooca é que manda na nossa vida, a Eletronorte manda em tudo aqui agora, e nós não temos mais a liberdade de antes, de pescar (Ex-represetante da colônia dos pescadores de Cametá, Julho de 2018).

Harvey (2003, p.22) salienta que "o Estado, com seu monopólio de violência e suas definições de legalidade, desempenha um papel crucial, tanto sustentando como promovendo estes processos" de desordenamento, por isso, o Estado nas atuais fases capitalistas se apresenta cada vez desumanizadora, uma técnica puramente objetivada e que dessubjetiva os camponeses e sua condição de atingido.

Foi mencionado no decorrer desta pesquisa, que a população precisou recompor seus modos de vidas, diverso estudos se apropria do termo para se referir as alterações nas dinâmicas de vida dos camponeses, entretanto, as análises realizadas mediantes aos relatos constatam que essa reorganização, reestruturação e normalização não é possível, pois é subtraído o princípio básico que constitui o direito humano que é a dignidade, impossibilitando e inviabilizando a dinâmica reorganizativa, visto que os impactos atingem diversas facetas e sujeitam a população a uma violência física que se dá sobre os meios de sobrevivência e acomete principalmente a esfera econômica e social. Assim, a folia das barragens subtraiu o que dava o caráter de dignidade humana para os atores sociais.

> O processo de tomada de decisões para desenvolvimento hidrelétrico é pervertido em várias maneiras, com o resultado que os impactos ambientais e humanos de represas têm muito pouco peso nas atuais decisões para implantar os projetos. A influência de empresas de construção e de financiadores estrangeiros e provedores de equipamentos contribua à consideração mínima dada aos impactos ambientais e sociais dos projetos. A cortina de sigílo que a ELETRONORTE manteve sobre muitos aspectos do projeto de Tucuruí, impediu o entendimento de seus impactos. A associação de Tucuruí desde o seu começo com um mundo sombrio de militares e de agências de segurança, reforçou este aspecto do projeto. A necessidade para discussão pública completamente informada dos planos hidrelétricos ambiciosos anunciados para a Amazônia é urgente. Infelizmente, muitas das lições de Tucuruí ainda não aprendidas (**Philip, M. Fearnside**, 2002, p. 24-25).

Reitera-se que os fatores humanos e ambientais são irrelevantes perante as tomadas de decisões, a viabilidade do projeto sobressai subtraindo às condições de existências dos grupos sociais. A população é ludibriada e a discussão com a sociedade civil é o negligenciada frente

às intencionalidades de implantação de um empreendimento, conforme as elucidações do autor pode-se inferir que após mais de 30 anos da UHT, os erros continuam reincidente, as práticas violadoras são continuas no meio societário, pois parecem que mesmo diante de todos os problemas defrontados ao longo de décadas as lições não foram apreendidas.

> Em julho de 2007 a Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), ligada ao Ministério da Justiça, visitou Tucuruí e constatou que na implementação da barragem foram violados onze direitos humanos, entre eles o direito à dignidade da pessoa humana, "na medida em que, no seu conjunto, as violações de direitos humanos ocorridas impossibilitaram a reestruturação da vida individual e coletiva, com graves impactos sobre a identidade, a estima e as perspectivas de futuro", conforme consta no relatório (Jornal do MAB, Nº 11, Novembro de 2009, p.04).

São inúmeras situação que tangenciam a violação, há a suspensão do direto e para instaurar o caos, são situações catastróficas que assolam o cotidiano da população continuamente são traumas, que se configura em uma "experiências sobre o próprio corpo do indivíduo ou percepções sensórias, principalmente de algo visto e ouvido, isto é, experiências ou impressões.(FREUD,1991), os grupos sociais experienciam no presente os traumas decorridos da intervenção estatal autoritária em parceria com o capital internacional e buscam se reorganizar frente as adversidades diante das impressões de dor que se encontram materializadas nas relações sociais desde a implantação da UHT.

Adorno em seu texto o que significa elaborar o passado faz uma abordagem acerca das atrocidades vivenciadas pelos judeus, entretanto, sua reformulação diverge do chavão que se tornou suspeito, visto que, tal acepção considera que o passado ser deve ser riscado da memória, onde tudo deve ser esquecido, para o autor, esse gesto de apagar e esquecer tudo, contribui para privar quem sofreu injustiças, sendo esta uma prática advinda dos que cometem as injustiças que pode convergir para a recusa da culpa. A partir das contribuições do autor vislumbra para a compreensão de reatualização do passado, possibilitando não só contar o que se passou, mas contribuir para esclarecer fatos instraluziveis e viabilizar a luta por justiça. A "elaboração do passado como esclarecimento é essencialmente tal inflexão em direção ao sujeito, reforçando a sua auto-consciência e, por esta via, também o seu eu" (ADORNO, 2008, p. 12), desta forma, a memória cumpre uma tarefa primordial de reatualização de tempos vividos, falas e histórias.

4.2 Deslocamento *In situ* e os conflitos socioambientais.

As transformações socioambientais a jusante a partir da construção da barragem em Tucuruí, incidem de forma direta nos modos de produção dos camponeses, essas mudanças desencadeadas na vida da população da região do Baixo Tocantins podem ser compreendidas como deslocamento *In Situ*, esse conceito vem sendo trabalhado por alguns pesquisadores para se tratar das expropriações econômicas e sociais que acometem a vida dos atores sociais. As pesquisas já publicizadas, evidenciam o deslocamento compulsório que ocorreu na região a montante, sendo este, um "processo pelo quais determinados grupos sociais, em circunstâncias sobre as quais não dispõem de poder de deliberação, são obrigados a deixar ou a transferir-se de suas casas e/ou de suas terras" (MAGALHÃES, 2007, p.14).

Em consonância com o dicionário online, etimologicamente a palavra "in situ" [23] é uma expressão do latim que significa no lugar ou no local, ou seja, são "processos em que as pessoas permanecem no lugar, mas têm suas condições de existência significativamente alteradas, modificando sua posição social, em especial suas condições de vulnerabilidade e risco" (Palestra proferia pela Andréa Zhouri no Seminário Meio Ambiente, Direitos Humanos e Energia: O setor elétrico no Estado Democrático de Direito, Brasília, 11 e 12 de junho de 2015). É importante compreender que o processo de vulnerabilidade concerne às estruturas socioespaciais que submete os grupos sociais a situações de risco, logo, os atores não são vulneráveis, mas são submetidos a tal situação que atinge principalmente a população mais pobre, logo, a vulnerabilidade é socialmente produzida (ACSELRAD, 2014).

Todavia, na região a jusante a população sofreu outro tipo de deslocamento, o In Situ, que acomete a dinâmica de vida da população, são poucos os estudos que discutem e problematizam essa abordagem e quando fazem, não diz respeito às barragens, no entanto, tratam dos efeitos ambientais os efeitos são análogos aos que ocorrem a partir da implantação das grandes barragens, as pesquisas de (ZHOURI, 2013) trata das questões referentes às minerações e os estudos de (DOUTRIAUX; GEISLER; SHIVELY, 2008) discute as desfigurações territoriais das tribais Ede da Província Da Lak no Planalto Central no Vietnã em decorrência da economia do café, esses grupos se organizava coletivamente e sobreviviam da pluriatividade no campo, como plantação de arroz, caça, peca e coletas, entretanto, o processo de colonização francês dominou a população e implantaram a economia do café, assim, trazemos as contribuições dois casos estudados para a realidade investigada, pelo fato das similaridades e consequências causadas a população. Desta forma, os relatos dos interlocutores, evidenciam tamanha desestruturação:

[23] htt://WWW.dicio.com.br/in-situ<>acessado em 16 de fevereiro de 2019.

> Baião foi o primeiro que recebeu os impactos e continua a receber todos os dias, no momento que aumenta a lama da água lá, que sobe aqui, acabou o controle, por exemplo, o município de Baião era o que mais tinha lagos de criação, em todo o território daqui do Baixo Tocantins, o berço de criação de peixes é em Baião, 80 e poucos lagos de criação, e com a criação da barragem os lagos foram embora, acabou tudo isso então, isso foi um dos grandes impactos que nós sentimos e principalmente aqui em Baião (Representante do STTR do município de Baião, Julho de 2018).

O sentimento de perda e a desfiguração do território, expropriação dos meios de sobrevivência narrada pelo interlocutor evidencia que as transformações foram imensas, como o desaparecimento dos lagos e peixes, os meios de produção e reprodução da população é aniquilada, nessa perspectiva o deslocamento que ocorreu a jusante da UHT, se configura como deslocamento In Situ, ocorrendo uma perda ao controle econômico e simbólico dos territórios, sendo também um processo de "desterritorialização" e desestabilização das relações estabelecidas pelos atores sociais no território, visto que este apresenta "uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de "controle simbólico" (HAESBAERT, 1991, p.42, HAESBAERT, 1997)". Os grupos sociais constroem uma territorialidade a partir das relações mediadas pelo território, atribui-lhe significado mediante as particularidades.

Análise antropológica da territorialidade também precisa de abordagens etnográficas para entender as formas específicas dessa diversidade de territórios. No intuito de entender a relação particular que um grupo social mantém com seu respectivo território, utilizo o conceito de cosmografia (Little 2001), definido como os saberes ambientais, ideologias e identidades − coletivamente criados e historicamente situados − que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele (LITTLE, 2OO2, p. 4).

Desta forma, os grupos sociais expressam as relações socioculturais e saberes que se coletivizam, ressalta-se que a situação vivenciada a jusante se configura como um verdadeiro desastre, atingindo os âmbitos econômicos, afetivo, simbólico e cultural. Valencio (2012) elenca alguns fatores que caracteriza o desastre no contexto brasileiro, entre eles, se tem o processo compulsório de desterritorialização que afeta os grupos sociais vulnerabilizados, que se interpõem no caminho do progresso, vivemos em uma sociedade marcada pelos impactos castatróficos e intolerantes, dentre tanto, temos a UHT no Baixo Tocantins:

> Nós aqui, que agente era um município rico na matéria prima, nós sobrevivia da caça, da pesca sustentável, éramos um povo tradicional, que a vida econômica na verdade, era a vida num processo nos costumes que a gente tinha que era de criar com abundancia, a caça com abundancia, o açaí, ou seja, aqui nós tínhamos uma grande riqueza (Entrevistado, morador do município Cametá, setembro de 2018).

O deslocamento In Situ é marcado por "uma forma particular de movimento da população no espaço, marcada por uma dinâmica que entrelaça violência e conformação dos sujeitos", e que assume múltiplas configurações (ZHOURI et al. 2013, p. 3) nessa perspectiva, a população camponesa sofre de forma perversa a expropriação e violência simbólica[24] decorrente dos grupos dominantes e do Estado.

Para Zhouri (2013 et AL. 2013, p. 03):

> Grupos podem experimentar a compulsoriedade desses processos sem efetivamente deixarem seus lugares de origem, na medida em que veem seus recursos e formas de reprodução social comprometidos pelos efeitos de outras intervenções. O deslocamento *in situ* se refere, assim, a processos em que as pessoas permanecem no lugar, mas têm suas condições de existência significativamente alteradas, modificando sua posição social, em especial suas condições de vulnerabilidade e risco. Nessa medida, o deslocamento compulsório diz respeito não ao movimento físico em si, mas às relações de inclusão e exclusão a partir das quais as pessoas perdem acesso e controle sobre suas condições de existência e reprodução social, incluindo, recursos naturais e materiais, moradia, segurança, redes de solidariedade, confiança e parentesco (ZHOURI et al. 2013p. 3)

Consideramos que o referido deslocamento é tão perverso quanto ao “compulsório”, entretanto, neste estudo, optou-se em utilizar o termo desterritorialização ao invés de deslocamento, pois de acordo com Haesbaert (2004), a vida é um constante movimento, estamos sempre passando de um território para outro, cuja desterritorialização é caracterizada como um processo que está sempre implícito a reterritorialização, no qual o homem vai se adaptar aos novos territórios, assim, no caso a jusante, a população não se desloca no sentido propriamente dito, mas se desterritorializa, sendo obrigados a reteritorializarem mediante a reorganização dos modos de vidas e das mudanças nas dinâmicas. Essas transformações ocorrem em decorrência dos projetos de desenvolvimento econômico e a partir das transformações globais, ratificando as colocações de ZHOURI e Feldman et al (2003), o

[24] Conceito cunhado pelo Sociólogo Bourdieu para se tratar de terminadas imposições seja no âmbito econômico, social ou simbólica. o qual "considera como violência simbólica toda coerção que só se institui por intermédio da adesão que o dominado acorda ao dominante (portanto à dominação) quando, para pensar e se pensar ou para pensar sua relação com ele, dispõe apenas de instrumentos de conhecimento que têm em comum com o dominante e que faz com que essa relação pareça natural." (1997, p. 204).

deslocamento In Situ configura-se com perda significativa de diretos, de desteritorialização no sentido mais concreto:

> Mesmo na ausência de desenraizamento físico, as pessoas podem experimentar o deslocamento *in situ*. Esta forma de deslocamento, sentida pelas pessoas durante a sua estada no lugar, é igualmente um processo em curso, mas que conceitualmente é diferente de se encontrar em uma nova posição na hierarquia social. Pelo contrário, o deslocamento in situ depende de relações de exclusão que estabelecem novos limites para o movimento físico e social das pessoas. Exemplos convincentes incluem perda de benefícios sociais e outros direitos, sofrendo discriminação ou ostracismo, ou ter os direitos civis ou acordos de propriedade suspensos. As diversas formas de deslocamento são consideradas como formas ao atender os caprichos dos projetos de desenvolvimento. (FELDMAN et al 2003. Traduzido)

A queda na produção pesquisa, extinção de diversas espécies, declínio da agricultura e o rio que secou, são alguns dos efeitos mais eminentes do deslocamento In Situ e que permeiam todas as narrativas dos interlocutores, é uma nova fronteira que se estabelece novo limite, tanto para o movimento físico, quanto para o social dos atores. A população sofreu e continua a sofrer com a exclusão e negação dos diretos básicos de sobrevivência para

As introduções dos objetos técnicos nos territórios desestruturam os arranjos territoriais existentes e geram os conflitos, este eclode, quando a legitimação de certa prática é contestada, na qual o grupo que sente lesado denuncia a ocorrência de efeitos indesejáveis social causa efeitos indesejáveis de uma prática sobre a outra (ACSELRAD, 2010).

> Os conflitos ambientais, portanto, via de regra, põe em pautas as diferentes formas de uso comunal dos recursos-seja porque bens de uso comum são subtraídos às populações que os utilizam tradicionalmente na fronteira da expansão de mercado, seja porque os impactos recíprocos entre as diferentes práticas espaciais são mediados por bens não mercantis tais como ar, as água, espaço acústico, sistemas vivos, espaços onde tende a se exercer uma dominação ligada à prevalência dos usos dos atores sociais mais fortes (ACSELRAD,2010,p.3).

Para Acselrad (2004) os processos desarmônicos que ocorrem em determinadas regiões está diretamente atrelada à descontinuidade das atividades existentes precedentes aos empreendimentos nos espaços, neste caso, os conflitos emergem.

> Com a dinâmica da acumulação, por intensidade ou extensão, um certo número de “acordos simbólicos” entre as distintas práticas espaciais é rompido, ou verifica-se uma recusa socialmente organizada frente a um novo tipo de acordo proposto pelos agentes econômicos, seja a construção de barragens, a exploração de minérios ou a implantação de uma infraestrutura perigosas, por exemplo (ACSELRAD, 2005, p.08).

As disputas pela apropriação constituem uma dimensão dualista, sendo um campo, cujos interesses possuem finalidades divergentes, os conflitos dos grupos se dá por duas razões, a saber: utilitarista e cultural, a primeira, envidada pela razão hegemônica visualiza o meio ambiente enquanto unifuncional e provedor de recursos e materiais se tem uma luta em prol da acumulação e dos interesses econômicos que desconsidera os aspectos socioculturais, representativas e simbólicas. Portanto, o autor reitera que os conflitos são decorrentes das contradições e divergência de interesse presentes sistema desenvolvimentista que se materializa pelos grandes projetos que desestruturam o espaço. (ACSELRAD, 2004, 2010). Conforme evidencia o relato acerca dos empreendimentos inseridos nos territórios:

> Então o impacto é grande, vem acontecendo, primeiro, aquela aquilo que eles chamam de graxa, que passa na turbina pra lubrificar, aquilo é um veneno, isso foi dito pra nós em 87, na barragem de sobradinho, por um dos funcionários de sobradinho, nós fomos lá, eu nunca desci aqui em Tucuruí, mas lá em sobradinho eu desci e aonde um rapaz muito humilde funcionário disse pra nós, o problema não está no impacto da água, na falta da água, o problema está no veneno que está saindo daqui dessa graxa aqui que tem que lubrificar as turbinas, e isso nunca foi discutido pela sociedade. (Ex-representante do Mopepa, agosto de 2018).

A narrativa ressalta as interferências impactantes nos territórios e os prejuízos para o ecossistema, cuja finalidade do ambiente é estritamente instrumental com intencionalidades de Acselrad (2010, p108) "acumulação de riqueza, a poluição é apresentada como "democrática" por partes dos grupos hegemônicos" os problemas ambientas passam a ser questionados e se tem uma luta por justiça ambiental.

> Ao evidenciar a desigualdade distributiva e os múltiplos sentidos que as sociedades podem atribuir a suas bases materiais, abre-se espaço para a percepção e a denúncia de que o ambiente de certos sujeitos sociais prevaleça sobre o de outros, fazendo surgir o que se veio denominar de "conflitos ambientais (ACSELRAD, 2010, p.109)".

Ainda para o autor, se tem uma ambientalização das lutas em busca de legitimar ou tirar a legitimidade, no caso especifico no caso especifico da abordagem realizada neste estudo, os grupos sociais buscam legitimar seus na busca por justiça ambiental e reparação dos danos. Desta forma:

> Os despossuídos passam a reclamar [...] maior acesso aos recursos como água fértil, terra firme, etc., denunciando o comprometimentos de suas atividades pela queda da produtividade dos sistemas biofísicos de que dependiam e risco de perda de durabilidade de base material necessária à sua reprodução sociocultural (ACSELRAD, 2004, p.27)

A população passa a reivindicar aceso aos seus recursos que foram infringidos e consequentemente causo desestabilização nas atividades produtivas, sem as quais a

sobrevivência é seriamente comprometida. Concebe-se que a luta dos atingidos a jusante está no âmbito do que Acselrad (2010) designa de justiça ambiental que integra o processo subjetivo da cultura e dos direitos, haja vista que:

> Justiça ambiental é, portanto, uma noção emergente que integra o processo histórico de construção subjetiva da cultura dos direitos. Na experiência recente, essa noção de justiça surgiu da criatividade estratégica dos movimentos sociais que alteraram a configuração de forças sociais envolvidas nas lutas ambientais e, em determinadas circunstâncias, produziram mudanças no aparelho estatal e regulatório responsável pela proteção ambiental (p.24).

Para o autor, no campo do ecologismo combativo, se tem os movimentos mais consolidados que ambientalizam suas pautas para representar o que já ocorrera e vem ocorrendo, Aceserald (2010, p.106) faz referência a alguns movimentos, entre eles, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) "que acusa a economia do setor elétrico de rentabilizar seus investimentos pela expropriação do ambiente dos atingidos, tais afirmações são ratificadas pelos atingidos a jusante pela barragem da UHT, reiterando que "com a construção desse projeto energético, vocês sabem disso, e ai nós temos o prejuízo do impacto ambiental maior de todos os estados" (Representante da colônia dos pescadores de Cametá, Julho de 2018).

Portanto, os países menos industrializados, assim como o Brasil, são alvos dos das localizações dos projetos de transformação social e ecológica e são associados à implantação de infraestruturas pelos processos de acumulação do capital desenvolvimentista e as áreas priorizadas são as tradicionalmente ocupadas pelos grupos sociais de baixa renda, como as comunidades tradicionais, camponesas, indígenas e entre outras (ACSELRAD, 2010, p.1).

Considerações em Movimento

No decorrer deste estudo analisei a memória a partir da trajetória das lideranças no âmbito dos movimentos sociais e como essa memória foi sendo elaborada e entrelaçada entre os períodos que compreendem o antes e após a implantação da UHT, sendo que essas temporalidades não são familiares para os grupos, pois o antes está interligado a estabilidade econômica decorrentes principalmente da produção pesqueira. Ao longo do tempo, os atores sociais residentes a jusante da usina hidrelétrica de Tucuruí passaram a lutar por reconhecimento político enquanto impactado pela violação dos direitos elementares de sobrevivência nos territórios em decorrência da construção da barragem no rio Tocantins.

A luta que passou a ser desencadeada no Baixo Tocantins se deu de forma articulada e segue uma linearidade desde o limiar dos anos 80, no qual foi sendo instaurado diversos marcos normativos que contribuíram e contribuem para a legitimação das reivindicações camponesas que se deram a partir das alterações que modificou não apenas o percurso fisiográfico e geomorfológico do rio, mas o sentimento de pertencimento territorial, sobrevivência, principalmente os pescadores que passam a conviver com a dor de viver com uma ausência do pescado. .

Nessa perspectiva, busquei trazer à experiência a jusante que é constituída pela memória que foi sendo elaborada pelos grupos sociais mediante suas vozes e interconexões que demandam reconhecimento frente a violação de seus direitos e como esta resulta em um movimento de resistência, cuja ação de luta é subjetivada e ritualizada principalmente nos fóruns dos lamentos, que são os espaços de negociação, de fala e reivindicação.

Desta forma, ancoramo-nos testemunhos para buscar esclarecimentos acerca das muitas nuances e fatos que concernem à dor da população a jusante que é reatualizada constantemente na arena pública, sendo que tais eventos culminaram na elaboração do plano para a região a jusante-PPDS-Jus, o qual passa a ter uma discussão mais consistente a partir dos anos 2000 e se insere na região a jusante e até o contexto atual, contemplou apenas cinco municípios e se deu como uma condicionante a ser cumprida pela Eletronorte, tendo sido sua elaboração não uma iniciativa pensada pela estatal para “reparar” as injustiças e os danos causados, mas, resultado de intensas lutas e reivindicações da população local, de forma mais

simplificada, é um plano que emerge no bojo dos movimentos, o que o torna diferente dos demais planos, haja vista que não foi uma iniciativa pensada pela subsidiara Eletronorte.

Cabe ressaltar acerca deste processo que o Estado no uso de suas atribuições tendenciosas, negligencia os atores e só os reconhece e concede medidas compensatórias em decorrência das novas intencionalidades, mesmo sendo um direito legitimado pela resolução da Conama de 1986. No caso da UHT, a população fica alheia do que é garantido por lei após a redemocratização do país, sendo que as ações decorridas das interferências causadas pelos empreendimentos alteram as condições sociais e ambientais dos grupos. Ao analisar sob outra perspectiva, o reconhecimento à jusante é oriundo de uma luta social, entretanto, também se caracteriza como uma possibilidade do Estado continuar degradando de forma intolerante, causando rupturas abruptas das relações tradicionais das comunidades, uma vez que as mesmo as medidas se constituem enquanto mecanismo de atenuação dos efeitos indesejáveis torna-se uma chancela que viabiliza a inserção de demais transtornos no cotidiano dos grupos sociais.

Desta forma, buscou-se evidenciar as facetas que tangem o Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da Região a Jusante da Usina Hidrelétrica de Tucuruí-PPDS-Jus que se constituiu enquanto objeto material de luta emergido no âmbito dos grupos sociais que reivindicam medidas compensatórias, visto que desde a implantação da UHT a população luta para que os impactos sejam reconhecidos pela Eletronorte. Somente após duas décadas de operacionalização da usina e com a elevação da cota de água no reservatório de 72m para 74m é que a Eletronorte pretensiosamente atende a solicitação da SEMAS que condicionou à construção da segunda etapa a elaboração e implementação de ações que visassem atenuar os problemas que já eram denunciados há anos pelos movimentos sociais, no entanto, apenas vinte anos após a construção da barragem a população tem suas pautas levadas para arenas públicas com possibilidades de serem atendidas, desta forma, tem-se a construção do PPDS-Jus protagonizado pelo movimento social a jusante, sendo que são raras tais ações de reconhecimento a jusante.

Os conflitos e a luta vivenciada pelo povo camponês em decorrência da construção da barragem da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no qual se têm mais um desastre oriundo do projeto de um governo com práticas autoritárias e todo esse processo desvela a situação de negligência por parte do poder público que no seu intento não mensurou as consequências acerca da implantação de um projeto que acarretou diversos problemas na região do Baixo Tocantins, pois seu real interesse era apenas a viabilização econômica e acumulativa, onde o espaço e a "terra, por sua vez, sofrem mudanças nos seus modos de apropriação, ocupação e uso" (ACSELRAD, 2010, p. 60).

O que mais chama atenção em torno da luta e resistência são as mobilizações durante o regime ditatorial e após a redemocratização do país que nos revela que essa transição se encontra inacabada, não se consolidou de forma exequível, a marginalização dos camponeses e a violação dos direitos humanos é uma prática recorrente, a sociedade encontra-se imersa nas estruturas políticas antidemocráticas, com uma sistêmica transgressão dos direitos ancorados em uma cultura que esbanja a impunidade. Atualmente, depois de 30 anos da construção da usina a população lamenta, de um lado têm-se os municípios que ainda esperam o reconhecimento, do outro, os reconhecidos questionam a execução das ações e não se sentem contemplados com a execução dos projetos implementados em virtude das divergências e dos interesses da população que é destoante das obras que foram construídas.

Nesse cenário, um dos fatores que chama atenção é a usurpação dos direitos em tempos democráticos. As lembranças dos atores que constitui a memória social permitiram trazer à tona as imagens do passado e situá-las no presente, revelando o caminho percorrido e os problemas que são defrontando há décadas, e tem-se "um passado que nomeia um presente com o vigor-de-ter-sido [...] e um presente que nomeia um passado em função de um porvir" (CASTRO, 2010, p. 209)

Para tanto, a memória social é o cabedal das lembranças que permite aos grupos sociais atualizarem suas lutas nas arenas públicas, mas para além das discussões de demandas sociais, nesses espaços, as dores, os transtornos e os desconfortos são intrínsecos à vida desses atores, posto que o espaço público instaurado após a abertura democrática é repleto de controvérsias, Habermas (1984) ao se reportar a esfera pública considera que sua decadência é decorrente da ascensão do capitalismo. Deve-se ainda considerar um elemento central que concerne à vida desses atores e da massa emergente comunicativa a partir do Século XX. Frente a esse processo, instaura-se a resistência ancorada na busca por justiça social, ambiental e econômica. Uma vez que os dispositivos jurídicos instituídos para legitimar o direito à compensação em consonância com as legislações atreladas aos empreendimentos que degradam o meio ambiente e desestruturam as condições econômicas e sociais dos grupos violadas em períodos democráticos.

A memória ensaiada neste estudo como representação do vivido traz o lembrar como mecanismo de luta contra o esquecimento da barbárie, as lembranças são recortes de experiências vividas e imbuídas das marcas de um tempo que passa a ser dividido cronologicamente pela chegada do estranho, por isso, retratar as narrativas de resistência daqueles que foram silenciados face aos discursos hegemônicos se torna imprescindível. A análise introspectiva permite atualizar a memória social e histórica, e sua relevância

principalmente para aqueles que estão alheios da história convencional, logo, é necessário romper o silenciamento e legitimar as narrativas que expressam a verdade ética como possibilidade de reparação e restituição da dignidade.

Muitos estudos ratificam o papel social da memória para composição e construção da verdade no que diz respeito não só ao passado, mas direito à verdade do presente e reconhecimento social, sendo que as desconfigurações do tempo pretérito tem implicatura no contexto atual e possibilita prevenir a repetição. Portanto, lembrar contribui para o exercício da resistência e impele ao compromisso e respeito para com os grupos sociais.

Contudo, conclui-se que a finalidade proposta pelo PPDS-Jus de reordenamento territorial, compensação ambiental e desenvolvimento não se consolidaram e um dos entraves está diretamente atrelado ao Conjus que era constituído por uma parcela significativa de instituições governamentais e os segmentos sociais eram minoritários, de certa forma, os projetos aprovados convergiam para os interesses políticos partidários e não condizendo com as demandas sociais, assim, as "políticas públicas não são somente espaços onde se afrontam os atores em função dos seus interesses, mas elas são também o lugar onde uma dada sociedade 'constrói sua relação com o mundo" (Muller, 2006, p. 372).

Além disso, as narrativas possibilitam inferir que a elaboração do plano e de possíveis medidas compensatórias não é suficiente para reparar os danos, minimizar a dor e recompor os modos de vida, visto que não é possível restituir a vida de acordo com o tempo do passado tão bem rememorado pelos atores.

A alternativa viável é uma economia moral, orientada a partir da ética, Thompson elabora a noção de economia moral baseada na interpretação do comportamento dos ingleses pobres no século XVIII que tiveram seus interesses desrespeitados o que gerou indignação, para o autor, as análises realizadas pelos economistas eram restritas e não considerava o sentido real das revoltas populacionais que estavam para além de uma reação biológica dos ingleses em busca de alimentos, visto que estavam baseadas em princípios éticos, morais e reivindicavam que o Estado cumprisse com suas obrigações, respeitando os direitos dos grupos. A acepção de Thompson (1998) empreendia os trabalhadores pobres enquanto agentes históricos, que reagiam ancorados na cultura e nos costumes. Fazendo uma analogia com o contexto da população a jusante, os atores exigem reconhecimento dos diretos e que antes de qualquer intervenção na dinâmica territorial seja considerada o homem e o meio ambiente, respeitando os costumes e as decisões dos grupos sociais.

Portanto, a pesquisa permite ampliar esse processo de transição democrático pelo qual o país perpassou e acerca da luta dos movimentos sociais a jus ante, analisando as medidas em

que as reivindicações se deram na esfera pública que foi reconstruída após o fim do regime ditatorial, bem como as demandas societárias da população atingida, e assim, revela que a democratização não foi panaceia para solucionar os problemas defrontados pelos movimentos, posto que, mesmo após a reabertura do processo democrático o drama, as reivindicações e pautas de lutas das lideranças continuam de certa forma negligenciadas, se fazendo presente apenas pela resistência, tendo em vista a memória como possibilidade de um dispositivo de reconhecimento jurídico, chama-se atenção para o fato do não retraimento e esquecimento das lutas e das dores.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Conselhos além dos limites**. **Estudos Avançados.** São Paulo, v.15, n. 43, 2001.

ARAÚJO, A**. Introdução à Sociologia da Amazônia**. 2ºed. rev. Manaus: EditoraVlaer/ Governo do Estado do Amazonas/Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2003.

ACEVEDO, R; CASTRO, E. - **Mobilização política de comunidades negras rurais.Domínios de um conhecimento praxiológico**. Revista Novos Cadernos NAEA vol. 2, nº 2 –dez. 1999.

ACSELRAD, H. **Externalidade ambiental e sociabilidade capitalista**. In:

_____. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume: Dumará; Fundação Heinrich Bolli,2004.

_____. **Inserçao econômica internaconal e "resolução negociada" de conflitos ambientais na América Latina**. In: ZHOURI, A. Laschefski, K. (org). A insustentável leveza da política ambiental. Belo Horizonte: autêntica,2005.

_____. **Mercado de Terras e Meio Ambiente em áreas de grandes projetos de investimento - o caso da Usina Hidrelétrica de Tucuruí**. Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ), v. 18, p. 158-192, 2010.

_____i. Vulnerabilidade ambiental, processos e relações. In: **II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações sociais, econômicas e territoriais**. Rio de Janeiro. Comunicação. Rio de janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2006.

_____. Justiça Ambiental e Construção Social do Risco. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, nº 5, 2002, p. 49 – 60.

_____**Discurso da Sustentabilidade Urbana**. Estudos Urbanos e Regionais, v. 1, 1999.

_____ **Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambienta**l. Estudos avançados, 2010.

_____.**Palestra proferida na abertura do IX Encontro Temático da 4ª Camâra de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal**. Brasília, 22/09/2010.

AGAMBEN. **Estado de exceção**. Tradução de Iraci D. Poleti. – São Paulo: Boitempo, 2004.

ALMEIDA, Neila de Jesus Ribeiro**. Saberes da pesca em unidade de conservação: os pescadores da RDS Alcobaça no lago da Usina Hidrelétrica de Tucuruí/Pa / Neila de Jesus Ribeiro Almeida**. – 2016. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Ecologia Aquática e Pesca.

ALMEIDA, R. **Amazônia, Pará e o mundo das águas do Baixo Tocantin**s. Revista estudos avançados 24 (68), 2010.

AMARAL, W. R da S. **No vai e vem das Marés, o movimento=to da vida: mulheres, família e trabalho, na ilha de Quianduba, Abaetetuba**, Belém, 2016. Ufpa Dissertação ppgsa.

ARAÚJO, I. F; TEISSERENC, M. J. **Mobilização, território e a emergência de novos sujeitos e arenas públicas no Baixo Tocantins** Raízes v.36, n.1, jan-jun /2016

ARENDT,H. **A condição humana**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1991

ARNAUD, M. J. C. **Gestão ambiental no Baixo Tocantins:** dos movimentos ambientalistas à elaboração do PPDJUs. 2010. 136 f. Dissertação (Mestrado em Geografia).

BASILE, C. G. **Plano de Desenvolvimento Sustentável da Microrregião à Jusante da UHE Tucuruí:** a emergência de uma luta histórica. 2007. 179 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará.

BAUMAN, Z. **Capitalismo parasitário: e outros temas contemporâneos. Trad: Eliana Aguiar**. Rio de Janeiro, Ed., 2010.

BECKER, B. ET ALL. **Fronteira Amazônica**. Questões de gestão do território. UNB/UFRJ, 1992.

BERMANN, C. **Política Energética no Brasil** - Encontro Nacional do MAB.
Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1976. 766 p.

BOURDIEU, P. **Meditations pascaliennes**. Paris: Seuil, 1997

BOSI, A . **Literatura e resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. Narrativa e Resistência. In. **Literatura e Resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BOURDIEU, P. **Introdução a uma sociologia reflexiva** in "O Poder Simbólico".

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região a Jusante da UHE Tucuruí – PDJUS** (versão preliminar). Brasília: ELETROBRÁSELETRONORTE, 2003a.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Sistematização das oficinas municipais de**

BRASIL. **Secretária de políticas de promoção da igualdade Racial-SEPIR**, Brasília, 2013.

BREITBACH, A. C. M. **Estudo sobre o conceito de região**. Porto Alegre: Fundação de Brioschi LR, Trigo MHB. **Relatos de vida em ciência.**

BURSZTYN, M. (org.). **A Difícil Sustentabilidade:** Política Energética e Conflitos Sócio-Ambientais**.** Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

CAMARGO, S, A, F. de. **Pesca Profissional, Dilemas e Conflitos no Reservatório da UHE Tucuruí,PA. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo.** São Paulo. 2002

NAHUM. J. S. **De ribeirinha a quilombola: dinâmica territorial de comunidades rurais na Amazônia paraense**. Revista de geografia agrária, v. 6, n. 12, p. 79-103, agosto de 2011.

CASTRO, E; HÉBETTE, J. **Na trilha dos grandes projetos: modernização e conflito na Amazônia**. Belém : UFPA, 1989.

CASTRO, E(Orgs)– **Energia na Amazônia**. Vol. II, Belém, MPEG, UFPA, UNAMAZ,1996.Comissão Mundial de Barragens. Estudo de Caso Brasileiro, UHE Tucuruí, Relatório de Escopo - Agosto de 1999.

CASTRO et al (org). **Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço**. Editora universitária ufpa, Belém, 1995.

CAVALCANTI, C.(Org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. 4. ed. São Paulo.

CEFAI, D. **Públicos, problemas públicos, arenas públicas**: O que nos ensina o pragmatismo. Revista novos estudos, v36, p. 129-142 02 Julho de 2007.

.

COELHO, T.P. **Projeto Grande Carajás**. Graffito Gráfica, 2014.

CONGILIO, C.R. e Ikeda, J.C.O. **A ditadura militar, expansão do capital e as lutas sociais no sudeste paraense.** Revista: Lutas Sociais, São Paulo, vol.18 n.32, p.79-90, jan./jun. 2014.

COSTA, Gleice Kelly Gonçalves da. **A Amazônia ribeirinha e as políticas de desenvolvimento regional: o Baixo Tocantins no contexto da concepção e gestão do Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da região a Jusante da UHE Tucuruí (PPDJUS)**. Universidade Federal do Pará,2013. Dissertação de Mestrado.

COSTA, G, S. **Desenvolvimento rural sustentável com base no paradigma da agroecologia**. Belém: UFPA/NAEA, 20006.

COSTA, R. **Hidroelétricas e Territorialização de Impactos: Bases Analíticas.** Encontro Brasileiro Ciências Sociais e Barragens, 2.; Encontro LatinoAmericano Ciências Sociales e Represas, 1.: 2007: Salvador, BA. Salvador: UFBA, 2007. Mimeo.

ELETROBRÁS-ELETRONORTE**. Construção do Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da Região à Jusante da UHE Tucuruí – PPDJUS.** Brasília: 2003b.

ELETRONORTE. **Licença de funcionamento para 23 unidades geradora da UHE de Tucuruí**. Brasília, 26 de Abril de 2006.

ELETRONORTE. **Relatório das oficinas participativas e encontro regional**. 12 Pag. 2005.

ELETRONORTE. **Estudos socioambientais de jusante**. **B**rasília, 2006, V. I, 153pg

DIEGUES, A. C. Modelo Econômico e os Modos de Vida: Confrontos e Alternativas no Sul do Pará. In: DIEGUES, A. C (org.). **Desmatamento e modos de vida na Amazônia**. São Paulo: NUPAUB, 1999. p. 27-94.

FEARNSIDE, Philip, M. **Impactos ambientais da barragem de Tucuruí: Lições ainda não aprendidas para o desenvolvimento hidrelétrico na Amazônia.** (INPA), Manaus-Amazonas, 2002.

FILHO, C. F. F. **A importância do conselho gestor para efetivação do plano de desenvolvimento sustentável de Tucuruí**. 2010. Trabalho de conclusão de curso da Universidade Federal do Pará.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **A escrita de si.** In: O que é um autor? Lisboa: Passagens. 1992. pp. 129-160.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Gagnebin, J. M. Lembrar escrever esquecer.:Ed. 34, 2006, São Paulo.

GOHN, M. da G. **Teoria dos movimentos sociais paradigmas clássicos e contemporâneos**. Edições Loyola, São Paulo: 1997.

GUERRA, A. T.; GUERRA, A. J. T. **Novo Dicionário Geológico-Geomorfológico.** 7. ed.Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

GUATTARI, E e ROLNIK, S. 1996 **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes.

HAESBAERT,R. **Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão**.In: Castro I. ET AL(orgs) Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro, 1995, Bertrand Brasil.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Anthony . **Amazônia: desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

HÉBETTE, Jean [Org.]. **O Cerco Está Se Fechando**. Prefácio de José de Souza Martins. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1991, 347p.

HÉBETTE, Jean, et al. [Org.]. **No mar, nos rios e na fronteira: face do campesinato no Par**á. Edufpa. Prefácio de Maria Conceição D‟Incao. 2002, 359p.

HÉBETTE, Jean. **A Resistência dos Posseiros no Grande Carajás.** 11° Encontro dos Grupos Temáticos do Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social e Agricultura, PIPSA, documento mimeografado.

FONSECA; OZORIO, J.M. Pensando a Amazônia. Manaus: Editor Valer, 2011.

FREIRE, C; REIS, G. **Participação e arenas públicas**: um quadro analítico para pensar os conselhos municipais setoriais e os fóruns de desenvolvimento local. Metrópole, N. 10, pp. 75-102, 2º sem. 2003

LE GOFF, J. **Os intelectuais na Idade Médi**a. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003

LEFF**. Ecología y capital**: racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable. México/Argentina: Siglo Veintiuno Editores, 1994.

MAB. História do MAB. Disponível em:. Acesso em 25 de outubro de 2018.

MAGALHÃES, S. B. et al(org). **Energia na Amazônia.** Ed. da UFPA Belém, 1996. Ed. da UFPA, 1996.

MAGALHÃES, Sonia Barbosa. Hidrelétricas e Campesinato - uma visão sobre o 1°. Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens. In: VIANNA, Aurélio [Org.]. **Hidrelétricas, Ecologia e Progresso**. São Paulo: CEDI, p. 45-54, 1990.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. **Lamento e Dor. Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens**. Belém, 2007. Tese (Doutorado), Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Brasil; Universidade Paris 13, França, 2007.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. **Política e sociedade na construção de efeitos das grandes barragens: o caso Tucuruí.** In : SEVÁ FILHO, O (Org.). **Tenotã-Mõ** : alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu. São Paulo : Internacional Rivers Network, 2005, p. 245-252).

MARTINS, Egidio**. Trabalho, educação e movimentos sociais: um estudo sobre o saber e a atuação política dos pescadores da Colônia Z-16, no município de Cametá-PA**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação – 2011.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano.** São Paulo: Hucitec, 1997. 213 páginas.

MARX MARX, K. **O capital:** crítica da economia política. Livro Primeiro, o processo de produção do capital v.II., 12.ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

MULLER, P. & SUREL, Y.. ***A análise daspolíticas públicas***. Pelotas: Educat. 2010

NASCIMENTO, Nadia do S. N. (2006). **A Amazônia e desenvolvimento capitalista: Elementos para uma compreensão da "questão social" na região**. Tese de doutorado apresentada ao programa de Pós-graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989.

NÉLSIS, C. M; NUNES, L. S; FREITAS, R. de C. M. **A crítica marxista ao desenvolvimento (in) sustentável.** R. Katál., Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 41-51, jan./jun. 2012.

Odinetz-Collart, O. **Ecologia e potencial pesqueiro de camarão-canela, Macrobrachium amazonicum, na Bacia Amazônica**. In: E.J.G. Ferreira, G.M. Santos, E.L.M. Leão & L.A. Oliveira (eds.) Bases Científicas para Estratégias de Preservação e Desenvolvimento da Amazônia, Vol. 2. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Manaus, AM. 435 p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Integrar para não entregar-políticas públicas para a Amazônia**. Campinas/SP: Papirus, 1988.

Oliveira. **Dicionário cartográfico**. 4 ed. Rio de janeiro; IBGE, 1993

PANDOFLO, C. **Amazônia Brasileira: ocupação, desenvolvimento e perspectivas atuais e futuras**. Belém: CEJUP, 1994.

ELETRONORTE. Plano de referência: estudos ambientais da conclusão das obras do sistema de transposição da barragem da UHT. São Paulo, janeiro de 1998, eletronorte

POLLAK, Michael. "**Memória e identidade social**". In: Estudos Históricos, 5 (10). Rio de Janeiro, 1992.

PORTO-GONÇALVES. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

RIBEIRO, Gustavo Lins. (1991), **Empresas transnacion**ais: um grande projeto por dentro. São Paulo,Marco Zero/Anpocs.

Rosa Luxemburgo, **A acumulação de capital**. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.

SANTOS, M. **A natureza do espaço*:* técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

Santos, Milton. **O espaço da cidadania e outras reflexões** Porto Alegre: Fundação

Sarlo, B. **Tempo passado: cultura da memória c guinada subjetiva**. Tradução
Rosa Frcirc d'Aguiar - São Paulo: Companhia das Letras Belo Horizonte, : UFMG, 2007.

SARMENTO-PANTOJA, T. **O megatexto do massacre genocida e o cinema de resistência na sala de aula: o documento Valsa com Bashir**. In: SARMENTO-PANTOJA, T (Org.). Arte como provocação à memória. Curitiba, 2014, PR: CRV.

SCOTT, James. C. **Los dominados y el arte de la resistencia.** México: Editora Era, 2004. (Colección Problemas de México)

_____. J.C. Formas cotidianas da resistência camponesa. In: **Raízes**, Campina Grande, vol. 21, nº 01, jan/jun. 2002 (p. 10-31).

SELIGMAN-SILVA, Márcio. **Narrar o trauma:** a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. 2008, vol.20.

SILVA, A. dos P. **Organização e parcerias com a Igreja Progressista da Prelazia de Cametá (1979-1991).** Revista Tempo Amazônico - ISSN 2357-7274| V. 2 | N.1 | junho-dezembro de 2014 | p. 56-66.

SANTOS. **Introdução geral a coleção**. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org) democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de janeiro: civilização brasileira, 2002.

THOMPSON, E. P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: **costumes em comuns. Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: companhia das letras, 1998.

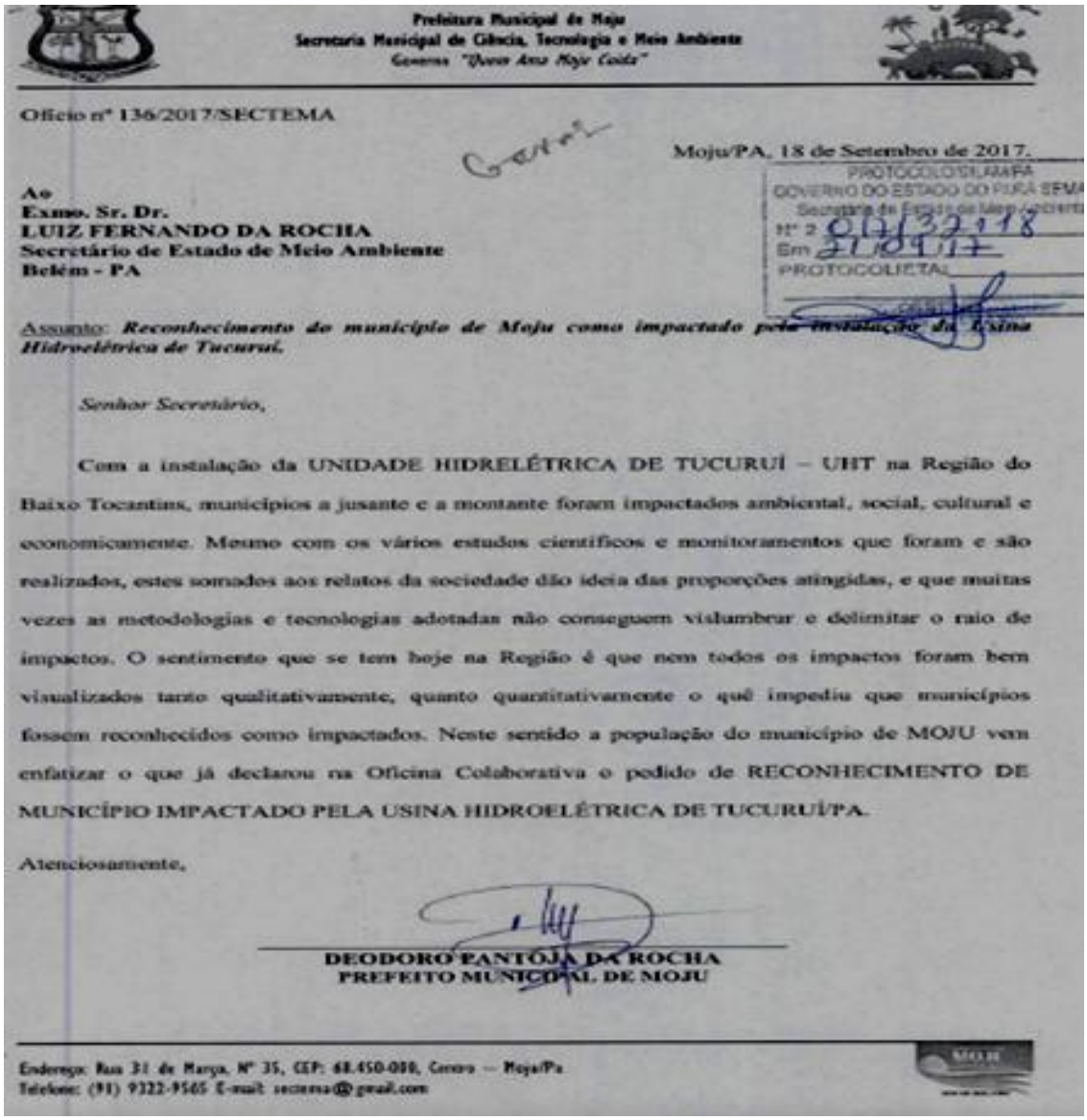
VALENCIO, F. **Para além do dia do desastre**: o caso brasileiro. Curitiba: appris, 2012.

VALENCIO, N. F.L.S. **Para além do "dia do desastre":** o caso brasileiro. Curitiba: Appis, 2012a.

VALENCIO, N. F.L.S. **Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectiva no Brasil**. São Carlos: RIMA 2012b. v. III., 2012b.

ZHOURI, A., OLIVEIRA, R. MOTTA, L. **Deslocamentos Múltiplos e a compulsoriedade do desenvolvimento:** urbanização e barragens em face aos lugares. Trabalho apresentado no XXXI International Congress of the Latin American Association (LASA), Washington D.C - EUA, 29 May- 1st June, 2013. Painel: Deslocamentos e desigualdades no Capitalismo Global Contemporâneo.

ANEXOS
I



Prefeitura Municipal de Moju
Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente
Governo "Novos Anos Moju Cresce"

Ofício nº 136/2017/SECTEMA

Moju/PA, 18 de Setembro de 2017.

PROTOCOLO SEMMA
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ SEMA
Nº 2017/32118
Em 21/09/17
PROTOCOLISTA

Ao
Exmo. Sr. Dr.
LUIZ FERNANDO DA ROCHA
Secretário de Estado de Meio Ambiente
Belém - PA

Assunto: ***Reconhecimento do município de Moju como impactado pela instalação da Usina Hidroelétrica de Tucuruí.***

Senhor Secretário,

Com a instalação da UNIDADE HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ – UHT na Região do Baixo Tocantins, municípios a jusante e a montante foram impactados ambiental, social, cultural e economicamente. Mesmo com os vários estudos científicos e monitoramentos que foram e são realizados, estes somados aos relatos da sociedade dão ideia das proporções atingidas, e que muitas vezes as metodologias e tecnologias adotadas não conseguem vislumbrar e delimitar o raio de impactos. O sentimento que se tem hoje na Região é que nem todos os impactos foram bem visualizados tanto qualitativamente, quanto quantitativamente o quê impediu que municípios fossem reconhecidos como impactados. Neste sentido a população do município de MOJU vem enfatizar o que já declarou na Oficina Colaborativa o pedido de RECONHECIMENTO DE MUNICÍPIO IMPACTADO PELA USINA HIDROELÉTRICA DE TUCURUÍ/PA.

Atenciosamente,

DEODORO PANTOJA DA ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL DE MOJU

Endereço: Rua 31 de Março, Nº 35, CEP: 68.450-000, Centro – Moju/Pa
Telefone: (91) 9322-9565 E-mail: secsema@gmail.com

II

BARCARENA

Senhor Secretário de Estado de Meio Ambiente,

Com instalação da UNIDADE HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ – UHT na Região do Baixo Tocantins, municípios a jusante e a montante foram impactados, social, cultural e economicamente, mesmo com vários estudos científicos e monitoramentos que foram e são realizados, estes somados aos relatos da sociedade dão idéia das proporções atingidas, e que muitas vezes as metodologias e tecnologias adotadas não conseguem vislumbrar e delimitar o raio de impactos. O sentimento que se tem hoje na Região é que nem todos os impactos foram bem visualizados tanto qualitativamente, quanto quantitativamente o que impediu que muitos municípios fossem reconhecidos como impactados. Neste sentido a população do município de Barcarena vem enfatizar o que já declarou na Oficina Colaborativa o pedido de RECONHECIMENTO DE MUNICÍPIO IMPACTADO PELA USINA HIDROELÉTRICA DE TUCURUÍ/PA.

Atenciosamente,

ANTÔNIO CARLOS VILAÇA
PREFEITO MUNICIPAL DE BARCARENA

Barcarena, 18 de Setembro de 2017.

PROTOCOLO/SEMMA/PA
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ SEMAS -
Secretaria de Estado de Meio Ambiente
Nº 2014132119
Em 21/09/17
PROTOCOLISTA:
DESTINO:

III

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
GABINETE DO PREFEITO

OFICIO Nº 12

Abaetetuba/PA, 20 de Setembro de 2017.

Ao
Exmo. Sr. Dr
LUIZ FERNANDES DA ROCHA
Secretário de Estado de Meio Ambiente
Belém-PA

PROTOCOLO/SILAM/PA
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ SEMAS -
Secretaria de Estado de Meio Ambiente
Nº 2017/37121
Em 21/09/17
PROTOCOLISTA:

Senhor Secretário,

Após a oficina realizada na Região do Baixo Tocantins por essa secretaria, e da população do município ter manifestado seus sentimentos e experiências com relação aos impactos ambientais, sociais, econômicos e culturais, gerados pela implantação e funcionamento da UNIDADE HIDRELÉTRICA DE TUCURUI - UHT, e considerando os resultados dos diversos estudos científicos e monitoramentos que foram e são realizados, dão ideia das proporções atingidas pelos impactos que as nossas comunidades carregam até hoje. Considerando ainda, que nem todos os impactos foram bem visualizados, tanto qualitativamente, quanto quantitativamente, o quê impediu que municípios fossem reconhecidos como IMPACTADOS. Neste sentido, vimos em nome da população do município de ABAETETUBA, enfatizar o quê já foi declarado na Oficina Colaborativa, o Pedido de RECONHECIMENTO DE MUNICÍPIO IMPACTADO PELA USINA HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ/PA.

Atenciosamente,

ALCIDES EUFRASIO DA CONCEIÇÃO NEGRÃO
PREFEITO MUNICIPAL DE ABAETETUBA

IV

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – SEMEIA

Abaetetuba, 18 de setembro de 2017.

Ofício nº 244/2017

PROTOCOLO/SIMAM/PA
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ SEMAS - Secretaria de Estado de Meio Ambiente
Nº 2017/31409
Em 20/09/17
PROTOCOLISTA:
DESTINO

Ao
Ilmo. Senhor
Luiz Fernandes Rocha
Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade-SEMAS/PA

Assunto: Usina Hidrelétrica de Tucuruí

Senhor Secretário,

Honrado em cumprimentá-lo, venho através deste, solicitar à esta renomada Secretaria a inclusão do Município de Abaetetuba no processo de renovação da licença de operação da usina hidrelétrica de Tucuruí, considerando que o município foi afetado pelas atividades do referido empreendimento.

É sabido que desde a década de 80 há movimentações no sentido de promoção de desenvolvimento nas regiões atingidas pela barragem da hidrelétrica, assim como parcela da população situada a jusante do empreendimento, em área não alagada, esclarecendo que também foram impactadas ambientalmente.

De acordo com o Comissão Mundial de Barragem e do Estudo de Impactos da Jusante, constatou-se que, além dos municípios já afetados, mais quarto estariam dentro do raio de influência do empreendimento, entre eles Abaetetuba.

As problemáticas enfrentadas pela população do município são semelhantes às problematicas da parcela da população à montante, como prejuízos à pesca, extinção de determinadas espécies, impactos na agricultura de várzea, consequente aumento do índice de pobreza.

Sabe-se que é justo e possível que o município de Abaetetuba seja incluído no procedimento de renovação de licença de operação do empreendimento, assim como seja contemplado com as devidas ações compensatórias. Vale ressaltar que em audiência pública realizada no município pela SEMAS esta questão foi um dos principais temas tratados.

Jairo Quaresma Vilhena
Secretário Municipal de Meio Ambiente

End.: Travessa Tiradentes, nº 1067 – Bairro: Algodoal, Abaetetuba – Pará.
E-mail/face: semeia@pmabaetetuba.pa.gov.br